



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

**XUKURU-KARIRI: migrações indígenas para trabalho  
em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**

CAMPINA GRANDE  
2020

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

**XUKURU-KARIRI: migrações indígenas para trabalho  
em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Edson Hely Silva

CAMPINA GRANDE  
2020

R672x

Rocha, Aauto Santos da.

Xukuru-Kariri: migrações indígenas para trabalho em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990) / Aauto Santos da Rocha. – Campina Grande, 2020.

192 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

“Orientação: Prof. Dr. Edson Hely Silva”.

Referências.

1. História dos Índios Brasileiros. 2. Migrações Indígenas – Trabalho. 3. Xukuru-Kariri – Exploração – Mundo do Trabalho. 4. Deslocamentos Indígenas – Trabalhos Fabris e Domésticos. I. Silva, Edson Hely.  
II. Título.

CDU 94:331(=1-82-81)(043)

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

**XUKURU-KARIRI: migrações indígenas para trabalho  
em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Edson Hely Silva

Aprovada em 09 de março de 2020.

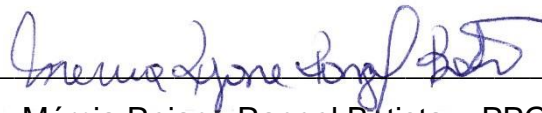
Parecer: “A banca examinadora considerou o estudo de grande qualidade e indica para publicação”.

BANCA EXAMINADORA



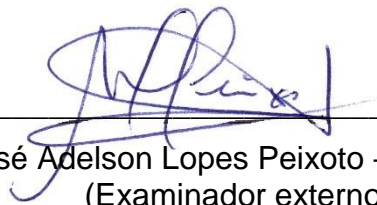
---

Prof. Dr. Edson Hely Silva – PPGH/UFCG  
(Orientador)



---

Profa. Dra. Mércia Rejané Rangel Batista – PPGCS/UFCG  
(Examinadora externa)



---

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto – PPGCR/UNICAP  
(Examinador externo)

Aos indígenas Xukuru-Kariri, com profunda gratidão.

Para a minha avó paterna, Francisca Correia, por ser solícita em tempos desafetuosos.

## AGRADECIMENTOS

Transcorridos alguns anos de pesquisas, estudos, reflexões e aprendizados, chegou o momento de reconhecer publicamente o carinho, estímulo e generosidade das muitas pessoas e instituições que influenciaram a escrita desta dissertação, sem as quais, concluir esta etapa teria sido arriscado e infrutuoso. Seria arrogância, ingratidão e ledor engano não demonstrar o quão foi engrandecedor escrever este texto, repleto de desafios, esperanças e saudosismos. Após percorrer os caminhos da pesquisa, pude olhar para trás e perceber que não estava sozinho, afinal de contas, a produção de uma dissertação jamais pode ser compreendida como um texto escrito à duas mãos.

A memória é falha, por isso, peço antecipadas desculpas se eventualmente esquecer de mencionar diretamente alguém, saibam que sou grato a todos os que, ao seu modo, ajudaram a construir um fragmento da história dos índios Xukuru-Kariri. Nesta aventura chamada Mestrado, sou devedor de gratidão:

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por ter aceitado a proposta de pesquisa e proporcionado importantes debates teóricos travados nas salas do Centro de Humanidades (CH), momentos fundamentais para o meu amadurecimento teórico, humano e profissional.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida nos últimos dois anos, fundamental para a minha total dedicação com a pesquisa; ao PPGH e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) da UFCG, por terem financiado partes das pesquisas de campo nas aldeias Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

Sou imensamente grato ao professor Edson Silva, amigo e orientador da pesquisa. Pela serenidade, humildade e prestatividade em um mundo acadêmico tão vaidoso; por ter acreditado no meu potencial; pelas pontuais e acertadas contribuições ao texto; pelos ensinamentos de pesquisa no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), no Recife; pelas discussões sobre os índios no Nordeste, debatidas ao longo do mestrado; por ensinar-me como é bom estudar/escrever ouvindo Enya, Gheorghe Zamfir e as Rapsódias Húngaras, de Franz Liszt; por

presentear-me com livros e textos de fundamental importância para as pesquisas e por acentuar o meu gosto pela literatura, sobretudo, brasileira.

A Maria da Penha da Silva, por acolher-me em sua residência durante os eventos acadêmicos no Recife e pelas encorajadoras palavras de perseverança e humildade, dignas de uma experiente e compromissada pesquisadora sobre os povos indígenas no Nordeste.

De modo especial, ao Professor José Adelson Lopes Peixoto, por me incentivar a cursar Mestrado em História; pelas boas e instigantes conversas ao longo dos últimos anos; por ajudar-me a escrever o projeto de pesquisa; por permitir acesso a documentos e fotografias inéditas e pelas importantes arguições, comentários e sugestões sobre a pesquisa durante a qualificação e defesa da dissertação. Saiba que, em grande medida, também és responsável por esta difícil e agradável etapa da minha carreira acadêmica.

Agradeço a professora Mércia Rejane Rangel Batista, por ter participado como examinadora da pesquisa durante a qualificação e defesa desta dissertação; pelas indicações de leituras; sugestões de alteração textual e enriquecedoras arguições, fundamentais para a escrita do texto.

Sou devedor de gratidão ao Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), pelos debates textuais; irrestrito acesso ao acervo documental; pelas trocas de experiências na Biblioteca Povo Xukuru-Kariri e por compartilharmos pesquisas nas aldeias em Palmeira dos Índios. Um agradecimento especial a Amanda Antero, Mary Hellen Lima, Brunemberg Soares, Deisiane Bezerra, Yuri Franklin, Aparecida Oliveira, Vinícius Mendonça e Rayssa Gabrielle. Sem vocês, a caminhada teria sido tortuosa e fatigante. Continuemos escrevendo sobre os “silenciados”!

Agradeço a professora Francisca Maria Neta, pela amizade fortalecida nos últimos anos; pelas trocas de experiências; pela ampliação da minha perspectiva de análise e por ter assumido um desafiador e frondoso compromisso com uma educação universitária de qualidade em Alagoas.

Agradeço a João Roberto Bort Júnior, pela ida às Aldeias Mata da Cafurna e Coité e por compartilharmos documentações e experiências de pesquisas sobre as migrações Xukuru-Kariri em distintas dimensões e espaços.

Aos professores Aldemir Barros, Gilberto Geraldo e Mariana Dantas, por terem gentilmente cedido documentos e fontes de fundamental relevância para o desenvolvimento da pesquisa.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Recife. Em especial, a bibliotecária Juçara Melo da Fonseca e ao analista técnico Filipe Isidro, por terem colocado à disposição: livros, cartas topográficas e importantes registros numéricos sobre o Nordeste no século XX.

Agradeço a professora Josefa Alves de Lima (Ginalda) e, com igual reverência, aos funcionários da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios, por não hesitarem em colaborar com as pesquisas arquivistas e jornalísticas em um pequeno acervo disponível na antessala da instituição.

Sou grato aos que, assim como eu, tiveram o privilégio de ver o raiar do sol e o surgir da lua nas serras e veredas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, compartilhando comigo os sabores e dissabores das pesquisas, atributos de sentido e dimensão do nosso papel na sociedade.

Aos entrevistados Xukuru-Kariri, sou grato pela rede de relações criada nos últimos anos, cujo resultado final o leitor tem em mãos. Por me receberem com carinho, disposição e sinceridade em distintos lugares e espaços, mesmo eu sendo desconhecido para muitos; por compartilharem pesarosas memórias dos mundos do trabalho; por cederem documentos pessoais fundamentais para a pesquisa, como: Carteiras de Trabalho, fotografias e cartas. Um agradecimento especial às empregadas domésticas Xukuru-Kariri, pela confiança em tratar de delicados assuntos da vida privada para uma pioneira pesquisa sobre o tema.

A todos os amigos do mestrado, especialmente: Rafael Nóbrega, Alex Pereira, Lucas Leite, Joalysson Severo, Maíza Ribeiro, Marcos Saulo, Thiago Raposo, Bruno Pereira, Laís Tavares, Eduardo Sebastião, Josélia Ramos, Amélia Diniz e Eulina Souto, pela acolhida, experiências compartilhadas e enriquecedoras discussões sobre teoria da história e tantos outros temas urgidos ao longo da caminhada.

A Joanan Marques, amigo de mestrado, de eventos acadêmicos e conterrâneo alagoano. Agradeço pelas inúmeras vezes em que se dispôs a me ajudar nos trâmites burocráticos do PPGH; pelo apoio nos últimos momentos de estada em Campina



Grande; por ser paciente e saber ouvir; enfim, pela amizade constituída em conversas e atitudes sinceras dentro e fora da universidade.

Sou grato a Gláucia de Souza Freire, pelas contribuições e discussões textuais durante a disciplina “Os índios na história no Nordeste”, ministrada pelo professor Edson Silva, e por termos realizado uma agradável visita ao Museu do Índio, em Lagoa Seca/PB, juntamente com Joanan Marques.

A minha companheira, Míriam de Lima Cabral, por ter me ajudado a suportar as angústias, medos e frustrações ao longo do percurso acadêmico, sendo meu porto seguro; pela agradável companhia em muitas das visitas às aldeias Xukuru-Kariri; por ser justa e recíproca; pelo amor sincero e paciente; por ter me ensinado a compartilhar sonhos e ideais, e, acima de tudo, a ser mais humano, a sociedade precisa de relações menos mecânicas e mais tenras. Viva o nosso mundo!

Ao convento de São Francisco e ao Frei Pedro Júnior, por terem me acolhido nos momentos finais de estada em Campina Grande.

À Paróquia e Santuário Santo Antônio, em especial aos Freis: Donald Chin, Sérgio Henrique e Jaime Batista, pelo apoio durante o 3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL), na Universidade de Brasília (UnB).

Aos professores João Pacheco, Vânia Losada, Mariana Dantas, Rita de Cássia Melo, João Paulo Peixoto, Soraia Dornelles e Karina Moreira, pelas discussões e sugestões nos textos apresentados como “embriões” dos capítulos durante o 3º CIPIAL e no 30º Simpósio Nacional de História (SNH), no Recife, quando esta dissertação não passava de parcas e esparsas ideias. As generosas e importantes reflexões foram incorporadas ao texto.

Aos meus pais, Manoel Correia e Antônia Neves, por terem me incentivado a continuar quando tudo parecia desmoronar, por manterem acesa a chama da esperança e por atribuírem sentido às palavras sonhar e resistir, por terem sido os maiores exemplos de migrantes, pluriagricultores e sonhadores!

A septuagenária e avó paterna, Francisca Correia, por ter se dedicado a delicadeza da arte após tantas adversidades, batalhas e vitórias ao longo da vida. Foi a senhora, Vó Chica, que compartilhou comigo saborosos doces e sinceras conversas em fins de tarde, quando eu retornava das pesquisas de campo com muitas dúvidas e poucas respostas, para ti dispenso, além desta dissertação, todo o amor do mundo!

Aos familiares, por entenderem as horas de ausência e aos padrinhos Leonardo Rocha e Ana Maria Ferreira, pelo apoio afetivo e financeiro durante a estada em Campina Grande.

Por fim, ficarei satisfeito se o/a leitor/a encontrar nas páginas seguintes, ampliação dos distintos conhecimentos e compreensão dos vários processos históricos vivenciados pelo povo Xukuru-Kariri.

*Uma noite, Ludo sonhou por baixo das ruas da cidade, sob os respeitáveis casarões da baixa, se alongava uma interminável rede de túneis. As raízes das árvores desciam, soltas, através das abóbadas. Milhares de pessoas viviam nos subterrâneos, mergulhadas na lama e na escuridão, alimentando-se do que a burguesia colonial lançava para os esgotos. Ludo caminhou por entre a turba. Os homens agitavam catanas. Batiam as lâminas umas contra as outras e o ruído ecoava pelos túneis. Um deles aproximou-se, colou o rosto sujo ao da portuguesa e sorriu. Soprou-lhe ao ouvido, numa voz grave e doce: o nosso céu é o vosso chão.*

*José Eduardo Agualusa  
Teoria geral do esquecimento, 2012.*

*... vivos, os bons são tangidos daqui para ali, corridos, vexados, se têm grandes ideais; mortos, os seus ossos esperam que os grandes rios da Bruzundanga os levem para fecundar a terra dos outros, lá embaixo, muito longe...*

*Lima Barreto  
Todos os Santos, 1917.*

## RESUMO

Nesta dissertação, discutimos as dimensões do trabalho e os muitos atores envolvidos no cotidiano dos Xukuru-Kariri a partir de 1952, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) adquiriu uma faixa de terras em Palmeira dos Índios/AL, criou a Aldeia Fazenda Canto e instalou o Posto Indígena Irineu dos Santos para controlar a mão de obra dos aldeados e conter os deslocamentos para atividades sazonais. Contudo, apesar do reconhecimento oficial, os problemas sociais, as estiagens prolongadas, a falta de empregos e a concentração fundiária de fazendeiros invasores criaram uma arena favorável à procura de trabalho fora do território indígena, acentuada até a década de 1990 com a ampliação do parque industrial no Sudeste do Brasil. Quando a agricultura no Posto Irineu dos Santos não supria as necessidades básicas de sobrevivência, indígenas Xukuru-Kariri exerciam atividades como vaqueiros em fazendas nos arredores da cidade, migravam para trabalhos no Semiárido e na Zona da Mata de Alagoas e para diversas atividades urbanas e fabris no Sudeste do país. As explorações nos mundos do trabalho, com insalubres condições socioeconômicas, o fim das atividades sazonais e a esperança de melhores condições de vida, com as práticas agrícolas, favoreciam retornos aos locais de origem. As distintas situações históricas vivenciadas fortaleceram o sentimento de pertença aos territórios em Palmeira dos Índios e acirraram os conflitos com fazendeiros locais. Fundamentamos nossas discussões a partir das reflexões de autores como Edson Silva, João Pacheco de Oliveira, Marilda Aparecida de Menezes, E. P. Thompson, Carlo Ginzburg, Maurice Halbwachs e em análise documental nos acervos do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), em Palmeira dos Índios; do Museu do Índio, no Rio de Janeiro; da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Recife; e em memórias orais, documentos pessoais, anotações e fotografias cedidas por indígenas. Buscamos discutir as variadas experiências dos Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho, processos fundamentais para a consolidação de retomadas territoriais e exigência de direitos reconhecidos constitucionalmente.

**Palavras-chave:** Deslocamentos indígenas. Zona da Mata alagoana. Trabalhos fabris. Serviços domésticos. Mobilizações.

## ABSTRACT

In this dissertation, we discuss the dimensions of the work and the many actors involved in the daily life of the Xukuru-Kariri from 1952, when the Indian Protection Service (SPI) acquired a strip of land in Palmeira dos Índios/AL, created the Aldeia Fazenda Canto and installed the Irineu dos Santos Indigenous Post to control the villagers' labor and contain the displacements for seasonal activities. However, despite official recognition, social problems, prolonged droughts, lack of jobs and the land concentration of invading farmers created a favorable arena for the search for work outside the indigenous territory, accentuated until the 1990s with the expansion of the industrial park in Southeastern Brazil. When agriculture at the Irineu dos Santos Post did not meet the basic needs of survival, Xukuru-Kariri indigenous people performed activities such as cowboys on farms in the city's melters, migrated to work in the Semiarid and the Zona da Mata de Alagoas and to various urban and manufacturing activities in the southeast of the country. Farms in the worlds of work, with unhealthy socioeconomic conditions, the end of seasonal activities and the hope of better living conditions, with agricultural practices, favored returns to places of origin. The different historical situations experienced strengthened the feeling of belonging to the territories in Palmeira dos Índios and intensified conflicts with local farmers. We base our discussions on the reflections of authors such as Edson Silva, João Pacheco de Oliveira, Marilda Aparecida de Menezes, E. P. Thompson, Carlo Ginzburg, Maurice Halbwachs and in documental analysis in the collections of the Research Group on Indigenous History of Alagoas (GPHIAL), in Palmeira dos Índios; of the Indian Museum in Rio de Janeiro; the Northeast Development Superintendence (SUDENE), in Recife; and in oral memories, personal documents, notes and photographs given by indigenous peoples. We seek to discuss the varied experiences of the Xukuru-Kariri in the worlds of work, fundamental processes for the consolidation of territorial resumptions and the requirement of constitutionally recognized rights.

**Keywords:** Indigenous displacements. Area of The Alagoas Forest. Manufacturing work. Domestic services. Mobilizations.

## LISTA DE SIGLAS

ADRM – Administração Regional da Funai (Maceió/AL).  
ANTF – Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.  
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife/PE).  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.  
CEM – Centro de Estudos Migratórios.  
CH – Centro de Humanidades.  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário.  
CIPIAL – Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina.  
CNC – Controle Numérico Computadorizado.  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.  
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social.  
DJU – Diário de Justiça da União.  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.  
ETFAL – Escola Técnica Federal de Alagoas.  
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.  
FOTOG. – Fotograma.  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.  
GPHIAL – Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas.  
HA – Hectare.  
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
INCOPEL – Indústria e Comércio e Peles S.A.  
IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas.  
IR-4 – 4ª Inspetoria Regional do SPI (Recife/PE).  
LBA – Legião Brasileira de Assistência.  
MEPE – Museu do Estado de Pernambuco.  
MM – Milímetro.  
MPF – Ministério Público Federal.

NEPO (UNICAMP) – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”  
(Campinas/SP).

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool.

PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

RANI – Registro Administrativo de Nascimento de Indígena.

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

S/d – Sem data.

SEDOC – Setor de Gestão Documental.

SEPLAG/AL – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas.

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena.

SIASI – Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena.

SINDAÇÚCAR – AL – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas.

SNH – Simpósio Nacional de História.

SOA – Seção de Orientação e Assistência do SPI.

SPI – Serviço de Proteção aos Índios.

SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Recife/PE).

TELASA – Telecomunicações de Alagoas S/A.

TI's – Terras Indígenas.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande.

UNB – Universidade de Brasília.

UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas.

3ª SUER – Superintendência Executiva Regional da FUNAI (Recife/PE).

## LISTA DE FOTOGRAFIAS E MAPAS

<b>Fotografia 01</b> - Bairro Cafurna em 1975.....	36
<b>Fotografia 02</b> - Vista aérea de Palmeira dos Índios em 1975.....	37
<b>Fotografia 03</b> - Bairro Alto do Cruzeiro, 23/07/2019.....	38
<b>Fotografia 04</b> - Bairro Xucurús em 1975.....	39
<b>Fotografia 05</b> - Aldeia Monte Alegre, 26/01/2020.....	41
<b>Fotografia 06</b> – Fonte hídrica da Aldeia Monte Alegre, 29/01/2020.....	42
<b>Fotografia 07</b> – Aldeia Fazenda Jarra, 15/12/2017.....	43
<b>Fotografia 08</b> - Aldeia Fazenda Canto em 1955.....	71
<b>Fotografia 09</b> - Roça do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.....	82
<b>Fotografia 10</b> - Bovinos do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.....	84
<b>Fotografia 11</b> - Mueares do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.....	84
<b>Fotografia 12</b> - Hospital Santa Rita em 1964.....	87
<b>Fotografia 13</b> - Estrada da Aldeia Fazenda Canto, s/d.....	92
<b>Fotografia 14</b> - Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios em 1933.....	113
<b>Fotografia 15</b> - Envelope de pagamento da Cunha Construções Ltda, 23/01/1987.....	118
<b>Fotografia 16</b> - Carta do “Seu” Basto Cosme para Josefa Rosa Ferreira de Oliveira, 17/09/1989.....	120
<b>Fotografia 17</b> - Carta do “Seu” Basto Cosme para colegas de trabalho, 25/10/1989.....	121
<b>Mapa 01</b> - Palmeira dos Índios: territórios indígenas Xukuru-Kariri.....	44
<b>Mapa 02</b> - Área canavieira em Alagoas, 2013.....	98
<b>Mapa 03</b> - Principais destinos dos Xukuru-Kariri na lavoura canavieira em Alagoas.....	102
<b>Mapa 04</b> - Mapa ferroviário brasileiro, s/d.....	137



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1953.....	75
<b>Quadro 02</b> - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1957.....	79
<b>Quadro 03</b> - Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1954.....	85
<b>Quadro 04</b> - Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1957.....	86
<b>Quadro 05</b> - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1964.....	104
<b>Quadro 06</b> - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1967.....	104
<b>Quadro 07</b> – Registros formais de trabalhos do “Seu” Basto Cosme entre 1978 e 1989.....	118
<b>Quadro 08</b> – Dados hidroclimáticos de Palmeira dos Índios (1952-1985).....	130

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I: OS XUKURU-KARIRI NA HISTÓRIA RECENTE: MIGRAÇÕES, EXPROPRIAÇÕES E RETORNOS AOS TERRITÓRIOS .....</b>	<b>30</b>
1.1 Esbulho territorial e dispersão Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.....	32
1.2 Nas trilhas da pesquisa: conceituando os deslocamentos Xukuru-Kariri .....	45
1.3 Índios no Nordeste e fluxos migratórios: discutindo o tema.....	59
<b>CAPÍTULO II: MEMÓRIAS E HISTÓRIA XUKURU-KARIRI SOBRE MIGRAÇÕES PARA TRABALHO .....</b>	<b>67</b>
2.1 Trabalho dos indígenas Xukuru-Kariri.....	69
2.2 Indígenas Xukuru-Kariri em trabalhos domésticos.....	90
2.3 Indígenas Xukuru-Kariri migrantes para trabalhos sazonais na Zona da Mata de Alagoas.....	97
<b>CAPÍTULO III: O SUDESTE: DESTINO DE MUITOS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI..</b>	<b>123</b>
3.1 O Sudeste como terra promissora .....	126
3.2 Múltiplas formas de “ganhar a vida” .....	133
3.3 Os Xukuru-Kariri: mecânicos, operários e distribuidores .....	151
3.4 Mulheres Xukuru-Kariri no Sudeste .....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: Migrações, mobilizações e reconquistas: memórias e história Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho.....</b>	<b>162</b>
“Andar pelo meio do mundo, por todo canto”: as façanhas Xukuru-Kariri e o reencantamento da terra.....	166
<b>FONTES.....</b>	<b>172</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>181</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa está inserida dentre aqueles estudos realizados nos últimos 40 anos<sup>1</sup> sobre as mobilizações dos povos indígenas por direitos e para o reconhecimento do Estado com a “emergência das identidades étnicas”, processo fundamental nas conexões entre o lugar habitado e as reivindicações sócio-históricas dos povos indígenas no Nordeste para as instalações de Postos Indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI)<sup>2</sup> e para a demarcação territorial pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), após 1967 (OLIVEIRA, 1999; 2011).

Nesta dissertação, discutimos os processos migratórios para atividades remuneradas realizadas pelos índios Xukuru-Kariri, habitantes em Palmeira dos Índios, Semiárido alagoano, na segunda metade do século XX. A redução nas “escalas de análises”<sup>3</sup> sobre deslocamentos forçados pela falta de terras e busca por melhores condições de vida nos possibilitou discorrer sobre o trabalho indígena como mão de obra barata e explorada por latifundiários invasores<sup>4</sup> nos territórios indígenas, atuando como vaqueiros e lavradores, localmente conhecidos por “pinhões”, como trabalhadores na construção civil e empregadas domésticas em Alagoas e no Sudeste do país (MARTINS, 1999; SILVA JÚNIOR, 2013).

As motivações para o estudo surgiram a partir de discussões no Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL)<sup>5</sup> sobre “travessias”<sup>6</sup> indígenas no Nordeste pela ausência de terras para viver e cultivar, originadas em buscas por trabalhos temporários. Os deslocamentos realizados pelos Xukuru-Kariri para municípios adjacentes à Palmeira dos Índios, como: Belém, Anadia e Taquarana, ocorreram em razão das secas e escassez de terras para atividades agrícolas nas aldeias em Palmeira dos Índios entre os séculos XIX e XX<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup>A partir dos anos 80 do século XX, pesquisadores em História e Antropologia, como os professores John Manuel Monteiro, Roberto Cardoso de Oliveira e João Pacheco de Oliveira, passaram a discutir os protagonismos indígenas nas transformações sócio-históricas do Brasil. Ver MOREIRA, 2019.

<sup>2</sup>Ver SILVA, 2017, p. 264.

<sup>3</sup>Ver GINZBURG, 2007, p. 255.

<sup>4</sup>O termo “invasão” refere-se à presença de fazendeiros explorando as TI's, com o uso da força física e crimes de mando contra os povos indígenas para expansão da agropecuária, ou, por meios que legitimaram a posse nos territórios e fortaleceram a exploração da mão de obra indígena com exaustivas jornadas de trabalho e pagamentos de salários irrisórios. Ver OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 62-70; SILVA, 2017, p. 48.

<sup>5</sup>Sediado na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, Palmeira dos Índios/AL.

<sup>6</sup>Ver HALBWACHS, 2003, p. 74.

<sup>7</sup>Ver SILVA, 2017, p. 45.

Nosso primeiro contato de pesquisa com os Xukuru-Kariri foi em 2015 para a elaboração de trabalhos acadêmicos durante a graduação em História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), especificamente, sobre o aldeamento dos indígenas na Aldeia Fazenda Canto<sup>8</sup>. As produções acadêmicas que antecederam nossas pesquisas haviam sido discutidas no GPFIAL e versavam sobre identidade; protagonismo; atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Semiárido em Alagoas e o posterior processo de escolarização, dentre outros temas<sup>9</sup>.

Durante o período da pesquisa, ouvíamos que índios Xukuru-Kariri saíam da Aldeia Fazenda Canto em busca de trabalho na zona urbana de Palmeira dos Índios, em Recife, Maceió e para o Centro-Sul do país, especificamente, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, movidos pelo sonho de ter uma vida melhor nos frenéticos centros com acelerada urbanização e geração de empregos.

Nos anos subsequentes, pensamos os deslocamentos para trabalho como ponto central no cotidiano dos Xukuru-Kariri, pela insuficiência de terras para cultivo e pelos conflitos com os fazendeiros disputando a posse dos territórios indígenas em Palmeira dos Índios. As relações trabalhistas e fundiárias eram motivações para mobilizações indígenas por demarcação territorial e reivindicação de outros direitos fundamentais, como saúde e educação diferenciada, respeitando as especificidades socioculturais.

As perseguições de fazendeiros aos indígenas e a necessidade de migrarem para atividades sazonais acirraram os conflitos fundiários, forçaram os Xukuru-Kariri a abandonarem as fazendas, nas quais atuavam como vaqueiros, e a formarem redes de relações<sup>10</sup> em busca de reconhecimento étnico a partir da atuação do SPI em Palmeira dos Índios, em meados do século XX. Entretanto, o reconhecimento do Estado, com a instalação de um Posto Indígena, não resolveu os conflitos com os latifundiários, pelo contrário, os muitos problemas no processo de aldeamento resultaram na formação de novas frentes migratórias para trabalhos temporários<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup>Ver ROCHA, 2017.

<sup>9</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013; FERREIRA, 2016a; PEIXOTO, 2013; MARTINS, 1994; dentre outros.

<sup>10</sup>O conceito de “rede” tem sido importante nos estudos sobre fluxos migratórios por definir as relações em prol de um objetivo comum a um determinado grupo, no caso dos Xukuru-Kariri, as migrações foram para trabalhos em determinados momentos e em outros, usadas como subsídios para retomadas e cobranças na demarcação territorial. Ver MAYER, 2010, p. 146.

<sup>11</sup>O acirramento de conflitos entre indígenas e fazendeiros após atuação do SPI não se restringiu ao povo Xukuru-Kariri. Para uma situação semelhante vivenciada pelos Truká, habitantes em Cabrobó/PE, ver BATISTA, 2005.

Por outro lado, o reconhecimento oficial, juntamente com as mobilizações indígenas, favoreceu a realização de retomadas territoriais e as formações de outras aldeias. Portanto, os deslocamentos para trabalho ocuparam lugar de destaque nas relações Xukuru-Kariri com o Ambiente, na vida em sociedade e nos conflitos internos, ocasionados a partir da malversação do órgão indigenista na região.

O recorte temporal para o estudo realizado foi a partir de 1952, pois, durante esse período, ocorreram as mobilizações dos Xukuru-Kariri, lideradas pelo Cacique Alfredo Celestino, para pressionar o Estado. Com o apoio do Padre Alfredo Dâmaso, um importante religioso que atuou nas frentes mobilizadas para o reconhecimento étnico e instalação de Postos Indígenas do SPI no Nordeste durante o século XX<sup>12</sup>, do Deputado Federal Medeiros Neto e com ajuda financeira dos indígenas no Paraná, “dinheiro de índio em benefício do próprio índio”<sup>13</sup>, adquiriu-se uma propriedade em Palmeira dos Índios, resultando na formação da Aldeia Fazenda Canto, o primeiro território indígena oficial no contexto republicano em Alagoas, formado para “atender as necessidades vitais dos índios”<sup>14</sup> (MARTINS, 1994; SILVA JÚNIOR, 2013; BEZERRA, 2018).

O SPI adquiriu 346 hectares de terras do “Seu” Manoel Sampaio Luz (conhecido como “Juca” Sampaio), um “grande proprietário”<sup>15</sup> e na época Prefeito de Palmeira dos Índios, todavia, foram repassados 276 hectares ao órgão governamental. As famílias indígenas que passaram a habitar na localidade conviveram com notória redução da propriedade fronteira à fazendas e de empresários e opositores políticos do Prefeito, situações decisivas para as migrações Xukuru-Kariri<sup>16</sup>, pois, era “pouca terra para tanta gente!” (TORRES, 1974, p. 19).

O extremo norte da Aldeia Fazenda Canto, por exemplo, avizinhava-se à propriedade de Mário Leite da Costa, político que ocupou uma vaga como parlamentar

---

<sup>12</sup>Ver BEZERRA, 2018.

<sup>13</sup>Parecer sobre o Posto Indígena Irineu dos Santos, enviado ao Ministério da Agricultura por Luiz de França Pereira de Araújo, Diretor Substituto do SPI. Brasília, 19/01/1965. In: ANTUNES, Clóvis. **Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: “os Chucurus de Palmeira dos Índios”**. Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965, p. 06. (Datilografado). (Disponível no acervo do GPHIAL).

<sup>14</sup>Ibidem.

<sup>15</sup>São definidos como “grandes proprietários” os detentores de terras entre 200 e 1000 ha. Portanto, bastariam os 276 ha repassados pelo “Seu” Juca Sampaio aos Xukuru-Kariri para classificá-lo como grande proprietário agrário e influente político pelo cargo de Prefeito à época ocupado em Palmeira dos Índios. Ver LEAL, 1997, p. 48.

<sup>16</sup>Ver BEZERRA, 2018; SILVA JÚNIOR, 2013; MARTINS, 1994.

na 33ª legislatura municipal em Palmeira dos Índios, entre 1936 e 1937. A parte sul, margeava a fazenda de Emerentino Araújo Costa, veterano político que representou o povo palmeirense na Câmara Municipal de Vereadores durante a 35ª e 36ª legislatura, entre 1951 e 1961<sup>17</sup>. Dentre outros limites territoriais, a região leste da Aldeia era fronteira às terras de Helena Jorge Tavares, proprietária e representante da “Empresa Agro-industrial Leobino Mota S/A”<sup>18</sup>.

Apesar de terem sido fundamentais para a formação da Aldeia Fazenda Canto e instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos, o envolvimento dos religiosos durante o reconhecimento oficial dos Xukuru-Kariri resultou em interesses políticos particulares. O Monsenhor Alfredo Dâmaso recomendou o Padre holandês Ludgero Raaijmakers como representante da Igreja Católica Romana na Aldeia e na direção do Colégio Pio XII, em Palmeira dos Índios. Apesar de ser destinado a prestação de serviços religiosos e educacionais, o Padre Ludgero envolvia-se na administração do Posto Indígena; criava e regulava grupos de indígenas para o trabalho comunitário na construção de hortas, aviários e açudes; distribuía alimentos; dentre outras atribuições<sup>19</sup>.

O envolvimento político do Deputado Federal Cônego Medeiros Neto na Aldeia Fazenda Canto, tornou possível a indicação de funcionários que deveriam ocupar cargos no Posto Irineu dos Santos; estabeleceu relações que culminaram na eleição do irmão, João Medeiros Neto, ao cargo de Vereador em Palmeira dos Índios e na direção da escola que atendia as demandas indígenas, localizada no bairro Alto do Cruzeiro<sup>20</sup>. Desse modo, a exígua propriedade repassada ao SPI e a formação de grupos interessados na ampliação política e exclusão indígena, fez aumentar o uso da mão de obra indígena em serviços diversos em Palmeira dos Índios e intensificou as migrações para outros municípios e estados.

Portanto, buscamos discutir às migrações temporárias<sup>21</sup>, deslocamentos dos Xukuru-Kariri para atividades remuneradas em Alagoas e no Sudeste do país entre o período de atuação do SPI em Palmeira dos Índios, a partir de 1952, e após o repasse

---

<sup>17</sup>“Câmara Municipal de Palmeira dos Índios: dados históricos”. Disponível em: <https://www.palmeiradosindios.al.leg.br/institucional/historia>. Acesso em 14/05/2020.

<sup>18</sup>Ver ANTUNES, 1965, p. 05.

<sup>19</sup>Ver MARTINS, 1994, p. 39.

<sup>20</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p 70; 103; 138.

<sup>21</sup>Migrações temporárias foram definidas pelos retornos dos migrantes aos locais de origem de forma espontânea, por necessidades financeiras e/ou sazonalmente. Ver FERREIRA, 1995, p. 36.

das funções administrativas para a FUNAI em 1967, compreendendo as imposições temporais geradas a partir da documentação analisada. Discutimos as escassas possibilidades de trabalhos com empregabilidade nas terras invadidas por fazendeiros locais como mão de obra explorada por irrisórios salários, implicando em usos da mão de obra indígena em atividades sazonais na zona urbana de Palmeira dos Índios<sup>22</sup>, na lavoura canavieira em Alagoas e no Sudeste<sup>23</sup>.

Procuramos evidenciar as reproduções migratórias dos Xukuru-Kariri em atividades sazonais, processos que culminaram em retomadas territoriais iniciadas em 1979<sup>24</sup> com a “reconquista”<sup>25</sup> da Aldeia Mata da Cafurna, habitada pelos índios a partir de 1985, em decorrência de conflitos internos na Aldeia Fazenda Canto<sup>26</sup>. As relações conflituosas e a insuficiência de terras para moradia e cultivo resultaram no deslocamentos de membros da família Sátiro para Ibotirama/BA, Nova Glória/BA e Caldas/MG<sup>27</sup>.

Entretanto, nos detemos em discutir os movimentos migratórios para trabalho pela falta de terras e trabalho em Palmeira dos Índios após a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos em 1952 e os deslocamento sazonais após a formação da Aldeia Mata da Cafurna, até 1990, com a crescente produção industrial no Brasil, reverberando em migrações indígenas para o Sudeste do país, semelhantes a muitos nordestinos que tiveram viagens revertidas em desilusões com a vida cidadina e retornaram aos locais de origem (SILLER, 2011).

Os conflitos internos e aumento demográfico dos Xukuru-Kariri, evidenciados nas pesquisas realizadas, provocaram novos fluxos migratórios dos indígenas habitantes no Semiárido alagoano para trabalhos sazonais no cultivo, corte de cana e fabrico do açúcar na Zona da Mata alagoana e para atividades temporárias no Sudeste do país, destino de muitos indígenas no Nordeste na busca por melhores condições de vida (BEZERRA, 2012).

A produção da dissertação fundamentou-se em pesquisas documentais realizadas entre novembro de 2018 e dezembro de 2019, prioritariamente, nos

---

<sup>22</sup>“Não havendo renda na aldeia, muitos índios ocupavam-se em fazer bicos na lavoura dos posseiros ou de trabalhos de ajudante de pedreiro ou de carregador na cidade” (PEIXOTO, 2013, p. 81).

<sup>23</sup>Ver SILVA, 2008a.

<sup>24</sup>Sobre as retomadas territoriais dos indígenas Xukuru-Kariri ver PEIXOTO, 2013; MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2010; SILVA JÚNIOR, 2007.

<sup>25</sup>SILVA, 2017, p. 129.

<sup>26</sup>Ver MARTINS, 1999, p. 199.

<sup>27</sup> Ver FRANCO, 2013, p. 20-23.

acervos do GPHIAL, sediado em Palmeira dos Índios<sup>28</sup> e do Museu do Índio, com sede no Rio de Janeiro. O primeiro acervo citado dispõe de mapas, fotografias, textos, filmes, jornais locais, cartas, memorandos, processos-crime e outros documentos sobre Palmeira dos Índios entre os séculos XVII e XX, todavia, pesquisamos apenas a documentação referente às mobilizações indígenas para o reconhecimento do Estado, deslocamentos para trabalhos, formação de aldeias e o cotidiano da cidade no século XX.

As pesquisas no acervo do Museu do Índio foram em documentos produzidos pelo SPI referentes ao Posto Indígena Irineu dos Santos, sediado na Aldeia Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios. Os relatórios, avisos, memorandos, fotografias, telegramas, censos, dentre outras fontes escritas e imagéticas, possibilitaram discutirmos os trabalhos sazonais dos Xukuru-Kariri e as relações com o órgão indigenista, representado pelo Posto Indígena.

Observamos que as viagens vivenciadas pelos indígenas Xukuru-Kariri, em razão das estiagens prolongadas, secas frequentes e falta de terras, foram compartilhadas com os Pankararu, habitantes no Brejo dos Padres, em Tacaratu/PE, os Kariri-Xokó, habitantes em Porto Real do Colégio/AL, entre outros, discussões que abordaremos na dissertação.

Além da pesquisa documental, realizamos entrevistas nos territórios indígenas e na zona urbana de Palmeira dos Índios, pois, nem sempre as fontes escritas foram produzidas a favor dos indígenas, sendo necessário, portanto, recorrer às “memórias”<sup>29</sup> de índios Xukuru-Kariri por meio da “história oral”, para conhecermos relatos biográficos e histórias de vida, entrecruzando com documentos pessoais e os que foram consultados nos citados acervos, favorecendo a escrita de uma História Social do trabalho Xukuru-Kariri<sup>30</sup>.

A princípio, não definimos uma ou mais aldeias<sup>31</sup> para realizarmos as entrevistas, nos guiamos pelas histórias de vida de alguns indígenas que havíamos

---

<sup>28</sup>O acervo do GPHIAL está disponível na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, em Palmeira dos Índios/AL. Além de mapas, fotografias, manuscritos, produções audiovisuais e documentais, o grupo dispõe de uma biblioteca para consulta pública com obras de temas variados, e, principalmente, sobre os índios na História.

<sup>29</sup>Ver HALBWACHS, 2003, p. 100.

<sup>30</sup>Ver ALBERTI, 2004, p.19; 23.

<sup>31</sup>Em Palmeira dos Índios, além da zona urbana, o povo Xukuru-Kariri habita em dez territórios: Fazenda Canto, Coité, Serra do Capela, Fazenda Jarra, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Riacho Fundo, Serra do Amaro, Boqueirão e Monte Alegre. No capítulo I será apresentada uma carta topográfica do município com a localização das aldeias.



contatado em 2015. Entendendo as limitações temporais para a elaboração da dissertação, não conseguimos mapear todos os casos de deslocamentos para trabalhos sazonais vivenciados pelos Xukuru-Kariri, desse modo, seguimos indicações de migrantes indígenas que poderiam contribuir com as pesquisas.

Em algumas visitas às aldeias, confirmamos entrevistas com indígenas que, posteriormente, viajaram sem avisar, imposições criadas por necessidades financeiras. A estratégia utilizada para entrevistá-los foi aguardar o retorno durante as férias ou após a rescisão contratual nos locais de destino, desencadeando várias visitas aos territórios Xukuru-Kariri. Os casos estudados expressaram os difíceis deslocamentos para a lavoura canvieira na Zona da Mata alagoana, para serviços domésticos em Alagoas e buscas por trabalho no Sudeste do país, representando a mobilização do povo Xukuru-Kariri pela demarcação territorial.

As pesquisas nos territórios Xukuru-Kariri e na zona urbana de Palmeira dos Índios foram divididas em três etapas, nas quais, entrevistamos indígenas nas Aldeias Mata da Cafurna, Fazenda Canto, Boqueirão, Cafurna de Baixo e nas periferias da cidade; seguimos indicações dos primeiros entrevistados e procuramos sistematizar “situações vividas”<sup>32</sup> pelos Xukuru-Kariri em trabalhos temporários. A primeira fase das entrevistas ocorreu na Aldeia Fazenda Canto, entre novembro e dezembro de 2018, com indígenas que trabalharam nos canaviais alagoanos e em fábricas e distribuidoras no Rio de Janeiro.

A segunda fase das entrevistas ocorreu entre janeiro e maio de 2019 com várias visitas às Aldeias Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Boqueirão e na zona urbana de Palmeira dos Índios; o horizonte da pesquisa havia se ampliado para sistematizar deslocamentos além de Alagoas, portanto, para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Recife.

Transcorridos alguns meses, retornamos à Palmeira dos Índios e realizamos a terceira fase das pesquisas, ocorrida entre setembro e outubro de 2019, com visitas à Aldeia Cafurna de Baixo e ao bairro Cafurna, em Palmeira dos Índios. Procuramos entrevistar indígenas que viveram em São Paulo e, de uma forma ou de outra, retornaram para os locais de origem em razão das violências nos grandes centros urbanos<sup>33</sup>, demissões e saudades de amigos e familiares.

---

<sup>32</sup>Ver LEVI, 2000, p. 46.

<sup>33</sup>Ver WHYTE, 2005.

A grande dificuldade enfrentada foi contatar e entrevistar mulheres indígenas que trabalharam como empregadas domésticas em Palmeira dos Índios, Maceió e em São Paulo. Algumas alegaram despreparo para responder perguntas sobre as relações de trabalho, outras confirmaram as entrevistas, mas, no momento marcado, desistiram por associar a pesquisa às atividades desempenhadas pelos funcionários da FUNAI<sup>34</sup>, afirmando não terem “histórias para contar”.

Por uma questão de gênero, nosso contato com as entrevistadas gerou estranhamentos e dúvidas com relação à participação na pesquisa. Neste caso, a alternativa encontrada para entrevistá-las foi frequentar as casas das interlocutoras na companhia de outras indígenas; importante método para estabelecer relações de confiança com empregadas domésticas Xukuru-Kariri<sup>35</sup>. Ainda durante as pesquisas, produzimos diversas fotografias e 50 entrevistas gravadas, várias horas de conversas convertidas em inúmeras páginas transcritas, utilizadas no decorrer da dissertação.

Além das entrevistas, outra importante fonte para a pesquisa foram documentos pessoais de indígenas Xukuru-Kariri, como: Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS), livros de registros e anotações produzidas durante os trabalhos sazonais<sup>36</sup>, fotografias e cartas. Com os citados documentos, verificamos as eventuais entradas e saídas dos/as indígenas em empregos formais, os (des)cumprimentos de direitos trabalhistas e o cotidiano nos locais de trabalho.

Entretanto, muitos/as dos/as entrevistados/as sequer tiveram registro formal de trabalho, por negligência dos empregadores e pela inserção nos mundos do trabalho na menor idade, informações que evidenciaram o habitual descumprimento dos direitos assegurados legalmente, como pagamentos de férias; 13<sup>o</sup> salários; rescisões trabalhistas; dentre outros. Por esse motivo, os documentos formais não foram utilizados como elemento primordial para a escrita do texto, sendo necessário, portanto, recorrer e inter cruzar diferentes fontes. Ao informar o teor, riscos e benefícios decorrentes das pesquisas, fomos autorizados a utilizar os documentos pessoais e os nomes dos/as entrevistados/as ao longo da dissertação.

---

<sup>34</sup>Situações vivenciadas por outros pesquisadores como OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 19; MURA, 2013, p. 27-29.

<sup>35</sup>Nossas acompanhantes nas pesquisas pediram para não serem identificadas, ambas são ligadas ao ensino, uma é professora de educação básica em uma das aldeias Xukuru-Kariri, a outra é aluna de Graduação em História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

<sup>36</sup>Os livros mencionados pertencem a indígenas Xukuru-Kariri e foram cedidos para a escrita da dissertação.

Outro limite para a realização das pesquisas foi a frequência ou não dos entrevistados na religião indígena: o Ouricuri<sup>37</sup>. Muitos não frequentavam o ritual por estarem na zona urbana de Palmeira dos Índios, Maceió e São Paulo ou por participarem de outras religiões, agravando a aceitação<sup>38</sup> nos rituais indígenas em tempos posteriores.

Em alguns espaços pesquisados, as religiões protestantes<sup>39</sup> ocuparam importante posição nas decisões políticas e sociais, desse modo, tornou-se difícil usar o Ouricuri como sinal diacrítico para sistematizar relações trabalhistas, portanto, procuramos discutir as experiências em trabalhos sazonais, independentemente da religião dos/as interlocutores/as. Deste modo, as pesquisas sobre migrações Xukuru-Kariri para trabalho foram discutidas ao longo da dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, discutimos os fluxos migratórios vivenciados pelo povo Xukuru-Kariri, analisando a elaboração de resistências em processos de diásporas e retornos dos indígenas à Palmeira dos Índios. Inicialmente, refletimos sobre o esbulho territorial como pressuposto para a estada dos Xukuru-Kariri na zona urbana da cidade; evidenciando as diversas abordagens de estudiosos que se debruçaram sobre o tema das migrações em pesquisas acadêmicas, ressaltando o caráter teórico sob o qual procuramos fundamentar nossas discussões.

No segundo capítulo, refletimos sobre as atividades laborais do povo Xukuru-Kariri, em virtude da falta de empregos e terras para moradia e cultivo nos locais de origem. Evidenciamos como os trabalhos sazonais alteraram o modo de vivências dos índios em diferentes contextos, procurando estabelecer diálogos entre as fontes consultadas nos acervos do GPHIAL e Museu do Índio, com as memórias dos Xukuru-Kariri sobre migrações para trabalhos na segunda metade do século XX.

Partindo das experiências dos indígenas em atividades no Posto Indígena Irineu dos Santos, nos serviços domésticos em Palmeira dos Índios, Maceió e no cultivo/corte de cana na Zona da Mata de Alagoas, discutimos as diferentes etapas do

---

<sup>37</sup>Em outros países do mundo, como no Cinturão de Cobre, atual Zâmbia, expressões socioculturais foram usadas como estratégias de grupos sociais se reunirem para interagir e fortalecer as mobilizações coletivas, situações semelhantes às vivenciadas pelos Xukuru-Kariri no Ouricuri. MITCHELL, 2010, p. 415-416.

<sup>38</sup>Assim como os Terena, a fixação de indígenas Xukuru-Kariri nos centros urbanos em meados do século XX provocou conflitos indenitários e cismas familiares. Ver MUSSI, 2011, p. 209.

<sup>39</sup>Ver MANDARINO, 2004, p. 21-25.

trabalho sazonal: recrutamentos; transportes; remunerações e retornos aos locais de origem<sup>40</sup>.

No capítulo terceiro, discutimos sobre deslocamentos do povo Xukuru-Kariri em busca de trabalhos na região Sudeste, sobretudo, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, motivados pela oportunidade de empregos em indústrias de bebidas, fábricas de chocolate, no setor metalúrgico, na construção civil e em trabalhos domésticos. Evidenciamos o retorno aos territórios indígenas em Palmeira dos Índios em função de situações enfrentadas com insalubres condições de vida, moradia e trabalho, trajetórias marcadas por violências, descumprimentos nos direitos trabalhistas e processos de exclusões vivenciados nos grandes centros urbanos do Sudeste na segunda metade do século XX.

Os retornos para as regiões de origem também foram relacionados às “atividades pluriativas”, experiências de trabalho fora dos locais de origem para complementar a renda da agricultura, produzida para sustentar o sentimento de pertencimento ao campo<sup>41</sup>, marcando os acirrados conflitos com fazendeiros locais e reverberando na busca por reconhecimento oficial, demarcação territorial e direitos sociais<sup>42</sup>.

Em nossas abordagens, os indígenas não foram pensados como “coitados”, “errantes”, “retirantes” ou “flagelados”, adjetivos usados para rotular os nordestinos migrantes como viajantes sem destino e castigados pela seca, assim representados na literatura nacional em vultosas obras, como: “Os sertões”, de Euclides da Cunha, “Morte e vida Severina”, escrita por João Cabral de Melo Neto, ou em diversas músicas de Luiz Gonzaga. Pensamos as migrações como difíceis decisões, diante da falta de terras, de água e trabalho nos locais de origem, inclusive obrigando deslocamentos de crianças e mulheres<sup>43</sup> Xukuru-Kariri.

Embora as secas tenham forçado deslocamentos em busca de melhores condições de vida, a falta de terras se configurou como principal agravante para as migrações sazonais indígenas, inclusive, superando os históricos e prolongados períodos de estiagens em Alagoas<sup>44</sup>. Neste caso, evidenciamos os inúmeros

---

<sup>40</sup>Sobre as etapas migratórias e seleção dos bóias-frias ver D'INCAO, 1983, p. 33.

<sup>41</sup>Ver ALBUQUERQUE, 2017, p. 115-116.

<sup>42</sup>Ver OLIVEIRA, 1999, p. 30-31.

<sup>43</sup>Ver SILLER, 2011, p. 65-72.

<sup>44</sup>Ver ALBUQUERQUE, 2017, p. 112.

processos migratórios por secas frequentes, falta de empregos e esbulho territorial em Palmeira dos Índios, favorecendo o fortalecimento da concentração agrária e do poder político dos latifundiários nos territórios indígenas (FAORO, 1997; LEAL, 1997).

Uma importante perspectiva para sistematizar as experiências de trabalho dos Xukuru-Kariri foi a utilização das discussões propostas por estudiosos da Escola de Manchester acerca das migrações<sup>45</sup>, ao refletirem sobre o chamado neotribalismo na África com métodos analíticos distanciados do exotismo buscado por antropólogos do século XIX, possibilitando discutirmos situações históricas particulares<sup>46</sup> aos Xukuru-Kariri, todavia, interligadas a contextos vivenciados por outros povos indígenas no Nordeste em processos de espoliação territorial e vinculações com as cidades de destinos migratórios.

Outra fecunda forma de evidenciar as relações indígenas com os trabalhos sazonais foram as discussões de historiadores ligados a micro-história italiana em estudos conjuntos com antropólogos e filósofos pela possibilidade de relacionar diferentes atores na construção histórica, os “soterrados” e “esquecidos” pela “história oficial” do século XIX, formando um movimento historiográfico conhecido como “antropologia histórica”<sup>47</sup>. Analisando com “novas lentes”<sup>48</sup> os diferentes contextos históricos vivenciados pelos Xukuru-Kariri, buscamos apresentar e discutir uma história dos índios como trabalhadores, resistentes e mobilizados, em oposição ao senso comum em Palmeira dos Índios que os rotulou como “preguiçosos”, “arruaceiros” e “conflituosos”.

Nossa preocupação foi escrever uma história “vista de baixo”, evidenciando as trajetórias de homens e mulheres comuns, protagonistas e atuantes<sup>49</sup> nas mobilizações para demarcação territorial em oposição aos conflitos com posseiros no território indígena em Palmeira dos Índios, possibilitando discutir processos históricos com experiências vivenciadas por outros atores na formação do Estado nacional, contribuindo para a construção da História Social do trabalho indígena Xukuru-Kariri<sup>50</sup>.

---

<sup>45</sup>Ver FELDMAN-BIANCO, 2010.

<sup>46</sup>Ver VELSEN, 2010, p. 438-448.

<sup>47</sup>Ver LE GOFF, 2018, p. 39-42; OLIVEIRA, 1999, p. 36.

<sup>48</sup>Ver LEVI, 2000; GINZBURG, 2007; 1989.

<sup>49</sup>Sobre a desconstrução de uma história elitista, que enaltece “falsos heróis”, ver COSTA, 1998, p. 15.

<sup>50</sup>Acerca da preocupação em evidenciar as relações indígenas com os mundos do trabalho para dar voz aos silenciados pela “história oficial” ver SILVA, 2017, p. 33-45; MOREIRA, 2019, p. 23-34; DANTAS, 2018, p. 28-35.

## CAPÍTULO I

### OS XUKURU-KARIRI NA HISTÓRIA RECENTE: MIGRAÇÕES, EXPROPRIAÇÕES E RETORNOS AOS TERRITÓRIOS

Neste capítulo, discutiremos os fluxos migratórios vivenciados pelo povo Xukuru-Kariri, viagens para trabalhos sazonais e retornos ao município de Palmeira dos Índios. Inicialmente, apresentaremos diversas abordagens de pesquisadores que se debruçaram sobre o tema das migrações, ressaltando o caráter teórico para a compreensão do contexto histórico pesquisado.

A base teórica foi somada a uma série de documentos consultados em diferentes acervos, dos quais, trataremos no decorrer do texto. Evidenciaremos como, após expropriação territorial e retorno aos locais de origem<sup>51</sup>, os Xukuru-Kariri atuaram na busca por empregos por falta de áreas para plantio<sup>52</sup> e influências de parentes e arregimentadores em fábricas, construções civis e outras funções que demandaram mão de obra barata e explorada, a exemplo de empregos como: domésticas e diaristas, atividades no comércio local, trabalho em fazendas no entorno de Palmeira dos Índios e em fábricas na região Sudeste no século XX.

Portanto, esta pesquisa vem somar-se a estudos e discussões que evidenciaram os processos históricos de migrações e diásporas também como mobilizações políticas, busca por trabalhos, reivindicação de direitos e afirmação<sup>53</sup> identitária indígena (SILVA, 2017; DANTAS, 2018; MURA, 2013; BEZERRA, 2012; SILVA JÚNIOR, 2015).

Sobremaneira, pesquisamos os processos históricos de indígenas Xukuru-Kariri habitantes em Palmeira dos Índios que migraram e não deixaram de mobilizar-se e resistir<sup>54</sup> para pressionar o Estado, reivindicando territórios invadidos por

---

<sup>51</sup>O conceito de *território* que utilizaremos neste estudo está embasado nos escritos do geógrafo Milton Santos. Buscamos situar o território em sua dinâmica a partir dos usos e apropriações pelos diferentes agentes sociais, pois, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1998, p.15).

<sup>52</sup>Sobre a insuficiência de terras para os Xukuru-Kariri ver BARROS, 1969, p. 36.

<sup>53</sup>Ver BARTH, 2011, p. 211, 217.

<sup>54</sup>“Ao cabo destes primeiros quinhentos anos, no entanto, apesar de perdas irrecuperáveis e transformações marcantes, diversas populações portadoras de uma herança cultural, genética e moral que atravessou séculos de riscos e incertezas estão aí a reclamar os seus direitos históricos e a sua alteridade política” (MONTEIRO, 1999, p.237).

fazendeiros<sup>55</sup>. Desse modo, não discutimos apenas travessias e formações de redes<sup>56</sup>, mas, buscamos contribuir a partir de uma análise sobre a visibilidade e o protagonismo dos povos indígenas, evidenciando a alteridade, as mobilizações políticas e a troca de experiências entre a História<sup>57</sup>, a Antropologia e outras ciências como possibilidades de reescrever a trajetória histórica dos índios no Brasil a partir das memórias e relatos orais, pois:

Outros têm buscado um caminho mais profícuo para suas revisões historiográficas, incorporando perspectivas teóricas de outras disciplinas, tais como a antropologia, a arqueologia e a linguística, entre outras, para produzir uma visão crítica e cada vez mais complexa dos processos demográficos, políticos, econômicos [e] sociais (MONTEIRO, 1997, p. 19-20).

Em nossas abordagens, discutiremos as mobilizações Xukuru-Kariri para o reconhecimento do Estado nos processos de emergência de identidades étnicas no Nordeste após a segunda metade do século XX (OLIVEIRA, 1999). Nesse sentido, evidenciaremos os deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri através de redes migratórias para garantir melhorias sociais a partir da Aldeia Fazenda Canto, em fluxos de índios nos processos de reconquista<sup>58</sup> territorial<sup>59</sup>, em trabalhos sazonais e experiências nas periferias de Palmeira dos Índios<sup>60</sup>.

Portanto, questionamos os discursos de “preguiça” e “vagabundagem”<sup>61</sup> atribuídos por políticos aos Xukuru-Kariri e veiculados nas rádios locais como tentativa de evitar a demarcação territorial, tendo como amparo os escritos do romancista Graciliano Ramos, Prefeito de Palmeira dos Índios entre 1928 e 1930, com predileção para passagens do livro “Caetés”, publicado em 1933<sup>62</sup>:

---

<sup>55</sup>Ver ANTUNES, 1973, p. 57.

<sup>56</sup>Ver TRUZZI, 2008.

<sup>57</sup>“Devemos aprender a olhar o presente à distância, como se o víssemos através de uma luneta invertida” (GINZBURG, 2014, p. 13).

<sup>58</sup>O uso do termo *reconquista* como menção a processos de retomadas territoriais Xukuru-Kariri foi evidenciado na documentação consultada. “**Carta aberta as autoridades, a sociedade organizada e as entidades não governamentais**”. Maceió, 24/08/1994. Disponível no acervo do CIMI, em Maceió.

<sup>59</sup>Sobre reconquistas territoriais Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios ver MOREIRA; PEIXOTO; SILVA, 2010; SILVA JÚNIOR, 2007.

<sup>60</sup>“Posseiros desmataram a maior parte das terras”. In: **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, 28/08/1994, p. A-5. Disponível no acervo do CIMI, em Maceió.

<sup>61</sup>Os usos dos termos “preguiça” e “vagabundagem” foram evidenciados como formas do Estado descaracterizar as mobilizações indígenas, favorecendo as invasões territoriais por fazendeiros locais, primordialmente em Alagoas ao longo do século XIX. Ver DANTAS, 2018, p. 64.

<sup>62</sup>Ver SOARES, 2019, p. 34-35.

De indivíduos das minhas relações o que tem presença moral com antropófago é o Miranda, mas o Miranda é inteligente, não serve para Caeté. Conheço também Pedro Antônio e Balbino, índios. Moram aqui ao pé da cidade, na Cafurna, onde houve aldeia deles. São dois pobres degenerados, bebem como raposas e não comem gente. O que me convinha eram canibais autênticos, e disso já não há. Dos Xucurus não resta vestígio; os da lagoa espalharam-se (RAMOS, 2013, p. 66).

Com leitura anacrônica e distorcida para os moldes sociais atuais, o uso da literatura gracilianista tem se tornado constante nos discursos contra a demarcação das terras indígenas em Palmeira dos Índios, pois, o poder econômico quase sempre esteve atrelado ao poder político, neste caso, os detentores dos meios de comunicação envolveram-se nos conflitos agrários com os indígenas<sup>63</sup>, afirmando, imprudentemente, que os Xukuru-Kariri pretendiam retomar a zona urbana de Palmeira dos Índios, todavia, as mobilizações indígenas foram para reconquistar partes do território invadido por fazendeiros<sup>64</sup>.

O termo “espalharam-se”, expresso na citação anterior, foi usado pelo escritor Graciliano Ramos para explicar, sem notoriedade, os deslocamentos no Semiárido em Alagoas. A falta de discussão histórica sobre as compulsórias migrações indígenas durante o século XIX e até meados do XX favoreceu o aumento nos discursos de inexistência indígena, entretanto, pretendemos discutir as viagens realizadas para trabalhos fora dos locais de origem como possibilidades em melhorias sociais, reivindicação de direitos e demarcação territorial, após o reconhecimento oficial em meados do século XX.

### 1.1 Ebulho territorial e dispersão Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios

Historicamente, as invasões nas terras indígenas no Nordeste foram realizadas por posseiros<sup>65</sup>, senhores de engenho e políticos interessados no aumento de propriedades para a criação de gado<sup>66</sup>, instalação de fábricas, plantações de fruteiras

---

<sup>63</sup>O uso da imprensa como forma de persuasão, coesão social e representação dos latifundiários remonta a meados do século XVIII, resultando no exercício do “poder oligárquico predatório” e manipulador contra aqueles/as que não possuem os meios de produção e disseminação de informações. Ver THOMPSON, 1998, p. 38-39.

<sup>64</sup>**Nossas reivindicações.** Palmeira dos Índios, 16/06/1979. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>65</sup>A definição de *posseiros* a partir dos relatos de índios Xukuru-Kariri significa: detentores de glebas territoriais transferidas compulsoriamente para fazendeiros locais por meio de vendas ilegais.

<sup>66</sup>“São todos terrenos de melhor qualidade, e por isso se prestão a toda especie de cultura, sendo os de Palmeira e do Colegio de mais pretadios em parte para criação de gados.” “Fala dirigida à Assembléia Legislativa das Alagoas, pelo Presidente da Província Antonio Alves de Souza Carvalho.



nos territórios indígenas<sup>67</sup> e uso da mão de obra indígena de maneira compulsória com o esbulho territorial legalizado pela Lei de Terras de 1850<sup>68</sup>.

Embora a Lei de Terras tenha sido promulgada em 1850, cada província tinha autonomia para efetivá-la de acordo com circunstâncias e proveitos a partir dos latifundiários interessados nos territórios indígenas, se valendo da participação política nas Câmaras Municipais e arranjos com os poderes públicos provinciais. Neste sentido, os aldeamentos foram extintos em Pernambuco, por exemplo, no ano de 1860<sup>69</sup>, e, em Alagoas, em 1872<sup>70</sup>, portanto, legitimando as invasões aos territórios indígenas em diversas províncias do Brasil.

Assim como ocorreu em outras partes do território nacional, a extinção dos aldeamentos na Província das Alagoas entre meados e fins do século XIX, decretada por Silvino Elvídeo Carneiro da Cunha, Barão de Abiaí, marcou a apropriação dos territórios indígenas pelas Câmaras Municipais<sup>71</sup> e fazendeiros locais, conforme foi publicado em um jornal:

Segundo [...] o Aviso de 17 de junho de 1872 do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o aldeamento era declarado extinto, por força de ato do Governo de Alagoas datado de 3 de julho daquele ano. Essa declaração de extinção, interpretada articuladamente com a Lei de Terras de 1850, de forma errônea, fez com que as terras dos Xukuru-Kariri fossem repassadas ao domínio do Estado de Alagoas e posteriormente ao Município de Palmeira dos Índios e aos particulares, consolidando assim a invasão da área<sup>72</sup>.

Ao discutir impasses e lacunas com a extinção do Diretório Pombalino na manutenção da estrutura administrativa dos aldeamentos um pesquisador escreveu: “a elaboração das leis acontecia em um campo de disputa política em que estavam

---

Maceió. Typographia do Diario do Commercio, 1862”. In: ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas: documentário**. Maceió: Imprensa Universitária, 1984, p. 27.

<sup>67</sup>Ver SILVA, 2017, p. 211-212.

<sup>68</sup>A efetivação da Lei de Terras de 1850 estimulou a formação de mão de obra barata com as invasões aos territórios indígenas. Ver BEZERRA, 2018, p. 39.

<sup>69</sup>Ver SILVA, 1995.

<sup>70</sup>Ver ANTUNES, 1984.

<sup>71</sup>“Os foros dos terrenos das extinctas aldeias de índios que não forem remidos nos termos do art. 1º, §1º, da Lei n. 2672 de 20 de outubro de 1875, passarão a pertencer aos municípios onde existirem taes terrenos; correndo por conta dos mesmos as despesas da respectiva medição, demarcação e avaliação”. **Lei 3.338 de 20/10/1887 sobre a Receita Geral do Império**. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>72</sup>“A terra indígena Xukuru-Kariri”. In: **Jornal Porantim**. Brasília, novembro de 1994, p. 6. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerioindio&pagfis=5662>. Acesso em 28/04/2019.

em jogo os interesses de grupos com representação na estrutura do poder, seja imperial ou provincial” (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 86).

Neste caso, a legislação referente à extinção dos aldeamentos em Alagoas partiu de interesses dos políticos interessados nas terras indígenas, provocando a dispersão dos Xukuru-Kariri pela zona urbana de Palmeira dos Índios com alguns bairros formados pela ocupação de indígenas e para cidades adjacentes, por trabalho e moradias<sup>73</sup>.

Os bairros Cafurna e Xucurús foram formados por mão de obra e habitação de índios esbulhados das terras ainda em fins do século XIX, conforme apontou Luiz Byron Torres em um livro escrito entre fins do século XX e início do século XXI sobre Palmeira dos Índios<sup>74</sup>. Na documentação, observamos a estada de índios Xukuru-Kariri nas citadas localidades. Embora alguns não pretendessem voltar para os territórios, em razão de conflitos com os pares ou pela constituição de uma vida pautada em estreitas relações com a cidade, outros, almejaram o retorno pela esperança de reviver épocas de consumo a partir da agricultura familiar, fortalecendo o sentimento de pertença à zona rural.

A presença indígena na zona urbana de Palmeira dos Índios não se restringiu ao povo Xukuru-Kariri; a formação do bairro Cafurna ocorreu com a participação dos Xukuru do Ororubá<sup>75</sup>, sendo possível supor a formação de redes migratórias entre os dois povos indígenas<sup>76</sup> antes mesmo da extinção dos aldeamentos em Alagoas na segunda metade do século XIX<sup>77</sup>.

Em fins do século XX, o bairro Cafurna tinha uma concentração de índios Xukuru-Kariri que foram esbulhados a partir de 1872 com as invasões de fazendeiros

---

<sup>73</sup>Em outro estudo, discutimos os deslocamentos da família Ricardo à Aldeia Fazenda Canto, em busca de moradia e sobrevivência a partir da extinção dos aldeamentos em Alagoas, e o processo de formação da Aldeia Fazenda Canto em 1952. Ver ROCHA, 2017, p. 29; 44.

<sup>74</sup>Ver TORRES, 2001b.

<sup>75</sup>Os deslocamentos Xukuru do Ororubá para Alagoas resultaram na formação de outras aldeias, como a do Cocal em fins do século XIX, decorrente de alianças com os Wassú-Cocal, habitantes em Joaquim Gomes. Ver DANTAS, 2018, p. 198-199.

<sup>76</sup>Ofício do juiz de paz de Cimbres, José Camelo Pessoa Cavalcante, para o Presidente da Província de Pernambuco, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. JP2. 26/02/1830. Fl. 28-28v. Disponível no acervo do APEJE.

<sup>77</sup>As relações entre os Xukuru-Kariri e os Xukuru do Ororubá foram intensificadas durante a Confederação do Equador (1824) e a chamada Revolução Praieira (1848), laços sócio-históricos fortalecidos por processos migratórios em busca de refúgio, alianças políticas e militares, resultando na intensa participação indígena na construção do Estado nacional ao longo do século XIX. DANTAS, 2018, p. 29; 87; 91; 125; 130.

nas regiões de origem. Atualmente, nas proximidades do citado bairro, existe uma aldeia denominada Cafurna de Baixo, elo entre a cidade e a Aldeia Mata da Cafurna<sup>78</sup>.

Enxotados para a zona urbana de Palmeira dos Índios, os Xukuru-Kariri reivindicam áreas para plantio e práticas ritualísticas. Em virtude do crescimento demográfico, os territórios da Aldeia Cafurna de Baixo tornaram-se insuficientes para os indígenas, motivando deslocamentos para trabalhos e estabelecendo moradias nas periferias da cidade<sup>79</sup>.

Durante as pesquisas, foram entrevistados indígenas que migraram da Aldeia Cafurna de Baixo e do bairro Cafurna para São Paulo, em busca de empregos, moradias e seguridade financeira em atividades de trabalho, como: serventes de pedreiro, babás, empregadas domésticas, artesãos, mecânicos, operários, auxiliares de limpeza e serviços gerais, viagens frustradas por motivos distintos.

Em alguns casos, os riscos oferecidos pela cidade assumiram fator primordial para o retorno aos territórios indígenas, em outros, prevalecia as desilusões vivenciadas nos centros urbanos: elevadas jornadas de trabalho, péssimas remunerações e demorados deslocamentos em perigosos e caóticos trânsitos, conforme afirmou “Seu” Valdomiro Aleixo sobre a experiência que vivenciou em São Paulo no início da década de 90 do século XX<sup>80</sup>.

As precárias moradias nas periferias de São Paulo também influenciaram no retorno de muitos Xukuru-Kariri para o bairro Cafurna e à Aldeia Cafurna de Baixo. Em algumas entrevistas, indígenas relataram terem presenciado inúmeras casas de lona e papelão serem construídas nos derredores de córregos e riachos, caracterizando riscos de inundações repentinas e constante preocupação com eletrodomésticos, móveis e riscos de deslizamentos<sup>81</sup>.

Embora existissem problemas de habitação e acentuados deslocamentos para os trabalhos, os grandes centros urbanos serviam como estratégia para a qualificação profissional e aquisição de bens domésticos. A vida dividida entre os barracos nas cidades e as casas espremidas pelo avanço agropecuário nos arredores dos territórios indígenas fortaleceu as mobilizações pela cobrança de direitos.

---

<sup>78</sup>Ver TORRES, 2001b.

<sup>79</sup>Ibidem.

<sup>80</sup>Valdomiro Aleixo da Silva, 64 anos. Aldeia Cafurna de Baixo, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 23/09/2019.

<sup>81</sup>Idem.

Em conversas informais, indígenas idosos afirmaram estarem morando no bairro Cafurna por causa das invasões aos seus territórios por fazendeiros locais. As glebas onde habitavam, os antigos e férteis “brejos de altitude”<sup>82</sup>, foram ocupados por plantações de capim, usadas para expansão da pecuária. Na fotografia a seguir, apresentaremos o avanço agropecuário ao redor da Aldeia e do bairro Cafurna:



**Fotografia 01 - Bairro Cafurna em 1975.**

Foto: Luiz Torres.

Adaptação: Aduino Rocha.

Fonte: acervo do GPHIAL.

Nas proximidades do bairro Cafurna (evidenciado em verde) encontra-se o território da Aldeia Cafurna de Baixo e uma área de mata preservada. Da esquerda para a direita na fotografia (representada em vermelho), existe um contraste entre algumas casas na Aldeia e áreas de pastagens em territórios ocupados por fazendeiros locais. Antigos moradores no bairro Cafurna afirmaram que os imensos cercados são o epicentro de conflitos, desigualdade social, falta de trabalhos e moradias entre os Xukuru-Kariri.

---

<sup>82</sup>Ver SILVA, 2017.

Atualmente, o bairro Cafurna tem uma concentração de famílias indígenas dividindo espaços entre as casas empilhadas e os cercados invadidos por políticos fazendeiros locais, situações que se agravam por conflitos agrários resultantes dos morosos processos de desintrusão das terras indígenas Xukuru-Kariri (PEIXOTO; SILVA, 2015).

Além do bairro Cafurna, as localidades com incidências de indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios são: Paraíso, São Francisco, Xucurús, Tenório Cavalcante e Alto do Cruzeiro. A presença de índios na cidade está vinculada ao crescimento demográfico, insuficiência de terras, conflitos internos, procura por empregos, dentre outros fatores. A seguir, apresentaremos uma fotografia da área urbana em Palmeira dos Índios, destacando alguns dos bairros que foram construídos a partir de mão de obra e demografia Xukuru-Kariri<sup>83</sup>.



**Fotografia 02** - Vista aérea de Palmeira dos Índios em 1975 com destaque para os bairros: Paraíso; São Francisco; Xucurús; Tenório Cavalcante e Alto do Cruzeiro.

Foto: Luiz Torres.

Fonte: acervo do GPHIAL.

<sup>83</sup>Ver FRANÇA et. al., 2007, p. 23; 34; 37; 69.

Embora seja de idos de 1975 e aborde uma área geográfica relativamente extensa, alguns aspectos prevalecem nas partes legendadas da fotografia anterior: as relativas ligações com a zona rural e o empilhamento das habitações, principalmente por serem nos bairros periféricos em relação ao Centro, espaços de estada dos indígenas na zona urbana de Palmeira dos Índios.

Como mencionamos, os bairros Xucurús e Alto do Cruzeiro abrigavam, durante o período estudado, grande número dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. O dilema de vida enfrentado por muitos indígenas que moraram na zona urbana ocorreu por falta de terras para práticas ritualísticas, construção de casas e plantações de horticulturas, tubérculos e cereais<sup>84</sup>. Uma das alternativas encontrada por alguns indígenas foi a prática da agricultura em terrenos baldios na cidade. Nas fotografias a seguir, evidenciaremos as citadas localidades. O bairro Alto do Cruzeiro concentra o maior números de indígenas Xukuru-Kariri na cidade de Palmeira dos Índios, com moradias precárias e problemas estruturais, evidenciados na fotografia a seguir:



**Fotografia 03** - Bairro Alto do Cruzeiro, 23/07/2019.

Foto: Adauto Rocha.

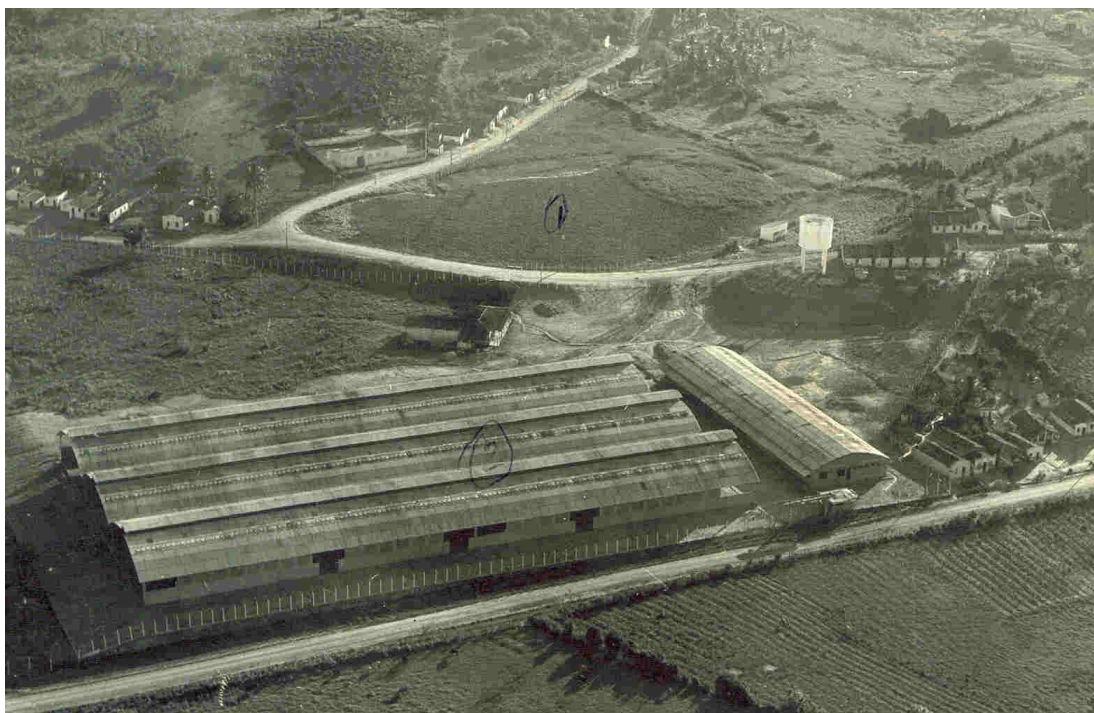
Fonte: acervo do autor.

---

<sup>84</sup>Ver FRANÇA et. al., 2007.

O bairro Alto do Cruzeiro está localizado em uma parte elevada de Palmeira dos Índios, favorecendo o acesso entre a zona urbana, a Aldeia Serra do Capela e o bairro Cafurna de Baixo, contribuindo com deslocamentos indígenas para trabalhos domésticos (conforme evidenciaremos no capítulo II) e uso de residências da localidade como moradias para indígenas migrantes durante estadas na cidade (FRANÇA et al., 2007).

Já o bairro Xucurús, dista 7 km da Aldeia Fazenda Canto, relativa aproximação que contribuiu para a estada de indígenas nas residências dos parentes ao migrarem para atividades sazonais em trabalhos diversos, como: pintores, pedreiros e empregadas domésticas na localidade. Assim como no bairro Alto do Cruzeiro, os indígenas residiam em casas empilhadas e com estruturas debilitadas, apresentadas na fotografia a seguir:



**Fotografia 04** - Bairro Xucurús em 1975.

Foto: Luiz Torres.

Fonte: acervo do GPHIAL.

Conforme observado na parte esquerda da fotografia, em 1975 haviam poucos casebres no bairro Xucurús. Com o objetivo de ajudar as famílias carentes e propagar a fé cristã, a congregação das Irmãs Franciscanas de Santo Antônio construiu mais de 100 casas e uma escola no bairro, contrastando com imensos galpões para beneficiamento de cereais e açúcar da Indústria e Comércio e Peles S.A. (INCOPEL)

(TORRES, 2001b). Não encontramos registros de trabalho indígena na localidade, contudo, é provável que tenham ocorrido pela falta de possibilidades trabalhistas nas aldeias e vislumbre do bairro como uma “zona industrial”, pela abundância de água e uso de mão de obra barata na Indústria<sup>85</sup>. As negações identitárias e desilusões trabalhistas vivenciadas durante as estadas nos arrabaldes da cidade, influenciaram decisivamente em posteriores retornos Xukuru-Kariri aos territórios indígenas.

Após anos de perambulação pelas periferias em Palmeira dos Índios, sobretudo no bairro Alto do Cruzeiro, cerca de 100 famílias se uniram para exigirem o reconhecimento do Estado através da aquisição de uma faixa de terras no território indígena, resultando na formação da Aldeia Monte Alegre, habitada pelos Xukuru-Kariri que viviam na zona urbana de Palmeira dos Índios, liderados pelo Cacique “Xiquinho” e conhecidos como Xukuru-Palmeira, pelas relações com a cidade<sup>86</sup>.

A demanda dos Xukuru-Palmeira pela retomada<sup>87</sup> de uma área em 2007, fundamentou-se na liberdade em praticar rituais religiosos vinculados ao Ambiente, plantação e cultivo de ervas fitoterápicas e práticas agrícolas, pela ausência de empregos na cidade. Além de trabalhos em terrenos baldios, os indígenas exerceram atividades como artesãos, na construção civil, como domésticas e, em menor quantidade, nos serviços públicos ou em lojas do comércio local. A estada na cidade motivou a saída de membros para atividades laborativas nas fazendas da região ou em São Paulo (FRANÇA et. al., 2007).

Atualmente, os Xukuru-Palmeira habitam o território indígena denominado Monte Alegre em frágeis casas de taipa. Além de enfrentarem morosidade no processo de demarcação da área habitada pelo descaso da FUNAI e por não terem o reconhecimento de algumas lideranças em outras aldeias Xukuru-Kariri, os indígenas deixaram de ser atendidos pela SESAI, representada pelo Polo Base Xucuru-Kariri, por conflitos com funcionários da unidade de saúde e com lideranças de outras aldeias<sup>88</sup>. As precariedades nas moradias na Aldeia Monte Alegre são evidenciadas na fotografia a seguir:

---

<sup>85</sup>Ver TORRES, 1973, p. 331.

<sup>86</sup>Ver FRANÇA et. al., 2007, p. 26.

<sup>87</sup>As mobilizações para recuperar territórios que estavam, de forma indevida, sob a posse de fazendeiros ou do Estado são chamadas pelos indígenas de retomadas territoriais. Ver SILVA, 2017, p. 360.

<sup>88</sup>“Procedimento Administrativo n. 1.11.001.000126/2008-09 (conflitos entre o grupo “Xucuru-Palmeira” e os índios Xucuru Kariri)”. In: **Ministério Público Federal (MPF)**. Arapiraca, 23 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/extrajudicial->





**Fotografia 05** – Aldeia Monte Alegre, 26/01/2020.

Foto: Adauto Rocha.

Fonte: acervo do autor.

A estada na cidade dificultou o reconhecimento identitário dos que não se autodeclararam como indígenas nos censos realizados pelo IBGE, mas, decidiram apoiar o Cacique “Xiquinho” na reivindicação territorial dos Xukuru-Palmeira, acirrando os conflitos entre os Xukuru-Kariri e fortalecendo as cisões nas aldeias em Palmeira dos Índios<sup>89</sup>.

Apesar de terem retornado aos territórios indígenas, os Xukuru-Palmeira convivem em poucos espaços sociais, como um “campo” de futebol em chão batido e um pequeno arvoredo preservado, usado para as práticas do Ouricuri. Sem a presença de órgãos de saúde e educação na localidade, grande parte das crianças não tem assistência odontológica e/ou frequência escolar<sup>90</sup>.

As mínimas ou inexistentes estruturas sanitárias e a falta de água encanada resultaram em disseminações de doenças parasitológicas e epidêmicas, agravadas a partir do precário reservatório hídrico da comunidade usado para fins domésticos. Localizado em uma região declivada, o “barreiro” não dispõe de revestimento ou

---

[1/recomendacao-docs/terras-indigenas/recomendacao-no-10-gabprm2-jgbs-2o-oficio-arapiraca-al](#). Acesso em 21/10/2019.

<sup>89</sup>Ver FRANÇA et. al., 2007, p. 27.

<sup>90</sup>“Índios vivem em situação precária em Palmeira dos Índios”. In: **Jornal Extra**. Maceió, 07/08/2019. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fnovoextra.com.br%2Fnoticias%2Falagoas%2F2019%2F08%2F49061-indios-vivem-em-situacao-precaria-em-palmeira-dos-indios&psig=AOvVaw3a0lWo1kZuLJlwnigOXJk&ust=1585656818147000&source=images&cd=vfe&ved=0CAMQjB1qFwoTCMia3Y6WwugCFQAAAAAdAAAAABAD> Acesso em: 30/03/2020.

tampa de concreto, favorecendo o contato de insetos transmissores de doenças e a captação de águas da chuva em períodos invernosos. O parco reservatório, utilizado pelos indígenas na Aldeia Monte Alegre, pode ser observado na fotografia a seguir:



**Fotografia 06** – Fonte hídrica da Aldeia Monte Alegre, 29/01/2020.

Foto: Adatao Rocha.

Fonte: acervo do autor.

A falta de estrutura hídrica, observada na fotografia anterior, tem ligações com as dificuldades em serem reconhecidos pelos pares e pelo Estado, em função da ineficiente política de assistência estatal, reverberada em agravadas situações sociais entre os Xukuru-Palmeira. As mobilizações pelo retorno territorial e a resistência indígena ecoam na permanência em calamitosas estruturas habitacionais e insuficientes fontes de renda na comunidade, como a pequena produção agrícola e artesanal.

A falta de terras para plantio, conflitos internos e o crescimento demográfico contribuíram para outra retomada territorial, iniciada em 2016, sob a liderança de Helena Maria Feitosa, resultando no aldeamento de uma família indígena que vivia nos arredores do bairro Xucurús e na formação da Aldeia Fazenda Jarra. A insatisfação por habitarem na zona urbana e a necessidade de praticarem o ritual do Ouricuri foram decisivas no processo de retorno aos territórios indígenas, bem como, a precariedade trabalhista e invisibilidade étnica por órgãos indigenistas, como a FUNAI e a SESAI (ROCHA, 2017).

Assim como na Aldeia Monte Alegre, os primeiros anos de retomada na Aldeia Fazenda Jarra foram divididos entre as mobilizações políticas, a revitalização da terra e a estada em precárias moradias, como as apresentadas na fotografia a seguir, registrada alguns meses após o retorno territorial:



**Fotografia 07** – Aldeia Fazenda Jarra, 15/12/2017.

Foto: José Adelson Lopes Peixoto.

Fonte: acervo do GPHIAL.

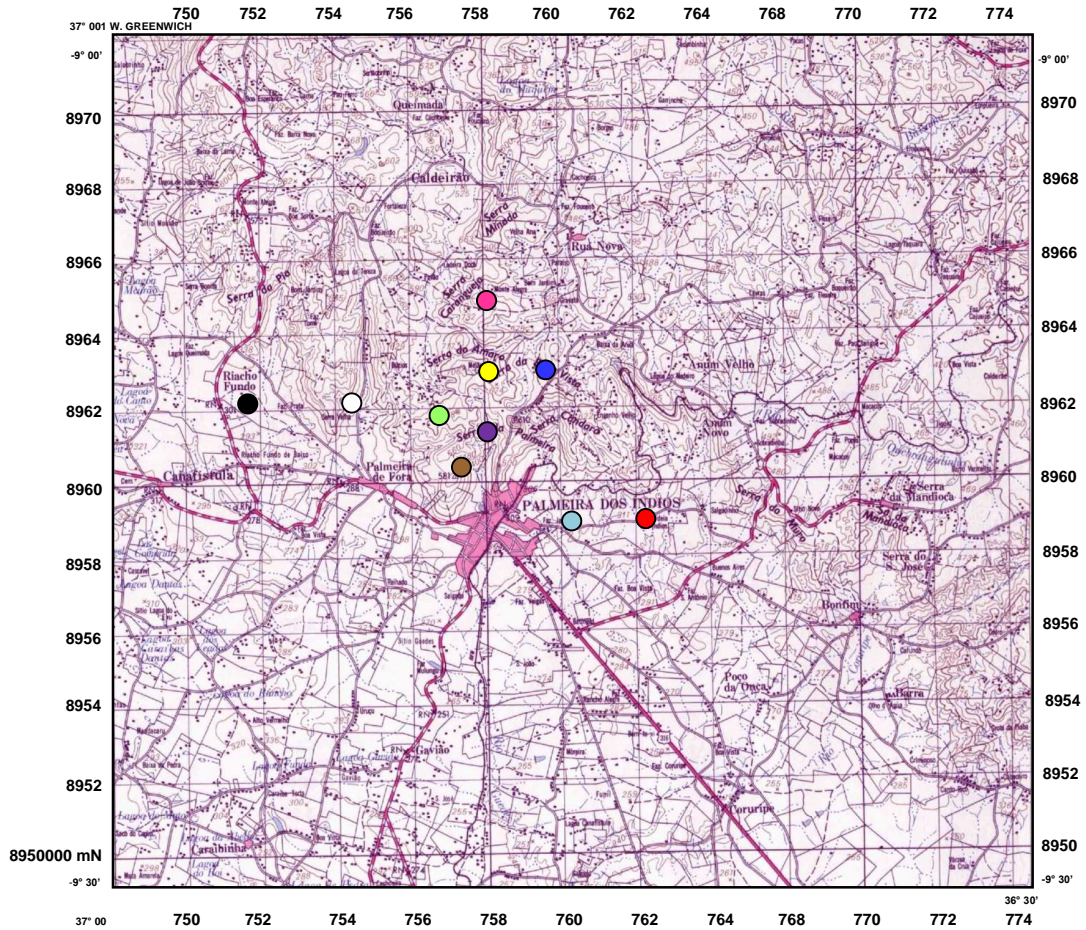
Embora tenham ocupado uma casa de alvenaria durante a retomada territorial em 2016, os indígenas que habitaram a Aldeia Fazenda Jarra conviveram períodos difíceis, sem depósito sanitário, fogão a gás ou água encanada nas frágeis estruturas habitacionais criadas com barracos de lona, conforme apresentamos na fotografia anterior.

A seguir, apresentaremos um mapa cartográfico com a localização e distribuição espacial das Aldeias Fazenda Canto, Coité, Serra do Capela, Fazenda Jarra, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Riacho Fundo, Serra do Amaro, Boqueirão e Monte Alegre, tomando como base o centro urbano de Palmeira dos Índios, pois, além da presença indígena na cidade, os Xukuru-Kariri habitam em 10 “ilhas de resistência”<sup>91</sup> contra a invasão territorial:

---

<sup>91</sup>“Em busca do bem viver”. In: **Jornal Porantim**. Brasília, setembro de 2013, p. 8. Disponível no acervo do CIMI, em Maceió.

# MAPA 01 PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL TERRITÓRIOS INDÍGENAS XUKURU-KARIRI



Territórios indígenas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL:

- Aldeia Mata da Cafurna.....●
- Aldeia Fazenda Canto.....●
- Aldeia Boqueirão.....○
- Aldeia Riacho Fundo.....●
- Aldeia Cafurna de Baixo.....●
- Aldeia Coité.....●
- Aldeia Serra do Capela.....●
- Aldeia Serra do Amaro.....●
- Aldeia Fazenda Jarra.....●
- Aldeia Monte Alegre.....●



Supporte Geográfico  
Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE

ESCALA 1 : 100.000

1 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 km



EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS DE NÍVEL: 40 METROS  
DATUM VERTICAL: IMBITUBA - SANTA CATARINA  
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MARCATOR  
DATUM HORIZONTAL: CÔRREGO ALEGRE - MINAS GERAIS  
ORIGEM DA QUILOMETRAGEM UTM: "EQUADOR E MERIDIANO 39° W. GR"

FONTES:  
MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)  
SUPPORTE GEOGRÁFICO  
REGIÃO NORDESTE DO BRASIL - 1: 100.000  
TOPOGRAFIA E ADAPTAÇÃO: ADAUTO SANTOS DA ROCHA  
ÍNDICE DE NOMECLATURA E ADAPTAÇÃO: ADAPTADO DA FOLHA TOPOGRÁFICA SC.24-X-D-II (DISPONÍVEL NA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE), NO RECIFE/PE). PRIMEIRA ADAPTAÇÃO E IMPRESSÃO: SUDENE/1973.

Conforme observado no mapa anterior, as aldeias Xukuru-Kariri estão localizadas em serras, áreas rurais e nos arrabaldes da zona urbana de Palmeira dos Índios. O sentimento de pertença aos territórios indígenas e o desejo de sobrevivência a partir de pluriatividades reverberaram em distanciamentos do centro municipal e retornos às terras do antigo aldeamento, como no caso das Aldeias Monte Alegre e Fazenda Jarra.

Contudo, por tratarem-se de áreas fronteiriças a territórios invadidos e a alguns bairros em Palmeira dos Índios, os indígenas entraram em conflito com fazendeiros pela posse territorial e foram usados como mão de obra barata e explorada nos arredores das aldeias e em serviços urbanos, conforme discutiremos em posteriores partes do texto.

## **1.2 Nas trilhas da pesquisa: conceituando os deslocamentos Xukuru-Kariri**

As migrações vivenciadas pelos povos indígenas no Nordeste foram originadas na busca por trabalhos<sup>92</sup>, moradia e segurança financeira; atrativos trabalhistas que alimentaram o sonho de uma vida sustentável em atividades sazonais nos setores sucroalcooleiro, têxtil e em fábricas nos centros urbanos<sup>93</sup>, deslocamentos decorrentes da falta de terras apropriadas para plantio e/ou insuficiência de empregos nas regiões de origem.

Diversos autores evidenciaram a importância dos fluxos migratórios para a compreensão do cotidiano de grupos sociais e étnicos<sup>94</sup>, discussões que contribuem para pensarmos as relações de trabalhos dos índios Xukuru-Kariri migrantes entre as aldeias e os centros urbanos como maneiras de mobilidades políticas, trabalhistas e reprodução social, motivados por invasões de fazendeiros nos territórios indígenas localizados nas serras palmeirenses<sup>95</sup>.

Durante as pesquisas realizadas, observamos circularidades migratórias compartilhadas por índios Xukuru-Kariri idosos e, posteriormente, pelos filhos,

---

<sup>92</sup>Ver SILVA, 1999; DANTAS, 2018, p.125-127.

<sup>93</sup>Ver ANTUNES, 1984, p. 51.

<sup>94</sup>Ver MENEZES, 1985, 2002; COVER, 2011; MAGALHÃES, 2017; JANUZZI, 2000; BEZERRA, 2012; SILVA, 2017; SILVA JÚNIOR, 2013, 2015; SINGER, 1985, etc.

<sup>95</sup>As invasões nos territórios Xukuru-Kariri se assemelham ao esbulho vivenciado pelos Tapeba, habitantes no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza/CE, provocando migrações compulsórias de índios para regiões afastadas, motivadas pela falta de terras para plantio. Ver ALBUQUERQUE, 2018, p. 99.

situações sociais que se aproximam pela falta de terras como agravante para a estada nos locais de origem, fazendo aumentar vertiginosamente as viagens para trabalhos.

Os “aprendizados” vivenciados e compartilhados por diferentes gerações foram utilizados como expressões de aceitação aos parâmetros de trabalho longe dos locais de origem. Como escreveu o historiador inglês E. P. Thompson, refletindo sobre as discussões acerca do trabalho entre os ingleses:

O aprendizado, como iniciação em habitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto a mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola (THOMPSON, 1998, p. 17).

Os processos de “aprendizado”, invasão nos territórios Xukuru-Kariri<sup>96</sup> e as disputas pelo poder na Aldeia Fazenda Canto, protagonizadas por integrantes de diversas famílias, bem como a negligência de atuação da FUNAI<sup>97</sup>, provocaram dissidências familiares, ocasionaram tumultuados conflitos e até assassinato de lideranças indígenas, como ocorreu com o Cacique Luzanel Ricardo em 1994<sup>98</sup>, motivando a migração de uma família indígena<sup>99</sup> para periferias em Palmeira dos Índios<sup>100</sup>.

Outros deslocamentos Xukuru-Kariri resultaram de influências exercidas por parentes e “gatos”, pessoas de confiança das usinas e fábricas que, geralmente, moravam nas proximidades de Palmeira dos Índios e estabeleciam contatos entre os indígenas e os setores interessados em empregar mão de obra barata e disponível, tendo como função primordial aliciar os trabalhadores com promessas de boas

---

<sup>96</sup>Ver BARROS, 1969, p. 36.

<sup>97</sup>“FUNAI pede mais tempo para tirar posseiros de terra indígena”. In: **Jornal Extra de Alagoas**. Maceió, 15/07/2015. Disponível em: <http://www.extralagoas.com.br/noticia/17962/esta-semana-nas-bancas/2015/07/15/funai-pede-mais-tempo-para-tirar-posseiros-de-terra-indigena.html> Acesso em 09/04/2019.

<sup>98</sup>“O assassinato do Cacique Xukuru”. In: **Jornal Porantim**. Brasília, novembro de 1994, p. 5. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerioindio&pagfis=5662>. Acesso em 28/04/2019.

<sup>99</sup>Os processos de dissidências familiares provocados pela incipiência de terras também ocorreram entre os Potiguara, habitantes no Rio Grande do Norte, onde aconteceram deslocamentos semelhantes, oriundos de disputas por glebas de terras. Ver GALHARDO, 2017, p. 48-49.

<sup>100</sup>As cisões internas entre os Xukuru-Kariri na Aldeia Fazenda Canto, provocaram a saída de uma família indígena para as periferias em Palmeira dos Índios. “Na linha de sucessão, o “golpe de Estado””. In: **Jornal Tribuna de Alagoas**. Maceió, 26/01/1997, p. A-12. Disponível no acervo do CIMI, em Maceió/AL.

remunerações e dignas condições de trabalho, entretanto, resultando em irrisórios salários e explorações, conforme narrou o indígena Chico Aleixo<sup>101</sup>.

O conceito de “gato” foi discutido pela pesquisadora D’Incao (1983) para caracterizar a arregimentação de pessoas vinculadas aos usineiros com a função de adquirir mão de obra barata destinada ao cultivo e corte de cana através dos trabalhadores sazonais, como os migrantes Xukuru-Kariri, descritos pela citada pesquisadora como “volantes”, pois:

Sendo a demanda de trabalho muito menor do que a oferta, há a preocupação com a seleção dos elementos que serão aproveitados. Este fato responde pela existência do “gato”. O “gato” é um elemento de confiança do proprietário ou empresário da terra, que ganha, via de regra, a empreita do serviço a ser realizado. Encarrega-se de arregimentar a “turma” e responsabiliza-se por todo o trabalho, inclusive pelo pagamento. Paga os volantes por dia de serviço ou pela tarefa realizada. Registrou-se uma tendência acentuada no sentido do pagamento pela tarefa realizada (D’INCAO, 1983, p. 114).

Além de “gatos” e “arregimentadores”, outra definição utilizada pelos Xukuru-Kariri para classificar os responsáveis por recrutarem mão de obra para atividades sazonais era a de “turmeiros”, que tinha como função primordial a organização de turmas que trabalhavam no corte da cana de açúcar. O cargo de “turmeiro” geralmente era ocupado por pessoas das comunidades de origem dos trabalhadores, intermediando conflitos nos locais de trabalho, levando informações dos barracões para os gerentes das usinas, facilitando o acesso dos cortadores de cana aos canaviais e assumindo o deslocamento dos trabalhadores nos péssimos transportes fornecidos pelos usineiros (COVER, 2011).

Alguns Xukuru-Kariri entrevistados relataram<sup>102</sup>, nas memórias sobre os trabalhos fora das terras indígenas, terem se deslocado para os canaviais alagoanos em precários transportes fornecidos pelos usineiros, conhecidos como “gaiolões”. Aglomerados e sem as mínimas condições de segurança, percorriam serras e veredas em direção à Zona da Mata alagoana; ao chegarem aos “talhões”, eram-lhes oferecidos trabalhos temporários no corte ou cultivo da cana de açúcar, atividades exercidas sob o sol escaldante, em precárias condições de trabalho, explorações com

---

<sup>101</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

<sup>102</sup>Geraldo Mascena da Silva, “Santa Luzia”, 60 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/03/2019.

péssimas remunerações<sup>103</sup> e desaparecimento de cortadores de cana, discussões que abordaremos no capítulo II.

Como as funções dos “gatos”, “arregimentadores” e “turmeiros” eram desempenhadas mediante a confiança dos latifundiários interessados na mão de obra indígena, prevalecia o patriarcalismo no repasse de funções para os filhos dos empreiteiros, pela lucratividade e ilegalidade intransponíveis às relações trabalhistas estabelecidas com os cortadores de cana<sup>104</sup>, citadas nos relatos das memórias<sup>105</sup> de índios Xukuru-Kariri ao afirmarem terem trabalhado para arregimentadores que assumiram funções outrora exercidas pelos pais durante a organização de turmas para o cultivo e corte de cana, conforme afirmou “Seu” Basto Cosme sobre as atividades na Zona da Mata canavieira de Alagoas em 1970<sup>106</sup>.

As atividades desempenhadas pelos indígenas nos canaviais eram conhecidas como trabalhos “temporários” ou “safristas”, por serem intimamente ligados aos períodos de colheita de cana de açúcar. Os deslocamentos periódicos de trabalhadores em busca de melhorias no sustento familiar e as experiências em atividades laborativas, na maioria dos casos, eram exercidas sem vínculos formais e/ou garantias sociais (FERREIRA, 1995).

Em Alagoas, os trabalhos temporários dos indígenas Xukuru-Kariri resultaram em aumento latifundiário e concentração de renda de fazendeiros e usineiros descumpridores dos direitos sociais. Para os indígenas, a categoria trabalhista mencionada possibilitava a unidade familiar fragmentar-se em diversos movimentos migratórios; enquanto alguns membros partiam em busca de trabalho nos centros urbanos, outros deslocavam-se para as plantações e colheitas agrícolas ou atividades para fazendeiros nas regiões de origem, inserindo-se no mercado de trabalho e onerando as quantias recebidas em razão da oferta pela mão de obra superar a procura por atividades agropecuárias e canavieiras<sup>107</sup>.

---

<sup>103</sup>“Justica manda usina pagar direitos trabalhistas a índios e migrantes em Navirai”. **Serviço Pastoral dos Migrantes.** São Paulo, 29/07/2011. Disponível em: <https://spmigrantes.wordpress.com/2011/07/29/justica-manda-usina-pagar-direitos-trabalhistas-a-indios-e-migrantes-em-navirai/>. Acesso em 17/03/2019.

<sup>104</sup>Ver NOGUEIRA, 2012, p. 188.

<sup>105</sup>“Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós” (HALBWACHS, 2003, p. 29).

<sup>106</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, ““Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

<sup>107</sup>Ver SILVA, 1999, p. 18-19.



Em Palmeira dos Índios, a concentração fundiária ocorreu com a usurpação territorial dos Xukuru-Kariri desde o século XVIII, e, predominantemente, no século XIX, após a extinção dos aldeamentos em Alagoas em 1872, contribuindo, em grande medida, para o fortalecimento de fazendeiros na região com a substituição da agricultura pela pecuária<sup>108</sup>, prática comum no Brasil, conforme um pesquisador escreveu:

Apesar do aumento numérico das pequenas propriedades no Brasil, a expressão percentual da concentração de propriedade rural não tem diminuído. As razões dessa contradição devem ser encontradas na fragmentação, preferentemente, das propriedades médias, na recomposição de grandes propriedades, compensando as que se parcelam, ou ainda na sobrevivência de grandes fazendas [...] pela substituição, por exemplo, da agricultura pela pecuária (LEAL, 1997, p. 47).

Os deslocamentos Xukuru-Kariri para atividades fora dos territórios indígenas em Palmeira dos Índios desencadearam atuações em atividades sazonais exercidas por índios mais velhos e reproduzidas por familiares em diferentes contextos, como ocorreu com o índio Sebastião Cosme de Oliveira<sup>109</sup> (“Seu” Basto Cosme) e do filho, José Carlos Oliveira<sup>110</sup>, (Bagôna), ambos residentes na Aldeia Fazenda Canto.

“Seu” Basto Cosme seguiu o itinerário migrante dos pais, e, por vários anos, exerceu trabalhos sazonais em usinas na Zona da Mata alagoana, sempre que regressava do “Sul<sup>111</sup>”, atuava nas lavouras ou como pedreiro na região de origem. O índio “Bagôna” trabalhou para fazendeiros<sup>112</sup> invasores das terras indígenas, presenciando cenas de crueldades, violências e desmandos exercidos por ex-patrões<sup>113</sup>, o que motivou-o a deslocar-se para a cidade de São Paulo em busca de melhorias em atividades na construção civil, funções trabalhistas que foram interrompidas pelas necessidades de regresso em razão de práticas religiosas e problemas de saúde.

---

<sup>108</sup>Ver ANTUNES, 1984.

<sup>109</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, ““Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

<sup>110</sup>José Carlos Ferreira de Oliveira, “Bagôna”, 34 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/02/2019.

<sup>111</sup>A expressão “Sul” corresponde a Zona da Mata de Alagoas e é usada pelos indígenas para se referirem aos locais com plantações de cana de açúcar. Ver ALBUQUERQUE, 2017, p. 139.

<sup>112</sup>Ver SILVA, 2017, p. 164.

<sup>113</sup>Os usos das violências na exploração da mão de obra e onerosas condições trabalhistas foi uma prática amplamente difundida em Alagoas durante o século XX. Ver ALBUQUERQUE, 2009, p. 76.

Experiências migratórias semelhantes a muitos casos de indígenas que retornaram do Sudeste e ficaram sem trabalhos nas aldeias em Palmeira dos Índios, forçados a migrarem para outras atividades sazonais, como a Zona da Mata, pelo apogeu produtivo de açúcar e etanol nas usinas em Alagoas e pela preponderância monocultora da cana de açúcar no estado, uma vez que não conseguiu-se substituí-la pela pluricultura, exigindo braços disponíveis para o trabalho canavieiro<sup>114</sup>.

Em 1975, uma iniciativa pública do Governo Federal criou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) como proposta de incentivar a produção de álcool etílico em usinas do Nordeste e São Paulo para atender as expectativas do consumo interno e as demandas de exportação. Entre 1975 e 1980, o incentivo do Proálcool estimulou o crescimento de 12 vezes na produção de etanol em Alagoas, superando Pernambuco e se tornando o maior produtor no Nordeste, exigindo aumento na mão de obra dos “bóias-frias”<sup>115</sup>.

A presença Xukuru-Kariri na lavoura canavieira, como relataram índios mais velhos, remonta a fins do século XIX e início do XX, atividades laborativas que foram amplamente utilizadas durante a segunda metade do século XX<sup>116</sup>. Indígenas entrevistados expressaram as duras condições de trabalho em plantações de cana de açúcar, experiências que em muito se assemelhavam com os itinerários de trabalhadores migrantes do Semiárido nordestino para os canaviais em São Paulo (SILVA, 1999).

As relações de trabalho nos canaviais foram processos sociais permeados por dominações exercidas entre os migrantes, usineiros e funcionários que desempenhavam posição de autoridade em usinas de cana de açúcar, com o aumento da jornada de trabalho e o sistema de pagamento por produção. A degradação humana e onerosidade financeira foram ocasionadas pelo aumento produtivo do agronegócio canavieiro:

Na medida em que, no começo dos anos 2000, cresce a demanda por etanol no mercado global, multiplicam-se as plantações de cana-de-açúcar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e, conseqüentemente, aumenta a necessidade dessa força de trabalho. O setor do agronegócio canavieiro necessita dessa força de trabalho disciplinada, treinada, capacitada a realizar uma tarefa que exige um dispêndio elevado de energia humana e que seja

---

<sup>114</sup>Ver SILVA, 2017, p. 29.

<sup>115</sup>Ver ANDRADE, 1988, p. 49.

<sup>116</sup>Ver SILVA, 2008a.

controlada, inclusive subjetivamente, para que aumente a produtividade do trabalho. Nestes termos é que se fundamentam as relações de dominação no processo de trabalho (COVER, 2011, p. 19).

Na Aldeia Mata da Cafurna, os trabalhos temporários foram exercidos por indígenas atuando como cortadores de cana, empregadas domésticas, em fábricas e, em grande medida, como pedreiros, trabalhadores fundamentais para a construção e consolidação dos grandes centros urbanos no Sudeste do país. O índio José Helenildo<sup>117</sup> (“Seu” Helenildo), deslocou-se para atividades na construção civil em Minas Gerais, motivado pela promessa de boa remuneração e reconhecimento profissional, retornando em razão das insalubres condições de trabalho, saudades de familiares e má remunerações nos locais de destino.

O retorno não marcou o fim das atividades fora da Aldeia, “Seu” Helenildo relatou ter trabalhado em cidades próximas a Palmeira dos Índios, como: Cacimbinhas, Joaquim Gomes e Maceió, itinerários reproduzidos a partir de necessidades locais e na constituição de uma rede que direcionou boa parte dos Xukuru-Kariri para trabalhos em centros urbanos nas Regiões Nordeste e Sudeste, com o notório crescimento migratório nas últimas décadas (DURHAM, 1973).

As migrações aumentaram consideravelmente nos últimos 50 anos, tornando o Brasil um país majoritariamente urbano<sup>118</sup>, motivando a inserção de novos atores sociais no mercado de trabalho em virtude da tão almejada autonomia financeira com a capital paulista sendo conhecida pelo título de terra da promessa, isso porque:

São Paulo, *locus* privilegiado da criação de empregos e diversificação da estrutura ocupacional e destino de volumosos fluxos de nordestinos de procedência da zona rural, deveria, pois, ostentar cifras de mobilidade ainda mais elevadas. De fato, não só os residentes no Estado apresentavam cifras de mobilidade social ascendente mais elevadas, como também os migrantes nordestinos que para lá se deslocaram (JANUZZI, 2000, p.13).

A “terra da promessa” transformou-se em um estado altamente explorador, considerando a baixa escolaridade de uma grande parte da população que se deslocou da Região Nordeste para o Sudeste. Os centros urbanos exigiram um alto

---

<sup>117</sup>José Helenildo Abdias de Assunção, “Seu” Helenildo, 41 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/01/2019.

<sup>118</sup>Ver JANUZZI, 2000, p. 12.

custo de vida, colaborando com a fragilidade financeira de famílias Xukuru-Kariri migrantes, pois:

A mudança para a cidade implicaria uma elevação do custo de vida da família. Diminuíam as possibilidades de manter plantações e criações de subsistência e parte substancialmente maior da cesta de alimentos passava a ser comprada. Gastos então inexistentes ou muito reduzidos passavam a ter importância crescente no orçamento doméstico como aluguéis, taxas e transporte. Vestuário, lazer e até eletrodoméstico se tornavam itens básicos e indispensáveis para a sobrevivência no meio urbano, onerando ainda mais o orçamento doméstico (JANUZZI, 2000, p.17).

As viagens dos Ticuna, no Alto Solimões/AM, evidenciaram o fluxo de índios para cidades da Amazônia, como Tabatinga e São Paulo de Olivença, em busca de melhorias salariais através de aperfeiçoamento nos estudos, formação religiosa e obtenção de documentos:

É o caso da migração temporária de jovens, e especialmente de rapazes, imbuídos do desejo de conhecer outros lugares por curiosidade ou espírito de aventura. Os adolescentes e rapazes Ticuna do Alto Solimões (Amazonas) frequentemente vão para as cidades próximas (Tabatinga, Letícia ou São Paulo de Olivença) seja em busca de oportunidades de emprego assalariado (geralmente conseguido no comércio ou em obras públicas), seja para completar os seus estudos (as escolas nas aldeias limitam-se à alfabetização) ou ainda para cumprir o serviço militar. Outras vezes empregam-se em barcos comerciais que realizam o transporte na região, ou nas frentes de atração da FUNAI ou ainda integram-se a turmas extrativistas que realizam a pesca comercial ou o corte de madeira (OLIVEIRA, 1996, p. 07).

Os indígenas migrantes ocupavam funções “marginais”<sup>119</sup> nas grandes cidades, os empregos obtidos eram, em grande medida, no corte da cana de açúcar; no setor metalúrgico; na pesca comercial; como motoristas e/ou entregadores; e, quase de maneira unânime, na construção civil, conforme uma pesquisadora afirmou:

O emprego na indústria é o grande sonho trazido ao migrar, pois está associado às possibilidades de um salário maior e de acesso aos benefícios sociais e previdenciários, [...] a construção civil é, via de regra, a primeira atividade. A aceitação, de imediato, de um emprego na construção civil é, muitas vezes, assumida como uma atividade temporária, até que um amigo ou parente consiga uma colocação em uma indústria (MENEZES, 1985, p. 110).

---

<sup>119</sup>“Pelo fato de não terem a qualificação profissional adequada para ocupar postos de trabalho que melhor remuneram, os migrantes ocupam os trabalhos “marginais”, como chapa, servente de pedreiro e emprego doméstico. Ocupações na maioria das vezes sem um contrato legal e com uma remuneração baixa” (COVER, 2011, p. 65).

Compreendemos que o ato de migrar não se resume, apenas, em trabalhar na construção civil e suas derivações. Decerto, existe uma grande “facilidade” em adentrar nesse ramo de empregabilidade, pela aceitação de homens com baixa escolaridade e pelo caráter transitório entre as edificações e as indústrias, atrativos trabalhistas para indígenas que migraram de distintas regiões do Nordeste, na busca por empregos temporários:

A falta de capacidade e o empobrecimento os tornam presas fáceis de relações trabalhistas precárias. O destino mais recorrente dos homens é a construção civil. Muitas mulheres são empregadas domésticas e/ou diaristas. Outras ocupações que merecem destaque pelo expressivo número de indígenas são as de feirante, operários nas olarias e a produção de artesanatos (LIMA; SOUZA, 2016, p. 33).

Ao discutir fluxos migratórios de índios Pankararu que partiram do município de Brejo do Padres para o estado de São Paulo, a pesquisadora Bárbara Estanislau evidenciou o uso da mão de obra indígena na construção de estádios públicos, instalação de linhas telefônicas e atividades em siderúrgicas no Sudeste, trabalhos intermediados por parentes que moravam na favela do Real Parque:

Dentre as profissões, os que chegaram em São Paulo primeiro trabalharam na construção civil, muitos desses na construção do próprio Estádio do Morumbi, localizado perto da favela Real Parque, onde até hoje há uma concentração de Pankararu na cidade. Outro grupo veio para trabalhar na implantação das linhas telefônicas, no desmatamento da região onde passariam os fios, em São Paulo e em seu entorno, principalmente na região de Cubatão. Muitos desses foram contatados na própria aldeia, por meio daqueles que tinham vindo primeiramente residir em São Paulo. A outra geração, dos que aqui nasceram já vieram trabalhar no ramo da metalurgia, sendo seguidos da geração que fez ensino superior e começou a se inserir no setor de serviços (ESTANISLAU, 2014, p. 69).

Além da insuficiência de terras, falta de empregos e ineficiência dos órgãos indigenistas, conflitos familiares por questões fundiárias e políticas criaram novas aldeias e influenciaram deslocamentos de índios Xukuru-Kariri em direção aos centros urbanos, constituindo, em posteriores processos migratórios, a Aldeia Serra do Capela<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup>“Nova Aldeia na Serra do Capela”. In: **Jornal Tribuna do Sertão**. Palmeira dos Índios, 23 a 29/06/1997. Disponível no acervo do GPFIAL.

Outras motivações para migrações foram as secas nas regiões de origem durante o século XX<sup>121</sup>, todavia, não as discutiremos como fortalecedoras de uma rentável altivez de latifúndios e tentativas de reversão pelas ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o fortalecimento das frentes de trabalho para o armazenamento de água com as construções de açudes, ou ainda, a criação do Banco do Nordeste em 1952 para amortizar os efeitos das longas estiagens no Nordeste. Buscamos discuti-las como pressupostos para deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri em busca de trabalhos<sup>122</sup>, elementos presentes na documentação consultada. Acerca das viagens em razão das longas estiagens que assolaram o Nordeste no século XX, o geógrafo Manuel Correia de Andrade escreveu:

No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distinguir-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca -, do sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens a migração (ANDRADE, 2011, p. 37).

Em estudo sobre as migrações de índios Xukuru do Ororubá, habitantes nos municípios de Pesqueira e Poção, no interior de Pernambuco, o pesquisador Edson Silva discutiu as difíceis condições de vida nos citados municípios. Em razão da escassez de água e dos pequenos índices de chuvas na região do Semiárido pernambucano, os indígenas recorriam aos “rios perenes que nascem nas serras e correm em direção ao litoral, e aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno, onde uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária” (SILVA, 2017, p.144).

O referido pesquisador chamou atenção à escassez de chuvas no Semiárido que provocou deslocamentos de indígenas Xukuru do Ororubá para a Zona da Mata canavieira de Pernambuco, situações semelhantes ocorreram entre os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios pelo crescimento demográfico e falta de áreas para plantio, relações que fortaleceram redes migratórias ao longo do século XX<sup>123</sup>.

---

<sup>121</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de fevereiro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, Fotograma 59-60.

<sup>122</sup> Para uma análise mais abrangente dos efeitos das secas no Nordeste ver FERREIRA, 2016b.

<sup>123</sup>Ver SILVA, 2017.

A insuficiência de águas na Serra das Matas, município de Monsenhor Tabosa, interior do Ceará, provocou migrações compulsórias entre os Potiguara do Mundo Novo como alternativas de trabalho. As secas frequentes favoreceram invasões de fazendeiros nas terras indígenas e perambulações dos Potiguara migrantes para trabalhos sazonais:

Considerando o caso Potiguara do Novo Mundo, parece-me justo afirmar que inicialmente os deslocamentos eram uma opção, uma forma de vida; porém com o passar do tempo eles se tornaram uma necessidade. Diante da sobrevivência cada vez mais ameaçada, os membros dessa coletividade fizeram da migração uma estratégia de sobrevivência (LIMA, 2009, p. 239).

Além dos vários fatores que influenciavam quando e para onde os trabalhadores migravam, havia um interesse em conseguir uma forma de sustentar a família através do assalariamento, mesmo que o dinheiro fosse insuficiente para atender as demandas básicas dos migrantes nos locais de destino, atrativo trabalhista que inseriu indígenas Xukuru-Kariri nos centros urbanos e em atividades sazonais no corte de cana<sup>124</sup>.

Para muitos indígenas, o ato de migrar se resumiu em distanciar-se dos trabalhos de alugado<sup>125</sup>, tendo as atividades formais como estratégias de manutenção familiar através da inversão entre a clandestinidade e a formalidade, garantias de direitos sociais e formação de redes trabalhistas distantes de casa. Para outros, as migrações tornavam-se tarefas penosas, exercidas por problemas de cunho social, político e climático<sup>126</sup>.

Em estudo realizado com os cortadores de cana do município de Fagundes, interior da Paraíba, a pesquisadora Marilda Menezes (2002) evidenciou que a migração para a Zona da Mata pernambucana ocorria após o inverno, período em que os chamados “corumbas” se dedicavam às atividades laborais na agricultura, desse modo, o verão, por ser uma estação seca, caracterizava-se como época de trabalho na lavoura canavieira e alterava o modo de vida dos migrantes, situações semelhantes em muitos itinerários migratórios de indígenas Xukuru-Kariri<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup>Ver D'INCAO, 1983, p. 24.

<sup>125</sup>“Trabalho “alugado” consiste em trabalhar por diárias, fazer serviços pontuais nas lavouras de terceiros, sendo remunerados por dia ou por semana” (COVER, 2011, p. 71).

<sup>126</sup>Ver SILVA, 1999.

<sup>127</sup>Ver MENEZES, 2002, p. 20-24.

As migrações para a Zona da Mata de Alagoas foram marcadas pela presença dos “barracões”, estruturas localizadas nos interiores das usinas e utilizadas para obrigar os cortadores de cana a adquirirem produtos nos locais de trabalho. Distante dos centros urbanos, as vendas de alimentos nos “barracões” serviam para forçar trabalhadores a comprarem mercadorias por valores exorbitantes como estratégia de manter o trabalho compulsório envolto da baixa remuneração, o que refletia em dívidas permanentes e manutenção de redes migratórias que chegavam a durar décadas<sup>128</sup>, ignorando as determinações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proteção salarial, definidas em 1949:

Quando não for possível o acesso a outros estabelecimentos ou serviços, a autoridade competente deverá tomar as providências cabíveis para conseguir que as mercadorias sejam vendidas a preços justos e razoáveis, que os serviços sejam prestados nas mesmas condições, e que os estabelecimentos ou serviços criados pelo empregador não sejam explorados com fins lucrativos, mas no intuito de beneficiar os trabalhadores interessados (SUTTON, 1994, p. 13).

A presença de “barracões” vinculados ao uso de uma moeda interna às usinas, chamada de “gabão”, acirrou as mobilizações dos cortadores de cana em Pernambuco por condições dignas de trabalho e livre comércio na aquisição de mantimentos. Em Alagoas, conforme relatado pelos indígenas, a moeda interna nas usinas era chamada de “vale”, concedida pelos donos dos “barracões” como substituição pelo salário pago com moeda nacional corrente.

O “vale” servia como uma espécie de crédito utilizado para a aquisição alimentícia por preços mais altos do que os praticados no mercado externo e que, geralmente, superavam o salário que os indígenas deveriam receber. Nesse caso, ao invés de retornarem com quantias financeiras para os locais de origem, geravam altas dívidas revertidas em trabalhos compulsórios nos canaviais<sup>129</sup>.

Durante as pesquisas, indígenas Xukuru-Kariri relataram a existência dos “barracões” onde trabalharam, e por isso, geralmente havia uma preocupação em não adquirir alimentos nas regiões de destino pela oferta de “vales” e superfaturamento de

---

<sup>128</sup>Ver SILVA, 1999.

<sup>129</sup>Ver LOPES, 1978, p. 05.



produtos alimentícios, prática comum exercida pelos empreiteiros em canaviais nos municípios alagoanos de São Miguel, Maceió e Atalaia até o fim do corte de cana<sup>130</sup>.

O término das atividades nos canaviais das usinas servia como pressuposto para o retorno dos cortadores aos locais de origem, mantendo um ciclo trabalhista que se reproduzia por décadas, inclusive, vinculando filhos e esposas<sup>131</sup> dos trabalhadores às atividades laborais<sup>132</sup>, desintegrando as famílias em condições de trabalho semelhantes a muitos casos Xukuru-Kariri que serão discutidos no capítulo II. Na dinâmica das atividades laborativas entre as esposas e grande parte dos trabalhadores indígenas migrantes, não existia uma notável divisão sexual do trabalho:

Isto é, as mulheres não trabalham apenas na limpeza, preparo de alimentos, cuidado das crianças ou criação de pequenos animais, mas também na roça, na preparação do terreno, capina, plantio e colheita. O trabalho da mulher é considerado como ajuda ao homem, mas, quando os filhos adultos e o marido estão ausentes, migrando temporariamente, elas assumem todas as tarefas sozinhas (FERREIRA, 1995, p. 62).

O retorno aos locais de origem não significava a permanência em atividades realizadas nas comunidades, como as práticas de agricultura<sup>133</sup>, criação de alguns animais e construção de casas. Um novo fluxo migratório começava pelas ofertas de trabalho em Alagoas ou no Sudeste do país, alternativas de emprego pela insuficiência de terras para plantios:

O crescimento da indústria, juntamente com outros fatores ligados à transformação na agricultura, tais como, a concentração fundiária, a expansão da pecuária e da monocultura e a modernização, impulsionadas pela expansão do capitalismo no campo, têm provocado a crescente expulsão do homem do campo (FERREIRA, 1995, p. 28).

---

<sup>130</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

<sup>131</sup>A pesquisadora Marilda Menezes atribuiu o termo “viúvas de maridos vivos” a esposas de trabalhadores sazonais, discutindo como as travessias migrantes alteravam as relações conjugais, de modo que as mulheres passavam a assumir funções na labuta agrícola e na educação dos filhos devido à ausência temporal dos pais. Ver MENEZES, 2002, p. 155.

<sup>132</sup>As migrações dos homens para regiões distantes de onde habitavam, forçava as mulheres a assumirem o duplo papel de cuidar de atividades domésticas e agrícolas, responsabilizando-se pela reprodução de novos migrantes. Ver THOMPSON, 1998, p. 287.

<sup>133</sup>Ver ROCHA, 1978, p. 04.

O crescimento industrial, aliado à expansão latifundiária e às difíceis condições dos migrantes, favoreceu as migrações “inter-regionais”, prioritariamente, pelas possibilidades de melhores remunerações. Os indígenas foram motivados pela acelerada urbanização da Região Sudeste e por oportunidades de emprego nos setores da metalurgia, siderurgia e construção civil:

Apesar da intensidade da migração que se constata no interior do Nordeste, a migração inter-regional, ou seja, para fora dele, é muito mais expressiva. Na década de 50, enquanto 1,266 milhão de pessoas migraram dentro da própria região, 2,644 milhões migraram para fora. Já na década de 70, de um total de 7, 792 milhões de migrantes nordestinos, 23,8% migraram dentro da própria região, enquanto 76,2% dirigiram-se para fora dela (VALIM, 1996, p.14).

Além dos setores citados, os empregos como domésticas e diaristas atraíram indígenas Xukuru-Kariri para trabalhar fora das Terras Indígenas (TI's) em Palmeira dos Índios, tendo como pontos de referência as cidades de Maceió e São Paulo. A aceitação no mercado de trabalho e a oportunidade de exercer atividades laborativas sem vínculos formais, favoreceram a construção de rotinas trabalhistas individuais.

Em estudo realizado pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO-UNICAMP), foi discutida a demasiada quantidade de empregadas domésticas atuantes na cidade de São Paulo, em virtude da baixa escolaridade e insuficientes ofertas de trabalho nos locais de origem, ocasionando “reprodução das estruturas sociais”, associadas à baixa remuneração seguida das excessivas jornadas de trabalho. Esses fatores estimularam a inserção de indígenas Xukuru-Kariri migrantes para trabalhos domésticos no Sudeste:

Quando se soma a carga de trabalho remunerado com o trabalho reprodutivo não pago, constata-se que as mulheres possuem uma jornada de trabalho superior à masculina. Essa é a chamada dupla jornada enfrentada pelas mulheres em todo o mundo, muito embora haja diferenças substanciais entre as mulheres em distintos estratos sociais quanto ao dispêndio de tempo nessas atividades (MARTINS, 2018, p. 512).

Portanto, além de outros tipos de trabalhos citados no decorrer do texto, discutiremos migrações de mulheres Xukuru-Kariri para atividades como empregadas domésticas em centros urbanos nos estados de Alagoas e São Paulo, mão de obra barata e disponível motivada pela saída das aldeias em Palmeira dos Índios e a

facilidade em adentrar ao mercado de trabalho pela precariedade empregatícia nos locais de origem<sup>134</sup>.

### **1.3 Índios no Nordeste e fluxos migratórios: discutindo o tema**

Embora a literatura sobre o tema não seja extensa<sup>135</sup>, a presença de índios nas cidades não é um fenômeno novo. De acordo com o IBGE, dos 896.917 índios contabilizados em 2010, 324.834 viviam nos centros urbanos. Em Alagoas, dos 9.074 índios autodeclarados em 2000, 1.716 residiam na cidade de Maceió, os outros mais de 7.000 dividiam espaços entre territórios indígenas e cidades de pequeno e médio porte, a exemplo de Palmeira dos Índios.

No citado Censo, foi evidenciando o crescimento demográfico indígena em Alagoas e os centros urbanos como pontos de concentração. Dos 14.509 índios cadastrados, 2.420 moravam em Maceió e outros 12.089 em cidades e territórios indígenas fora da capital alagoana, dados que remetem aos morosos processos de demarcação, provocando deslocamentos de muitos índios Xukuru-Kariri dos territórios em Palmeira dos Índios<sup>136</sup>. Considerando que o IBGE realiza censos demográficos a cada dez anos, Alagoas tem uma cifra elevada de indígenas habitando nas cidades, ocasionada pelas migrações para trabalho, ressaltando o crescimento registrado entre os anos 2000-2010<sup>137</sup>.

Uma aproximação sobre a demografia oficial dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios foi possível com os dados referentes aos cadastrados no Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), em 2013. Entretanto, em virtude de nascimentos, mortalidades e deslocamentos, não se obteve uma exatidão cadastral, além do mais, os indígenas habitantes nas Aldeias Fazenda Jarra e Riacho Fundo não foram incluídos nos arquivos, pois, os processos de retorno territorial foram posteriores aos cadastros no sistema. Por tratar-se de área em processo de litígio judicial, os habitantes na Aldeia Monte Alegre também não foram contabilizados.

---

<sup>134</sup>Maria da Penha Ferreira da Silva, “Béba”, 46 anos. Bairro Vila Maria, Palmeira dos Índios/AL, em 25/02/2019.

<sup>135</sup>Ver ESTANISLAU, 2014, p. 14.

<sup>136</sup>Ver IBGE, 2010.

<sup>137</sup>Ver OSÓRIO, 2003.

Os registros numéricos referentes aos Xukuru-Kariri em 2013 contabilizaram 1.218 indígenas residindo em alguma das Aldeias cadastradas: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Coité, Serra do Amaro, Cafurna de Baixo, Boqueirão e Serra do Capela; e 1.652 com estada na zona urbana de Palmeira dos Índios<sup>138</sup>, nesse caso, superando a quantidade de aldeados, corroborando com a necessidade de trabalho e fortalecendo as exigências na demarcação territorial.

Além dos dados discutidos sobre Palmeira dos Índios, os registros também demonstraram a estada de 195 Xukuru-Kariri em outros municípios alagoanos, na Bahia e em Minas Gerais<sup>139</sup>, deslocamentos realizados por casamentos, ofertas de trabalho, dissidências familiares<sup>140</sup>, dentre outros motivos. Durante as pesquisas nas aldeias, os Xukuru-Kariri afirmaram existir, somente em Palmeira dos Índios, uma população de aproximadamente 5.000 indígenas entre as aldeias e os bairros periféricos da cidade, elevada demografia para as poucas aldeias reconhecidas e com terras inviáveis para o provimento de todas as famílias aldeadas, forçando a formação de mobilizações políticas e frentes migratórias para atividades trabalhistas no Sudeste.

Por se tratar do principal polo de atração trabalhista para milhares de nordestinos<sup>141</sup>, inclusive para os índios Xukuru-Kariri, São Paulo tem uma elevada população indígena. Em 2011, aproximadamente 12 milhões de índios viviam no referido estado, os Xukuru-Kariri dividiam espaço com outros 19 povos através de fluxos migratórios estabelecidos entre as aldeias em Palmeira dos Índios e as precárias condições de moradias em favelas nas cidades da região metropolitana, como em Osasco, por exemplo<sup>142</sup>.

A utilização de censos demográficos em pesquisas históricas tem sido um desafio constante, na medida em que consideramos os processos de etnogênese indígena no Nordeste. Dessa forma, não cabe analisar os dados de forma unilateral, as situações históricas vivenciadas pelos povos indígenas exigiram um

---

<sup>138</sup>“Quantitativo populacional dos indígenas cadastrados no SIASI em 2013 por diversos parâmetros de territorialidade indígena ou nacional”. In: **Ministério da Saúde**: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Brasília, 11/09/2019. Disponível em: <http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddens=header,path,dockLeft,footer>. Acesso em 11/09/2019.

<sup>139</sup>Idem.

<sup>140</sup>Conforme evidenciado na página 46.

<sup>141</sup>Ver SILVA, 1999.

<sup>142</sup>“Índios urbanos, o outro lado da aldeia. In: **CIMI**. Brasília, 03/01/2011. Disponível em: <https://cimi.org.br/2011/01/31438/>. Acesso em 09/04/2019.

posicionamento crítico de historiadores, antropólogos e demais pesquisadores interessados no estudo das migrações para trabalho<sup>143</sup>.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira (1996) denominou como “migrações de trabalho” as ocorridas de forma espontânea ou compulsória entre povos indígenas que se deslocaram aos centros urbanos, envolvendo arranjos e estruturas familiares como espinha dorsal na busca por melhorias, em decorrência do crescimento demográfico nos territórios indígenas.

A presença indígena em contextos urbanos é chave interpretativa para discutir as relações com os fazendeiros e as migrações para as cidades em busca trabalhos, como no caso dos Kayowá e os Terena (Mato Grosso do Sul), atuantes em atividades citadinas como “bóia-fria” nas usinas e vaqueiros em fazendas nas regiões de origem:

A escala em que o movimento migratório acontece é um primeiro aspecto dessa diversidade, ocorrendo tanto em nível individual, quanto com partes daquela sociedade ou envolvendo ainda toda a coletividade. As do primeiro tipo são as usualmente classificadas como migrações de trabalho. Em algumas áreas indígenas do Nordeste (como a Kambiwá, entre outras) a baixa qualidade do solo associada à ausência de fontes de suprimento de água e a urna população relativamente numerosa faz com que muitos índios, para atingir o nível mínimo da subsistência, tenham que sair temporariamente da reserva e venham a estabelecer formas de parceria com fazendeiros da região ou ainda venham a engajar-se nas frentes de trabalho mantidas pelo Governo Federal. [...] No Mato Grosso do Sul as áreas definidas para os índios Kayowá e Terena têm dimensões reduzidas e não possibilitam o desenvolvimento pleno da agricultura pelas famílias que aí habitam, forçando os índios a trabalharem como bóias-frias nas lavouras e usinas da região (OLIVEIRA, 1996, p. 06).

A procura por trabalhos fora das TI's foi recorrente entre os Terena em fins do século XX, quando mais da metade dos índios adultos buscaram nos centros urbanos angariar recursos para a subsistência e escolarização dos filhos, estabelecendo contatos a parentes e arregimentadores que moravam nos locais de destino:

Cerca de 65,70% dos Terena saem de suas áreas de origem em busca de trabalho fora das aldeias. Na aldeia, além de as opções de trabalho serem escassas, principalmente para mulheres, também faltam recursos para “tocar” a lavoura, de modo que algumas famílias acabam sobrevivendo apenas com a aposentadoria (cerca de 8,40%). Já o segundo propósito está ligado à falta de escolas para os filhos (aproximadamente 29%), pois algumas aldeias não oferecem todos os graus de formação necessários para atender às exigências do aluno e, nesse sentido, em muitos casos, os índios têm de se deslocar para a cidade mais próxima, a fim de poderem concluir os Ensinos

---

<sup>143</sup>Ver OLIVEIRA, 2011, p. 654; 655; 682.

Fundamental e Médio. E o terceiro propósito refere-se à busca de assistência médica e hospitalar, pois o atendimento nas aldeias é ainda muito precário (MUSSI, 2011, p. 210).

A falta de estrutura econômica nos centros urbanos refletiu diretamente nas condições de moradia dos povos indígenas. Uma matéria publicada pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), entidade social vinculada à Igreja Católica Romana, afirmou que grande parte dos indígenas que migraram em razão das invasões de terras onde habitavam encontraram dificuldades para permanecer nas cidades pelo elevado custo de vida, vislumbrando nas favelas espaços de socializações e acolhimentos<sup>144</sup>.

Durante as pesquisas, indígenas Xukuru-Kariri relataram as péssimas condições de moradia nos vários destinos migratórios. O índio Francisco Félix da Silva (“Seu” Chico Aleixo)<sup>145</sup> regressou à Aldeia Fazenda Canto por não ter se adaptado ao clima frio de São Paulo, pela estada em uma casa de tábuas, por temer o contato com insetos transmissores de doenças e pelo acentuado nível de criminalidade na metrópole, experiências vivenciadas por outros povos indígenas no Nordeste, a exemplo dos Pankararu<sup>146</sup>.

Na circularidade migratória dos Pankararu entre o município de Tacaratu, interior de Pernambuco e o estado de São Paulo, foi evidenciada a vulnerabilidade indígena nos centros urbanos com a falta de estruturas para moradias, elevadas taxas de analfabetismo e dificuldades para aquisição do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI)<sup>147</sup>:

Quando comparamos os dados do registro de nascimento dos indígenas não naturais com os indígenas em geral, vemos que eles possuem maior proporção de registro no cartório, com exceção da região Sudeste, e menor proporção no RANI (IBGE, 2010). Isso pode ser explicado pelo fato de boa parte desses indígenas não-naturais morarem fora de TIs e em áreas urbanas, o que facilitaria a obtenção de registro por cartório, ao mesmo tempo que torna mais difícil ter o RANI (ESTANISLAU, 2014, p. 34).

---

<sup>144</sup>“Aumenta número de indígenas vivendo em cidades, diz presidente da FUNAI.” (Serviço Pastoral dos Migrantes). Disponível em: <https://spmigrantes.wordpress.com/2010/04/20/aumenta-numero-de-indigenas-vivendo-em-cidades-diz-presidente-da-funai/>. Acesso em 17/03/2019.

<sup>145</sup>Francisco Félix da Silva “Seu” Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

<sup>146</sup>Ver MURA, 2013, p. 77.

<sup>147</sup>Ver ESTANISLAU, 2014, p. 18; 20; 32; 33.

Além da “facilidade” em morar nas favelas, os povos indígenas construíam redes de relações que se convertiam na empregabilidade dos que partiam em direção ao Sudeste, deslocamentos por escassez de terras para viverem e secas repentinas marcaram as mobilidades entre os Pankararu, em direção à favela do Real Parque, no Morumbi<sup>148</sup>.

A acolhida de parentes e os trabalhos arregimentados pelos chamados “gatos” influenciaram a estada dos Pankararu em São Paulo, provocando casamentos com não índios nos locais de destino e dificuldades em aceitação nas comunidades quando os migrantes regressaram por questões diversas, tais como: saúde, cansaço da vida citadina, religiosidade, entre outros (MURA, 2013).

No Nordeste, os fluxos migratórios de indígenas em busca de trabalho, moradia e sobrevivência nas cidades não se restringiram ao povo Pankararu. Com as invasões de fazendeiros e os esbulhos de Terras Indígenas, os Tumbalalá realizaram migrações sazonais<sup>149</sup> entre o antigo povoado de Pambu e a Ilha da Assunção (Rodelas/BA):

A região do sertão de Pambu foi palco de um intenso fluxo de famílias e indivíduos que em épocas recentes, ou mais remotas, se fixaram por lá, o que, de resto, confirma a prática habitual no sertão de migrações constantes motivadas pelos imperativos sazonais e engrossadas por expropriações fundiárias de pequenos agricultores por latifundiários influentes (ANDRADE, 2012, p. 196).

As invasões aos territórios provocaram deslocamentos compulsórios dos indígenas pela Região Nordeste e para o Sudeste, formas de empregabilidade nas fazendas de invasores das TI's<sup>150</sup>, possibilidades de empregos revertidas no aprendizado de técnicas agrícolas, mobilizações políticas e reconquista territorial após o retorno de índios Xukuru-Kariri<sup>151</sup>, experiências vivenciadas por outros povos no Nordeste, a exemplo dos Pankararé habitantes em Paulo Afonso/BA:

---

<sup>148</sup>“12 mil indígenas vivem nas favelas e bairros periféricos.” In: **Comissão Pró-Índio de São Paulo**. Disponível em: <http://cpisp.org.br/12-mil-indigenas-vivem-nas-favelas-e-bairros-perifericos/>. Acesso em 17/04/2019.

<sup>149</sup>Ver ANDRADE, 2012, p. 196.

<sup>150</sup>A exploração do trabalho em fazendas remonta ao século XVIII com o uso de mão de obra barata e explorada em diversas atividades, casos similares aconteceram com os Xukuru-Kariri no século XX, com o predomínio de exaustivas jornadas laborativas para concentração de renda entre os fazendeiros. Ver THOMPSON, 1998, p. 275-286.

<sup>151</sup>“Da aldeia da Palmeira dos Índios Sahiu maior numero de índios e a maior delles em n° de 65 entre grandes e pequenos.” Relatório enviado por Jose Roiz Leite Pitanga, Chefe Geral dos Índios, para Jose

Nos anos 50, aumenta o fluxo migratório para a região sudeste, em especial com destino a São Paulo [...]. Ainda em 1932 uma grande seca já havia forçado migrações para localidades próximas: Penedo, Salgado Melão, Salgadinho, Juá, Jeremoaba; Paraíba, Alagoas e Pernambuco, aonde os [indígenas] iam se empregar em fazendas. As migrações sazonais já haviam lhes permitido aprender novas técnicas agrícolas. Com o advento das migrações para São Paulo, os caboclos voltavam ao Brejo capitalizados e capazes de disputar com os brancos numa relação mais equitativa. Alguns egressos conseguiram inclusive reaver suas terras e até acumular posses (MODERCIN, 2010, p. 47).

Além dos Pankararé, outros povos indígenas no Nordeste migraram em busca de atividades laborativas, revertendo as experiências vivenciadas distantes dos locais de destinos como maneiras de mobilizarem-se para o reconhecimento do Estado e posteriores conquistas territoriais. Um estudo sobre deslocamentos dos Xukuru do Ororubá para centros urbanos evidenciou que muitos índios buscaram melhorias no Sudeste, pela facilidade em adquirir empregos temporários. As circularidades migratórias entre São Paulo e a Serra do Ororubá proporcionaram a formação de identidades étnicas dinâmicas<sup>152</sup>, situações semelhantes às ocorridas com os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, pelas continuidades e descontinuidades ao longo dos contextos históricos vivenciados nos processos migratórios (BEZERRA, 2012).

Para o antropólogo Fredrik Barth (2011), os processos migratórios alteram as identidades étnicas através da dinâmica no uso dos territórios e a partir das variadas relações estabelecidas pelos agentes sociais habitando determinados espaços<sup>153</sup>. No caso do povo Xukuru-Kariri, a criação do Posto Indígena Irineu dos Santos e os processos de conquistas territoriais<sup>154</sup> possibilitaram aumentos nas interações com indígenas de outros povos, como os Pankararu<sup>155</sup>, os Fulni-ô, os Xukuru do Ororubá e os Kariri-Xocó, em contatos “inter-étnicos”<sup>156</sup> evidenciados durante a pesquisa

---

Bento da Cunha Figueirêdo, Presidente da Província. 4 de março de 1871. In: ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984, p. 68-69.

<sup>152</sup>Ver BARTH, 2011, p. 195.

<sup>153</sup>Idem, p. 204.

<sup>154</sup>Ver MOREIRA; PEIXOTO; SILVA, 2010.

<sup>155</sup>Telegrama nº 2 de Mário da Silva Furtado solicitando à IR-4 que informe se pode aldear no Posto o índio *Pancararu* (Pankararu) Eduardo Elis Urbano. Palmeira dos Índios, 20 de fevereiro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, Fot. 53.

<sup>156</sup>Aviso enviado por Mário da Silva Furtado, responsável pelo Posto Indígena Irineu dos Santos, à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 148.



realizada. Sobre fluxos migratórios e variações identitárias o citado antropólogo afirmou:

Do ponto de vista de um determinado território, há os fatores dos movimentos grupais e individuais: a emigração que diminui pressão demográfica, a imigração que mantém um ou vários grupos de cohabitantes como postos avançados de reservatórios populacionais mais amplos estabelecidos em algum outro lugar. A migração e a conquista desempenham um papel intermitente na redistribuição populacional e na mudança de suas relações. Mas o papel mais interessante frequentemente fundamental é desempenhado por outro conjunto de processos que efetuam mudanças na identidade de grupos e indivíduos (BARTH, 2011, p. 203-204).

A partir de apropriações indébitas dos territórios indígenas, formaram-se redes de relações nos processos de migrações compulsórias de índios pelo Nordeste em busca de trabalho. Jussara Galhardo (2017) discutiu a efetivação da Lei de Terras de 1850 como dispositivo legal para a usurpação das Terras Indígenas<sup>157</sup> pelas Câmaras Municipais<sup>158</sup>, influenciando deslocamentos dos Potiguar pela Região Nordeste através da família extensa Mendonça do Amarelão.

Outros fatores que impulsionaram os deslocamentos dos Mendonça do Amarelão foram as secas frequentes nas regiões de origem, invasões de fazendeiros para expansão da pecuária e uso da mão de obra indígena em plantações de algodão e agave (GALHARDO, 2017), itinerários migratórios semelhantes a muitos casos Xukuru-Kariri que serão discutidos em posteriores partes do texto.

No próximo capítulo, abordaremos a atuação do SPI em Palmeira dos Índios por meio do Posto Indígena Irineu dos Santos, buscando entrecruzar a documentação consultada sobre a gerência do órgão indigenista no processo de aldeamento de índios Xukuru-Kariri dispersos em Palmeira dos Índios e cidades adjacentes com as entrevistas de indígenas que vivenciaram as práticas e os “paradoxos” tutelares do Estado<sup>159</sup>.

Na linha de frente das ações indigenistas, estava o recrutamento indígena para a formação de reservas de mão-de-obra, destinadas aos cuidados com a estrutura funcional do SPI em Palmeira dos Índios e manutenção do sistema de beneficiamento

---

<sup>157</sup>“Ofício enviado por José Antonio Ferreira braklamy, Manuel Duarte Coelho, Antonio de Holanda Cavalcante e José de Souza Melso para Diogo José Pinto Cabral. Alagoas, 22 de maio de 1822. In: ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984, p. 82-83.

<sup>158</sup>Sobre o pedido dos territórios indígenas Xukuru-Kariri pela Câmara Municipal em Palmeira dos Índios ver TORRES, 1973, p. 110; ANTUNES, 1973, p. 53.

<sup>159</sup>Ver DANTAS, 2018, p. 67.

envolvendo administrados do Posto Indígena Irineu dos Santos, instalado na região em período posterior à formação da Aldeia Fazenda Canto.

A atuação do SPI amparou-se em legislações criadas durante o governo pombalino e o governo imperial, considerando o índio como um “ser desprotegido” em estado de “menoridade”<sup>160</sup>, necessitando do amparo estatal como um tutor legítimo, modelo inadequado para a assistência do Estado com os índios no Nordeste durante o século XX<sup>161</sup>. No decorrer do texto, discutiremos experiências de trabalho em diferentes temporalidades, para situar o leitor com relação às atividades sazonais e migratórias exercidas pelos indígenas Xukuru-Kariri.

---

<sup>160</sup>Ver COSTA, 2018, p. 173.

<sup>161</sup>Ver DANTAS, 2018, p. 67.

## CAPÍTULO II

### MEMÓRIAS E HISTÓRIA XUKURU-KARIRI SOBRE MIGRAÇÕES PARA TRABALHO

Neste capítulo, discutiremos as dimensões dos trabalhos sazonais vivenciados por indígenas Xukuru-Kariri em diferentes contextos e perspectivas, em razão das invasões dos territórios habitados em Palmeira dos Índios e estiagens prolongadas na região, provocando deslocamentos para atividades remuneradas no Semiárido e na Zona da Mata de Alagoas.

O termo “invasão”, reiteradamente utilizado, refere-se a posse territorial ilegítima ocasionada pela “compra” extrajurídica ou mediante o arrendamento territorial, pois, ao findar-se o prazo contratado, as terras arrendadas não eram devolvidas aos indígenas<sup>162</sup>. Desse modo, procuramos estabelecer diálogos entre a documentação produzida sobre a atuação do SPI, composta por avisos, relatórios, memorandos, cartas, telegramas, dentre outros, e as memórias indígenas sobre migrações no século XX.

A negligência do SPI, observada na documentação, e a vinculação dos administradores regionais com políticos e fazendeiros locais, desencadeou o uso da mão de obra indígena nos territórios invadidos, com a expansão latifundiária e aumento do poder oligárquico. Em 1952, durante as negociações para aquisição de terras e criação da Aldeia Fazenda Canto, Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor da IR-4, percorreu as terras de interesses para compra em um cavalo cedido pelo “Seu” Juca Sampaio (à época, Prefeito em Palmeira dos Índios) e utilizou o prédio da Prefeitura para redigir e organizar documentos<sup>163</sup>.

Posteriormente à aquisição das terras, as vinculações entre o SPI e o poder público municipal permaneceram através de relações clientelistas, como o pedido de água para os indígenas nas fazendas invadidas, em troca de mão de obra, evidenciando o poderio econômico e político dos fazendeiros na esfera local<sup>164</sup>. No Nordeste, um dos aspectos que marcaram a consolidação política no âmbito regional

---

<sup>162</sup>Ver PERES, 2011, p. 326-327.

<sup>163</sup>**Relatório:** enviado por Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor da IR-4 ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI. Palmeira dos Índios, maio de 1952. Disponível no acervo do GPFIAL.

<sup>164</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 177.

foi a expansão latifundiária, quanto mais terras se detinha, maior era a influência eleitoreira municipal<sup>165</sup>.

O poder dos vários fazendeiros elegia, além de prefeitos e deputados, os governadores estaduais, consolidando oligarquias sustentadas na expansão agrária, nos crimes de mando, em “apadrinhamentos” políticos e exploração da abundante mão de obra disponível para os serviços nas fazendas, como a dos indígenas Xukuru-Kariri<sup>166</sup>, todavia, o “poder tutelar” exercido pelo SPI tinha como tarefa primordial a contenção nos deslocamentos para atividades laborativas fora dos postos indígenas:

O “destino final” da população indígena seria, pois, o mercado de trabalho rural, sob a rubrica de *trabalhador nacional*. Esta expressão encobria uma vasta gama de produtores diretos destituídos da propriedade da terra e vagamente identificados aos libertos da escravidão e seus descendentes ou dos surgidos de casamentos com nativos. Compunham o que a historiografia mais recente chamou de *pobres livres*, e a produção sociológica e etnológica denominou de *sertanejos*, *caipiras*, *roceiros* ou *caboclos*, contingentes percebidos como propensos a migrarem dos campos às cidades – dado muitas vezes tomado como um “traço cultural” de herança indígena, os *errantes* por natureza e estado – contribuindo para a situação extremamente tensa das maiores cidades da época. Evitar a migração para os centros urbanos (sobretudo para a conflituosa capital da República) era uma tarefa, como se verá, a inserir o *Serviço* num conjunto de aparelhos responsáveis pela (i) mobilização da mão-de-obra (LIMA, 1995, p.126-127).

O caráter assistencialista do SPI propôs a gerência dos indígenas aldeados como trabalhadores sem possibilidades de autogoverno, estando, o Estado, incumbido da função de gerência dos postos indígenas e da mão de obra dos “tutelados”, propondo “integrá-los” aos trabalhadores nacionais, exercendo o poder tutelar como “um grande cerco de paz”<sup>167</sup>.

Nesse caso, a política assistencialista do SPI vinculada a produção de trabalhadores em larga escala ocasionou a formação da Aldeia Fazenda Canto como um “laboratório” de testes trabalhistas para “desindianizar” os Xukuru-Kariri, de modo a realizar uma “integração social”<sup>168</sup> pelo convívio forçado com os fazendeiros da região, acirrando conflitos fundiários e reivindicações sócio-históricas, como um pesquisador afirmou:

---

<sup>165</sup>Ver LEAL, 1997, p. 62-65.

<sup>166</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013.

<sup>167</sup>Ver LIMA, 1995, p. 129-135.

<sup>168</sup>Ver PERES, 2011, p. 327.

O SPI atuava não apenas fixando populações indígenas em faixas restritas de terras, liberando áreas para a colonização; mas incorporava todo um projeto de moralização dos sertões, formação da força de trabalho rural, racionalização dos processos de ocupação fundiária no qual o posto indígena seria o laboratório (o microcosmo) de uma utopia política de constituição de uma sociedade tutelar. Tal utopia se realizou enquanto universo semântico das práticas de atores específicos, cujas noções e categorias subjacentes são redefinidas em contextos históricos específicos. A ação indigenista não estava diante de uma situação fundiária caracterizada como uma zona pioneira ou fronteira agrícola, cuja expansão cabia ser incrementada e gerida. Defrontava-se sim com uma estrutura agrária já consolidada, constituída por uma sobreposição muitas vezes conflituosa de títulos e expectativas de direitos fundiários, formas de ocupação e uso dos recursos naturais concorrentes em situações jurídicas distintas (PERES, 2011, p. 327-328).

As discussões sobre as viagens dos Xukuru-Kariri não se desvincularam da implementação de postos indígenas em outras cidades do Nordeste, pelo modelo político que visava o recrutamento de indígenas para exaustivas atividades de trabalho, praticado na Inspetoria Regional 4 (IR-4) do SPI, sediada no Recife. Todavia, a partir de análises pormenorizadas<sup>169</sup> sobre Palmeira dos Índios, pensamos que as discussões sobre o SPI podem ser entrelaçadas a uma política nacional de silenciamento indígena, representada pela altivez exploratória nos mundos do trabalho em virtude dos esbulhos territoriais<sup>170</sup>.

## 2.1 Trabalho dos indígenas Xukuru-Kariri

Embora considerados extintos a partir da segunda metade do século XIX, os povos indígenas no Nordeste continuaram as mobilizações políticas pelo reconhecimento do Estado, para instalação de postos indígenas (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 1999). Conforme discutimos em outras partes do texto, a atuação do SPI no Semiárido em Alagoas, intermediada pelo contato entre diversas instâncias do poder, tornou possível a resolução de alguns conflitos fundiários que atormentavam os Xukuru-Kariri, entretanto, a aquisição de uma faixa de terras para criação da Aldeia Fazenda Canto e instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos<sup>171</sup>, foi resultante de

---

<sup>169</sup>Ver LEVI, 2000; GINZBURG, 2007.

<sup>170</sup>Sobre os esbulhos territoriais e explorações nos mundos do trabalho ver MOREIRA, 2014, p. 317-325.

<sup>171</sup>O nome do Posto foi para homenagear Irineu José dos Santos, Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios assassinado no Mato Grosso por Joaquim Fausto Prado, em razão de conflitos pessoais e desmandos administrativos no SPI, como acusações de uso inadequado dos recursos pertencentes ao órgão indigenista. Ver FLORES, 2018, p. 301.

arranjos político-sociais envolvendo reservas financeiras de outros povos indígenas. A aquisição da propriedade dependeu de ajuda financeira dos indígenas no Paraná após a venda de gado e “madeira de lei” para arrecadação de “500 contos”, cerca de Cr\$ 500.000, conforme relatou o Cacique Alfredo Celestino:

Eu escrevi para o doutor Gama Malcher, que era diretor do Serviço de Proteção ao Índio, no Rio de Janeiro, pedindo-lhe dinheiro para comprar a Fazenda do senhor Juca Sampaio. Ele disse que o SPI não tinha dinheiro, mas ia conversar com os índios do Paraná, que viviam em melhores condições comercializando madeira de lei para ver o que eles faziam”. Passado algum tempo e quando se dava o pedido por esquecido, chegou a Palmeira dos Índios, procedentes do Paraná e do Rio de Janeiro, três emissários, enviados pelo SPI, dois deles índios, com “500 contos prá gente comprar a Fazenda”<sup>172</sup>.

Os inspetores que administraram o Posto Indígena Irineu dos Santos, expediram boletins, relatórios, memorandos, avisos e telegramas para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Informavam as produções agrícolas, conflitos internos, censos demográficos e solicitavam materiais para o funcionamento do Posto Indígena (SILVA JÚNIOR, 2013).

O desejo em obter proveitosas colheitas agrícolas no Posto Indígena Irineu dos Santos dependia, além de outros fatores, do fornecimento de sementes, utensílios e implementos agrícolas e do armazenamento hídrico, situações vivenciadas por indígenas Xukuru-Kariri como tentativa de evitar deslocamentos para trabalhos, conforme apontou a documentação consultada.

Durante as pesquisas, evidenciamos o aldeamento de indígenas que habitavam na zona urbana de Palmeira dos Índios como objetivo de atuação do SPI no município, pois, as “redes de interações”<sup>173</sup> formaram fluxos migratórios de indígenas Xukuru-Kariri para à Aldeia Fazenda Canto em 1952, conforme informado em um memorando: “[...] Fazenda Canto, situada no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas adquirida pelo S.P.I para localização dos da Tribo Xucurus, que viviam espalhados nos arredores da cidade”<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup>“Índios Xucurus estão endividados”. In: **Jornal de Alagoas**. Maceió, 25/10/1978. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>173</sup>Ver OLIVEIRA, 1988, p. 38.

<sup>174</sup>Memorando do Inspetor Francisco Sampaio ao Chefe da SE/SPI em 27 de abril de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 311.

Embora o processo de aldeamento na Aldeia Fazenda Canto representasse a possibilidade de viver longe da exploração em fazendas, os Xukuru-Kariri passaram a habitar em precárias instalações construídas por “Seu” Juca Sampaio antes de vender as terras ao SPI. As casas presentes na propriedade eram utilizadas pelos meeiros que trabalhavam na fazenda e foram usufruídas pelos Xukuru-Kariri na segunda metade do século XX.

“Dispersas pelos morros e vales”<sup>175</sup>, em épocas de aldeamento, as moradias na localidade eram: “casas de madeira e palha, com piso de terra batida e paredes de taipa. Cobertura de telhas canal ou palha de ouricuri, apresentando estabilidade precária. No interior é utilizado fogão de barro”<sup>176</sup>. As deficientes e parcas estruturas para moradia foram registradas três anos após a formação da Aldeia Fazenda Canto, representadas na fotografia a seguir:



**Fotografia 08** - Aldeia Fazenda Canto em 1955.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: acervo do GPHIAL.

---

<sup>175</sup>Ver ANTUNES, 1965, p. 08.

<sup>176</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 297.

Embora existissem precariedades nas moradias, conforme fora registrado na fotografia anterior, a fixação na Aldeia Fazenda Canto representava a possibilidade de práticas agricultáveis e ritualísticas reprimidas durante a estada de indígenas Xukuru-Kariri nas periferias em Palmeira dos Índios ou em cidades adjacentes entre os séculos XVIII e XIX<sup>177</sup>.

Para o SPI, a formação da Aldeia Fazenda Canto traria uma solução nos deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri em busca de trabalhos na zona urbana de Palmeira dos Índios ou fora dos lugares de origem. O Estado pretendia controlar a mão de obra dos indígenas<sup>178</sup> e, por isso, fornecia implementos agrícolas.

Na tentativa de cessar as migrações do Posto Indígena Irineu dos Santos<sup>179</sup>, foram distribuídos: carros de mão, pás, machados, regadores, enxadas, foices, dentre outros utensílios, repasses iniciados em 1954<sup>180</sup>, com posteriores entregas de enxadas em 1957 e aquisição de ferramentas para construção de açudes em 1959<sup>181</sup>, política assistencialista pautada em distribuições materiais em troca de mão de obra. Outra estratégia utilizada pelo SPI foi o uso da escolarização dos indígenas para criar uma “massa de trabalhadores rurais”:

No Nordeste foi seguida a mesma lógica em que as escolas indígenas serviriam para formar os índios como massa de trabalhadores rurais para a mão de obra regional e nacional, no “grande projeto” da década de 1930 (Governo Vargas) de interiorizar o Estado. Foi importante registrar que os indígenas também interagiam com essa lógica à medida que procuravam ser assistidos por esses órgãos do Estado. Tinham como ponto central de reivindicação a conquista da terra, nos casos Xukuru-Kariri e Kariri-Xokó, dos antigos aldeamentos extintos por decreto em 1872 (FERREIRA, 2016a, p. 20).

A instalação dos postos indígenas previa a formação de “centros agrícolas”<sup>182</sup> para um controle estatal da produção com a fixação de indígenas que migravam para atividades temporárias:

---

<sup>177</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p. 55.

<sup>178</sup>Idem, 2015, p. 56.

<sup>179</sup>Ibidem.

<sup>180</sup>Relação de materiais fornecidos para o Posto Indígena Irineu dos Santos. Recife, 03 de março de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 107.

<sup>181</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 183.

<sup>182</sup>Os centros agrícolas visavam transformar populações *rústicas* num contingente de pequenos proprietários agrícolas, tornando-os úteis para o país através do aprendizado de formas racionais do



Se o *silvícola* era capaz de evoluir, o Estado era o agente mais apto a gerir e acelerar este processo através de métodos racionais, sendo o principal obstáculo a ser superado o seu *nomadismo natural*. Evidencia-se assim o caráter fundiário subjacente a tutela indigenista, cuja principal tarefa era *fixar* e concentrar populações indígenas dispersas em áreas extensas para transformá-los em trabalhadores nacionais (agricultores, pequenos proprietários rurais) inserindo-os em um sistema de intervenção territorializado em postos de atração e fixação, povoações indígenas e centros agrícolas (PERES, 2011, p. 322).

Os fluxos migratórios Xukuru-Kariri permaneceram após a implantação do Posto Indígena Irineu dos Santos, as tentativas de controlar os deslocamentos dos indígenas não foram eficientes, pela falta de assistências do SPI, verificadas na documentação, estimulando a formação de redes migratórias dos indígenas em Palmeira dos Índios com outros povos no Nordeste<sup>183</sup>.

Após estiagens prolongadas em 1955, indígenas Pankararu solicitaram ajuda do Posto Indígena Irineu dos Santos: “dada a seca que esta assolando o Sertão, teem chegados, varios índios, da Tribu Pancaru, procurando abrigo passageiro e outros pedindo para demorarem por alguns mesês enquanto teem notícias de chuvas, na região que habitam”<sup>184</sup>.

Durante as pesquisas, entrevistamos indígenas Pankararu que habitam nas TI's em Palmeira dos Índios, situações geradas, dentre outros fatores, a partir de casamentos com indígenas Xukuru-Kariri durante a estada no Posto Irineu dos Santos<sup>185</sup>. Portanto, os deslocamentos Xukuru-Kariri para trabalhos fora dos locais de origem foram compartilhados com índios Pankararu<sup>186</sup>.

---

uso da terra e de um emaranhado de instrumentos normativos que visavam o controle da produção e da circulação dos recursos e da força de trabalho” (PERES, 2011, p. 322).

<sup>183</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 04, fotog. 142-143.

<sup>184</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 148.

<sup>185</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 293-299.

<sup>186</sup>Telegrama n° 2 de Mário da Silva Furtado solicitando à IR-4 que informe se pode aldear no Posto o índio *Pancararu* (Pankararu) Eduardo Elias Urbano. Palmeira dos Índios, 20 de fevereiro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 53.

No Posto Irineu dos Santos, os indígenas Xukuru-Kariri trabalharam na agricultura, em obras públicas nos território indígenas<sup>187</sup>, como vaqueiros para os fazendeiros invasores das terras indígenas<sup>188</sup>, em serviços como empregadas domésticas, na construção civil<sup>189</sup> ou de forma sazonal no cultivo e corte da cana de açúcar em Alagoas, pela insuficiência territorial. Situações agravadas durante a segunda metade do século XX, conforme consta em um documento enviado pelos indígenas ao Ministério do Interior:

Transferidos para essa fazenda totalizamos agora quase 600 pessoas, número aliás que não corresponde à quantidade de índios evidentes no município. Muitos outros, que deveriam ali estar, não podem fazê-lo, visto que não há terra suficiente para nela trabalharem, sendo obrigados, por isto, a se dispersarem como indigentes, trabalhando a um e outro esporadicamente<sup>190</sup>.

A gênese de funcionamento do SPI era integrar os indígenas à “massa da população”. Mesmo sendo representado pelo Posto Irineu dos Santos em Palmeira dos Índios, a estrutura funcional do órgão seguia um ordenamento inoperante em boa parte dos postos indígenas no Nordeste, incapaz, inclusive, de manter todos os indígenas aldeados, como no caso dos Xukuru-Kariri, descrito na citação anterior.

Desse modo, a propriedade adquirida pelo SPI não foi suficiente para manter os indígenas Xukuru-Kariri trabalhando no Posto Irineu dos Santos diante das condições precárias de trabalho. A Aldeia Fazenda Canto era cercada por “propriedades particulares” de políticos locais<sup>191</sup>, o que provocou migrações em busca de trabalho a partir de 1953, dados disponíveis no quadro<sup>192</sup> demográfico a seguir:

---

<sup>187</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 05, fotog. 141-142.

<sup>188</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 177-178.

<sup>189</sup>“Há muita dificuldade para sobreviver ali, porque a terra é pouca e já não produz com fartura [...], daí que [...] acabam tendo que trabalhar fora, cortando cana, na construção civil e em atividades domésticas”. In: **Jornal Mensageiro**. Brasília/DF, novembro/dezembro de 1986. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Hemerolndio&PagFis=14812&Pesq=migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 30/05/2019.

<sup>190</sup>“Reserva indígena da Fazenda Canto”. In: **Abaixo assinado para o Ministério do Interior**. Palmeira dos Índios, 16/06/1979. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>191</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 76.

<sup>192</sup>Os registros numéricos para os estudos sobre os índios no Nordeste devem ser analisados considerando os diferentes contextos sócio-históricos em que foram produzidos. Ver OLIVEIRA, 2011, p. 653-687; DANTAS, 2018, p. 75-76.

<b>ANO</b>	<b>MÊS</b>	<b>MULHERES (MENORES DE 12 ANOS).</b>	<b>HOMENS (MENORES DE 12 ANOS).</b>	<b>MULHERES (MAIORES DE 12 ANOS).</b>	<b>HOMENS (MAIORES DE 12 ANOS).</b>
1953	JANEIRO				
1953	FEVEREIRO				
1953	MARÇO				
1953	ABRIL	51	38	98	84
1953	MAIO	51	38	98	84
1953	JUNHO	51	38	98	84
1953	JULHO	25	18	39	41
1953	AGOSTO	25	18	30	40
1953	SETEMBRO	25	19	39	41
1953	OUTUBRO	25	13	14	28
1953	NOVEMBRO	25	15	14	26
1953	DEZEMBRO	25	15	14	26

**Quadro 01** - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1953.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

Os dados apresentados no quadro 01 mostram um considerável decréscimo populacional nos registros demográficos oficiais da Aldeia Fazenda Canto a partir de 1953, um ano após a aquisição do território pelo SPI. O registro de abril apresentou os seguintes resultados: mulheres menores de 12 anos: 51; homens menores de 12 anos: 38; mulheres maiores de 12 anos: 98; homens maiores de 12 anos: 84.

Em julho de 1953 registrou-se uma diminuição demográfica, agravada em outubro do citado ano, de modo que a regressão contabilizou: mulheres menores de 12 anos: 25; homens menores de 12 anos: 13; mulheres maiores de 12 anos: 14; homens maiores de 12 anos: 28. A diminuição populacional, possivelmente, esteve associada a dois fatores: a insuficiência de trabalhos nas regiões de origem e ao início do verão, período de estiagens que agravavam as condições de vida no Semiárido alagoano pela falta de águas e gradativo consumo das reservas advindas da agricultura em anos de chuvas favoráveis. A partir de setembro, os indígenas iniciavam os trabalhos na lavoura canavieira em Alagoas, um dos motivos para outro decréscimo populacional observado no quadro 01 entre setembro e outubro<sup>193</sup>.

Os censos demográficos realizados pelo Posto Indígena Irineu dos Santos evidenciaram a estada de indígenas Xukuru-Kariri dispersos nas periferias em Palmeira dos Índios ou trabalhando em Alagoas com o avanço da pecuária. As

<sup>193</sup>“No período de safra, de setembro a março, há uma grande migração de sertanejos, os “corumbas”, que vêm trabalhar na área canavieira. A mão-de-obra é assalariada, costumando os usineiros contratar diretamente os trabalhadores, ou utilizar empreiteiros que contratam a mão-de-obra por empreitada para os trabalhos da usina” (ANDRADE, 1988, p. 532).

informações no quadro possibilitaram observar os destinos das inúmeras crianças e adolescentes que deixavam o Posto Indígena Irineu dos Santos para exercerem atividades em canaviais<sup>194</sup>, na construção civil e em serviços domésticos<sup>195</sup>.

Não encontramos registros que justificassem os censos demográficos realizados mensalmente na Aldeia Fazenda Canto, todavia, os avisos enviados pelo Posto Irineu dos Santos a IR-4 periodicamente informavam as entradas e saídas de indígenas no Posto. Pensamos que as repetidas contagens dos indígenas tenham ocorrido por um controle estatal da mão de obra ou pelos inspetores preocuparem-se com os sucessivos deslocamentos para atividades remuneradas<sup>196</sup>, inclusive de crianças e adolescentes, conforme apresentado no quadro 01.

O preenchimento burocrático de fichas demográficas e a exigência de determinada quantidade de indígenas para manter uma certa estrutura funcional também podem ter sido parte dos motivos que fizeram os responsáveis pelo Posto Indígena criarem quadros demográficos mensalmente, embora fosse notória a falta de assistência para os indígenas aldeados na Aldeia Fazenda Canto.

Os trabalhos exercidos nas regiões de origem eram para latifundiários invasores com remunerações irrisórias usadas para aquisição de alimentos<sup>197</sup>. Foi o caso, por exemplo, do “Seu” Basto Cosme, que, assim como outros indígenas, inseriu-se nos mundos do trabalho através de atividades para latifundiários<sup>198</sup>:

A primeira vez que eu trabalhei para um fazendeiro tinha 14 anos, fui plantar capim. Nesse tempo eu fui para o município de Quebrangulo com uma turma de homem daí do Anum Novo, foi uns tios meus e o meu pai também para ir cavar capim, a primeira diária minha. Nessas diárias era muita gente era umas trezentas pessoas quase, era muita gente! Os homens, os meninos de

---

<sup>194</sup>O crescimento demográfico e a falta de empregos em Alagoas forçavam as crianças a abandonarem as aulas nos primeiros anos e iniciar os trabalhos nas lavouras canavieiras. Ver ANDRADE, 1988, p. 143.

<sup>195</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 84.

<sup>196</sup>Um documento do Posto Irineu dos Santos, enviado à IR-4, exigiu eficiência na coleta de dados demográficos, “tendo em vista sua importância para elaboração de planos assistenciais periódicos”. Solicitação do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1967. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 252.

<sup>197</sup>“A maioria deles trabalha á particulares e com o resultado de trinta cruzeiros diários compram cereais”. Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 76.

<sup>198</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, “Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

lá e as mulheres ganhavam 600 cruzeiros e os que vinham de fora os homens era 1000 e os homens que foram aqui do Anum era 1200 e os meninos era 800 cruzeiros, foi à primeira diária que eu ganhei na minha vida, aí depois disso aí fiquei trabalhando para os outros por essas serras aí.

Outro indígena que trabalhou em fazendas no município de Palmeira dos Índios na segunda metade do século XX, ainda com menor idade, foi o “Seu” Sebastião Ricardo (conhecido como Dato)<sup>199</sup>. Sobre as experiências de trabalhos para fazendeiros, o entrevistado afirmou exercê-las desde os 14 anos de idade, contabilizando cerca de 45 anos trabalhados em áreas agropecuárias circunvizinhas a Aldeia Fazenda Canto.

A partir dos 16 anos de idade, o indígena José Carlos, (conhecido por Bagôna)<sup>200</sup>, passou a trabalhar para políticos e fazendeiros que haviam se apossado dos territórios indígenas. Recordou ter presenciado cenas de violência e desmandos com colegas nas atividades realizadas, formas de amedrontar os trabalhadores. Sobre a exploração e as péssimas remunerações nas fazendas, “Bagôna” afirmou:

O caba trabalha em fazenda pra ganhar uma merreca e o caba ainda tem que obedecer a ordens de patrão, recebe pouca coisa e ali não pode falar, a voz é dele, qualquer coisa (o fazendeiro) dá uma pisa no caba e vai simhora. Pra fazendeiro eu não trabalho mais não.

As aversões em trabalhar para latifundiários, observadas nos relatos do indígena “Bagôna”, possibilitaram inferir sobre os trabalhos em fazendas como condições sociais atreladas aos invasores dos territórios indígenas, pelas atuações dos Xukuru-Kariri como trabalhadores “sujeitos” as exaustivas jornadas de trabalho. As migrações para atividades sazonais foram alternativas dos indígenas se caracterizarem como “trabalhadores libertos” no corte de cana, na construção civil ou em serviços domésticos<sup>201</sup>, embora ocorressem explorações da mão de obra nos setores citados. Os trabalhos sazonais foram registrados nos “Avisos” do Posto Indígena Irineu dos Santos:

---

<sup>199</sup>Sebastião Ricardo da Silva, “Dato”, 60 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 06/02/2019.

<sup>200</sup>José Carlos Ferreira de Oliveira, “Bagôna”, 34 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/02/2019.

<sup>201</sup>MENEZES, 2002, p. 77.

Fora do dito Posto, no município de Palmeira dos Índios e no Estado de Alagoas e também outros Estados da Federação vivem dispersos a procura de meios de vida um total de 282 índios, inclusive mamelucos e zambos, compreendendo de zero a 5 anos, masculino, 20, feminino, 29; de 6 a 10 anos, masculino, 18, feminino, 16; de 11 a 15 anos, masculino, 10, feminino, 17; de 16 anos em diante, masculino, 89 e feminino, 83<sup>202</sup>.

Crianças e adolescentes acompanhavam os pais em trabalhos sazonais para políticos e latifundiários locais e em outras atividades, como nos serviços domésticos em Palmeira dos Índios e Maceió. As experiências vivenciadas pelos/as jovens migrantes eram usadas para manter a reprodução<sup>203</sup> da mão de obra indígena, explorada e disponível.

Associando os dados demográficos registrados pelo SPI no Posto Irineu dos Santos em 1953 e 1957, foi possível formular questões acerca dos deslocamentos indígenas do Semiárido para a Zona da Mata de Alagoas. A relativa duração na ausência de muitos indígenas relacionava-se com as oportunidades de emprego distante da Aldeia Fazenda Canto para diversos setores de trabalho discutidos em anteriores partes do texto.

No Quadro Demográfico 01, evidenciamos o retorno de indígenas que deixaram o Posto Irineu dos Santos em 1953, viagens que duraram 4 anos de ausência, pela falta de terras, água e trabalho. O gradativo retorno às aldeias em Palmeira dos Índios esteve vinculado ao sentimento de pertença ao território indígena, sobretudo pelas práticas religiosas, saudades de parentes e desilusão com os empregos do “meio do mundo”.

Embora os trabalhos sazonais sejam marcados pelo retorno dos migrantes aos locais de origem em pequenos intervalos de tempo, os deslocamentos dos indígenas Xukuru-Kariri chegavam a durar quatro ou cinco anos em razão das onerosas condições trabalhistas em Palmeira dos Índios. Portanto, era mais vantajoso permanecer no “meio do mundo” por mais alguns meses, até o melhoramento climático na Aldeia Fazenda Canto. O retorno de indígenas que deixaram o Posto Indígena Irineu dos Santos em 1953<sup>204</sup>, por exemplo, ocorreu, gradativamente, ao longo de 1957:

---

<sup>202</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 84.

<sup>203</sup> Ver THOMPSON, 1998.

<sup>204</sup>Dados discutidos nas páginas 75-76.

ANO	MÊS	MULHERES (MENORES DE 12 ANOS).	HOMENS (MENORES DE 12 ANOS).	MULHERES (MAIORES DE 12 ANOS).	HOMENS (MAIORES DE 12 ANOS).
1957	JANEIRO	30	19	16	26
1957	FEVEREIRO	30	19	16	26
1957	MARÇO	51	52	53	38
1957	ABRIL	18	52	40	52
1957	MAIO	51	52	53	38
1957	JUNHO	51	52	53	38
1957	JULHO	25	52	53	38
1957	AGOSTO	25	52	53	38
1957	SETEMBRO	60	55	94	84
1957	OUTUBRO	60	55	94	84
1957	NOVEMBRO	60	55	94	84
1957	DEZEMBRO	60	55	94	84

**Quadro 02** - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1957.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

O retorno dos Xukuru-Kariri para a Aldeia Fazenda Canto ocorria após o término das atividades sazonais ou durante o inverno, período em que os indígenas investiam na produção de alimentos com sementes emprestadas pelo Posto Irineu dos Santos, muitas vezes, devolvidas em dobro, conforme registrado em um documento do SPI:

Os trabalhos na lavoura entre os índios devem obedecer uma orientação estimulante do encarregado para com os mesmos; quando aqui cheguei estavam esses índios desalentados. Tinham pequenas culturas agrícolas. Este ano (1959) conseguimos o preparo bem cuidado de várias áreas de terras num total de 441 tarefas, isto é: 110 quadros e uma tarefa, ou sejam 111 hectares, 27 áreas (111, 27, 50 ma), para plantios de diversas lavouras. Alguns desses remanescentes indígenas não possuindo sementes de milho para plantio e tendo este Posto novecentos quilogramas guardados em silo fez entrega aos ditos índios por empréstimo, para em suas próximas colheitas devolverem em dobro ao Posto<sup>205</sup>.

Se por um lado o clima, eventualmente, favorecia o plantio de gêneros alimentícios, em sua maioria, cereais e hortaliças, por outro, os indígenas teriam que devolver o dobro das sementes emprestadas pelo Posto Irineu dos Santos, portanto, não havendo possibilidades de consumos necessários e estocagens cerealistas para futuros plantios. As práticas da agricultura no Posto Indígena Irineu dos Santos eram compartilhadas pelos indígenas Xukuru-Kariri através de divisões territoriais:

<sup>205</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 178.

Distribuimos aos índios da Cafurna cerca de 8 hectares de terreno para plantio de cereais. Mais de 4 Hc já estão brocados. Estamos em plena época de início aos trabalhos de campo para as culturas de feijão, milho, algodão, etc. Falta-nos apenas, recursos para tais fins<sup>206</sup>.

Os deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para trabalhos sazonais foram informados através de documentos enviados pelos Inspetores do Posto Indígena Irineu dos Santos para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Em um relatório expedido pelo Inspetor Mário da Silva Furtado, foram detalhadas as dificuldades do citado Posto, em oposição a expressiva produção agrícola indígena:

Vem lutando a administração do Pôsto, com certa dificuldade para atender as necessidades dos índios, pelo motivo de ser um Pôsto recentemente fundado [...] estamos iniciando a broca em um terreno, para a culturas de cereais, que urgem serem feitas, dado a aproximação do inverno. Os índios teem plantado, bastante mandioca, feijão, cana de açúcar, bananeira e outras fruteiras. Foram distribuídos aos índios da Cafurna e Serra, 12 hectares de terrenos para as futuras culturas de feijão, fava, milho e algodão, os quais já iniciaram a broca<sup>207</sup>.

As dificuldades na agricultura do Posto não eram apenas pelas secas prolongadas. Nos anos em que ocorriam chuvas em demasia, as colheitas de cereais eram prejudicadas e os indígenas precisavam migrar para laborações fora das aldeias em Palmeira dos Índios<sup>208</sup>, era necessário colocar em prática as “experiências coletivas”<sup>209</sup> sobre a agricultura, enfatizadas por “Seu” Chico Aleixo<sup>210</sup>:

Tinha ano que o caba, quando não se perdia na água, tinha ano que saía bem, porque eu sabia plantar, porque a gente tem que saber plantar né?! quando é 6 meses de inverno, marcar a plantação para saber como é que vai se sair no final, porque se você plantar cedo você vai perder, vai dar muito pouco, se você plantar tarde demais que passe dos 6 meses, se brincar, vai perder também! É que nem um jogo, tem que saber jogar! Se você marcar o tempo contrário você tira pouco e é arriscado perder, mode a chuva.

---

<sup>206</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 53-54.

<sup>207</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 05 de março de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 83-84.

<sup>208</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1961. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 04, fotog. 80-81.

<sup>209</sup>Ver HALBWACHS, 2003, p. 13.

<sup>210</sup>Francisco Félix da Silva “Seu” Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.



Na documentação consultada, encontramos diversos pedidos de ferramentas agrícolas e cereais realizados pelos dirigentes do Posto Indígena Irineu dos Santos aos Inspetores da 4ª Inspeção Regional do SPI, com a finalidade de reverter as saídas dos indígenas para atividades migratórias. Em um relatório o Inspetor do Posto, Mário da Silva Furtado informou ao Diretor do SPI, Noel Nutels:

Possuindo a propriedade do Posto, excelente barro para o fabrico de tijolo, telha e trabalhos de cerâmica em geral, os Shucuru podem se dedicar a esse trabalho, principalmente durante o período de estiagens, quando pouco ou quase nada podem plantar em suas terras<sup>211</sup>.

As relações de dependência entre os indígenas e o SPI, com recebimento de suprimentos e utensílios agrícolas no século XX, acentuou um período notadamente caótico para os Xukuru-Kariri na Aldeia Fazenda Canto, pois, à medida em que o Posto Indígena não correspondeu às necessidades materiais e territoriais dos aldeados, cresceu a desigualdade social pela política assistencialista<sup>212</sup>:

O que se tornou evidente, no Nordeste, foi o crescimento populacional de indígenas assumindo uma identidade étnica específica durante e posterior à atuação do SPI, mas também a construção de políticas de dependências e de produção da pobreza (FERREIRA, 2016a, p. 69).

Conforme evidenciado na documentação consultada, a partir de abril, os Xukuru-Kariri retornavam dos destinos migratórios e iniciavam os preparativos para os plantios nas roças do Posto Indígena, com a expectativa de obter melhores condições de vida e manutenção familiar, distante dos explorados e mal remunerados trabalhos na Zona da Mata de Alagoas ou no Sudeste do país.

Embora as distribuições de materiais e implementos agrícolas não suprissem as carências dos Xukuru-Kariri no Posto Irineu dos Santos, os pequenos roçados da Aldeia Fazenda Canto representavam uma das poucas possibilidades de aquisição alimentícia e nutriam o sentimento de pertença aos territórios indígenas em Palmeira dos Índios<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em Brasília. Palmeira dos Índios, 1963. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>212</sup>Idem.

<sup>213</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 65-66.

As roças da Aldeia Fazenda Canto serviam como espaço de experiência e aprendizado para o trabalho, sem predeterminação de idade e/ou gênero. A esperança de uma colheita proveitosa era reforçada com as primeiras chuvas na região, embora houvesse dificuldades no controle e extermínio de pragas, na aquisição de sementes e na incerteza das chuvas serem suficientes para as plantações os indígenas trabalhavam na agricultura do Posto, conforme observaremos na fotografia a seguir.



**Fotografia 09** - Roça do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

Mesmo atuando em trabalhos agrícolas, os indígenas eram “supervisionados” pelos dirigentes do SPI. Na fotografia anterior, da direita para a esquerda, o Inspetor do Posto Indígena Irineu dos Santos, Mário da Silva Furtado, foi registrado no acompanhamento das funções agrícolas, usando chapéu e óculos escuros. Outra forma utilizada para evitar deslocamentos em busca de trabalhos foi empregar mão de obra dos Xukuru-Kariri nos cuidados com o gado no Posto Indígena Irineu dos Santos, as atividades pecuárias foram iniciadas em 1953 com 14 bovinos<sup>214</sup>. Em um documento Mário da Silva Furtado, propôs a produção pecuária no Posto:

---

<sup>214</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 01-02.

Paralelamente à agricultura poder-se-á desenvolver em pequena escala a pecuária, especialmente a suinocultura e a caprinocultura, posto que as áreas das reservas indígenas são adequadas para a cultura pastoril, a qual pode ser desenvolvida com o plantio de palma forrageira, de algaroba para a espécie bovina. Com o desenvolvimento agropecuário nesses estabelecimentos advirão, certamente, resultados positivos para a sua economia e conseqüentemente oferecerão melhores condições de vida e melhor mercado de trabalho<sup>215</sup>.

Não foi possível verificar a existência da criação de suínos e caprinos, como proposto pela direção da IR-4, todavia, além dos bovinos, os inspetores do Posto Irineu dos Santos adquiriram muares para auxiliarem em aragens, transportes de cereais e manejos com o gado<sup>216</sup>. Com quatro anos de funcionamento, o Posto Indígena tinha um rebanho de 30 bovinos; 01 equino; 03 muares e 01 asinino, animais alimentados com insumos de mandiocultura e plantações de palmas forrageiras mantidas pelos indígenas Xukuru-Kariri<sup>217</sup>.

De acordo com a documentação consultada, em 1961 os indígenas mantiveram quatro reses como patrimônio particular, sendo os animais dos indígenas do sexo masculino, impossibilitava a procriação e produção leiteira, incentivando os deslocamentos Xukuru-Kariri para atividades sazonais<sup>218</sup>. Sobre a criação de gado no Posto Indígena, “Seu” Antonio Selestino<sup>219</sup> afirmou:

Eles criavam muitas roças [...] “é a roça do Posto”, e depois, desaparecia. Não chegava para o índio, nada. Eu falei aqui em trabalhar com gado, quando o chefe de Posto chegou, qualquer um, já tinha comprado, o SPI, duas burras e treze novilhas, foram quinze cabeças. Trabalhei com gado quando criança, treze cabeças de novilhas compradas a Gerson Maranhão em Águas Belas, e duas burras, o SPI trouxe para cá. E quando eu deixei, estava com trinta e seis cabeças, de treze! E esse chefe do Posto foi desaparecendo [...] de trinta e seis, com poucos, poucos dias, voltou só para alguns, para não acabar de uma vez ficou em dez ou doze e foi fracassando até... Tudo movido pelo chefe do Posto.

---

<sup>215</sup>Plano de trabalho elaborado pelo Chefe da Inspetoria Regional 4, Mário da Silva Furtado. Palmeira dos Índios, 13 de setembro de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>216</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 13-14.

<sup>217</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 79-80.

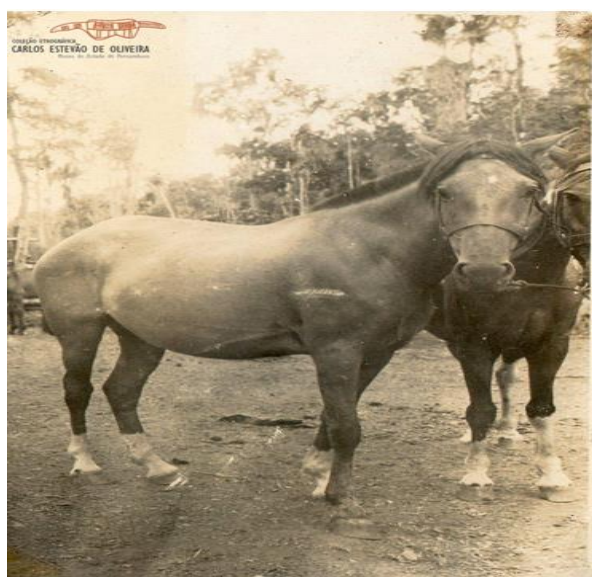
<sup>218</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 31 de julho de 1961. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 04 – Fotog. 80-81.

<sup>219</sup>Antonio Selestino da Silva, 80 anos. Aldeia Boqueirão, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/01/2019.

“Seu” Antonio Selestino afirmou ter existido um recrutamento da mão de obra indígena no Posto Irineu dos Santos para a expansão da agropecuária, o que parecia ser uma política de incentivo do SPI para evitar deslocamentos de indígenas em busca de trabalho fora da Aldeia Fazenda Canto, tornou-se uma forma do Chefe do Posto aumentar o rebanho de animais e vendê-los sem retornar com o dinheiro para os Xukuru-Kariri. O entrevistado relatou ter cuidado do gado em muares adquiridos pelo SPI, registrados nas seguintes fotografias:



**Fotografia 10** - Bovinos do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.  
Foto: Autor desconhecido.  
Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.



**Fotografia 11** - Muares do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.  
Foto: Autor desconhecido.  
Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

Motivado por trabalhos fora da Aldeia Fazenda Canto, “Seu” Antonio Selestino atuou na produção fumageira<sup>220</sup>, em Arapiraca<sup>221</sup>, e como pintor em Maceió, após adquirir experiência pintando casas nas periferias em Palmeira dos Índios. Os

---

<sup>220</sup>Em março de 1955 o Posto Irineu dos Santos, em convênio com a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, fomentou plantações de fumo na Aldeia Fazenda Canto para evitar deslocamentos de indígenas que trabalharam na produção fumageira em Arapiraca/AL. Na documentação consultada não identificamos se o projeto foi colocado em prática, todavia, muitos Xukuru-Kariri trabalharam nos “currais” de fumo em Arapiraca. Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado por Mário da Silva Furtado, Inspetor do Posto, em 02 de março de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 41-42.

<sup>221</sup>A produção tabagista em Arapiraca possibilitava melhor distribuição de renda, comparada aos trabalhos nos canaviais, desse modo, muitos indígenas preferiam trabalhar na lavoura fumageira, em oposição ao corte de cana na Zona da Mata de Alagoas. Ver ANDRADE, 1988, p. 133-137.

deslocamentos realizados pelo “Seu” Antonio possibilitavam retornos para o Posto Irineu dos Santos semanalmente ou a cada 15 dias. Os trabalhos temporários com as pinturas, exercidos com frequência no bairro Gruta de Lourdes, em Maceió, foram estratégias para o rompimento de amarras com a pecuária do órgão indigenista.

A partir de 1954, ocorreram distribuições de leite aos Xukuru-Kariri para auxiliar na alimentação e evitar possíveis migrações por falta de alimentos nas regiões de origem. No primeiro ano, a produção leiteira do Posto Indígena chegou a contabilizar mais de 100 litros mensalmente, dos quais, a maior parte era distribuída, e, uma parcela, consumida pelos funcionários do Posto, conforme consta no quadro a seguir:

<b>ANO</b>	<b>MÊS</b>	<b>Produção leiteira no Posto Irineu dos Santos (litros).</b>	<b>Distribuídos aos Xukuru-Kariri (litros).</b>	<b>Consumo do Posto Indígena Irineu dos Santos (litros).</b>
1954	JANEIRO	110	85	25
1954	FEVEREIRO	115	90	25
1954	MARÇO	76	50	26
1954	ABRIL	104	74	30
1954	MAIO	106	74	32
1954	JUNHO	90	76	14
1954	JULHO	115	90	25
1954	AGOSTO	120	94	26
1954	SETEMBRO			
1954	OUTUBRO	125	95	30
1954	NOVEMBRO	115	80	35
1954	DEZEMBRO	94	62	32

**Quadro 03** - Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1954.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

Em 1956, um documento registrou a morte de uma novilha, “motivada por picada de cobra venenosa”<sup>222</sup>. As baixas no rebanho, ocasionadas por epidemias de febre aftosa, e os períodos de seca forçaram a suspensão na ordenha das vacas. Em outro documento expedido à IR-4, o encarregado do Posto Indígena solicitou autorização “para o refrigério das vacas em pastagem alugada a fim de atender a necessidades das crianças e o estado de magreza das mesmas vacas”<sup>223</sup>.

<sup>222</sup>Termo de morte de animais no Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 03 de setembro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 105.

<sup>223</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de outubro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 158-159.

O leite distribuído pelo SPI era primordial para a vitalidade das crianças recém-nascidas; durante as pesquisas, foram observadas altas taxas de mortalidade infantil, em uma “média de (60) nascimentos anualmente, ocorrendo uma média anual de (40) óbitos”<sup>224</sup>, ocasionados por subnutrição e doenças. As distribuições do leite produzido no Posto permaneceram até 1957 com uma alta na produção, próxima de 200 litros mensais:

<b>ANO</b>	<b>MÊS</b>	<b>Produção leiteira no Posto Irineu dos Santos (litros).</b>	<b>Distribuídos aos Xukuru-Kariri (litros).</b>	<b>Consumo do Posto Indígena Irineu dos Santos (litros).</b>
1957	JANEIRO	144	113	31
1957	FEVEREIRO	162	131	31
1957	MARÇO	187	156	31
1957	ABRIL	189	162	27
1957	MAIO	197	167	30
1957	JUNHO	198	167	31
1957	JULHO	198	167	31
1957	AGOSTO	198	167	31
1957	SETEMBRO			
1957	OUTUBRO			
1957	NOVEMBRO			
1957	DEZEMBRO			

**Quadro 04** - Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1957.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

Nos anos subsequentes, o Posto suspendeu a ordenha das vacas e ocorreram distribuições de leite em pó por intermédio do padre holandês Ludgero Raaijmakers<sup>225</sup>, importante colaborador para a estada dos Xukuru-Kariri na Aldeia Fazenda Canto. Um documento informou a aquisição de leite em novembro de 1957: “levo ao conhecimento desta Inspetoria, que, por intermédio do Padre Ludgerio, consegui quientos [sic] quilos de leite em pó, para abastecimento dos índios”<sup>226</sup>.

<sup>224</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 293-299.

<sup>225</sup>O Padre Ludgero Raaijmakers representava a Igreja Católica Romana na Aldeia Fazenda Canto por indicação do Padre Alfredo Dâmaso. Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p. 98.

<sup>226</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 02 de novembro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02 – Fotog. 160-161.

A distribuição de leite em pó na Aldeia Fazenda Canto foi registrada nos Avisos do Posto Indígena Irineu dos Santos até 1963<sup>227</sup>, não encontramos dados referentes a doações posteriores. A falta de alimentos provocava deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para atividades temporárias e estágios no Hospital Santa Rita<sup>228</sup>, em Palmeira dos Índios, formações viabilizadas para parteiras e enfermeiras indígenas. Além do aparato estrutural, em 1964 o Hospital dispunha de ambulância, como podemos observar na fotografia a seguir:



**Fotografia 12** - Hospital Santa Rita em 1964.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: acervo do GPHIAL.

A colaboração de funcionários do Hospital Santa Rita resultou em orientações para a prevenção de doenças e estágios na área da maternidade para parteiras na Aldeia Fazenda Canto, convênio que propiciou oportunidades de trabalhos para algumas mulheres que atuavam na área indígena. Em 1965, as freiras holandesas

---

<sup>227</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1963. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 171-172.

<sup>228</sup>“Gonny van der Lugt, analista e Will van der Vem, enfermeira, que de ha muito vêm prestando serviços no Hospital de Santa Rita, Posto de Puericultura e Maternidade, desta cidade, onde vem atendendo os índios, com resultados satisfatórios”. Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

Gonny van der Lugt e Will van der Vem, da “Organização de Voluntários Holandeses”<sup>229</sup>, apresentaram um plano de trabalho para o Posto Indígena Irineu dos Santos em parceria com a unidade hospitalar:

I – Preparo de assistência pré-natal, as índias gestantes, na forma de Club das Mães, com confecções de enxovais para recém nascidos, com material fornecido pelo Padre Ludgero Raaijmakers.

II – Assistência de enfermagem, em geral, e curativos, nos meninos da Escola, e se necessário, em residências indígenas.

III – Encaminhamento ao médico, em caso de doenças, sem ônus para o Serviço dos índios aldeados.

IV – Combate a verminose, por meio de construções de foças, doações de calçados, tratamento d’água e aplicação de medicamentos.

V – Ensinos dos princípios de higiene e de boas maneiras, as índias e aos alunos, através de conferências feitas na Escola do Aldeamento<sup>230</sup>.

Com amparo institucional da Igreja Católica Romana e por intermédio do Padre Ludgero Raaijmakers, diretor do Colégio Pio XII e pároco na Aldeia Fazenda Canto, a Organização de Voluntários Holandeses (Volunteer Program of Netherlands) realizou trabalhos nas áreas da educação e saúde para melhorar a condições de vida dos indígenas Xukuru-Kariri<sup>231</sup>.

As atuações das religiosas holandesas na Aldeia Fazenda Canto resultaram em estágios de indígenas Xukuru-Kariri na citada unidade hospitalar durante as décadas de 1950 e, posteriormente, com instituição das atividades na FUNAI a partir de 1967. As relações entre o Hospital e o Posto Indígena Irineu dos Santos foram fortalecidas pelas visitas semanais de duas enfermeiras ao Posto<sup>232</sup>, conforme foi registrado em um documento:

Fichas de dados demográficos, relatam a visita de representantes do Governo Holandês e o início da campanha de combate aos vermes, dirigida pela analista e enfermeira do Hospital e Maternidade de Santa Rita, em Palmeira, começando com a construção de fossas<sup>233</sup>.

---

<sup>229</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>230</sup>Idem.

<sup>231</sup>Idem.

<sup>232</sup>Carta do Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Major Luiz Vinha Neves em 20 de janeiro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 113-114.

<sup>233</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 30 de novembro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos



Além de medidas para prevenir doenças na Aldeia Fazenda Canto, os estágios no Hospital Santa Rita capacitaram parteiras para as atividades curativas e higienizações durante a realização dos partos. Uma das estagiárias foi Salete Souza<sup>234</sup>, “Dona” Salete recordou ter ido morar na Aldeia Fazenda Canto com 4 anos de idade, na época em que era comum indígenas trabalhadores na construção civil ou em serviços domésticos em São Paulo retornarem a Palmeira dos Índios com convites do Cacique Alfredo Celestino após a aquisição territorial e formação da Aldeia, deslocamento realizado pelos pais da “Dona” Salete em meados do século XX.

A avó da “Dona” Salete foi parteira nos territórios indígenas e ensinou-lhe o ofício, as formações para atuar na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) foram partes de capacitações como estagiária do Hospital Santa Rita após a extinção do SPI e instituição da FUNAI, ocorrida após graves denúncias de corrupção, violências e maus tratos contra os índios por funcionários do Serviço<sup>235</sup>. Entretanto, conservou-se a estrutura do SPI após a alteração nominal; na prática, os funcionários e as políticas assistencialistas permaneceram em 1967 com as atividades na FUNAI<sup>236</sup>. Sobre o início do ofício como parteira a entrevistada afirmou:

Na Fazenda Canto eu comecei a fazer os primeiros partos. Aí daí entrou no conhecimento da FUNAI, de 6 em 6 meses vinha um ônibus com dois médicos: um dentista, um médico que consultava de tudo e uma enfermeira, aí foi quando soube que eu tinha feito esses partos, eles foram fazer visita as pessoas que tinham ganhado menino. Quando eu cheguei eles disseram: “nós quer ir lá na casa que você fez o parto”. Pois não, vamos lá! Aí eles vieram mais eu, viram ela bem, o neném também, o umbiguinho cortado tudo direitinho, aí foi quando eles disseram: “nós não pode perder uma pessoa dessa, eu vou no hospital falar pra poder essa menina, pra ela prestar atenção, olhar e aprender a fazer os exames, usar luvas.” Aí foi quando eles me levaram e eu fiquei no hospital aí, era no tempo de “Dona” Gerusa, não sei se ela ainda é viva, no tempo da Ciça, eram essas parteiras que viviam no hospital, foi quando eu comecei a estagiar e aprender a fazer os toques direitinho, os exames, daí eu já tinha experiência pela minha avó, que ela era muito curiosa e sempre, quando uma mulher precisava, chamavam ela, daí eu continuei até quando parei de trabalhar.

---

Santos. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf. 167 – Fotog. 874-879.

<sup>234</sup>Maria da Salete Souza, Dona Salete, 74 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

<sup>235</sup>Ver LIMA, 2006, p. 116-118.

<sup>236</sup>Ver PERES, 1999, p. 42-90.

Após os estágios na Aldeia Fazenda Canto, “Dona” Salete migrou para Porto Real do Colégio em busca de trabalhos na Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em 1977. Retornou para Palmeira dos Índios durante as mobilizações para a retomada da Aldeia Mata da Cafurna, em 1979, passando, a partir de então, a morar com familiares na localidade.

As experiências compartilhadas por indígenas Xukuru-Kariri acerca das migrações sazonais possibilitaram compreendermos a política assistencialista do SPI a partir da distribuição de alimentos, recrutamento de indígenas para atividades agropecuárias do Posto e deslocamentos compulsórios para laborações durante o século XX.

## 2.2 Indígenas Xukuru-Kariri em trabalhos domésticos

As atuações de indígenas Xukuru-Kariri em trabalhos domésticos remeteram-se aos anos posteriores a formação da Aldeia Fazenda Canto, mas, tornaram-se expressivas, sobretudo a partir de 1965, com o crescimento demográfico, insuficiência territorial para práticas de agricultura nas TI's, oportunidades de estudarem na cidade e ajudar financeiramente familiares. Deslocamentos resultantes da morosidade na demarcação territorial, conforme publicado em um jornal:

Lá no município de Palmeira dos Índios, moram três grupos de Xukuru-Kariri. É o pessoal da aldeia Fazenda Canto, da Mata da Cafurna e os que moram mesmo no município, em área urbana. Há muita dificuldade para sobreviver ali, porque a terra é pouca e já não produz com fartura, até porque, nas aldeias os índios não tem o material necessário para fazer um bom plantio. Daí que todos acabam tendo que trabalhar fora, cortando cana, na construção civil e em atividades domésticas<sup>237</sup>.

Durante as pesquisas, foram analisados casos de indígenas Xukuru-Kariri que precisaram atuar em atividades domésticas na zona urbana de Palmeira dos Índios. A indígena Maria da Penha<sup>238</sup>, conhecida como “Béba”, estudou as séries iniciais na

---

<sup>237</sup>**Jornal Mensageiro.** Brasília, novembro/dezembro de 1986, p.12. Disponível em:<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Hemerolndio&PagFis=14812&Pesq=migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 30/05/2019.

<sup>238</sup>Maria da Penha Ferreira da Silva, Béba, 46 anos. Bairro Vila Maria, Palmeira dos Índios/AL, em 25/02/2019.

Aldeia Fazenda Canto, entretanto, no início da década de 1990, precisou migrar para estudar na cidade e trabalhar “em casa de família”:

Estudei na Fazenda Canto com um sacrifício infeliz, uma necessidade infeliz, mas dentro de mim tinha um sonho, eu sempre pensei que não eram as dificuldades que iriam barrar os meus sonhos, eu sempre pensava: eu tenho que estudar para conseguir algo melhor. Mesmo diante de tantas necessidades isso aí não fazia com que eu faltasse um dia na escola, com fome, do jeito que fosse, descalça ou com sandália não me impedia. Quando eu vim estudar aqui na cidade às dificuldades me acompanharam. Quando eu terminei o segundo grau, que no caso eu optei para o Magistério, em minha imaginação eu dizia que o Magistério era uma coisa respeitosa, aquela coisa toda, pelo menos na época era, eu tinha isso que era uma profissão de respeito. Eu desejava ter algo diferente daquilo que eu era acostumada a ter, eu via alguém ao meu redor ter, mas, e eu? E assim, o primeiro passo eu lembro como hoje, eu peitei para trabalhar em casa de família, eu não olhei assim se eu tinha estudo. Mesmo assim, com o ensino médio já concluído a necessidade me levou a partir pra casa de família.

As necessidades financeiras na Aldeia Fazenda Canto motivaram “Dona” Béba a trabalhar como empregada doméstica em uma residência em Palmeira dos Índios, o trabalho foi arregimentado por parentes que atuavam nos serviços domésticos em outras residências na cidade. As viagens para a Aldeia Fazenda Canto eram realizadas a pé e as estadas durante as jornadas de trabalho foram favorecidas por familiares.

As atividades como empregada doméstica compreendiam o não recebimento do 13º salário e demais benefícios sociais, informalidades usadas pelos patrões para explorar a força de trabalho das indígenas. A estratégia utilizada por “Dona” Béba para deixar os trabalhos domésticos foi atuar como professora na zona urbana de Palmeira dos Índios:

Não me dei bem não, não sei se era porque na minha casa a minha mãe não me levou a partir para esse lado, a minha mãe só pensava assim: “estude pra você ter um emprego, uma coisa melhor”. Não me levou a trabalhar em casa de alguém, aí eu era toda atuada nos serviços domésticos, mas mesmo assim eu me esforçava. Mesmo trabalhando em casa de família surgiu um concurso, mas antes disso eu corri atrás de contrato. Os professores da época conheciam a nossa trajetória e o nosso sacrifício de lá da Fazenda Canto, até porque nós vínhamos a pé, mais de 07 km de distância. Nisso, eu na casa de família dizia: “rapaz, uma mixaria meu Deus do céu, não dá pra nada!”. Eu via a patroa todo final de semana com as unhas pintadas e eu desejava fazer minhas unhas e quem disse que eu tinha condições? No final de semana a patroa sujava a última colher do armário, claro, sabia que segunda-feira tinha uma empregada lá para deixar tudo nos trinques.

Os deslocamentos a partir da Aldeia Fazenda Canto em busca de trabalhos como domésticas foram compartilhados por indígenas que precisaram trabalhar para ajudar familiares no sustento em casa. O percurso de 07 km realizado a pé até a cidade, diminuía a produtividade trabalhista, em decorrência atrasos frequentes nos locais de trabalhos. Como estratégia para evitar atrasos, os empregadores disciplinaram o tempo das indígenas com ofertas de moradias, provocando aumento no tempo trabalhado e criando relações de compadrio que interferiam no cumprimento dos direitos trabalhistas e sociais<sup>239</sup>, práticas citadas durante as entrevistas realizadas.

A estrada de chão batido para a Aldeia Fazenda Canto, observada na fotografia a seguir, era utilizada com frequência por muitos indígenas que se deslocavam à Palmeira dos Índios. Para ajudar no percurso, uma minoria utilizava muares e equinos do Posto Irineu dos Santos:



**Fotografia 13** - Estrada da Aldeia Fazenda Canto, s/d.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

Os deslocamentos a pé para Palmeira dos Índios foram vivenciados por indígenas como a “Dona” Margarida Souza<sup>240</sup> (Magal). “Dona” Magal trabalhou na agricultura da Aldeia Fazenda Canto até concluir as séries iniciais e depois precisou

<sup>239</sup>Ver THOMPSON, 1998, p. 293.

<sup>240</sup>Margarida Souza de Lima Silva, Magal, 56 anos. Bairro Xucurús, Palmeira dos Índios/AL, em 26/02/2019.

estudar na cidade. A falta de recursos financeiros para as estadas na zona urbana influenciou “Dona” Magal a procurar empregos como doméstica em 1975, aos 12 anos de idade:

Nós era muitos lá em casa e meu pai não tinha condições de dar os estudos a gente, aí lá na época, na Fazenda Canto tinha até a quarta série, depois era pra vim estudar na cidade, aí tinha que ter condições financeiras e isso nós não tinha. Foi quando eu arrumei um trabalho na casa de uma professora. Uma professora que ensinava lá na Fazenda Canto disse: “olhe, ali tem uma professora que está precisando de uma pessoa para ajudar, ela dá os estudos!”. Por conta disso eu fui pra casa dela.

“Dona” Magal alternava<sup>241</sup> as atividades como doméstica com irmãs que precisavam concluir os estudos em colégios localizados em Palmeira dos Índios. No retorno para a Aldeia Fazenda Canto a entrevistada trabalhava na agricultura. Assim como a “Dona” Béba, durante os anos em que atuou como empregada doméstica, “Dona” Magal não dispôs de direitos trabalhistas, as quantias de dinheiro que juntava durante as atividades de trabalho eram usadas para manutenção dos pais e familiares que permaneciam na Aldeia Fazenda Canto. Sobre as experiências de trabalho com exaustivas jornadas, afirmou:

Eu praticamente morava com eles, aí pronto, trabalhava de dia à noite. Eu fazia o café logo cedo ia pra escola, estudava a noite, quando terminava o café que ela ia chegando eu já tava com a mala pronta pra ir pra o colégio, aí ia pro colégio, aí voltava 11 horas, 11 e meia, quando tinha uma aulinha vaga a gente chegava em casa umas 10 horas da noite, quando a última aula era vaga, mas quando não era, era 11 horas, 11 e meia que a gente chegava. Na época não achava muito legal não, eu gostava porque eles me tratavam bem, me tratavam como pessoa da família, na época eu não levava muito em conta essas coisas não. Bom, as experiências eu gostei, porque na época a gente não tinha outra opção e mesmo, eles me tratavam bem, o filho dela, que quando eu cheguei lá ele tinha cinco anos ele era um amor comigo, o pai dele era gerente de loja na época. Um corte de pano, um tecido, ele trazia para mim quando eu estava lá: “o da Magal tem que vir também!”. Ela mesma costurava pra mim, fazia minhas roupas, ela fazia de tudo, era professora e costurava.

Além da oferta de moradia por parte dos empregadores, a função de preceptora, paralelamente às atividades domésticas, era outra estratégia utilizada para explorar a mão de obra das empregadas domésticas em atividades matutinas e noturnas. “Dona” Magal afirmou que durante a estada na cidade cuidou de uma

---

<sup>241</sup>Sobre a alternância em atividades domésticas ver MARTINS, 2018.

criança enquanto a ex-patroa trabalhava como professora. A entrevistada vivenciou uma falsa relação de compadrio e parentesco, expressada durante as atividades domésticas, pois:

A figura do trabalhador doméstico se instalou em nossa cultura como a de um trabalhador menor, que, muitas vezes, recebia como remuneração do seu trabalho moradia e comida, numa relação de falso parentesco – o agregado – que perpetuava o trabalho escravo, disfarçando-o de caridade (SILVA, 2010, p. 39).

Outras Xukuru-Kariri optaram voltar para os territórios indígenas ao fim da jornada de trabalho em serviços domésticos, por necessidades religiosas vinculadas aos rituais sagrados do Ouricuri, configurando-se como aspecto primordial nas mobilizações indígenas pelo reconhecimento identitário, através de “redes de solidariedade” e contatos com os encantados em espaços “Particulares”<sup>242</sup>. Para os Xukuru-Kariri, o Ouricuri é um ritual sagrado praticado em um terreiro reservado nos interiores das matas, expressão sociocultural e política restrita aos não-índios<sup>243</sup>.

Ana Paula<sup>244</sup> trabalhou como empregada doméstica a partir dos 10 anos de idade, frequentadora no Ouricuri desde criança, deixava a agricultura na Aldeia Mata da Cafurna por trabalhos na zona urbana de Palmeira dos Índios. Trabalhou em três residências na cidade e uma em Maceió, capital alagoana, todavia, sempre que ocorria ritual na aldeia, retornava para entrar em contato com o “reino dos Encantados”.

A decisão de trabalhar como empregada doméstica não foi uma escolha particular, ocorreu pela falta de recursos financeiros para a manutenção da família que permaneceu na Aldeia Mata da Cafurna. Com o dinheiro recebido, ajudava a mãe a cuidar de 11 irmãos, quase todos, com menor idade. As longas e exaustivas horas trabalhadas eram pagas com quantias irrisórias e sem garantias trabalhistas, conforme afirmou:

Eu trabalhei na casa (de um) doutor. Eu fui porque a minha mãe e os meus irmãos tinham muitas dificuldades, às vezes eles não tinham nem o que comer. Eu ganhava muito pouco, eles pagavam muito pouco. O dinheiro que eu ganhava nunca investia em mim, investia nos meus irmãos e na minha

---

<sup>242</sup>Ver BATISTA, 2005, p. 71-98.

<sup>243</sup>Ver PEIXOTO, 2013, p. 24; SILVA, 2017, p. 56; FERREIRA, 2016a, p. 78-80.

<sup>244</sup>Ana Paula Gomes da Silva, 37 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

mãe, só isso. Por que tem gente que quando trabalha ajunta seu dinheiro pra investir em alguma coisa, eu nunca investi, porque eu pensava na minha família. O meu marido é pedreiro, aqui é ruim para emprego, o meu marido já trabalhou em Minas (Gerais), já trabalhou em São Paulo.

Durante as pesquisas, observamos que as migrações para serviços domésticos ocorriam em razão da deficiente estrutura escolar nos territórios indígenas. A falta de materiais escolares e fardamentos<sup>245</sup> motivaram as evasões de indígenas Xukuru-Kariri migrantes para atividades sazonais na zona urbana de Palmeira dos Índios, como um pesquisador afirmou:

Poderíamos supor que não só o trabalho no campo foi desenvolvido com a mão de obra indígena, mas também o mercado de empregos domésticos, da construção civil, de pequenos estabelecimentos comerciais nos municípios vizinhos com localidades habitadas por indígenas como, por exemplo, Palmeira dos Índios [...] (FERREIRA, 2016a, p. 69).

A indígena Maria Cícera<sup>246</sup>, conhecida como “Dona” Diana, iniciou trajetória em trabalhos domésticos aos 15 anos de idade, pela falta de recursos financeiros necessários para continuar os estudos, na época era necessário adquirir fardamentos e calçados, como registrado em um documento: “ultimamente temos encontrado muita dificuldade, por motivo dos índios queixarem-se que os meninos não podem frequentarem as aulas com mais precesão, por se acharem sem roupas e o Pôsto não poder fornecer-lhes um fardamento”<sup>247</sup>. As muitas viagens a pé entre a Aldeia Fazenda Canto e a zona urbana de Palmeira dos Índios para trabalhos temporários ainda na menor idade, foram evidenciadas pela entrevistada:

Os meus pais, na época não tinham condições, eram muitos filhos que tinha. Aí a gente resolveu trabalhar para se manter, comprar roupa e calçado. Eu trabalhei muitos anos, agora que não era só numa casa, saía de uma ia para outra. Passava a semana, passava de quinze dias sem vim em casa, só que com o tempo saía, depois arrumava outro, sempre na cidade. Eu fui trabalhar porque eu não tava estudando, o meu pai não tinha condições de deixar eu estudar porque eram muitos filhos, na época tinha que ficar comprando farda, material de escola e ele não tinha condições. Só que não foi fácil porque ele não queria deixar, na época eu tinha uns 15 anos, foi aí onde ele permitiu, fui até para Maceió também.

---

<sup>245</sup>Ver FERREIRA, 2016a, p. 125.

<sup>246</sup>Maria Cícera Nogueira Ferreira, Diana, 41 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 28/02/2019.

<sup>247</sup>Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 2 de março de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 41-42.

Ao tratar das experiências de trabalho como empregada doméstica, “Dona” Diana afirmou ter realizado sem contrato formal e/ou pagamento de benefícios sociais, entretanto, no período pesquisado, não havia regulamentação da profissão, o que isentava os patrões nos cumprimentos de direitos trabalhistas. Sem tempo de trabalho definido, a entrevistada recordou o início das atividades:

No início o meu trabalho sempre foi assim, chegar segunda-feira e passava a semana toda, só vinha no sábado para casa, a folga era só no domingo, ficava lá direto! Não era fácil não, os serviços duros! A pessoa tinha que trabalhar o dia todo, até entrar pela noite, preparava janta, só dormia quando lavava a louça, não era fácil não, eu já tive patroa bem exigente!

Com o pouco dinheiro que juntava, “Dona” Diana ajudava os pais a comprarem alimentos, roupas e móveis. A entrevistada afirmou ter adquirido um fogão com recursos obtidos como empregada doméstica. As experiências nos serviços domésticos em Palmeira dos Índios estimularam a procura por empregos em outros municípios alagoanos, como Maceió:

Fiquei longe e não gostei muito não. Foi um mês numa casa e depois fui pra outra, acho que passei outro mês, mas era muito longe, eu não gostava (por)que era longe de casa. Aqui na cidade eu achava bom porque todo final de semana eu tava em casa com meus pais. Lá eu não conhecia nada, não sabia sair.

Outra indígena que exerceu atividades como empregada doméstica em Palmeira dos Índios e Maceió foi Maria Sônia<sup>248</sup>. “Dona” Sônia trabalhou como agricultora na Aldeia Fazenda Canto e com o crescimento familiar decidiu migrar para realizar serviços domésticos arregimentados por parentes no início da década de 1990, a partir dos 16 anos de idade, seguindo o itinerário de irmãos mais velhos:

Tinha uma prima da gente que veio do Sertão, ela começou a trabalhar na cidade, aí em seguida a gente foi. Era muitos irmãos, o meu pai não tinha condições, a gente ficando mocinha, queria uma roupa, um calçado, aí a gente teve que se virar, e a única maneira era uma casa de família, porque não tinha estudo, eu tinha parado os estudos. Chegava dez horas da roça, aí tirava a pé, no tempo não tinha transporte, o Governo não pagava transporte e a gente ia a pé daqui da Fazenda Canto, para estudar! Eu trabalhei o fundamental estudando a noite numa casa de família. Eu e uns irmãos mais

---

<sup>248</sup>Maria Sônia Nogueira Santos de Lima, 44 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 28/02/2019.



velhos do que eu, a gente ainda terminou assim o médio, tem uma irmã minha que terminou o Magistério indo a pé, porque não tinha transporte.

Os trabalhos domésticos vivenciados por indígenas Xukuru-Kariri possibilitaram traçarmos pontos em comum: a falta de empregos nos territórios indígenas e os deslocamentos para Palmeira dos Índios como primeira opção de trabalho. A alternativa encontrada por muitas indígenas foi migrar para Maceió como artifício para melhorias salariais e valorização profissional, desilusões revertidas em desejos malsucedidos nos itinerários estudados.

De acordo com as pesquisas, os retornos para os territórios indígenas foram marcados por atividades nas pequenas áreas agrícolas, favorecendo o início de novos fluxos migratórios para trabalhos domésticos, atividade intensificada na década de 90 do século XX com o crescimento habitacional no Brasil, evidenciado em outras partes do texto.

As atividades domésticas remuneradas exerceram importante papel na inserção de mulheres Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho. A pouca escolaridade e as difíceis alternativas laborativas nos territórios indígenas fortaleceram as decisões em se deslocarem para a zona urbana de Palmeira dos Índios e Maceió na segunda metade do século XX.

Embora algumas indígenas tenham usado as atividades domésticas como possibilidade de “mudar de vida”, as experiências adquiridas em Alagoas e o desejo de valorização profissional influenciaram muitas mulheres Xukuru-Kariri a migrarem para as metrópoles no Sudeste do país, conforme discutiremos no próximo capítulo.

### **2.3 Indígenas Xukuru-Kariri migrantes para trabalhos sazonais na Zona da Mata de Alagoas**

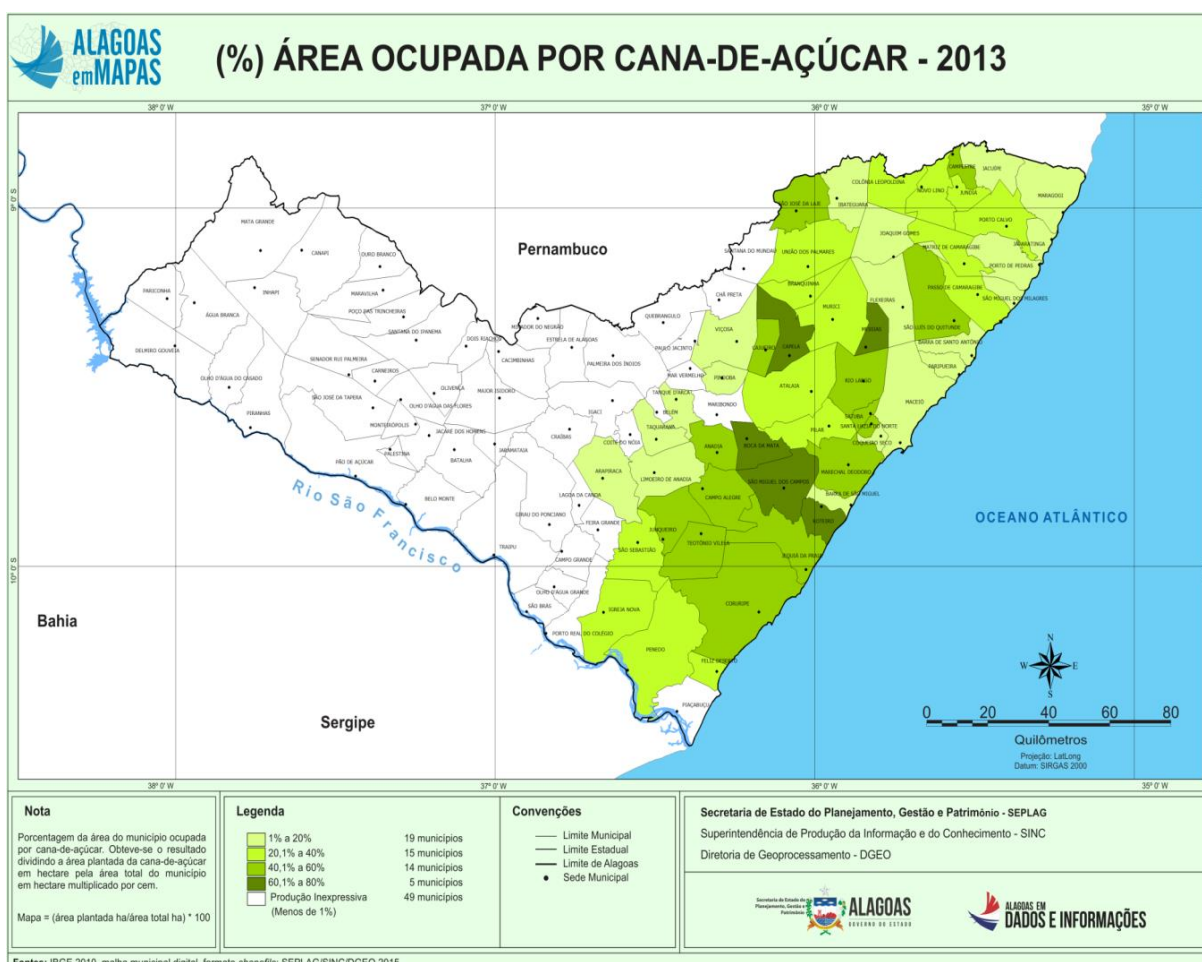
A presença da cana de açúcar em Alagoas foi tão intensa que seria difícil dissociá-la da história econômica no estado, um produto gerador de renda, ascensão econômica e política<sup>249</sup> para os usineiros, com as explorações de trabalhadores envolvidos em diversas etapas no cultivo, corte e processamento de cana em Alagoas, agravando a concentração fundiária, a ponto de 60% das terras no estado

---

<sup>249</sup>Ver MINTZ, 2010.

pertencerem a 3% da população e 40% pertencerem a 97% dos habitantes<sup>250</sup>, desse modo, a Zona da Mata se tornou o principal polo de atração para a mão de obra migrante em Alagoas<sup>251</sup>.

Em fins do século XX, Alagoas foi um dos maiores produtores de cana de açúcar no Brasil, superado apenas por São Paulo. Liderou o mercado produtivo no Nordeste<sup>252</sup> e absorveu grande parte dos Xukuru-Kariri migrantes para trabalhos sazonais<sup>253</sup> com implementação de plantações canavieiras em mais da metade dos municípios, como consta no mapa a seguir, referente à produção canvieira em 2013:



**Mapa 02 - Área canvieira em Alagoas, 2013.**  
Fonte: SEPLAG/AL<sup>254</sup>.

<sup>250</sup>Ver ALBUQUERQUE, 2009, p. 29-30.

<sup>251</sup>Idem, 2017, p. 21; 114.

<sup>252</sup>Ver ANDRADE, 1988, p. 44-46.

<sup>253</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p. 145.

<sup>254</sup>Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/23bf502d-e3db-48d8-8d1b-06ee4f691bd7/resource/0d3a0f98-be57-4e1c-aaca-dfd58a0ef2d8/download/cana.png>. Acesso em 09/07/2019.

A alta capacidade de produção da cana de açúcar em Alagoas, evidenciada no mapa anterior, transpareceu o vertiginoso crescimento de usinas e destilarias. Entre 1934 e 1953 o número de usinas elevou-se de 21 para 27 no estado, com produção açucareira próxima dos 4.267.176 sacos de açúcar em 1935. Entre 1953 e 1954, período de formação da Aldeia Fazenda Canto, a produção açucareira contabilizou 11.711.092 sacos de açúcar<sup>255</sup>, exigindo mão de obra para as exaustivas jornadas de trabalho, inserindo indígenas Xukuru-Kariri migrantes em trabalhos sazonais na lavoura canavieira em Alagoas:

A migração era motivada pela capacidade do processo produtivo do açúcar de absorver anualmente grandes contingentes de mão de obra, aliada à insuficiência de terras pelas pequenas dimensões das propriedades ou ainda pela sua baixa produtividade para manutenção das famílias em seus lugares de origem (SILVA, 2008a, p. 233).

As viagens para trabalharem no setor sucroalcooleiro foram compartilhadas por indígenas Xukuru-Kariri habitantes em Palmeira dos Índios com trabalhadores menores de idade, influenciados por parentes e arregimentadores que recrutavam mão de obra para o cultivo, corte e pesagem da cana de açúcar na Zona da Mata de Alagoas durante o verão<sup>256</sup>.

Os deslocamentos eram realizados por indígenas que buscavam o sustento das famílias através de migrações sazonais, geralmente ocorridas em razão de secas frequentes, problemas sociais e insuficiência agrícola, alternativas de trabalhos que obrigavam os deslocamentos em direção ao “Sul”<sup>257</sup> no verão, e retornos aos territórios indígenas no inverno como possibilidades de autonomia financeira longe da exploração nas usinas (FERREIRA, 1995).

Durante as pesquisas, observamos o trabalho agrícola como primeira experiência profissional dos indígenas Xukuru-Kariri<sup>258</sup>, a vinculação com a terra e o sentimento de pertença às aldeias em Palmeira dos Índios possibilitaram “migrações

---

<sup>255</sup>Ver ANDRADE, 1988, p. 78-79.

<sup>256</sup>A abundante mão de obra de homens e mulheres menores de idade em usinas não se restringiu aos indígenas Xukuru-Kariri, de forma estratégica, eram oferecidos empregos sem pretensão de cumprir exigências trabalhistas legais aos “bóias-frias”, contratados durante os plantios e safras de cana. Ver D’INCAO, 1983, p. 87-88.

<sup>257</sup>Conforme evidenciado em outras partes do texto, para os Xukuru-Kariri, o “Sul” corresponde a Zona da Mata de Alagoas, caracterizada por plantações de cana de açúcar.

<sup>258</sup>Os deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para o “Sul” forçavam as crianças, cuidadas pelas mães, a terem contatos com a agricultura e os serviços domésticos nos territórios indígenas em Palmeira dos Índios. Trajetórias similares às dos “corumbas” paraibanos. Ver MENEZES, 2002, p. 97.

de retorno”<sup>259</sup> das usinas, finalizadas as colheitas e moagens ou por saudades de parentes que permaneceram nos locais de origem.

Os retornos para os territórios férteis invadidos pelos fazendeiros locais gestavam situações complicadas entre os Xukuru-Kariri. Nesse caso, os indígenas eram obrigados a trabalhar como alugados ou submetidos à condição de vaqueiros com remunerações irrisórias em atividades exploradas em fazendas nos entornos de Palmeira dos Índios<sup>260</sup>.

Os trabalhos na agricultura dependiam dos volumes de chuva, que raramente resultavam em boas colheitas, e armazenamentos de sementes para plantações futuras. Ao fim do inverno, sem alimentos e empregos em razão da falta de terras e insuficiência agrícola, os indígenas Xukuru-Kariri deslocavam-se para o “Sul”, migrações entre os “roçados” em Palmeira dos Índios e os canaviais na Zona da Mata de Alagoas.

Os trabalhos nos canaviais eram exercidos por indígenas Xukuru-Kariri de diferentes idades, desde crianças e adolescentes até adultos e idosos, favorecendo a formação de grupos que atuavam sazonalmente nas distintas atividades canavieiras. A falta de terras para plantio e a exploração em fazendas nos arredores dos territórios indígenas em Palmeira dos Índios, também forçou os muitos deslocamentos para a Zona da Mata de Alagoas.

Os locais de destino eram variados, de acordo com os serviços arregimentados por empreiteiros que pagavam salários irrisórios e submetiam os cortadores de cana a longas jornadas de trabalho sob o sol escaldante e com péssima alimentação para enfrentar a labuta diária sob as explorações na monocultura canavieira. A vida dos indígenas migrantes era dividida entre os canaviais e os galpões usados para o descanso diário, a lavagem de roupas e a preparação de alimentos.

O cotidiano de trabalho nas usinas era repleto de desafios e situações incipientes. Pela falta de distribuição de carvão ou gás de cozinha, foi unânime ouvir relatos dos indígenas entrevistados sobre a necessidade de procurar lenhas em pequenas matas e áreas com galhos de árvores, para utilizá-las nos “fogareiros” durante o preparo das refeições diárias e para aquecerem-se em dias frios.

---

<sup>259</sup>Ver SCOTT, 2014, p. 80.

<sup>260</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p. 65.

Outro elemento primordial para a estada dos indígenas nas usinas era a água. Em alguns dos casos analisados, relatou-se a distribuição por encarregados das usinas em tratores e caminhões, mesmo sendo imprópria para o consumo em função do armazenamento em tambores enferrujados e com alta quantidade de sujeiras e patógenos. Em outros casos, havia a presença de riachos e fontes hídricas nas proximidades dos barracões, utilizadas para, além do manejo alimentício, a higiene pessoal e lavagem de roupas.

A rotina de trabalho na lavoura canavieira era árdua e exigia total disponibilidade de tempo. Durante as madrugadas, os indígenas acordavam, iam “cuidar da comida” e encher alguns recipientes com a água que seria consumida ao longo do dia. Em seguida, saíam a pé ou em transportes fornecidos pelos usineiros para os locais de trabalho, geralmente, em caminhões gaiolões, totalmente desprotegidos. No final da tarde, exauridos, retornavam para os alojamentos, preparavam a janta e dormiam durante poucas horas, até iniciarem uma nova diária de atividades. Na maioria dos casos pesquisados, os Xukuru-Kariri repetiam essa sistemática de trabalho durante oito ou quinze dias, quando, possivelmente, retornavam às aldeias em Palmeira dos Índios para levar reservas financeiras aos familiares e se preparar para os retornos aos “partidos de cana”.

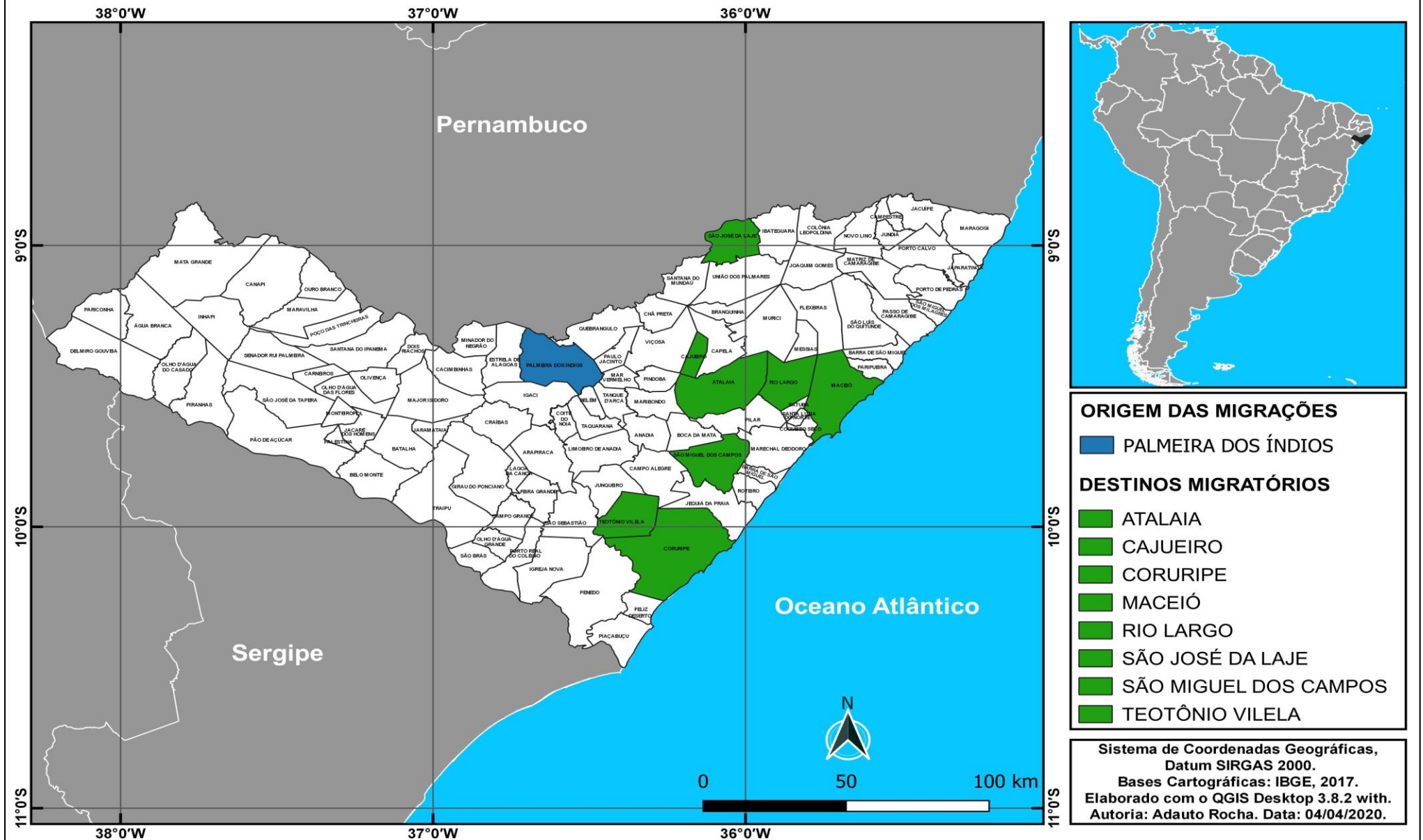
A desidratação, subnutrição e exaustão física, resultado das centenas de golpes de facão, dos intensos deslocamentos a pé e da exposição ao sol, resultavam em vertigens, câimbras e insuficiências musculares, em função do uso corporal intermitente, patologias responsáveis por muitos acidentes de trabalho entre os cortadores de cana, denominados de “homens-cangurus”, pela limitada capacidade de movimento, decorrente dos escaldantes trabalhos nos talhões ou eitos<sup>261</sup>.

Embora os movimentos migratórios não tenham seguido regras pré-estabelecidas, a presença indígena na Zona da Mata foi, notadamente, para municípios que tinham a influência dos arregimentadores, portanto, recebedores de mão de obra “recrutada” e de “confiança”. Os usineiros precisavam ter a certeza de que a produção açucareira seria alta e da não exposição dos complexos produtores com possíveis revoltas por melhorias trabalhistas. A seguir, apresentaremos um mapa que evidencia os principais destinos dos Xukuru-Kariri em trabalhos sazonais nos canaviais alagoanos:

---

<sup>261</sup>Ver VERÇOZA, 2016.

# PRINCIPAIS DESTINOS DOS XUKURU-KARIRI NA LAVOURA CANAVIEIRA EM ALAGOAS



Mapa 03 – Principais destinos dos Xukuru-Kariri na lavoura canavieira em Alagoas.

Fonte: acervo do autor.

Bases cartográficas: IBGE, 2017.

Elaboração: Adauto Rocha.

Em 1980, apenas os municípios de Chã Preta e Pindoba tinham uma inexpressiva produção canavieira na Zona da Mata alagoana. Descritos pelos indígenas como principais destinos migratórios, os municípios de São Miguel dos Campos e Coruripe, também destacados no mapa anterior, representavam duas microrregiões com alta produção açucareira em Alagoas. No mesmo período, a Usina Coruripe teve a mais alta produção de açúcar do Nordeste, exigindo mão de obra e viagens de migrantes indígenas para a lavoura canavieira<sup>262</sup>.

As migrações de indígenas Xukuru-Kariri para trabalhos sazonais foram expressadas através das “experiências coletivas”<sup>263</sup> para referirem-se aos deslocamentos como alternativas de trabalhos na agricultura dos territórios indígenas e na construção civil em Alagoas, arregimentados por parentes e empreiteiros nos locais de destinos através de redes migratórias que viabilizavam a exploração da mão de obra indígena com descumprimentos de direitos trabalhistas, pela facilidade em “recrutar” trabalhadores para onerosas jornadas de trabalhos (SILVA, 2017).

Em 1966, um “plano de trabalho” informou a saída dos indígenas Xukuru-Kariri para atividades sazonais pelas estiagens prolongadas e precariedade agrícola nos territórios indígenas. Pedia-se a colaboração do Governo Federal no envio de suprimentos agrícolas primordiais para o uso da mão de obra dos indígenas nas aldeias em Palmeira dos Índios<sup>264</sup>.

Os planos de trabalho serviam como estratégia de controle da mão de obra, embora, não tenham sido tão eficazes na prática. A relação de confiança estabelecida entre o Posto Irineu dos Santos, a IR-4 e a política excludente do SPI previam a “mistura” dos Xukuru-Kariri à “massa da população”, portanto, era vantajoso mantê-los ativos em atividades na lavoura canavieira, mesmo criando a falsa imagem de amparo estatal.

Nas pesquisas realizadas, não foi possível quantificar o contingente nos deslocamentos de indígenas após a implementação do “Plano de Trabalho” de 1966, todavia, as secas frequentes e falta de alimentos e terras provocaram migrações dos indígenas para atividades sazonais na Zona da Mata de Alagoas. De acordo com a

---

<sup>262</sup>Ver ANDRADE, 1988, p. 104-108.

<sup>263</sup>[...] Como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da experiência coletiva histórica” (HALBWACHS, 2003, p. 13).

<sup>264</sup>Plano de trabalho elaborado pelo Chefe da Inspetoria Regional 4, Mário da Silva Furtado. Palmeira dos Índios, 13 de setembro de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

documentação, alguns deslocamentos duravam anos; o retorno de indígenas Xukuru-Kariri migrantes que saíram do Posto Irineu dos Santos em 1964, por exemplo, aconteceu em 1967, dados observados nos quadros 05 e 06:

ANO	MÊS	MULHERES (MENORES DE 12 ANOS).	HOMENS (MENORES DE 12 ANOS).	MULHERES (MAIORES DE 12 ANOS).	HOMENS (MAIORES DE 12 ANOS).
1964	JANEIRO				
1964	FEVEREIRO				
1964	MARÇO				
1964	ABRIL	76	69	84	66
1964	MAIO	76	69	84	66
1964	JUNHO	76	69	84	66
1964	JULHO	79	70	84	66
1964	AGOSTO	79	70	84	66
1964	SETEMBRO	79	70	84	66
1964	OUTUBRO	79	70	84	66
1964	NOVEMBRO	80	70	84	66
1964	DEZEMBRO	82	73	84	66

**Quadro 05** - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1964.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

Em dezembro de 1964, a demografia do Posto Irineu dos Santos, apresentada no quadro 05, era composta por: 82 mulheres menores de 12 anos; 73 homens menores de 12 anos; 84 mulheres maiores de 12 anos e 66 homens maiores de 12 anos. Em janeiro de 1967, os registros do Posto Irineu dos Santos contabilizaram: 88 mulheres menores de 12 anos; 97 homens menores de 12 anos; 98 mulheres maiores de 12 anos e 75 homens maiores de 12 anos, conforme o quadro 06:

ANO	MÊS	MULHERES (MENORES DE 12 ANOS).	HOMENS (MENORES DE 12 ANOS).	MULHERES (MAIORES DE 12 ANOS).	HOMENS (MAIORES DE 12 ANOS).
1967	JANEIRO	88	97	98	75
1967	FEVEREIRO	88	97	98	75
1967	MARÇO	88	97	98	75
1967	ABRIL	88	97	98	75
1967	MAIO	88	97	98	75
1967	JUNHO	88	97	98	75
1967	JULHO	88	97	98	75
1967	AGOSTO				
1967	SETEMBRO				
1967	OUTUBRO				
1967	NOVEMBRO				
1967	DEZEMBRO				

**Quadro 06** - Demografia Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1967.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.



As variações demográficas apresentadas nos quadros anteriores, evidenciaram as viagens de indígenas Xukuru-Kariri com menor idade em busca de trabalhos fora dos territórios indígenas em Palmeira dos Índios e retornos periódicos, geralmente, entre os meses de janeiro e abril, pelo oportuno cultivo agrícola nas roças da aldeia. As oportunidades oferecidas pelos empreiteiros e arregimentadores das usinas variavam desde o cultivo e colheita da cana até o fabrico do açúcar, embora a exploração da força de trabalho estivesse nas várias etapas até a destinação final do produto<sup>265</sup>.

O indígena Sebastião Ricardo<sup>266</sup>, conhecido entre os Xukuru-Kariri como “Dato”, trabalhou para latifundiários em Palmeira dos Índios. Ainda na menor idade e em busca de melhores condições de vida, decidiu migrar para a Zona da Mata alagoana e passou a atuar como “servente de produção”<sup>267</sup> na Usina Coruripe em 1981:

Eu fui trabalhar na usina rapaz, porque (tinha) hora que a gente que trabalhava assim no campo o ganho (era) muito pouco, aí a gente (tinha) que partir para um canto, vê se arruma(va) uma coisinha mais aumentada. Teve um tempo que eu tive uma necessidade maior aí saí daqui, trabalhei ali na Usina Coruripe, trabalhei 3 meses, aí queriam me botar em um serviço muito perigoso, eu não quis, saí e voltei pra cá de novo. Era na moagem da usina, trabalhava debaixo da esteira em um negócio pingando água a noite toda e com os dentes assim caindo cana, que era mode eu trabalhar quase de cócoras pra ajuntar aquela cana que caía.

Definidos como “operários profissionalistas”, os funcionários mais qualificados entre os cortadores de cana eram selecionados pelas usinas para a operação e vigília de máquinas e equipamentos na produção de açúcar exaustivamente e com péssima remuneração<sup>268</sup>. Embora não tivesse exercido atividades como cortador de cana, as experiências do “Seu” Sebastião como servente favoreceram uma oferta para trabalhar na moagem da Usina Coruripe.

As funções desempenhadas pelo “Seu” “Dato” na Usina Coruripe foram enquadradas como “profissionais”, definidas como “brequista”, por controlar a entrada da cana na moenda antes da extração do caldo. De extrema responsabilidade

---

<sup>265</sup>Ver D’INCAO, 1983, p. 33.

<sup>266</sup>Sebastião Ricardo da Silva, “Dato”, 60 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 06/02/2019.

<sup>267</sup>Dados obtidos na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do entrevistado.

<sup>268</sup>Ver LOPES, 1978, p. 23-27.

e periculosidade, bastaria um descuido para ser morto nas engrenagens da moenda ou prejudicar o fabrico do açúcar por falta ou excesso de cana na esteira da máquina<sup>269</sup>. Os riscos de esmagamentos, hipotermia e as exaustivas jornadas de trabalho fizeram o entrevistado retornar<sup>270</sup> para a Aldeia Fazenda Canto. Sem escolha, foi trabalhar para fazendeiros até ser convidado a migrar novamente:

Usina tem todo tipo de serviço, depende da função do cabra que trabalha, sabe? Porque tem tanta coisa que não dá nem para o cabra explicar dentro de um usina como é. Aí o cara disse: “olha Sebastião, você vai trabalhar 24 horas debaixo dessa esteira” eu digo: “não, quero nada!”. Eu trabalhava em todo serviço dentro da usina, era juntando taco de pau para encher carroção, era juntando caco de tijolo, tudo no mundo, serviço geral. Se o cara vacilasse e aqueles dentes pegassem no cabra era a conta de matar e pingando água direto naquilo ali, aí eu voltei pra casa de novo. Aí comecei a trabalhar numa fazendinha no Olho D’ água.

Os trabalhos do “Seu” Sebastião Ricardo no setor sucroalcooleiro em Alagoas foram registrados na Carteira de Trabalho do entrevistado como exercidos na Usina Camaçari, sediada em Coruripe. Não sabemos se ocorreram filiações e posteriores separações entre as Usinas Camaçari e Coruripe, mas, os registros formais de trabalho tornaram possível observarmos os empregos do entrevistado através das migrações sazonais para a lavoura de cana. Com o recebimento de alguns benefícios sociais, como o pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pela Camaçari em 1982, “Seu” Dato foi um dos poucos indígenas Xukuru-Kariri entrevistados que tiveram registro formal de trabalho nas usinas em Alagoas.

Outro indígena Xukuru-Kariri que trabalhou na Zona da Mata de Alagoas foi Wellington Silva<sup>271</sup>, conhecido como “Jacó”, cortador de cana para a Usina Serra Grande, em São José da Tapera/AL no início da década de 1990:

Devido à falta de emprego, a gente temos nossas terras, mas às vezes não temos em que trabalhar. As terras poucas, aí às vezes temos que migrar para fora. Na Usina Serra Grande, foi uma experiência que eu tive, na verdade foi o primeiro trabalho que eu trabalhei fora, eu não era casado, fui no *Maria vai com as outras*, cheguei e o pessoal: “Ah, é bom cortar cana!”. Aí juntei uma mala de compras, de feira, de arroz, coloquei na bolsa e, como diz o ditado, *desabei para a usina*, e esse pessoal tinha raiva por conta que os caras

<sup>269</sup>Ver D’INCAO, 1983, p. 33.

<sup>270</sup>Conhecidas como “migrações de retorno”, as desilusões vivenciadas pelos Xukuru-Kariri na lavoura canavieira forçavam os indígenas a trabalharem para fazendeiros ou em pequenas glebas no território indígena. Ver SCOTT, 2014, p. 80.

<sup>271</sup>Wellington Silva de Oliveira, “Jacó”, 37 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 29/12/2018.

comiam “quarenta”, comiam *salame*, e eu só comia comida boa, porque eu já levei de casa, aí o dinheiro que eu ganhava no corte de cana eu comprava coisas boas para eu comer, por conta que a jornada de trabalho era pesada, no sol quente, escaldante, e você todo enrolado cortando cana não era fácil não!

Ao citar a alimentação dos indígenas Xukuru-Kariri no corte de cana, o entrevistado afirmou ter convivido com cortadores de cana que comiam “quarenta” durante a estada no “Sul”. Componente primordial no cardápio dos trabalhadores nas longas e exaustivas jornadas de trabalho, o citado alimento era potencialmente energético, necessário aos migrantes expostos ao sol escaldante nos “partidos” de cana. De fácil preparação, o “quarenta” era um composto de farinha de milho cozida em água e sal, usado no café da manhã e no almoço dos migrantes durante a árdua jornada de trabalho<sup>272</sup>.

“Seu” Cícero Terto<sup>273</sup>, conhecido como “Grilo”, cortou cana no “Sul” em Alagoas por vários anos. Órfão e com menor idade, usou as migrações sazonais como maneiras de superar a escassez de empregos e secas frequentes nas regiões de origem. As exaustivas jornadas de trabalho no corte de cana da Usina Camaçari eram supridas pela alimentação com o “quarenta”, consumido por outros indígenas migrantes como o “Seu” Geraldo Mascena, conhecido como “Santa Luzia”<sup>274</sup>, em meados da década de 1970. Sobre as comidas preparadas às vésperas do corte de cana, conhecidas como “bóias-frias”, “Seu” Geraldo afirmou:

A “bóia-fria” é você cozinhar a noite e comer sem requeimar, você botar numa marmitta e ir trabalhar, quando dá fome você come e mete o pau a trabalhar. Eu vim conhecer “quarenta” na usina [...] é você jogar a massa na água quente, mexer e ficar aquele *grolado* infeliz e o caba comer de todo jeito (risos). É a comida que mais come, quando você come de manhã, meio-dia já não suporta mais, não tem o que comer, tem que comer aquilo mesmo.

As experiências de ensino na escola do Posto Indígena Irineu dos Santos foram primordiais no exercício das funções exigidas entre os canaviais do “Sul” em Alagoas. Embora as aulas tenham sido interrompidas por necessidades de cunho estrutural,

---

<sup>272</sup>Ver MENEZES, 2002, p. 158.

<sup>273</sup>Cícero Terto do Nascimento, “Grilo”, 53 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 23/03/2019.

<sup>274</sup>Geraldo Mascena da Silva, “Santa Luzia”, 60 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/03/2019.

material e financeiro. Sobre a experiência na escola Sebastião Cosme<sup>275</sup>, conhecido como “Seu” Basto, relatou:

Com 15 anos, toda a vida morei ali em cima, pequenininho, pequenininho. Chegou um conhecido do meu pai lá em casa aí falou - eu já tinha andado para a escola, já sabia assinar meu nome e os de umas pessoinhas – aí ele chegou lá em casa e disse, o meu pai se chamava Ciço, aí: “Ciço, e esse menino? Ele sabe ler e escrever o nome de alguma pessoa?” Aí o pai disse: “Sabel!”. Eu estava na fase da escola ainda, estava na escola, estudando, ainda, mas já estava farrapando que estava indo trabalhar para ganhar uma besteirinha. Aí ele disse: “Sabe”. [...] Eu já estava meio prático mesmo, conta de dividir eu dividia por seis algarismos, hoje não divido nem por dois. Se eu for dividir, é por dois, apulso! Porque nesse tempo a gente, era tudo manual, não tinha máquina, não tinha nada! A gente fazia conta de multiplicar [...] esses cadernos pequeninhos, era uma página daquela para uma conta só de dividir, eu botava os seis algarismos em cima, até o nove e eu saía dividindo, dividindo, até chegar embaixo, eu achava bonito! Eu ganhava nota dez na escola!

Na escola do Posto, os indígenas aprenderam conhecimentos básicos de matemática, utilizados no pagamento e recebimento de quantias nos destinos migratórios, como em trabalhos nas usinas, pois:

As aulas ministradas na escola do Posto Indígena Irineu dos Santos se resumia no ensino das quatro operações matemáticas como adição, multiplicação, divisão e subtração, além de ditados, leituras, transcrições e decorações de textos, frases, datas comemorativas como o dia da Inconfidência Mineira, libertação dos escravos, homenagens a personagens denominados ilustres da História Nacional como Presidentes, Imperadores, o Rei, os bandeirantes entre outros (FERREIRA, 2016a, p. 157).

Os destinos migratórios do “Seu” Basto Cosme pelo “meio do mundo” açucareiro foram para a Usina Uruba, em Atalaia. As funções exercidas pelo entrevistado na Zona da Mata de Alagoas foram em limpezas e pesagens da cana de açúcar e como “cabo de turma”, cargo de confiança que previa estratégias para diminuir os valores referentes ao peso da cana cortada. Sobre as experiências em usinas a partir de 1970, o entrevistado afirmou:

No verão, as roças aqui eram naquela serra ali, a gente trabalhava para o fazendeiro, ganhava um trocadinho, a diária do fazendeiro era muito barata aqui, e lá na usina eu ganhava uma diárinha mais maior, aí eu ia né?! Até quando eu me casei, que eu tinha dezenove anos, eu ainda fui uns dois anos,

---

<sup>275</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, “Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

em setenta e cinco foi que eu deixei, que fui trabalhar de fichado em usina. A cana era pesada, uma vareteira assim, aí o caba cortava as canas, os *móios* pra fazer um feixe. Aí deles diziam assim: “você casse o feixinho mais pequeno, só pode apontar de dez quilos, pode ter quarenta, cinquenta feixes de cana, que, pesa um feixe ou dois, os mais pequeninhos daquele meio, só aponta dez quilos e conta os feixes que ele cortou e tira um pelo outro. E, pra canavial de cana, limpar, meu serviço era limpar. Limpava assim, no verão, limpava dois meses, aí pronto, aí vinha pra casa e não ia mais, no outro ano ia de novo.

A respeito das experiências na pesagem de cana ainda na menor idade, “Seu” Basto Cosme recordou ter sido orientado pelos funcionários da usina a diminuir os irrisórios valores pagos por centenas de metros de cana cortada após as queimadas nos canaviais alagoanos. O entrevistado afirmou ter assumido a citada função pela inexperiência no mundo do trabalho açucareiro, várias vezes foi chamado de “ladrão” por colegas de labuta que se sentiam prejudicados no pagamento recebido ao término das atividades sazonais no “Sul”.

Embora recebessem incentivos fiscais para aumentar a produção de açúcar e álcool no século XX, os usineiros, principalmente em Pernambuco e Alagoas, transferiam aos trabalhadores prejuízos decorrentes de retrações nos mercados interno e externo, baixando os valores pagos pelas canas cortadas e recrutando conferentes destinados a furtar os cortadores no processo de pesagem após as queimadas nos canaviais, contribuindo para o aumento da miserabilidade evidenciada nos relatos dos entrevistados e na documentação consultada<sup>276</sup>.

A queima da cana facilitava o corte, todavia, prejudicava os cortadores pelo processo de desidratação ocasionado com altas temperaturas as quais eram submetidas, diminuindo consideravelmente o peso, e assim, o salário para os “bóias-frias” pelas toneladas cortadas durante o dia, motivando-os a exigirem o pagamento por metro de cana cortada.

A estratégia utilizada pelas usinas para explorar os cortadores foi coagir medidores a furtarem metros de cana cortada durante as medições com a “braça”, instruções repassadas pelos arregimentadores<sup>277</sup> que levavam os indígenas Xukuru-Kariri migrantes para atividades sazonais no setor sucroalcooleiro em Alagoas, inclusive para as medições de cana, conforme “Seu” Basto Cosme afirmou:

---

<sup>276</sup>Ver ANDRADE, 1988, p. 70.

<sup>277</sup>Ver SILVA, 1999.

Ele ensinou também a medir com uma vara que se chamava *braça*, aí ele disse: “Olhe, você bote um cara atrás de você, quando você descer a *braça* aqui, você chie assim no dedo, que ela aumenta um palmo, cada uma daquela aumenta um palmo”. Aí eu media um acero de vinte e cinco braças, quando o da fazenda vinha medir para o empeleiteiro, dava quase trinta, tem que dar vinte e oito, trinta, aquelas que passar das vinte e cinco é lucro pro empeleiteiro, fora o dinheiro que ele já ganhava. Eu aprendi! Aí, com poucos dias, o cabra novo, num instante eu aprendi aquilo ali [...] haja cana pra eu medir conta e de meio-dia para a tarde, pesar as canas para os pinhão lá, com aquela balançinha. Na cana é que ele ganhava, olha, eu levei nome de ladrão também, dos pinhão [...] eu dizia: “por que vocês amarram a cana, os feixes grandes? Eu não tenho culpa não, é a ordem do empeleiteiro, aqui é ordem da usina”. Que na usina os caminhões de cana eram pesados por tonelada, aquilo tudo que tava passando era ganho para o empeleiteiro, já ganhava no preço e ele recebia uma pesada certa da usina, pronto, esses dez quilos que eu apontava aí quando um caminhão levava dez toneladas de cana, na conta dele, que eu pagava para os peões só dava cinco e ele recebia dez, quer dizer que ele ganhava cinco toneladas na frente, fora o preço dele ainda, era bocada quente rapaz esses empeleiteiro.

Outro indígena que trabalhou no “Sul”, entre 1968 e 1984, foi Manoel Davi, conhecido como “Seu” Zezinho<sup>278</sup>. Sobre as viagens realizadas o entrevistado afirmou: “já cortei cana no “Sul”, já trabalhei de cambiteiro<sup>279</sup> no “Sul”, trabalhei enchendo caminhão, trabalhei na Usina Camaçari (Coruripe/AL), trabalhei na Seresta (Teotônio Vilela/AL)<sup>280</sup> e trabalhei na Uruba (Atalaia/AL)”. Outra função desempenhada por “Seu” Zezinho na Zona da Mata alagoana foi arregimentando indígenas migrantes para o corte de cana em 1985: “trabalhava como empeleiteiro, mas só com dezoito homens para fazer faixa na entrada dos caminhão. Nós pegava aqueles batentes, botava os caba pra ajeitar pros carros passar e fazer a faixa pra queimar cana. Abria de um lado pra outro, só com dezoito homens, não pegava mais não”.

Ao longo dos anos, as experiências acumuladas pelo “Seu” Zezinho no “Sul” favoreceram atuações em funções e cargos de confiança em usinas na Zona da Mata alagoana. Os trabalhos como arregimentador no comando de tropas durante atividades nos canaviais serviram como estratégia de melhorias salariais para os indígenas migrantes:

---

<sup>278</sup>Manoel Davi Gomes, “Seu” Zezinho, 70 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 19/02/2019.

<sup>279</sup>A profissão de cambiteiro consistia na utilização de animais para transportar mercadorias, no caso do “Seu” Zezinho, o entrevistado afirmou ter carregado cana nos lombos de muaras na Zona da Mata de Alagoas pelo difícil acesso de veículos aos irregulares talhões e canavieiros.

<sup>280</sup>Chamada inicialmente de Usina Boa Sorte e instalada em Viçosa, a Usina Seresta paralisou atividades industriais em meados do século XX, até ser instalada em Junqueiro e, posteriormente, transferida para Teotônio Vilela. Ver ANDRADE, 1988, p. 130.

Eu trabalhei em muitos serviços lá, trabalhei muitos tempos “cambitando” cana, depois eu fui cortar cana, depois eu fui trabalhar no caminhão enchendo caminhão no móinho, que nesse tempo não era cana queimada, no móinho e jogava, depois começaram a queimar cana aí comecei a trabalhar no caminhão também no moião, carregando cana no ombro e despejando, pra puder eu chegar até ter o conhecimento de arrumar outros meios mais *mió*, aí foi quando o gerente da usina, eu já tinha trabalhado lá há uns quatro anos, disse: “rapaz, arrume uma turma pra você tomar de conta pra fazer faixa”. Os caras que vinha trabalhar toda vez queria vir, porque quando eles trabalhavam mais eu ganhava mais do que cortando cana e trabalhava mais pouco, por que aí eles não trabalhava mais eu não era por medição, eu dizia: “olhe, você pegue isso daqui e sua diária já ta ganha”. Eu pagava por diária. Era porque eu já tinha sofrido, eu sofri muito, aí os caba que trabalhava mais eu era quase tudo parente também. Parente assim, porque era índio. Não explorava também que eu já sabia o que eu tinha sofrido.

Os deslocamentos dos indígenas Xukuru-Kariri para o “Sul” em Alagoas eram em caminhões cedidos pelas usinas, os chamados “gaiolões”. Sem as mínimas condições de segurança, deslocavam-se dos territórios indígenas em direção à Zona da Mata de Alagoas. A partir da meia-noite, “Seu” Sebastião Ricardo<sup>281</sup> percorria as veredas da Aldeia Fazenda Canto a pé até chegar, durante as madrugadas, ao ponto de partida para os trabalhos nas usinas<sup>282</sup>, localizado no Centro de Palmeira dos Índios:

Era uma viagem sofrida, a gente saía meia-noite daqui de casa para pegar um caminhão ali no Museu (Xucurús) pra viajar pra lá, isso que chovesse ou fizesse sol. O caba em riba de um caminhão, uma carreira tão infeliz que só Deus mesmo era quem livrava o caba, aí nós ia pra lá na segunda, quando era no sábado de tarde a gente voltava, toda semana nesse batido. A gente saía daqui porque nós ia de é pra rua, quando nós chegava lá, era madrugada, aí ia esperando por gente dessa Serra e de todo canto, esperando para encher a carga. Tinha dia que a gente saía dessa Palmeira chovendo, era de matar o cara, rapaz...

Os deslocamentos para a Zona da Mata canavieira durante as madrugadas eram compartilhados com outros indígenas. “Seu” Geraldo Mascena<sup>283</sup> decidiu migrar para o corte de cana pela falta de terras para plantar na aldeia. Foi trabalhar na Usina Cachoeira do Meirim (Maceió/AL) ainda na menor idade. Os deslocamentos entre os

---

<sup>281</sup>Sebastião Ricardo da Silva, “Dato”, 60 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 06/02/2019.

<sup>282</sup>O fornecimento de caminhões pelas usinas para explorar a mão de obra indígena foi uma estratégia utilizada com outros povos, a exemplo dos Xukuru habitantes na Serra do Ororubá, Pesqueira/PE e Poção/PE. Ver BEZERRA, 2012, p. 66.

<sup>283</sup>Geraldo Mascena da Silva, “Santa Luzia”, 60 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/03/2019.

territórios indígenas e as usinas foram realizados em caminhões, utilizando sacos para guardar os pertences. Sobre as viagens o entrevistado afirmou que:

Colocava duas peças de roupa, pegava, enrolava dentro aqui, ninguém nunca pôde comprar um calçado, a chinela nossa nossos pais fazia. Quantas vezes a gente num amanheceu nas matas, com fome e em busca de trabalho? A primeira vez que eu fui pra usina eu tinha dezessete anos. Tinha aqueles “gaiolão” que levava nós pras usinas. Nós ia, trabalhava dois, três meses aí retornava quando tinha saudade da família e mesmo nós tinha que, aquele dinheirinho que ganhava juntar pra levar para as mães, para os irmãos comer, aí você deixava o dinheiro e retornava, passava três, quatro meses de novo e voltava pra levar aquele dinheiro pra dar assistência a quem estava em casa. A vida da gente era essa, eu comecei muito cedo trabalhando.

Os Xukuru-Kariri relataram terem viajado para atividades na lavoura canavieira em Alagoas aos finais de semana. Os caminhões se posicionavam em Delmiro Gouveia e Pariconha, Sertão alagoano, e partiam pelo Semiárido em direção à Zona da Mata de Alagoas, transportando mão de obra barata e disponível para as exaustivas jornadas de trabalho.

Distante dos locais de origem e sem recursos financeiros, só restava aos indígenas migrantes esperar o retorno dos “gaiolões”, quinzenalmente, para levarem dinheiro aos que ficavam em casa e se prepararem para retornar aos canaviais. O fornecimento de transporte pelos usineiros estimulava a exploração da força de trabalho dos indígenas distantes de casa, durante a estada nos alojamentos das usinas e a produção do “bom cortador” de cana, conforme uma pesquisadora afirmou:

Difícilmente saem dos alojamentos durante o tempo de descanso. O fato de os alojamentos serem construídos no espaço da cana, longe das cidades, é um indicador de se tratar de um espaço fechado para facilitar o controle e a disciplina. Portanto, a produção do “bom cortador” de cana insere-se num verdadeiro sistema de controle por parte da usina, em que não só todas as tarefas são minuciosamente controladas, não deixando ao trabalhador nenhum poder de decisão, como também os próprios trabalhadores, mediante a sujeição de suas vontades e adestramento de suas aspirações (SILVA, 1999, p. 210-211).

Outro meio de transporte utilizado pelos indígenas entre o Semiárido e a Zona da Mata de Alagoas foram os trens da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA)<sup>284</sup> pelo

---

<sup>284</sup>A linha férrea entre Palmeira dos Índios à Quebrangulo, interior alagoano, foi inaugurada em 1933. O terminal ferroviário foi usado por muitos indígenas Xukuru-Kariri migrantes para trabalhos sazonais. Ver TORRES, 2003, p. 06.



curto tempo que transportava indígenas para trabalhos sazonais nos canaviais. De Palmeira dos Índios, gastavam em média duas horas até o “Sul”, situação bem diferente caso fossem em caminhões cedidos pelas usinas. Os muitos migrantes sazonais que viajavam em trens podem ser observados na fotografia a seguir:



**Fotografia 14** – Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios em 1933.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: acervo do GPHIAL.

Para os Xukuru-Kariri, a Estação Ferroviária representava a construção da autonomia e a percepção do lugar socialmente ocupado em Palmeira dos Índios, neste caso, relacionado à condição de migrante indígena. Sobre os deslocamentos para a Zona da Mata de Alagoas usando trens, “Seu” Basto Cosme<sup>285</sup> afirmou:

Apanhava o trem e descia para Cajueiro/AL. Eu esperava o trem nove horas do dia, quando era assim, umas onze horas nós tava lá. Nós ia no dia de domingo, era no dia que eles estavam nas estações, esperando o povo para ir levar [...] com o caminhão [...] para ir levar para as fazendas. Aí, quando levantava um bocado de gente, que não tinha mais ninguém [...] aí empurrava para as fazendas, ninguém sabe a distância, era com dez quilômetros, cinco quilômetros, seis, oito, era assim. Vem gente para trabalhar, eles já sabiam que os sertanejos desciam, no verão os sertanejos desciam para trabalhar nas usinas, aí ficava ali, atocaiando ali. Não era um só não, era um bocado [...] o cabra salta com a bolsinha na mão aí ele conhece: “ei, o senhor vai trabalhar? [...] vem pra cá! Eu tenho um serviço em tal canto acolá, é limpa, corte de cana, não sei o quê, vamos pra lá que lá é bom”. Aí o caba chegava lá só faltava apanhar do caba, bicho ruim da poxa.

<sup>285</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, “Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

Os indígenas Xukuru-Kariri que não levavam mantimentos para os canaviais eram obrigados a comprar alimentos em armazéns e galpões administrados pelas usinas, conhecidos como “barracões”, estruturas criadas para forçar a estada dos migrantes durante o auge produtivo nas safras de cana em Alagoas, conforme dados discutidos no capítulo I.

O superfaturamento das mercadorias nos locais de destinos e o monopólio comercial das usinas exigia a manutenção de grupos trabalhando incessantemente sem o pagamento total das dívidas com alimentos pelos salários irrisórios recebidos pelas exaustivas jornadas de trabalho, conforme relatado por “Seu” Chico Aleixo<sup>286</sup>, indígena que migrou para a Zona da Mata alagoana em 1970, com as invasões dos territórios indígenas por fazendeiros circunvizinhos a Aldeia Fazenda Canto. Nos muitos destinos migratórios que vivenciou o entrevistado afirmou a existência dos “barracões”:

O caba sair das suas terras para trabalhar pros outros, é ruim demais, você passa sede e passa fome e tem que ganhar senão não vem simhora mais, se você fosse se meter no “barracão”, pronto, acaba sem vir simhora, porque o “barracão” é muito ladrão, 1 kg de “ceará” (charque) você trabalha a semana todinha para comprar 1 kg, é muito caro, se você tiver devendo num lugar daqueles não vem mais nunca. Eu levava mão cheia de farinha daqui com piaba, passava a semana lá, não comprava nada no barracão.

“Seu” Chico Aleixo descreveu os “barracões” como concessões dos gerentes das usinas aos empreiteiros que levavam os Xukuru-Kariri para o corte de cana no “Sul” em Alagoas:

O empeleiteiro já ganha dos usineiros, aí ele fazia aquela empeleitada com usineiros aí pega um bocado de homens e leva para lá, chega lá já vai para o “barracão” dele, ele já leva aquilo dali mode prender o cara lá naquele barracão, tudo caro pela hora da morte, você tem que comprar o que está lá, senão morre de fome, agora, se você fosse sabendo não, que nem eu quando ia mais a minha família aí nós comprava o peixe, comprava a farinha, comprava o feijão de passar a semana.

As vendas de alimentos nos “barracões” eram estratégias das usinas para explorar a força de trabalho dos “pinhões de oito” nos longos turnos trabalhados sobre o sol escaldante nos “partidos” de cana e atividades domésticas nos alojamentos.

---

<sup>286</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

“Seu” Geraldo<sup>287</sup> citou a existência dos “barracões” nas usinas Uruba (Atalaia) e Cachoeira do Meirim (Maceió):

Tem uma coisa ruim na usina, tem um “barracão” pra você comprar que eles exploram as pessoas, se você for um cara que não saiba viver naquele trabalho você não tem nunca nem o dinheiro da passagem para voltar pra casa, porque as coisas se aqui na cidade é cinco real lá é quinze real, é tudo caro pelo olho da cara, se voce for se meter mesmo. A gente compra só limitadinho para não passar fome, porque se você for fazer feira você nunca mais volta.

Os retornos dos Xukuru-Kariri para os locais de origem ocorreram por vários motivos: desde o fim da safra<sup>288</sup> até ameaças de morte por funcionários das usinas para descumprirem acordos e contratos firmados com os cortadores de cana. “Seu” Basto Cosme<sup>289</sup> relatou ter sido ameaçado e expulso do alojamento por um empreiteiro no município de Atalaia:

Ainda fui para essa Ouricuri também, para a mesma coisa, para o empreiteiro também né?! Mas só trabalhei uma semana lá o cara enrolou a gente, não pagou direito aí eu vim a pé de uma para outra, cheguei na Usina Capricho, perto de Viçosa, numa fazenda 7 horas da noite, mais o meu primo. Era eu e um primo meu que mora em Maceió, nós dois [...] ele só andava mais nós, ele mais velho do que eu, ele já tinha uns dezesseis anos.

Outro indígena que afirmou ter sido “enrolado” e ameaçado de morte em usinas na Zona da Mata de Alagoas foi o “Seu” Chico Aleixo<sup>290</sup>, que percorreu mais de 60 km para evitar conflitos com encarregados da Usina Ouricuri. As expulsões dos locais de trabalho obrigavam os indígenas a retornarem para as aldeias em Palmeira dos Índios a pé, sem dinheiro e exaustos pelas longas jornadas de trabalho:

Às vezes você não trabalhava com usina, você trabalhava com caba ruim, empeiteiro ladrão que às vezes ameaçava você para você correr para deixar o dinheiro para ele, muitas vezes nós saímos a pé, teve vezes que eu eu vim da Usina Ouricuri de pé, trabalhei com empreiteiro lá, vinha a pé porque não tinha dinheiro para pagar ônibus, vinha um caminhão velho nós

---

<sup>287</sup>Geraldo Mascena da Silva, “Santa Luzia”, 60 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/03/2019.

<sup>288</sup>Os trabalhadores não residentes na Zona da Mata de Alagoas que se deslocavam em transportes fornecidos pelas usinas eram chamados de “safristas”, por retornarem aos locais de origem no fim da colheita. Ver SILVA, 1997, p. 63.

<sup>289</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, “Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

<sup>290</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

pedimos passagem aí ele deu, nós chegamos em casa sem nada porque na ida chegava no Maribondo/AL, de Maribondo você pegava o caminhão da usina e sumia para a usina [...] teve um dia que nós saímos de pé de lá para nós não morremos saiu de pé eu e mais um cara , eu vim pegar um carro no Belém/AL.

Os castigos físicos e “desaparecimentos” de cortadores de cana foram práticas comuns nas usinas em Alagoas no século XX. Nos finais de semana, “Seu” Geraldo Mascena<sup>291</sup> costumava aventurar-se em caminhadas nos canaviais do “Sul”. O entrevistado relatou o “sumiço” de cortadores de cana ao fim da moagem. As vezes em que procurou saber sobre o destino dos colegas os funcionários das usinas alegaram demissões após o recebimento dos salários, entretanto, em alguns passeios pelos canaviais, o entrevistado percebeu a existência de cemitérios clandestinos para enterrar cortadores de cana que reivindicavam o recebimento de salários, férias e demais benefícios sociais:

No estado de Alagoas eu trabalhei em Camaçari, Cachoeira do Meirim, trabalhei numas três usinas. Só que tinha umas usinas que tinha um cemitério clandestino, uma coisa que eu observei, tinha um cemitério clandestino, a maioria dos pinhão ia e não voltava. Os caras dizia: “fulano foi embora, recebeu o pagamento e foi embora!”.

Outras experiências de trabalho no “Sul” ocorreram com a construção de casas e galpões para armazenamento de utensílios agrícolas e açúcar. Um pesquisador afirmou a construção civil nas usinas como possibilidades de inserção dos trabalhadores rurais nesse universo de trabalho, a exemplo dos indígenas Xukuru-Kariri migrantes:

Uma trajetória mais rápida muitas vezes ocorre, atingindo ao mesmo tempo vários indivíduos. Tal é o caso das obras de construção civil de vulto que periodicamente fazem as usinas, atraindo e concentrando muitos trabalhadores rurais necessários às obras, alguns dos quais serão posteriormente recrutados para o trabalho fabril. [...] Essa concentração de trabalhadores provenientes das áreas rurais nessas obras, oferecendo como subproduto a possibilidade de seleção para recrutamento de uma minoria a ser engajada na produção posterior da fábrica (LOPES, 1978, p. 154).

---

<sup>291</sup>Geraldo Mascena da Silva, “Santa Luzia”, 60 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/03/2019.

Para não retornar aos afazeres na monocultura canavieira, alguns indígenas buscavam alternativas locais ou migravam para outras atividades de trabalho. O “Seu” “Dato” trabalhou como servente de pedreiro na Construtora Brasileira de Obras Hidráulicas entre junho de 1982 e janeiro de 1983, produzindo um galpão para armazenar açúcar no Cais do Porto do Jaraguá, em Maceió<sup>292</sup>.

Com o fim da empreitada, “Seu” “Dato” retornou para a Aldeia Fazenda Canto e passou a trabalhar como vaqueiro nos arrabaldes do território indígena<sup>293</sup>. Outro indígena que trabalhou como servente de pedreiro ao regressar do “Sul” foi o “Seu” Chico Aleixo. As atividades desempenhadas foram na fabricação de poços para criação de peixes na Usina Camaçari, em Coruripe; em obras públicas, como a construção da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos e em serviços diversos na zona portuária de Maceió<sup>294</sup>.

No retorno das usinas, muitos indígenas atuavam como serventes de pedreiro em localidades próximas às aldeias ou em destinos mais longos, como a zona portuária ou em obras públicas em Maceió e região, atividades arregimentadas por parentes e empreiteiros locais. Mesmo sendo usual entre os Xukuru-Kariri, os serviços em construções civis dependiam da formação de redes migratórias e estratégias para evitar os árduos períodos de trabalho no mundo açucareiro na segunda metade do século XX.

No caso do “Seu” Basto Cosme, a saída encontrada foi trabalhar na construção civil, após ter aprendido “a profissão de pedreiro” em 1975 na Usina Capricho, município de Cajueiro. Durante alguns anos, “Seu” Basto trabalhou como: pedreiro autônomo; “cabo de turma” na canalização hídrica<sup>295</sup>; “servente de pedreiro”, com registro formal de trabalho e vigilante na Usina Nova Aliança, localizada no município de Amélia Rodrigues, interior da Bahia. Os dados registrados na Carteira de Trabalho do “Seu” Basto nos ajudaram a construir um quadro com as entradas, permanências e saídas das atividades de trabalho após o regresso das usinas na Zona da Mata canavieira de Alagoas, conforme consta:

---

<sup>292</sup>Dados obtidos na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do entrevistado.

<sup>293</sup>Sebastião Ricardo da Silva, “Dato”, 60 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 06/02/2019.

<sup>294</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

<sup>295</sup>“Seu” Basto Cosme arregimentou e comandou grupos de encanadores que instalaram redes hídricas em Maceió. Além de coordenar as instalações, o indígena era responsável pelo controle da assiduidade e acerto salarial dos trabalhadores.

Empresa	Sede	Função	Data de admissão:	Data de saída:
Construtora E. Bezerra Cavalcanti Ltda.	Palmeira dos Índios/AL	Trabalhador de construção civil	14/08/1978	08/12/1978
Cunha Construções Ltda.	Maceió/AL	Servente	12/08/1986	26/03/1987
Master Incosa Engenharia S/A	Maceió/AL	Cabo de turma	13/06/1987	21/09/1987
Nova Aliança S/A	Amélia Rodrigues/BA	Vigilante	15/07/1989	27/10/1989

**Quadro 07** - Registros formais de trabalhos do “Seu” Basto Cosme entre 1978 e 1989.

Fonte: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) cedida pelo entrevistado.

Elaboração: Adauto Rocha.

Entre agosto e dezembro de 1978, “Seu” Basto atuou como “trabalhador de construção civil”, na ocasião, foi contratado para o fabrico de caixas de esgoto em Palmeira dos Índios. Durante os anos subsequentes, dividiu o tempo disponível entre os trabalhos sazonais na lavoura canavieira e esporádicas diárias recebidas como pedreiro autônomo, até 1987, período em que foi contratado como “servente” de encanador em Maceió.

Embora fosse registrado como servente, na prática, “Seu” Basto Cosme atuava como pedreiro, função que demandava mais responsabilidade, mesmo sem receber um salário que correspondesse às funções desempenhadas na Cunha Construções LTDA, conforme registrado no envelope de pagamento em 1987:

envelope de pagamento		SEÇÃO	CARGO	NÚMERO
Empresa: CUNHA CONSTRUÇÕES LTDA.			Pedreiro	114
Nome do empregado: Sebastião Cosmo De Oliveira				
Período de 08 a 24 de Janeiro de 19 87				
CÁLCULO	DIAS A Cr\$		Cr\$	
	56 HORAS A Cr\$ 5,49		Cr\$ 307,44	
	HORAS EXTRAS A Cr\$		Cr\$	
DESCONTOS	IAPAS 2,5% Cr\$		Cr\$	
	ADIANTAMENTOS Cr\$ 26,13	TOTAL Cr\$	Cr\$ 307,44	
	IMP. DE RENDA Cr\$	DESCONTOS Cr\$	Cr\$ 26,13	
F.G.T.S. 8% Cr\$	SAL FAMÍLIA Cr\$			
	LÍQUIDO Cr\$		Cr\$ 281,31	

CONFIRA O DINHEIRO NO ATO DO RECEBIMENTO. RECLAMAÇÕES POSTERIORES NÃO SERÃO ATENDIDAS.  
O QUANTO VOCÊ GANHA É ASSUNTO SEU QUE MERECE O MAIOR SIGILO

23 01 87

CGO. 18.522

**Fotografia 15** – Envelope de pagamento da Cunha Construções Ltda, 23/01/1987.

Foto: Adauto Rocha.

Fonte: acervo pessoal do “Seu” Basto Cosme.

Os diferentes registros no cargo de trabalho serviam como estratégia para o não pagamento de salários dignos aos trabalhadores. Para os órgãos de regulamentação trabalhista, como o Ministério do Trabalho, “Seu” Basto Cosme era tido como auxiliar de serviços gerais em obras de construção civil. A impressão da legítima função desempenhada pelo indígena no envelope de pagamento abafava os movimentos em busca de melhorias salariais, rechaçados pela própria empresa e expresso nas últimas linhas do documento, nas quais está escrito: “o quanto você ganha é assunto seu que merece o maior sigilo”.

Quando os indígenas migravam para regiões mais distantes e não tinham a possibilidade de retornarem para casa aos finais de semana ou quinzenalmente, eram utilizados diferentes métodos de contatar os parentes para compartilhar experiências vivenciadas nos trabalhos e pedir informações sobre a família e as condições climáticas das aldeias, por exemplo.

Embora a Aldeia Fazenda Canto tenha sido “a primeira comunidade indígena no país a ter telefone”<sup>296</sup>, instalado pela empresa Telecomunicações de Alagoas S/A (TELASA) em 1981, o uso de cartas como meio de comunicação permaneceu frequente, principalmente, por serem acompanhadas de quantias em dinheiro enviadas pelos indígenas migrantes com certa regularidade.

Por tratarem-se de área que entravam em constantes conflitos com fazendeiros, os indígenas migrantes precisavam manterem-se informados das transformações sociais e políticas das aldeias em Palmeira dos Índios. A busca pela autonomia financeira em atividades sazonais não resultava em dissociações com os locais de origem, pelo contrário, a permanência de companheiros/as e parentes nutria o sentimento de pertencimento aos territórios indígenas.

Durante o distanciamento das atividades nos canaviais alagoanos, “Seu” Basto atuou como vigilante na Usina Nova Aliança, em Amélia Rodrigues/BA. Para se comunicar com a esposa, “Dona” Josefa Ferreira, o indígena esperava o fechamento do escritório da usina e datilografava cartas pedindo informações sobre os filhos e a pequena lavoura, deixada na Aldeia Fazenda Canto sob os cuidados da companheira. Aproveitava o curto espaço de escrita para expressar indignação com as péssimas remunerações recebidas pelas exaustivas jornadas de trabalho:

---

<sup>296</sup>“Xucurus – primeira comunidade indígena no país a ter telefone”. In: **Jornal Tribuna de Alagoas**. Maceió, 01/11/1981. Disponível no acervo do GPHIAL.

17 de 9 de 89

palmeira dus indeos alagoa  
fazenda canto posto endesno  
falando para gosefa rosa fereira de  
oliveira como esta noso manicipio  
e a familia da gente comuvãõXXXXXXXXXX

de saude miescrevãõ uo telefone por  
favuor eu lirespostarei comu vuo a ger  
na baia aqui so eboa o a misade e nada  
mas o melhor era u dinheiro mas e munto  
poco não dar pra quem venhe delonge e  
XXXXX muinto poco so dar para quem e sotei  
ro sim vuo mudar de asunto para outras  
e como vaio us meninos e anosa casa  
tome conta e zele faça comu eu estive  
se encasa mas logo vuo se não acha-

otro emprego so não aqui mas en sauvad-  
uor se eu encontra um emprego de sanz  
construção eu vuo pasa o verão a qui  
puor qu da mas dinheiro eu vuo lutar

*Seu que es creche na maquina  
na clinica tremado  
Sebastião Cosme de Oliveira*

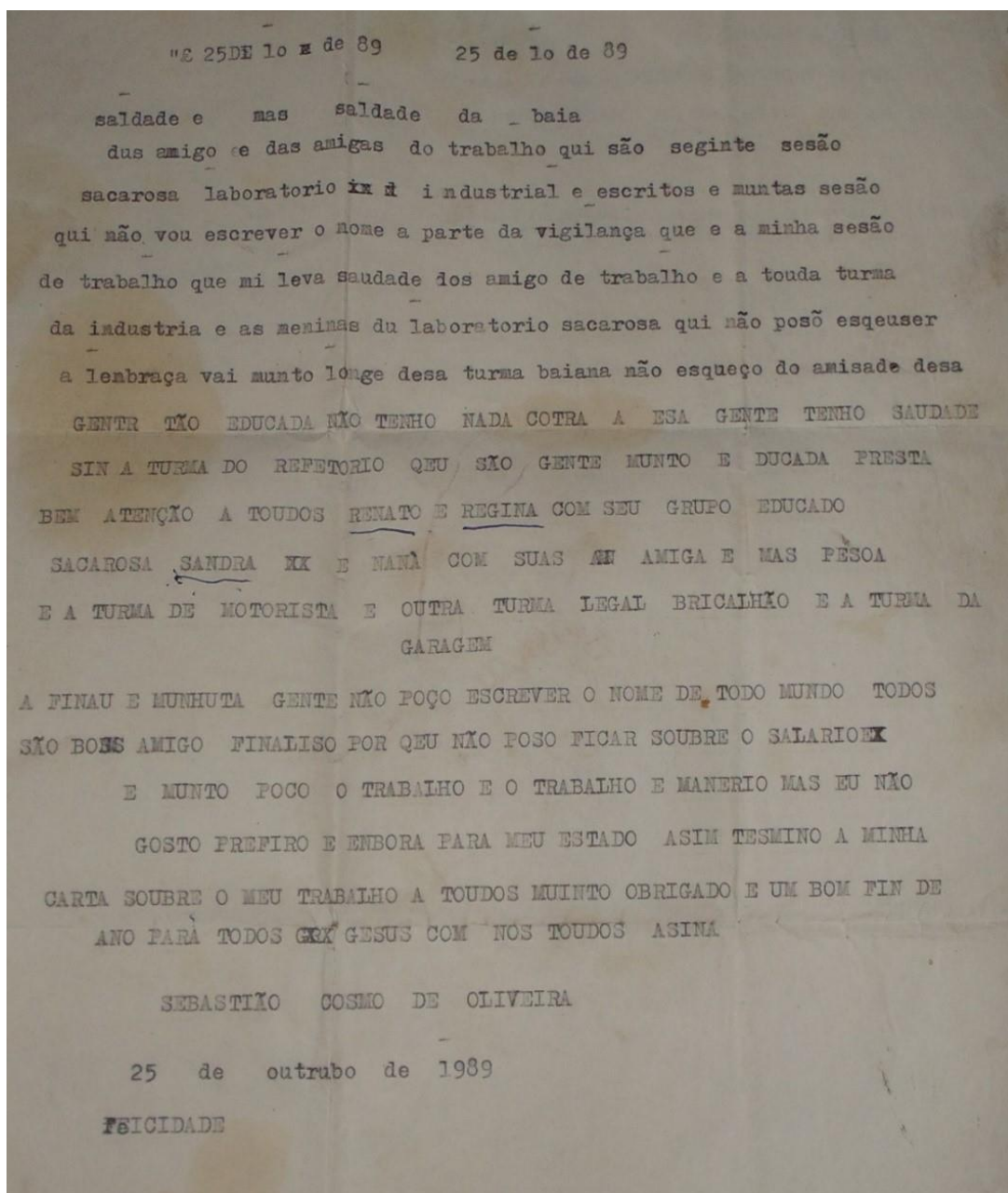
Fotografia 16 – Carta do “Seu” Basto Cosme para Josefa Rosa Ferreira de Oliveira, 17/09/1989.  
Foto: Adauto Rocha.  
Fonte: acervo pessoal do “Seu” Basto Cosme.

Conforme descrito na carta anterior, as preocupações com assuntos do cotidiano, como a política e situação estrutural em nível municipal e local eram frequentes. Apesar do cunho político, “Seu” Basto se reportava a “Dona” Josefa Ferreira, perguntando como estava a família, denunciando as péssimas remunerações como vigilante e informando a necessidade de permanecer em atividades sazonais, de preferência, na construção civil.

As dificuldades em perdurar no trabalho como vigilante foram decisivas no retorno do “Seu” Basto Cosme a Aldeia Fazenda Canto, em outubro de 1989. Na



ocasião, o indígena datilografou uma carta se despedindo dos/as colegas de trabalho, expondo os motivos do regresso e denunciando o baixo salário recebido na usina:



"E 25 DE 10 X DE 89 25 de 10 de 89

saldade e mas saldade da baia  
dus amigo e das amigas do trabalho qui são seginte sessão  
sacarosa laboratorio ~~ix~~ industrial e escritos e muntas sessão  
qui não vou escrever o nome a parte da vigilança que e a minha sessão  
de trabalho que mi leva saudade dos amigo de trabalho e a toda turma  
da industria e as meninas du laboratorio sacarosa qui não posõ esqueuser  
a lenbraça vai munto longe desa turma baiana não esqueço do amizade desa  
GENTR TÃO EDUCADA NÃO TENHO NADA COTRA A ESA GENTE TENHO SAUDADE  
SIN A TURMA DO REPETORIO QUE SÃO GENTE MUNTO E DUCADA PRESTA  
BEM ATENÇÃO A TOUDOS RENATO E REGINA COM SEU GRUPO EDUCADO  
SACAROSA SANDRA XX E NANA COM SUAS AMIGAS E MAS PESOA  
E A TURMA DE MOTORISTA E OUTRA TURMA LEGAL BRICALHÃO E A TURMA DA  
GARAGEM

A FINAU E MUNHUTA GENTE NÃO POÇO ESCREVER O NOME DE TODO MUNDO TODOS  
SÃO BOIS AMIGO FINALISO POR QUE NÃO POSO PICAR SOUBRE O SALARIOEX  
E MUNTO POCO O TRABALHO E O TRABALHO E MANERIO MAS EU NÃO  
GOSTO PREFIRO E ENBORA PARA MEU ESTADO ASIM TESMINO A MINHA  
CARTA SOUBRE O MEU TRABALHO A TOUDOS MUINTO OBRIGADO E UM BOM FIN DE  
ANO PARA TODOS ~~GRX~~ GESUS COM NOS TOUDOS ASINA

SEBASTIÃO COSMO DE OLIVEIRA

25 de outubro de 1989

FEICIDADE

**Fotografia 17** – Carta do “Seu” Basto Cosme para colegas de trabalho, 25/10/1989.

Foto: Adauto Rocha.

Fonte: acervo pessoal do “Seu” Basto Cosme.

Os destinos de muitos Xukuru-Kariri diversificaram-se ao longo dos tempos pela “circularidade migratória”<sup>297</sup>. As pretensões em procurar outros empregos, expressas nas cartas datilografadas, resultaram em retornos para as atividades na

<sup>297</sup>Ver MENEZES, 1985.

lavoura canavieira em Alagoas e em práticas agrícolas nos territórios indígenas durante o inverno.

Na falta de recursos, terras e melhores condições de vida, muitos Xukuru-Kariri migraram para trabalhos sazonais na Zona da Mata de Alagoas, situações vivenciadas no cultivo e corte de cana com deslocamentos que criaram redes migratórias fora dos locais de origem durante o século XX e os retornos marcados pelas experiências na agricultura e mobilizações para reconquistas territoriais, motivadas pelos frequentes deslocamentos para os mundos do trabalho.

### CAPÍTULO III

#### O SUDESTE: DESTINO DE MUITOS ÍNDIOS XUKURU-KARIRI

Durante o século XX, muitos nordestinos deslocaram-se para o Sudeste em busca de trabalho para amenizar os impactos ocasionados por secas nas regiões de origem, motivados pela urbanização e industrialização paulistana. Apesar das prolongadas estiagens, a expansão agropecuária e a concentração fundiária foram as principais razões para as pesadas e desoladoras viagens na busca por melhores condições de vida nas metrópoles (D'INCAO, 1983; ALBUQUERQUE, 2009).

No Semiárido nordestino, a concentração de terras ocorreu com a forte presença política de oligarquias nos poderes municipais e estaduais, a participação de latifundiários nos cenários políticos locais os tornaram figuras centrais para a compreensão da exclusão social provocada por incentivos fiscais/financeiros e pela falta de terras para trabalhos e moradias dos menos favorecidos<sup>298</sup>, como: camponeses, mulheres e indígenas migrantes:

*Os latifúndios tradicionais, absorvedores dos benefícios das políticas governamentais, sempre refratários às promoções da modernização agrícola, apresentam-se hoje, mais que nunca, longe de corresponderem às exigências do conceito de função social da terra. Sua existência está vinculada ao agravamento da concentração da renda e de propriedades rurais, à sistemática deterioração das condições de vida dos trabalhadores e aos constantes deslocamentos populacionais (BRASIL, 1985, p. 24).*

Ao longo dos anos, os migrantes nordestinos foram descritos na literatura como flagelados, desalentados e errantes<sup>299</sup>, adjetivos apropriados pelo Estado para justificar as políticas públicas de “combate às secas” no Nordeste e evitar deslocamentos para trabalhos, todavia, fortalecedoras das oligarquias locais com a disposição de mão de obra barata e explorada em fazendas (FERREIRA, 2016b).

As secas como rentáveis “negócios” forçavam os “flagelados” a atuarem nas construções de açudes e a auxiliarem a perfuração de poços artesianos financiados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em regiões semiáridas no Nordeste<sup>300</sup>. Quando as tentativas falhavam e o armazenamento

---

<sup>298</sup>Ver FAORO, 1997, p. 418; 419; 437.

<sup>299</sup>Ver CUNHA, 2018.

<sup>300</sup>Ver FERREIRA, 2016b.

hídrico, alicerçando a má distribuição agrária, não supria as necessidades básicas, a alternativa encontrada era migrar para centros urbanos para vender mão de obra em metrópoles “modernas”<sup>301</sup>, como as do Sudeste:

O volume e a amplitude dos movimentos migratórios internos no Brasil, durante o século XX, assim como o ritmo acelerado do processo de urbanização, apontam certamente para transformações econômico-sociais profundas que, como geralmente se reconhece, estão relacionadas ao processo de desenvolvimento do país. Trata-se, portanto, de um fenômeno que manifesta transformações na própria estrutura da sociedade brasileira e, como tal, não pode ser compreendida isoladamente (DURHAM, 1973, p. 07).

Entre 1940 e 1970, modernizou-se o parque industrial no Centro-Sul do Brasil, demandando mão de obra para suprir as necessidades impostas nos setores de construção civil, prestação de serviços e produtores de bens diversos, desse modo, os últimos 50 anos do século XX foram testemunha da intensa migração nordestina para o Sudeste, especificamente para São Paulo, reconhecido como o maior centro industrial do país nos anos 90 do século XX<sup>302</sup>.

Em Palmeira dos Índios, após a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos, os Xukuru-Kariri continuaram a migrar para trabalhos no Sudeste<sup>303</sup>, sobretudo: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, motivados por oportunidades de empregos em indústrias de bebidas, fábricas de chocolate, no setor metalúrgico, na construção civil e em trabalhos domésticos, como mão de obra barata e disponível, movidos pelo sonho de autonomia financeira:

A despeito da migração ser considerada, pelos trabalhadores, como uma das únicas alternativas de sobrevivência, a mesma não deixa de estar associada a uma expectativa positiva relacionada com a possibilidade de mudança de vida. A migração traz para os agentes sociais envolvidos a chance de “melhorar de vida”, de “viver com mais conforto” e de “ganhar mais” (GUANAIS, 2012, p. 212).

---

<sup>301</sup>Ver ALBUQUERQUE, 2017, p. 113.

<sup>302</sup>Ver DURHAM, 1973, p. 10.

<sup>303</sup>O sentimento de pertença ao território e os constantes deslocamentos de indígenas para trabalho motivaram a IR-4 a pedir a Seção de Orientação e Assistência do SPI (SOA), material impresso sobre migrações para distribuição na escola do Posto Indígena Irineu dos Santos, como: “Contos do Imigrante”, escrito por Samuel Rawet em 1956. Memorando 689 da Inspetoria Regional 4. Recife, 14 de agosto de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf.182, fotog. 652.

As exaustivas jornadas de trabalho, péssimas remunerações, precariedades alimentícias e habitacionais forçavam os retornos dos indígenas migrantes para as aldeias em Palmeira dos Índios, criando condições para viagens de idas e voltas ao longo do século XX. Se nos locais de origem faltava água, terra e trabalho, no Sudeste padeciam pelas incertezas empregatícias e saudades de familiares, amigos e da prática do Ouricuri<sup>304</sup>, evidenciando o sentimento de pertencimento étnico<sup>305</sup>, socialmente construído pela vinculação territorial e espiritual representada simbolicamente no enterro do umbigo pelas mães de migrantes nordestinos após o parto e expressada na “viagem da volta” aos locais de origem, como afirmou o antropólogo João Pacheco de Oliveira:

Nas áreas rurais há um costume de as mães enterrarem o umbigo dos recém-nascidos para que eles se mantenham emocionalmente ligados a ela e à sua terra de origem. Como é freqüente nessas regiões a migração em busca de melhores oportunidades de trabalho, tal ato mágico (uma “simpatia”) aumentaria as chances de a criança retornar um dia à sua terra natal. O que a figura poética sugere é uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas de autoctonia (OLIVEIRA, 1999, p. 31).

Embora os caminhos sejam distintos, os fragmentos das histórias de vida apresentados nesse capítulo se cruzam com as dificuldades em viver longe dos locais de origem, regionalmente expressadas em atividades como vaqueiros, no corte de cana<sup>306</sup> e em serviços domésticos no Semiárido e na Zona da Mata alagoana, com exploração nas longas e exaustivas jornadas de trabalho, descumprimento nos direitos sociais e atuação em diferentes funções sem remuneração compatível, dados discutidos em partes anteriores do texto.

A saudade de familiares relacionada as dificuldades impostas em migrações para outras regiões do país, como: clima, expressões socioculturais e a periculosidade relatada em muitas das situações analisadas, tornou possível a compreensão da sistemática nas viagens vivenciadas pelos Xukuru-Kariri para o Sudeste do país.

---

<sup>304</sup>Sobre o Ouricuri, ver página 94.

<sup>305</sup>Ver BARTH, 2011, p. 40; 62.

<sup>306</sup>Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p. 145.

Contraopondo uma história processual e cíclica regional e temporalmente, com causas e consequências, não problematizamos os deslocamentos para trabalho isoladamente<sup>307</sup>, cruzamos as muitas narrativas e trajetórias de vida<sup>308</sup> para discutir as mobilizações indígenas para reconhecimento do Estado, formação de novas aldeias e exigências em demarcação territorial ao longo do século XX.

### 3.1 O Sudeste como terra promissora

No século XX, os Xukuru-Kariri vivenciaram períodos de contaminação e padecimento com enfermidades diversas, pouco tempo após o aldeamento na Aldeia Fazenda Canto um surto de varíola atingiu boa parte dos aldeados. Em “aviso”, o Posto Irineu dos Santos informou à IR-4 sobre a gravidade e pediu providências imediatas para evitar o alastramento da doença: “este mês surgiu entre os Xucurús uma epidemia de varíola. Não houve óbito. Os índios que não foram atacados serão vacinados, tão logo cheguem as vacinas do Departamento de Educação e Saúde do Estado”<sup>309</sup>. Um mês após o pedido, foram vacinados 42 indígenas portadores da citada patologia<sup>310</sup>.

Dois anos depois, casos de contaminação por varíola voltaram a ocorrer e os encarregados pelo Posto Irineu dos Santos pediram providências emergenciais a IR-4 para conter a disseminação e evitar o contágio de outros Xukuru-Kariri. Sem respostas, foi realizado novo pedido de recursos e vacinas para resolver os casos verificados<sup>311</sup>, não encontramos registros de vacinação dos contaminados e controle epidêmico.

Além da varíola, era comum a disseminação de outras doenças contagiosas, como uma “epidemia de gripe acompanhada de febre” que atacou boa parte dos indígenas, forçando o Posto Irineu dos Santos a adquirir medicamentos para conter a

---

<sup>307</sup>Ver LORIGA, 2011, p. 35; 45; 67.

<sup>308</sup>Ver GINZBURG, 2006.

<sup>309</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 16.

<sup>310</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 18.

<sup>311</sup>Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 10 e 17 de outubro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 56-57.

doença<sup>312</sup>. O descaso do Estado<sup>313</sup> em relação a prevenção, controle e erradicação de determinadas patologias, verificado na documentação consultada, aliado a outros fatores, como arrendamentos ilegais nas terras indígenas<sup>314</sup>, denunciados por Mário da Silva Furtado, Inspetor do Posto, à IR-4 em 1953<sup>315</sup>, forçava os indígenas a migrarem em busca de sobrevivência no Sudeste do país.

As invasões e tentativas de apossamento ilegal nos territórios indígenas, em partes, eram conhecidas por inspetores do Posto Irineu dos Santos. Até a segunda metade do século XX, documentos informaram os ilegais arrendamentos dos territórios Xukuru-Kariri para práticas de agricultura ou pastagem de gado nos parques cercados administrados pelo SPI, com consentimentos de refratários funcionários do Posto.

Em 1959, ocorreram arrendamentos ilegais na Aldeia Fazenda Canto, Maria Alves, beneficiária e esposa de Elpídio Alves (Aprendiz do Posto Irineu dos Santos) estava cultivando lavouras nos esparsos e insuficientes espaços agricultáveis dos Xukuru-Kariri. Cícero Cavalcanti, Encarregado do Posto, formalizou denúncia endereçada ao Ministério da Agricultura, resultando no pedido de nulidade arrendatária:

Vosso n. 2, não dei nenhuma autorização mulher Elpideo Alves fazer roças terreno esse Posto. Deveis, portanto, agir no sentido de que não haja prejuízos para os índios que efetivamente moram dentro das terras [...] adquiridas pelo SPI. Sds Agrindios<sup>316</sup>.

Além dos arrendamentos ilegais, os Xukuru-Kariri conviveram com prologadas estiagens que assolaram a região durante o século XX. Em janeiro de 1966, Mário da

---

<sup>312</sup>Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 07 de fevereiro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 52.

<sup>313</sup>Em fins do século XX, evidenciou-se forte presença de vermes parasitas na Aldeia Fazenda Canto: “a água que os índios utilizam está sempre contaminada e é grande a incidência de verminoses, principalmente entre as crianças”. In: **Memorial descritivo e mapa de delimitação Xukuru-Kariri (3ª SUER)**. Recife, 14/08/1988, p. 101. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>314</sup>Os arrendamentos foram realizados com a autorização de funcionários aprendizes do Posto Irineu dos Santos. Ver SILVA JÚNIOR, 2013, p. 124.

<sup>315</sup>Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 20 de março de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 305.

<sup>316</sup>Denúncia enviada por Cícero Cavalcanti, Encarregado pelo Posto Irineu dos Santos, ao Ministério da Agricultura. Palmeira dos Índios, 02 de fevereiro de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 309.

Silva Furtado solicitou à 4ª Inspetoria Regional do SPI que, em consórcio com dirigentes do governo federal, agilizasse a implementação de medidas para evitar os danos ocasionados por secas frequentes, como as perdas em produções agrícolas e os deslocamentos para trabalho. O Inspetor afirmou a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4, ser a perfuração de poços artesianos uma das poucas soluções para conter as viagens indígenas ao Sudeste, considerando o insucesso verificado em tentativas anteriores para a obtenção hídrica:

Longa perfuração de um poço arteziano, em colaboração DNOCS local. Solicitamos empenho essa chefia junto diretoria, fim conseguir recursos para cobrirem despesas. Dito poço, trarah grandes benefícios nossos tutelados, visto ser uma das nossas grandes dificuldades durante a estiagem, o desaparecimento do precioso líquido<sup>317</sup>.

No mesmo ano, em fins do mês de janeiro, em ação conjunta do Posto Irineu dos Santos com o DNOCS e a mão de obra Xukuru-Kariri ocorreu a perfuração de um poço artesiano que, inicialmente, atingiu 35 metros de profundidade. Sem sucesso na obtenção hídrica, todavia, com esperanças de melhores resultados, os envolvidos seguiram os conselhos do técnico responsável ao afirmar faltarem mais 25 metros para encontrarem o “precioso líquido”<sup>318</sup>.

Em março de 1966 o poço foi finalizado, e, para a surpresa das partes envolvidas, “infelizmente, deu água muito salgada”, imprópria para o consumo e para irrigações das pequenas roças dos Xukuru-Kariri. O documento informou que seriam criados projetos para sucessivas perfurações em colaboração com o DNOCS, entretanto, não identificamos pedidos ou novas tentativas de perfurar poços artesianos, agravando a situação em períodos de longas estiagens<sup>319</sup>.

Da região Nordeste ao estado de Minas Gerais, o Semiárido ficou popularmente conhecido como uma região de atrasos econômicos e sociais, entretanto, as mobilizações na busca por melhorias e os esforços de pesquisadores nos últimos

---

<sup>317</sup>Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 13 de janeiro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 217.

<sup>318</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 116.

<sup>319</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 122.



anos tem escrito uma nova história sobre as regiões brasileiras com pouca presença de chuvas, discutindo os vários “semiáridos”, alterados histórico e economicamente a partir dos fatores sociais e climáticos, pois:

São caracterizadas como semiáridas em razão da baixa quantidade de chuvas anuais e a incidência de longas estiagens ou secas periódicas. O Semiárido foi por muito tempo cristalizado como espaço territorial condenado ao “sofrimento” dos habitantes e ao atraso econômico, concepção superada recentemente a partir de mobilizações sociais que reivindicavam políticas públicas do Estado brasileiro para estas regiões, promovendo mudanças socioeconômicas para os habitantes e lugar a um “Sertão verde” como espaço de vida farta e dignidade (NEVES, 2019, p. 61-62).

Longe de ser homogêneo, o Semiárido nordestino é caracterizado pela escassez de chuvas e/ou por períodos de estiagens prolongadas, conforme descrito na citação anterior, apresentando múltiplas especificidades e influenciando as expressões socioculturais dos habitantes a partir das variações sociais, climáticas e territoriais<sup>320</sup>.

Entre os Xukuru-Kariri, as características dinâmicas do Semiárido e a recorrente falta de águas impôs restrições aos usos dos recursos naturais e fortaleceu as necessidades de busca material fora dos locais de origem. Os históricos processos de enfraquecimento dos nutrientes minerais e a falta de cobertura vegetal nas Aldeias em Palmeira dos Índios estão ligados aos avanços da pecuária nos territórios indígenas:

O espaço inicialmente localizado como rota para afastar-se da imposição colonial aos poucos foi se tornando o espaço habitado e com esta fixação desencadearam-se também os conflitos territoriais centralizados, principalmente nos espaços ocupados por estes grupos marginalizados e excluídos socialmente, no caso de Alagoas, com mais ênfase os indígenas e posteriormente os negros que tinham nos territórios interesses diferentes dos europeus. Além dos conflitos territoriais, os impactos socioambientais no solo a partir da produção da cana de açúcar e criação de gado foram resultados percebidos a longo prazo, pois as terras reduziram muito sua capacidade de produção, uma vez que a monocultura foi implementada (NEVES, 2019, p. 59-60).

Em Palmeira dos Índios, o Semiárido configurou-se pela infertilidade dos solos e instabilidade nas precipitações pluviométricas, quadros agravados ao longo da segunda metade do Século XX, conforme observamos no quadro a seguir:

---

<sup>320</sup>Ver OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2018.

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL (MM).
1952	5,1	0,0	91,3	35,5	213,6	107,9	244,9	151,5	4,8	1,3	0,5	77,4	933,8
1953	0,9	17,8	16,7	126,4	145,4	232,1	242,4	140,8	26,4	8,7	98,9	0,0	1056,5
1954	9,8	40,8	2,0	170,3	180,0	124,1	159,3	247,1	63,5	41,3	25,1	71,5	1134,8
1955	131,1	33,5	23,8	91,8	224,2	222,4	344,1	116,5	103,3	22,8	0,0	0,0	1313,5
1956	18,4	46,9	178,1	157,4	30,3	41,8	194,9	350,2	75,5	39,0	56,2	10,1	1198,8
1957	67,0	0,0	188,9	142,9	237,9	157,0	64,3	74,6	8,5	20,1	5,3	5,1	971,6
1958	16,6	55,7	64,6	16,6	125,8	80,2	139,3	65,7	130,6	0,0	0,0	60,0	755,1
1959	0,3	11,9	22,4	65,8	69,5	136,1	109,8	41,1	35,6	1,3	0,0	0,4	494,2
1960	8,5	26,0	265,5	117,7	148,1	46,3	41,4	50,6	0,7	5,7	5,6	6,3	722,4
1961	118,5	0,0	157,2	57,5	117,5	188,1	119,1	49,3	8,2	18,5	0,0	20,3	854,2
1962	21,3	0,0	49,4	22,8	198,5	367,8	251,1	94,5	44,5	12,3	0,0	0,3	1062,5
1963	27,5	8,1	102,3	87,1	130,1	250,0	139,9	126,3	54,3	0,2	22,3	285,5	1233,6
1964	34,4	65,8	71,4	217,4	328,6	301,7	164,1	112,5	103,2	15,2	38,9	8,2	1461,4
1965	67,8	0,8	55,6	136,9	9,1	180,3	119,4	99,4	44,6	114,2	13,8	0,0	922,9
1966	45,3	156,2	4,5	292,3	208,1	265,7	254,2	129,8	117,9	2,8	2,8	5,8	1485,4
1967	0,2	29,6	144,2	114,2	183,0	174,0	356,9	150,9	98,7	67,1	12,3	80,2	1411,4
1968	161,3	47,1	63,4	130,3	309,9	168,5	175,4	111,5	50,3	27,2	48,1	19,2	1312,2
1969	174,2	65,9	123,5	137,5	264,1	194,7	357,4	89,4	27,4	5,7	19,3	91,8	1550,9
1970	37,8	22,5	138,1	53,2	59,4	69,9	199,9	92,0	23,9	0,1	12,4	0,0	709,2
1971	8,2	2,4	3,0	189,7	196,3	148,02	121,1	40,7	113,6	54,9	3,4	1,6	882,9
1972	52,6	79,5	85,1	122,3	155,2	218,0	43,3	97,8	33,7	32,0	2,9	15,7	938,1
1973	29,6	0,5	31,9	50,4	87,5	133,6	174,9	90,0	70,1	131,3	8,6	0,0	808,4
1974	35,6	36,3	0,0	154,4	157,1	141,1	159,3	70,7	8,9	0,4	104,2	20,7	888,7
1975	17,4	5,0	45,5	73,4	284,6	220,0	268,3	46,8	71,9	0,0	0,0	45,5	1078,4
1976	0,1	132,9	39,5	141,9	63,0	102,7	81,9	18,1	1,6	147,2	15,9	10,3	755,1
1977	99,3	42,1	8,2	137,9	394,5	260,3	203,7	63,7	75,7	21,4	0,3	83,0	1390,1
1978	1,0	81,7	144,8	82,6	267,5	167,9	181,8	61,8	101,8	17,2	5,1	19,2	1132,4
1979	20,6	21,8	60,2	94,9	151,3	92,2	117,8	23,7	53,9	7,1	3,4	0,0	646,9
1980	53,8	161,1	110,1	26,8	24,0	178,6	57,7	28,2	15,4	57,5	0,0	0,7	713,9
1981	15,3	6,6	82,2	82,2	50,5	41,3	59,9	38,4	27,5	0,0	41,7	58,4	504,0
1982	12,2	93,9	8,8	163,9	234,3	127,8	73,5	90,4	49,2	10,8	0,1	21,8	886,7
1983	8,5	130,6	70,8	24,3	26,6	92,1	42,7	68,4	7,3	6,7	0,1	0,0	478,1
1984	14,1	1,4	101,9	95,3	121,0	89,1	159,9	106,1	46,4	7,8	7,1	0,0	750,1
1985	26,3	152,9	86,0	262,4	25,3	166,7	187,7	123,7	27,4	0,0	7,9	4,9	1068,5

Quadro 08 - Dados hidroclimáticos de Palmeira dos Índios (1952-1985).

Fonte: (BRASIL, 1990, p. 33).

Elaboração: Adauto Rocha.

Os períodos de longas estiagens e chuvas irregulares em Palmeira dos Índios entre 1952 e 1985 são observados no quadro apresentado anteriormente, informações referentes ao pluviômetro instalado pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), atual DNOCS, em 1913. Em muitos anos, os dados hidroclimáticos registraram retrações pluviométricas mensais entre janeiro e fevereiro; setembro, outubro, novembro e dezembro, com pouca ou inexistente pluviosidade, geralmente, abaixo dos 20 milímetros (mm) mensais, como observado nos espaços em destaque na cor verde.

As baixas ou insuficientes precipitações de chuvas resultaram em agravados quadros abaixo dos 1000 mm anuais, com 19 ocorrências no período entre 1952 e

1985, conforme evidenciado em azul no quadro anterior. Em alguns casos, os insuficientes períodos pluviosos se repetiam por vários anos: entre 1957 e 1961; 1970 e 1974; 1979 e 1984, por exemplo. Se levarmos em consideração a soma das precipitações pluviométricas mensais em muitos casos apresentados no quadro, o total dos 12 meses em anos menos chuvosos era menor do que dois ou três meses em períodos mais chovidos. Além das parcas chuvas, o Semiárido nordestino é marcado pela desertificação do solo e longos períodos de insolação, maléficos para a agricultura:

O termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800mm ao ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses durante o ano. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano (TEIXEIRA, 2016, p. 769).

Embora tenha chovido com certa regularidade e acima dos 20 mm mensais durante os meses de abril a agosto entre 1952 e 1985, as oscilações pluviométricas em Palmeira dos Índios afetavam o desenvolvimento agrícola. A concentração de sais nas terras da Aldeia Fazenda Canto, provocada por secas e prolongadas estiagens, foi descrita pelos Xukuru-Kariri como um dos pontos centrais para os deslocamentos indígenas: “as terras da Fazenda Canto, com um índice acentuado de salinização, não produzem suficientemente para que os índios possam sustentar suas famílias”<sup>321</sup>.

As invasões de fazendeiros nos territórios indígenas, a falta de água e o baixo nível produtivo do solo, influenciaram decisivamente para a participação de indígenas em frentes de trabalho, como em perfurações de poços artesianos na Aldeia Fazenda Canto e em deslocamentos no Nordeste ou outras regiões brasileiras, como afirmou o antropólogo João Pacheco de Oliveira:

Em algumas áreas indígenas do Nordeste (como a Kambiwá, entre outras) a baixa qualidade do solo associada à ausência de fontes de suprimento de água e a uma população relativamente numerosa faz com que muitos índios, para atingir o nível mínimo da subsistência, tenham que sair temporariamente da reserva e venham a estabelecer formas de parceria com fazendeiros da região ou ainda venham a engajar-se nas frentes de trabalho mantidas pelo Governo Federal (OLIVEIRA, 1996, p. 06).

---

<sup>321</sup>“Reserva indígena da Fazenda Canto”. In: **Abaixo assinado para a 3ª SUER**. Palmeira dos Índios, 07/07/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

As condições climáticas, geográficas e sociais citadas acima, resultaram na migração de indígenas Xukuru-Kariri para o Sudeste, todavia, a concentração fundiária e a política implementada pelo SPI provocaram sobressaltos nos deslocamentos indígenas pela sistêmica falta de assistência governamental e aumento dos conflitos com fazendeiros locais<sup>322</sup>. A deficiente estrutura governamental, representada pelo órgão indigenista, estava desgastada por graves denúncias de corrupção envolvendo a instituição, resultando na criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967<sup>323</sup>:

A FUNAI surge em substituição ao SPI quando este era alvo de denúncias de prática de corrupção e negligenciamento frente a genocídios de índios. Após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, passou a ser difundida na mídia uma imagem negativa do SPI. Acrescenta-se a isto o fato de diversos funcionários do Serviço (como antropólogos, indigenistas e sertanistas) terem sido acusados de subversivos. Cenário propício para o regime militar criar sua própria instituição para efetuar a tutela do Estado sobre os povos indígenas (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 25).

Após 1967, ficou sob incumbência da FUNAI a assistência estatal, mediação e resolução de conflitos fundiários, familiares ou de qualquer natureza, bem como a condução de processos demarcatórios das terras indígenas, gerados pelas tensões envolvendo diretamente as mobilizações indígenas. Em Palmeira dos Índios, a estrutura funcional da Fundação não passou por alterações, foi recebida como “herança” unilateral do SPI:

A transição entre atuação do SPI para FUNAI se deu com a manutenção dos mesmos funcionários que já atuavam no Posto Indígena. Isso demonstra que houve uma continuidade da forma de ação indigenista do SPI, mesmo com a mudança para uma outra orientação através da FUNAI. Mas a partir da década de 70 a rotatividade de chefes de posto, inclusive a crescente absorção e utilização de índios nesses cargos ou na área de educação e saúde, vão caracterizar uma atuação diferenciada da que existiu com o SPI (MARTINS, 1994, p. 43).

A deficiente estrutura da FUNAI em Palmeira dos Índios, inclusive com os mesmos funcionários e colaboradores do Posto Irineu dos Santos, aliada a um contexto político de negação dos direitos indígenas durante a “perspectiva

---

<sup>322</sup>“Muitos estão espalhados [...] por falta de terra para trabalhar”. In: **Memorial descritivo e mapa de delimitação Xukuru-Kariri (3ª SUER)**. Recife, 14/08/1988, p. 71. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>323</sup>Ver SOUZA LIMA, 1995.

desenvolvimentista de ação governamental” após o Golpe Militar de 1964<sup>324</sup>, não resolveu os problemas fundiários com fazendeiros locais<sup>325</sup> e fortaleceu as compulsórias migrações indígenas para o Sudeste após 1967.

### 3.2 Múltiplas formas de “ganhar a vida”

Nascido em 1947 no sítio Queimadas, município de Bom Conselho/PE, Francisco Félix da Silva (“Seu” Chico Aleixo)<sup>326</sup> chegou à Aldeia Fazenda Canto na transição administrativa entre o SPI e a FUNAI em fins da década de 1960. As primeiras atuações de trabalho na localidade foram em pequenas roças, práticas cotidianas do “Seu” Chico Aleixo<sup>327</sup> desde a juventude:

A lembrança da roça é que, naquele tempo que a gente trabalhava na roça, era mais melhor do que hoje, o inverno lá era seis meses, naquele tempo atrás, aí a gente trabalhava 6 meses na roça, a minha lembrança era essa, 6 meses, e agora mudou o tempo porque aqui não passa três meses o inverno de agora. Naquele tempo era mais melhor porque era mais, o tempo era mais espaçoso e agora é mais demorado um pouco, porque era 3 meses para 6 [...] a comparação é muito pouca.

“Seu” Chico Aleixo afirmou que a agricultura na Aldeia Fazenda Canto no início da década de 1970 fornecia uma singela fonte de renda pelas dificuldades na obtenção de sementes e incertezas nas colheitas pelos longos períodos de estiagens que assolavam a região desde meados do século XX, como informou um documento enviado à IR-4: “nossa aldeia não tem água nem sequer para beber”<sup>328</sup>.

Ainda em 1970, após o regresso das atividades Zona da Mata canavieira de Alagoas e, em meio as dificuldades impostas pela falta de trabalho nos locais de origem, a baixa produção agrícola e o agravamento nas condições de sobrevivência, “Seu” Chico Aleixo decidiu juntar-se à família e a muitos outros indígenas migrantes

---

<sup>324</sup>Ver PERES, 1999, p. 88.

<sup>325</sup>Assim como em outras regiões do país, a concentração de terras em Palmeira dos Índios forçou a expulsão dos indígenas e expansão da criação bovina. Ver D'INCAO, 1983, p. 71-72.

<sup>326</sup>Além de migrante, “Seu” Chico Aleixo é um “curador” muito respeitado no desempenho das funções curativas na Aldeia Fazenda Canto. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-chico-aleixo/>. Acesso em 28/11/2019.

<sup>327</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

<sup>328</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 60.

para tentar uma “vida melhor” no Sudeste, convidado por um irmão que “vivia bem” em São Paulo:

Aqui estava muito ruim e lá eu tinha um irmão daqui que vivia bem e me chamou, o caba que vai na cabeça dos outros aí sofre, chegou lá eu pensava que era coisa boa... o clima de lá é outro, o clima de São Paulo é o outro, aqui o clima quente, lá o clima de lá é muito frio, se tivesse botado nós numa casa boa a coisa era outra, eu não tinha vindo nem para cá mais! Mas não, ele chegou lá, ele fez uma tapera de tábua e mandou nós ir para dentro, aí pronto, ninguém aguentou mais o frio. Aí demoremos pouco, com dois meses nós descemos: vamos voltar, vamos simbora.

A difícil adaptação ao clima frio em São Paulo e as péssimas condições de moradia em uma “tapera de tábua”, foram primordiais para a curta estada do entrevistado na capital paulista. Assim como muitos nordestinos, foi “aliciado” pela promessa de melhores condições de vida no Sudeste do país, entretanto, o processo migratório do entrevistado não está dissociado das experiências vivenciadas por outros indígenas, o acelerado crescimento dos centros urbanos sem projeção e a inexistência de programas governamentais específicos para os migrantes, culminou em desoladoras experiências migratórias e sociais nas cidades de destino:

Afinal, o que se objeta a este fulminante crescimento urbano? Obviamente, o contínuo agravamento da problemática urbana: escassez de habitações levando à expressão de cortiços e favelas, saturação das vias de tráfego, insuficiência dos serviços urbanos básicos como o abastecimento de água encanada e de esgotos, que atendem proporções cada vez menores da população total, falta de telefones, de vagas nas escolas, de leitos hospitalares etc... Admite-se também um aumento contínuo do desemprego, da delinqüência, da incidência de moléstias mentais, da poluição do meio ambiente (SINGER, 1985, p. 119).

O deslocamento de “Seu” Chico Aleixo, da esposa, Josefa Aleixo (“Dona” Zefa) e dos três filhos para São Paulo, foi realizado em uma locomotiva da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA). Construída pela Companhia Great Western of Brazil Railly, e inaugurada em de dezembro de 1933, a Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios foi usada como espaço representativo da “evolução” social e econômica no Semiárido alagoano, destinada ao embarque e desembarque de passageiros e circulação de mercadorias diversas.

Na inauguração da Estação Ferroviária, estiveram presentes muitos indígenas Xukuru-Kariri, conforme foi registrado em um documento: “toda a taba Xucurú/Kariri

se encontrava ainda festejando, quando se ouviu o apito do trem, anunciando a sua chegada” (TORRES, 2001a, p. 48). Além de ter sido o local mais movimentado da zona urbana de Palmeira dos Índios durante algumas décadas, a Estação Ferroviária foi o ponto de encontro e saída dos muitos viajantes indígenas.

Reconhecidas como elementos primordiais para estabelecer ligações entre distintas regiões do país, as estradas ferroviárias foram descritas por um escritor palmeirense como: “o maior polo do desenvolvimento do Nordeste!”<sup>329</sup>, “progresso” que previa a integração nacional e coincidiu com a formação das metrópoles no Centro-Sul do Brasil.

A atuação do transporte locomotivo no Semiárido alagoano foi dividida, temporalmente, em quatro fases: “a inovação”, ocasionada pela inauguração em meados da década de 1930; “o auge”, fortalecido com os deslocamentos em 1960; “o sucateamento”, pela falta de manutenção no maquinário e na Estação Ferroviária de Palmeira dos Índios, registrado em 1969; e “o declínio”, com a parada na circulação de locomotivas por determinação do governo federal, aproximadamente em 1975<sup>330</sup>, ocasionando a substituição das locomotivas pelo serviço público de ônibus e semelhantes:

A melhoria do serviço de transporte, oferecida por empresas particulares e o sucateamento dos vagões e locomotivas de nossa REFESA, a procura pelo sistema ferroviário, não só em Palmeira dos Índios, como em todo o país, começou a declinar. Nossos governantes, com o pico da indústria brasileira, iniciada pelo mineiro Juscelino, quando esteve a frente do governo federal, principalmente a indústria automotiva, a partir dessa década, procuraram oferecer aos seus concidadãos melhores estradas. À frente da Estação Ferroviária, continuava o agente José Ferreira de Lima, que só foi substituído por Paulo Correia de Araújo (Paulo da Estação), no dia 03 de agosto de 1969 (TORRES, 2001a, p. 121).

“Seu” Chico Aleixo afirmou ter viajado em um trem pelo razoável custo das passagens, em comparação com a tarifa dos ônibus, entretanto, o período da viagem coincidiu com o sucateamento do maquinário ferroviário, descrito em outras partes do texto. Ao chegar em Aracaju/SE, o entrevistado foi surpreendido por um defeito na locomotiva, como descreveu: “nós fomos de trem, porque o dinheiro não dava para ir de ônibus, aí fomos de trem, pegamos o trem aqui em Palmeira, quando chegamos

---

<sup>329</sup>Ver TORRES, 2003.

<sup>330</sup>Idem, 2001a, p. 48; 61; 75; 126.

em Aracaju, Sergipe, chegou em Sergipe o trem quebrou, aí disseram: “agora só tem trem sábado, no outro sábado””.

Sem recursos financeiros, os migrantes passaram dias se alimentando de pescados provenientes das praias de Aracaju e cereais levados da Aldeia Fazenda Canto. O sonho de chegar à “terra promissora” era compartilhado com trabalhadores nordestinos que migravam todos os anos para o Sudeste em busca de empregos, “era um meio mundo de gente que foi no trem, era tudo pobre, só andava no trem, pobre!”<sup>331</sup>.

A sofrida viagem realizada com familiares foi descrita pelo “Seu” Chico Aleixo como uma das escassas possibilidades de deslocamento para o Sudeste, por migrantes que almejavam adquirir melhores condições de moradia, trabalho, lazer e sustento familiar, pelas poucas ofertas de trabalho nos territórios indígenas em Palmeira dos Índios, nesse caso, o uso do transporte ferroviário era essencial para as longas e exaustivas viagens para o Sudeste, como evidenciou a documentação consultada.

Em Alagoas, as linhas férreas eram utilizadas para o transporte de passageiros e mercadorias ao Porto do Jaraguá e para outras regiões do país, por ser “o meio mais eficiente e mais rápido da época”<sup>332</sup>. Em nível nacional, as frequentes interligações ferroviárias foram utilizadas como estratégia para diminuir os riscos de superaquecimento das locomotivas e, conseqüentemente, as incidências de acidentes. Além do mais, os serviços oferecidos resultavam em contatos inter-regionais e “democratização” no acesso ao transporte ferroviária, pelas baixas tarifas cobradas, embora as viagens em locomotivas não fornecessem conforto aos passageiros e/ou garantias de chegada ao destino.

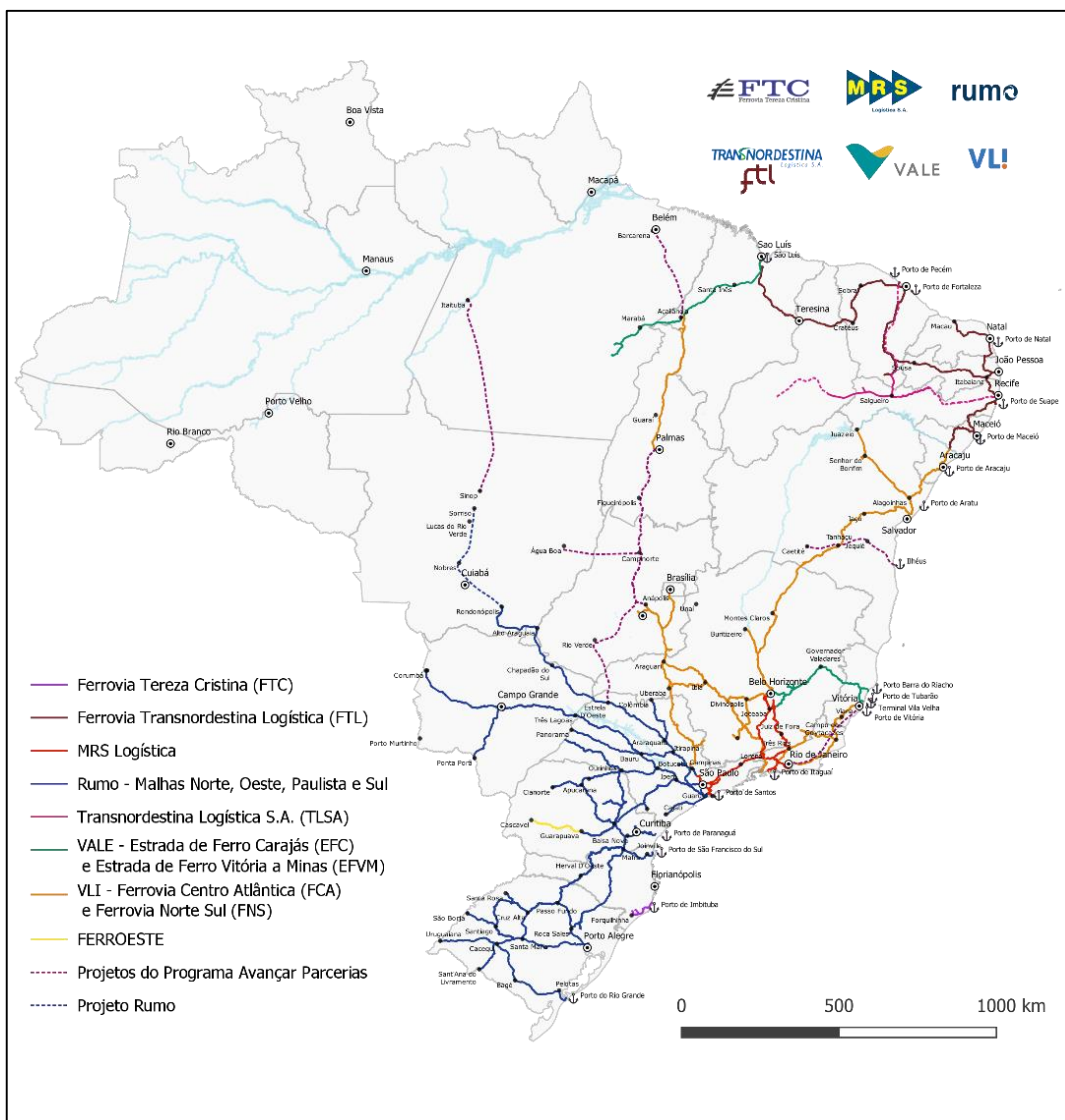
No caso da RFFSA, as viagens eram sistematizadas em várias paradas para trocas de locomotivas, tais como: Recife; Maceió; Aracaju; Salvador; Belo Horizonte; Rio de Janeiro e São Paulo. No mapa a seguir, é possível relacionar as paradas citadas com as várias linhas férreas espalhadas no país, observando as rotas ferroviárias percorridas pelos Xukuru-Kariri até o Sudeste na segunda metade do Século XX:

---

<sup>331</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

<sup>332</sup>Ver TORRES, 2003, p. 02.





**Mapa 04 – Mapa ferroviário brasileiro, s/d.**  
 Fonte: ANTF<sup>333</sup>.

Seguindo o trajeto ferroviário apresentado no mapa acima, “Seu” Chico Aleixo trocou de locomotiva em Aracaju, Salvador e Belo Horizonte, em exaustivas semanas de viagem. Ao chegar em São Paulo, deslocou-se à Cidade Ademar, bairro periférico da Zona Sul paulista, destino de muitos migrantes nordestinos com o crescimento industrial no Sudeste:

A região da Cidade Ademar tem uma origem basicamente como uma região dormitório, devido à explosão industrial de 1960. Seus bairros e vilas surgiram devido ao grande impulso de processo de urbanização com decadência dos grandes fazendeiros, que eram obrigados a lotear suas terras, então começou o processo de urbanização com o surgimento de loteamentos

<sup>333</sup>Disponível em: <https://www.antf.org.br/mapa-ferroviario/>. Acesso em 27/11/2019.

vendidos aos operários migrantes que vieram de diversas partes do Brasil em busca de uma vida melhor <sup>334</sup>.

Arregimentado por um irmão que morava no Sudeste há cinco anos e desempenhava a função de empreiteiro, foi oferecido ao entrevistado emprego de auxiliar de serviços gerais (“servente”) em uma empresa ligada ao setor da construção civil, especificamente, na aplicação e reparação de gessos e derivados na região metropolitana de São Paulo:

Nós trabalhava lá de gesso eu não aguentei porque lá, você sabe que o gesso é frio, na água, batia o tempo de gelo o caba metia as mãos dentro da água, direto, era um inferno! Quando pegava a geada mesmo, caindo, aí nós fazia um fogo dentro de casa e esquentava, quando saía do fogo o gelo batia assim que saía do fogo a frieza batia, foi sofrido, foi sofrido... <sup>335</sup>

Embora trabalhasse durante oito horas diárias, “Seu” Chico Aleixo queixou-se da dificuldade em conviver com condições adversas ao clima seco e quente vivenciado no Semiárido em Alagoas, somado a péssima moradia em uma casa de tábuas nas periferias de São Paulo, temendo contato direto com insetos transmissores de doenças e a outros perigos nos arredores da moradia, como deslizamentos e incêndios. A estada de indígenas em periferias nos destinos migratórios tornou-se prática recorrente com o esbulho territorial:

Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado por regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal de cana-de-açúcar na Zona da Mata, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos vieram ocupar as periferias dos centros urbanos (SILVA, 2003a, p. 42).

O desordenado crescimento urbano/industrial agravou a segregação social nos centros urbanos com a estada dos menos favorecidos em periferias com péssimas condições de sobrevivência. As precárias moradias, em função do caótico

---

<sup>334</sup>Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade\\_ademar/historico/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_ademar/historico/). Acesso em 27/11/2019.

<sup>335</sup>Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 62 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.

“desenvolvimento” de metrópoles, como São Paulo, foram descritas por um pesquisador como “uma problemática urbana”:

O crescimento acelerado das metrópoles em países não desenvolvidos acentuou e tornou mais perceptível uma série de desequilíbrios, principalmente entre procura e oferta de habitações e serviços urbanos, que compõem uma problemática urbana específica. A percepção desta problemática e do rápido crescimento da população “marginalizada” nos grandes centros suscitou abundantes apreciações críticas da urbanização nos países não desenvolvidos, boa parte das quais se voltam contra o processo como tal, revelando-se, no fundo, como uma crítica anti-urbana (SINGER, 1985, p. 117).

Além da péssima habitação, a inviabilidade da esposa do “Seu” Chico Aleixo trabalhar, por cuidar dos três filhos, pesava no baixo faturamento em uma cidade com alto custo de vida; a dinâmica estrutural do trabalho dificultava os longos deslocamentos em linhas de ônibus, geralmente para atividades em Diadema/SP e nas adjacências:

Cada um pegava uma casa aqui, outro pegava um apartamento aqui, outro já pegava outro, já pegava outro, já pegava outro, era muitos apartamentos às vezes uma casa completa, prédio, aí você pegava um apartamento daqueles todo para fazer, se você pegasse aqui nessa parede você ia até o final todo, sozinho, o material ali e você enfiava o pau para cima, eu já estava acostumado e era bom de fazer. Lá a correria era muito grande, mode carro, esse tipo de coisa, você ia trabalhar tinha que sair de madrugada e chegava de noite, mode os carros que é demais, toda vez eu saía 4 horas da manhã, todo dia, todo dia, chegava 6 da noite.

De segunda-feira ao sábado, “Seu” Chico Aleixo passava mais de 14 horas fora de casa. Empenhado no trabalho, sacrificava os domingos, se preciso fosse, para cumprir a empreitada antes do prazo estabelecido, aumentando a remuneração no final do mês. Nos poucos momentos em que não estava trabalhando, o entrevistado se distraía assistindo televisão, era a única forma de lazer que podia ter no convívio familiar sem submeter-se aos riscos de assalto e outros crimes frequentes nos centros urbanos: “lá para o caba viver ali é muito ruim só para o caba que não tem o que se pegar, lá dá dinheiro também, mas, é meio atrapalhado, pro caba morrer é como vai e vem!”.

Após dois meses na Cidade Ademar, “Seu” Chico Aleixo decidiu voltar à Aldeia Fazenda Canto, desesperançado com as experiências vivenciadas em São Paulo. Ao contrário da ida, classificada pelo entrevistado como uma “viagem triste”, no retorno

optou por viajar de ônibus, com melhores condições, por ter juntado uma razoável quantia financeira nos locais de trabalho:

Rapaz, esse tipo de serviço que eu trabalhava era um trabalho que dava dinheiro, aí eu já vim de ônibus, não foi Zefa? Nós viemos de ônibus, ganhei um dinheirinho eu digo: “vou-me embora!”. Naquele tempo que nós viemos arrumei ainda 700 cruzeiros, era muito dinheiro, eu digo: “tô rico, vou-me embora!”.

As experiências de trabalho do “Seu” Chico Aleixo assemelharam-se aos deslocamentos de outros indígenas que migraram como resistência aos problemas climáticos, sociais, políticas e aos trabalhos em fazendas nas proximidades do território indígena, como ocorreu com José Carlos Oliveira<sup>336</sup> (Bagôna). Convidado por amigos, “Bagôna” decidiu migrar por não poder continuar os estudos, pela falta de recursos financeiros. A inserção no mundo do trabalho paulista foi na construção civil, em tarefas auxiliares às atividades dos pedreiros: escavação de valas, limpeza de obras, dentre outras, destino de muitos migrantes nordestinos:

A grande presença de migrantes na construção civil em um momento de expansão urbana sem precedentes é ressaltada como mais uma demonstração da disposição para o trabalho dos nordestinos e de seu caráter essencial para o desenvolvimento da cidade (FONTES, 2017, p. 101).

Ao ser perguntado sobre as experiências de trabalho na capital paulista, o entrevistado afirmou que “lá é um mundo de louco”, pela exposição aos “perigos” das cidades grandes, como iminentes riscos de assaltos e assassinatos. Durante o período de estada no Sudeste, “Bagôna” presenciou alguns delitos, como um assalto, no qual foi vítima quando retornava para o alojamento em que morava:

Lá é um mundo de louco, o caba tem que andar na linha, senão, vai pro saco! No alojamento fica assim, o cara deixa o portão aberto, aí chega aqueles caminhão de madeira, palete. Aí nos fomos trocar cheque nesse dia, quando nos chegamos do banco um cara: “ô mano! Passa o dinheiro, vai, vai!”. Eu disse: “oxe, pega aí”. Não abaixei as mãos, por que se eu fosse abaixar ele pensava que eu ia pegar alguma coisa, uma arma ou alguma coisa. Eu não falei nem pra minha mãe pra ela não ficar preocupada, aí, quando eu cheguei eu disse a ela.

---

<sup>336</sup>José Carlos Ferreira de Oliveira, “Bagôna”, 34 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/02/2019.

Como estratégia para evitar atrasos aos locais de serviço, a construtora que contratou “Bagôna” ofereceu moradia em alojamentos, sem precisar pagar aluguel, água, energia e transporte, entretanto, eram realizadas atividades das segundas-feiras aos sábados em 12 horas diárias, além do mais, a proximidade com o local de trabalho favorecia a disponibilidade dos trabalhadores para eventuais cargas e descargas de materiais fora do expediente; constante vigília da obra pelos funcionários e um controle exercido pelo patronato diuturnamente<sup>337</sup>.

As “vantagens” em trabalhar sem pagar por determinados serviços, descritos anteriormente, foram usadas pela empresa para contratar a mão de obra indígena sem comprometer-se com o cumprimento de deveres impostos pela legislação trabalhista, conforme “Bagôna” afirmou: “lá era clandestino mesmo. A gente foi trabalhar lá porque vai o pessoal daqui mesmo, vai porque quer, mas quando chega lá o patrão diz: “olha, São Paulo é grande, se vocês quiserem ir caçar obra fichado, pode ir”. Lá era certinho, era clandestino, mas era tudo certinho”<sup>338</sup>.

Durante o período de estada em São Paulo, “Bagôna” usava partes do salário recebido para ajudar a manter a família que permanecia na Aldeia Fazenda Canto, como na compra de gêneros alimentícios e eletrodomésticos. Além da aquisição de bens diversos, afirmou ter ajudado a custear tratamentos de saúde para uma das irmãs:

Deu pra juntar, eu não vou mentir, eu não tinha conta, mas botei na conta do meu pai, juntei um troquinho ainda. Eu ficava no alojamento, final de ano nós ficava no alojamento, semana santa... só ia no centro comprar uma carne. Ainda mandei um dinheiro para minha irmã que estava adoentada, aí não voltei mais não, nem pretendo voltar mais.

Após três anos de trabalho exaustivo, “Bagôna” começou a sentir tonturas, motivando-o a retornar para a Aldeia Fazenda Canto e realizar uma cirurgia “de apendicite”. Além dos problemas de saúde “também tinha o ritual e estava com muita vontade de vim para o ritual, aí eu disse eu vou embora. Aí vim na festa de abril, aí cheguei aqui e não fui mais não”. Sem receber a rescisão trabalhista ou quaisquer

---

<sup>337</sup>As várias funções exercidas pelos migrantes em trabalhos sem carga horária definida favoreceram maior aproveitamento da mão de obra e controle social nos alojamentos. Ver THOMPSON, 1998, p. 281.

<sup>338</sup>José Carlos Ferreira de Oliveira, “Bagôna”, 34 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/02/2019.

outros direitos sociais, “Bagôna” rejeitou posteriores convites de retorno para trabalhos no Sudeste do país.

As dificuldades enfrentadas nos locais de origem eram vivenciadas pelos migrantes durante os deslocamentos para os centros urbanos. Em meados do século XX os indígenas também viajavam em caminhões, regionalmente conhecidos como “paus de arara”. Sem as mínimas condições de segurança, eram adaptados para transportar passageiros e animais nas extensas carrocerias de madeira. Manoel Davi Gomes (“Seu” Zezinho)<sup>339</sup> relatou ter migrado para São Paulo com os pais em um “pau de arara” em 1952:

De primeiro quem ia pra São Paulo era privilégio, quando o caba ia pra São Paulo era uma festa que fazia, quando chegava era outra, os fogos subia. Hoje o caba vai e volta duas vezes por semana e ninguém sabe, era privilégio! O meu pai levou eu pra São Paulo, saímos daqui dessa praça do açude aqui de Palmeira dos Índios, pra chegar na estação do Norte em São Paulo sabe quantos dias nós gastemos? Quinze dias! “Pau de arara”, era um tempo ruim de roer, daqui pra São Paulo foi quinze dias num “pau de arara”, ninguém fala em asfalto em estrada, era estrada de barro daqui até São Paulo.

Ao tratar das experiências vivenciadas na viagem, “Seu” Zezinho relatou sobre a falta de estrutura apropriada para carregar passageiros como um agravante no longo e perigoso trajeto realizado até São Paulo, afirmando ter presenciado tombamentos de “paus de arara” e mortes de muitos migrantes na Serra de Petrópolis:

Tem um lugar que você conhece nas histórias, você já ouviu falar ou conhece, Serra de Petrópolis, ali ficou muito nordestino era uma Serra cheia de volta assim óia, cheia de curva, o caminhão despencava e de lá debaixo ninguém ia atrás lá não, muitos nordestinos lá da estrada de barro, cheia de curva os carros perdia a direção e imbolava, não ficava ninguém.

Durante o período de estada no Sudeste, o entrevistado residiu em Luiziana e Braúna, municípios do interior paulista propícios a produção agrícola. Assim como outros indígenas que haviam migrado para São Paulo, “Seu” Zezinho trabalhava na agricultura: “a agricultura de lá era arroz, milho, amendoim e café. Trabalhava na roça, ia fazer dez anos em São Paulo”.

---

<sup>339</sup>Manoel Davi Gomes, “Seu” Zezinho, 70 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 19/02/2019.

Após aproximadamente uma década, “Seu” Zezinho decidiu acompanhar os pais no regresso para os locais de origem: “quando nós voltamos já foi diferente, aí já não era mais pau de arara não, já tinha estrada asfaltada, já viemos de ônibus, mas com quinze anos de diferença, nós foi, saiu daqui dessa Praça do Açude”. Os retornos para os territórios Xukuru-Kariri não ocorreram de forma isolada, inúmeros deslocamentos eram compartilhados com indígenas de outros povos, como os Pankararu.

Prevalecia o sentimento de pertença aos locais de origem, expressado no retorno do “Seu” Zezinho em, aproximadamente, dez anos após a migração para São Paulo, discutido em outros trechos desta dissertação, como a metafórica representação na “viagem da volta”, com os indígenas mobilizados e atuantes pela demarcação territorial e reconhecimento de direitos (OLIVEIRA, 1999).

Quando não estavam “vivendo dispersos, à procura de meios de vida”<sup>340</sup>, os Xukuru-Kariri atuavam em trabalhos diversos nas aldeias ou na zona urbana de Palmeira dos Índios, conforme discutido no capítulo II. Tendo a agricultura como primeira experiência profissional, pela baixa escolaridade; muitos indígenas buscaram se aperfeiçoar em atividades como pedreiros, pela viabilidade em receber uma “diária” maior e por terem serviço, praticamente, o ano todo.

Por outro lado, mesmo atuando na construção civil, muitos Xukuru-Kariri precisaram se deslocar para trabalhos fora de Palmeira dos Índios. José Helenildo<sup>341</sup> (“Seu” Helenildo), habitante na Aldeia Mata da Cafurna, foi um dos indígenas que aprendeu “a profissão de pedreiro”. Afirmou ter trabalhado em muitas cidades do Semiárido, Zona da Mata e Sertão alagoano, como: Murici, Joaquim Gomes, Cacimbinhas, Belém e Maceió.

Influenciado por colegas de profissão que atuavam como arregimentadores de trabalhadores para a construção civil fora de Alagoas, “Seu” Helenildo decidiu migrar para Minas Gerais em busca de trabalho, acreditando em uma promessa de alta remuneração, comparada às diárias que estava acostumado a receber em Palmeira dos Índios, conforme afirmou: “a proposta foi boa, quando chegou lá, foi outra”. A

---

<sup>340</sup>Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf.165, fotog. 466-467.

<sup>341</sup>José Helenildo Abdias de Assunção, “Seu” Helenildo, 41 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/01/2019.

viagem em péssimos ônibus foi compartilhada com “uns colegas que têm na cidade, que nós trabalhava junto, a gente foi um bocado”.

Ao chegarem nos locais de destino, os indígenas não receberam salários compatíveis aos acordados durante a contratação para as exaustivas e exploradas jornadas de trabalho. Como estratégia para atrair os migrantes, os contratantes sugeriram pagamentos “por produção”, ou seja, os trabalhadores que tivessem maior rapidez no desempenho das funções de pedreiro seriam melhor remunerados, entretanto, a constante falta de materiais diminuía o ritmo das construções e afetava sistematicamente o salário dos migrantes:

Na produção a gente não tinha horário de parar, tá entendendo?! A produção é por metragem, aí, quanto mais você fizer é que você vai ganhar. Começamos na produção, mas depois, começou a faltar material, aí nos foi conversar com o dono do serviço e ele disse que pagava pra outros falar com a gente, aí com aquilo ali a gente ficou chateado e viemos embora.

“Seu” Helenildo afirmou ter trabalhado sem limite de horas pré-definido, pelo caráter explorador no regime de produção: quem fazia mais, era melhor remunerado. As péssimas condições de trabalho e moradia em Minas Gerais aliadas à considerável distância da Aldeia Mata da Cafurna, fizeram o entrevistado sentir saudades de amigos e familiares, motivando-o a retornar para Alagoas em precários transportes:

Ônibus, do mais ruim que tem. Pra ir não foi ruim não, foi bom, ruim foi pra vim, não tinha cadeiras pra eu me sentar, eu me agarrava em uns paus e vinha embora. Ave Maria, mais nunca outra. Por uma parte tenho boas lembranças, mas pela forma com que o cara me tratou lá eu não quero ir lá mais nunca!

As péssimas experiências de trabalho e moradia no Sudeste fizeram o “Seu” Helenildo atribuir um novo sentido aos deslocamentos indígenas. Por um lado, as necessidades materiais influenciavam nas decisões em migrar para atividades laborais no Sudeste do país, por outro, o aliciamento exercido por empreiteiros, colegas e arregimentadores quase sempre ignorava os direitos trabalhistas e cumprimento de acordos estabelecidos antes da viagem, “o cara só sai porquê é o jeito, mas não presta não”.



Outro indígena que buscou “sobreviver ganhando o mundo”, viajando para o Sudeste foi Cícero Terto (Grilo)<sup>342</sup>, também habitante na Aldeia Mata da Cafurna. O entrevistado afirmou que, “naquele tempo o lugar de receber dinheiro era São Paulo, de ganhar dinheiro era São Paulo”, pois, além de oferecer oportunidades de emprego, viajar para o Sudeste era sinônimo de prosperidade:

Eu me entendi de gente já ouvindo que os tios mais velhos, os avós iam pra São Paulo nesses paus de arara, passava uma semana nesse meio de mundo pra São Paulo. Como até hoje eu tenho tio lá que conta a história todinha de como foi pra São Paulo, como foi a convivência deles tudo. Sempre eles contavam essas histórias, mas na época que eu fui mais minha irmã, foi que ela disse: “Vamos pra São Paulo, porque você está por aqui, você foi pra cá, pro “Sul”, voltou, está aqui, não tem outro emprego aqui por perto”. Foi na onde todo mundo desabou pra São Paulo, só dava São Paulo. Eu sempre ficava matutando, eu digo: “Ainda vou em São Paulo também!”.

A falta de escolaridade, a orfandade e a insuficiência financeira com as atividades agrícolas foram situações decisivas nos deslocamentos do “Seu” Cícero para atividades remuneradas na Zona da Mata canavieira de Alagoas e, posteriormente, para atividades como servente de pedreiro em São Paulo em 1975:

Rapaz, pra falar a verdade, eu não tive estudo nenhum. Não conheci pai, não conheci mãe, eu, para sobreviver, foi ganhando o mundo assim. Primeira experiência foi no “Sul”, depois que vim de lá, aí passei para São Paulo, comecei a trabalhar de servente, passei mais um ano e pouco. Sempre a minha profissão é de servente, que eu não tenho leitura nenhuma para chegar ao grau de um emprego bom. Trabalhei fazendo artesanato, na roça, aí foi quando eu fui pra São Paulo de novo, trabalhei lá mais uns seis meses aí voltei. Então, a minha vida foi muito sofrida, eu não vou dizer que eu tive estudo, eu não tive! Nasci e me criei dentro de uma aldeia sem conhecer pai, sem conhecer mãe, nada, e eu fiquei assim: rodado, procurando um irmão num canto, procurando uma tia noutra...

Convidado por uma irmã que morava em São Paulo, o entrevistado receou migrar para o Sudeste pela condição de analfabeto e por desconhecer “o movimento da cidade grande”, todavia, a falta de trabalho nos locais de origem o forçou a tomar a decisão de viajar para a capital paulista após regressar das atividades na lavoura canavieira em Alagoas:

---

<sup>342</sup>Cícero Terto do Nascimento, “Grilo”, 53 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 23/03/2019.

De lá da usina eu fui pra casa, com quinze dias chegou uma irmã minha de São Paulo e perguntou se eu queria ir pra São Paulo. O meu medo era porque eu era analfabeto, sem saber o movimento da cidade grande, e logo pra São Paulo! Mas, sempre eu fui um cabra de opinião e tive coragem de trabalhar. Fui na hora! Quando começou as obras eu trabalhei dois anos numa firma só. Era dois prédios pegado, lá quando eu fui conhecer também um pouco da experiência da vida no mundo. Cá na usina era no bruto e já cá era mais na bitoneira, tinha aquelas coisas que eu não chegava a conhecer, eu não conhecia nem o que era uma desempoladeira, nem um prumo, lá foi onde eu fui ver tudo isso.

Assim como outros indígenas, “Seu” Cícero deslocou-se para o Sudeste em um ônibus da Viação São Geraldo, conhecido entre os migrantes Xukuru-Kariri como “farofeiro”, pelo alimento simples e nutritivo levado nas longas e exaustivas viagens no século XX:

Compramos as passagens, o ônibus chegou, da São Geraldo, passamos três dias: sexta, sábado e domingo, chegamos lá no domingo. Aí se mandemos no meio do mundo, que chamam o São Geraldo o farofeiro, porque levavam suas farofas né?! Porque levavam seus franguinhos, a farofa na cubinha e tome no meio do mundo. Hoje você viaja pra esse meio de mundo, você só naqueles povoados aquelas cidades, tudo bonito, naquele dia passava muitos desertos para puder chegar numa cidadinha. Nessa época, o ônibus rodava que você não via. Se der uma zebra num carro desse onde é que vão pedir ajuda num deserto desses? Eu ficava pensando comigo. Chegou na rodoviária, aí já chegou o táxi, morava lá, chamou o táxi, nesse tempo ela morava até no Real Parque.

“Seu” Cícero afirmou ter “conhecido um pouco da experiência da vida no mundo” em construções nas imediações da Favela do Real Parque, no bairro do Morumbi, em São Paulo. A chegada na “cidade grande” ocasionou na formação de redes para conseguir emprego com “carteira fichada” e recebimento de direitos trabalhistas:

Passei pra lá, aí andei procurando umas firmas por lá, saímos em cinco, no meio dos cinco chegamos em uma obra assim, eu me apresentei pro porteiro: “A sua carteira?”. Aí eu dei, a carteira, tava branca, as dos outros meus colegas já tinha ficha. “Segunda-feira você venha, só precisa trazer uma colher!”. Na segunda-feira eu peguei o beco, cheguei lá os caras me conhecia logo me ficharam! Eu passei dois anos nessa firma, aí queriam me transferir para Mato Grosso, pra Salvador mesmo, pra Recife, ficava muito mais próximo do meu lugar. Não! Quero ficar aqui mesmo! Bata as minhas contas aí que eu vou-me embora, com dois anos que eu tava lá. Aí eu já sabia o que era o mundo, mesmo que eu não tinha leitura nenhuma. Ele bateu minhas contas direitinho, era no cruzeiro também, aí eu vim-me embora.

Para driblar a condição de analfabeto em uma localidade que exigia letramento diuturnamente, como em idas aos supermercados ou no uso do transporte público, por exemplo, o entrevistado caminhava decorando pontos estratégicos para facilitar o regresso à residência da irmã, como se fosse um estrangeiro no país de origem:

Ai fui acostumando. Na época como eu não sabia ler, não sabia nada, eu tinha medo de sair e me perder. Saí andando na Marginal Tietê, tem uma ponte, eu digo: "Vou intê certos meios aí, de lá, antes de me perder eu vejo o movimento de cá de cima". Quando eu cheguei lá, nesse prédio, próximo mesmo, tinha um prédio que estavam construindo, aí cheguei, perguntei se estavam pegando gente lá, era tão perto que eu ia até de pé! E de ônibus parava, bem dizer, na porta. Mas eu tinha medo de pegar, não era um só, tinha vários... Depois que o cabra, vendo o movimento, quando era dia de sábado, de domingo eu já ia pra Praça da Sé, comprar roupa, ia e voltava.

Durante as pesquisas, observamos o sentimento de insegurança vivenciado nas cidades de destino migratório como pressuposto para retornos, em razão das "estranhezas" vivenciadas fora dos lugares de origem. Em São Paulo, "Seu" Cícero presenciou e ouviu noticiarem frequentes mortes na Favela do Real Parque, fazendo-o sentir saudades do trabalho exaustivo e má remunerado na lavoura canavieira:

Quando eu cheguei lá eu pensei assim: "Eu era mais ficar na usina de quê aqui". Porque era muito movimentado, aquele mata, mata de gente, e lá é na favela do Real Parque, é aquele mata, mata de gente! Tinha noites que eu não dormia, ficava pensando: "Era melhor eu ter ficado no meu lugar, ou tivesse ficado na usina cortando cana que era muito melhor, mais perto de casa, do quê eu estar aqui num lugar desses".

Assim como as dificuldades de habitação, expressadas por "Seu" Chico Aleixo, o entrevistado afirmou ter morado em uma casa de tábuas que fazia "frio até demais, não vou dizer que logo que cheguei passei uma vidinha boa não, passei uma vidinha meio triste". Durante o primeiro mês em São Paulo, "Seu" Cícero ficou desempregado, para disfarçar as angústias vivenciadas na cidade grande, o entrevistado nadava no Rio Pinheiros, no Morumbi.

Quando adquiriu emprego, usou o dinheiro que ganhava para dividir os custos de habitação com a irmã e enviar generosas quantias, mensalmente, para familiares que permaneciam nos locais de origem, como a mãe adotiva e alguns irmãos. Nas espaçadas ocasiões, o entrevistado aproveitava para enviar cartas escritas pela irmã ou pelo sobrinho sobre as experiências de vida na cidade grande.

Apesar das dificuldades, as viagens para o Sudeste representavam poucas possibilidades de melhores condições de vida nos períodos de seca e insuficiência agrícola. Corroborando com “Seu” Zezinho, “Seu” Cícero afirmou o saudosismo dos migrantes indígenas nos deslocamentos: “naquela época, a pessoa que fosse para São Paulo, ou então que chegasse era mesmo que chegar deus do céu, logo numa aldeia: “fulano chegou de São Paulo, vamos lá olhar?”. Iam também perguntar por outras famílias que ficaram lá, irmão, tia...”.

Reconhecendo ter sido explorado nos mundos do trabalho, “Seu” Cícero demonstrou ser grato a capital paulista por ter “aprendido uma profissão” capaz de sustentar a família, mesmo na ausência de letramento, tão cobrado nos deslocamentos e relacionamentos diversos com os centros urbanos e os mundos do trabalho:

Eu trabalhava de sete, agora tinha esse negócio de fazer hora extra. Eu fazia mais horas extras do que na profissão que eu entrei, que era o quê: ajudar a descarregar algum caminhão, ajudar a descarregar areia, gesso, essas coisas assim. Mas, sempre a minha profissão era aquela mesma, de servente. Gesseiro, encanador, aqueles balancinho de trabalhar fora, tudo, tudo. Em tudo isso eu trabalhei, de encanador, de gesseiro, de... Tudo, tudo. Eu aprendi uma profissão, mesmo que o cabra não saiba ler, mas o cabra trabalhar dois anos numa firma, trabalhando com tudo, vendo gesseiro, encanador e não aprender uma profissão melhor?

Apesar de trazerem informações de parentes e amigos que há tempos não retornavam para as aldeias, os indígenas migrantes representavam e financiavam as construções e reformas de casas para familiares que haviam permanecido nos locais de origem, como: pais, irmãos e cônjuges, além de pouparem partes dos salários recebidos para a permanência em casa até o início de novas migrações destinadas ao Sudeste ou na própria Região Nordeste:

Aí foi onde eu fiz uma casa pra minha mãe, a que me criou, fiz outra casa pra uma irmã minha, aí fiz a minha casa também, tudo por esse emprego meu de São Paulo, eu com um dinheirinho, mandei guardar numa conta lá. Fui pra Salvador, essa mesma firma que eu trabalhei em São Paulo ela tava, aí, por sorte ela classificou a minha carteira como bitoneirista. No dia certo eu fui lá, aí me pegou, eu fiquei uns três meses ou foi mais em Salvador, agora vou pra casa, aí vim pra casa.

Como tentativa de evitar deslocamentos indígenas para trabalhos, um grupo composto por dez artesãos da Aldeia Mata da Cafurna enviou um documento para a

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, aproximadamente em 1990<sup>343</sup>, pedindo colaboração do poder executivo local para a criação de uma “oficina de produção artesanal”, na tentativa de resolver os períodos de consternação por ausência de atividades remuneradas:

A Aldeia Xucuru-Kariri, localizada na Mata da Cafurna, arredores da cidade de Palmeira dos Índios-Alagoas, se expressa através dos índios artesãos, com o objetivo de, em iniciativa comunitária, desenvolver trabalhos em cerâmica e madeira (carpintaria em geral e peças representativas da cultura indígena). Devido a abundância de matéria-prima (barro e madeira) na área, é viável a implantação de uma oficina para produção artesanal, para tanto, é necessário a aquisição de materiais e ferramentas, como também, a implantação de uma infra-estrutura que possibilite o desenvolvimento dos trabalhos do grupo.

Não encontramos registros de colaboração do poder municipal no funcionamento da “Oficina de artesanato” na Aldeia Mata da Cafurna, todavia, a falta de compradores e a desvalorização cultural em Palmeira dos Índios, conforme alguns indígenas afirmaram, resultou em deslocamentos para a comercialização da arte produzida na localidade.

Além dos trabalhos como servente de pedreiro, “Seu” Cícero Terto<sup>344</sup> viajou para São Paulo como artesão, profissão que desempenhou durante algumas décadas para o sustendo da família. Além do Sudeste, o entrevistado afirmou ter “andado” “pra vários cantos, Salvador, tudo, vendendo artesanato também, para a sobrevivência”.

Quando retornava de trabalhos sazonais no Nordeste ou em São Paulo, “Seu” Cícero Terto atuava como “trabalhador alugado” em roças circunvizinhas à Mata da Cafurna. Durante o pouco tempo livre, o entrevistado criava peças e montava consideráveis acervos para vender no Morumbi e para indígenas Guarani Mbyá, habitantes em Jaraguá e Parelheiros, municípios paulistanos:

A segunda vez que eu fui já foi com artesanato, fiz artesanato aqui: arco e flecha, cocar, pulseira, meio mundo de coisa. Aí fui mais meu irmão, minha irmã ainda estava lá nessa época, passe lá nos Guarani, lá em São Paulo. Eu fui a trabalho, vendendo o meu material, eu vivia aqui já. O pouco que eu sei dos meus trabalhos aqui eu aprendi lá, se não fosse lá, eu não teria aprendido nada.

---

<sup>343</sup>“Proposta para instalação de oficina de produção artesanal na comunidade Kariri/Cafurna”. Palmeira dos Índios, s/d. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>344</sup>Cícero Terto do Nascimento, “Grilo”, 53 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xucuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 23/03/2019.

Outro indígena que atuou como artesão no Sudeste foi Geraldo Mascena (conhecido como Santa Luzia), também habitante na Aldeia Mata da Cafurna. Apesar de criar arte para montar um acervo particular, “Seu” Geraldo viu a produção em escala maior como uma fonte de renda, realizando viagens periódicas aos mercados artesanais baiano e paulistano:

Na realidade, antigamente fazia para o uso de casa, para enfeite. Eu fazia um arco e flecha, eu fazia um chichiá, fazia o cocar, você fazia e colocava de enfeite. Na realidade, chegou o conhecimento que a gente, com aquele material, a gente começou a levar pra vender. Eu não troco o meu artesanato, a minha profissão por emprego nenhum.

Assim como outros indígenas, “Seu” Geraldo usou o artesanato como maneira de conseguir trabalho temporário em algumas cidades no estado de São Paulo. Órfão de pai desde a infância, deslocou-se para o exercício de diversas atividades sazonais regionalmente e para o Sudeste, com o propósito de prover o sustento da família que permanecia nos locais de origem.

Após a década de 1980, “Seu” Geraldo intensificou as viagens para a venda de artesanato na capital paulista como complemento a outras atividades que exercia na Aldeia Mata da Cafurna, todavia, com saudades de parentes e familiares, retornava para Alagoas logo após vender o material, desiludido de São Paulo como “terra da promessa” afirmou: “tem parente que pra vim embora ele tem que arrumar um trampo pra trabalhar dois, três meses pra poder comprar uma bequinha e um sapato pra poder vir que nem gente”.

Os fragmentos das histórias de vida apresentados até agora, relacionam-se pelo menos em dois momentos: os deslocamentos para o Sudeste em busca de melhorias econômico-sociais e os retornos para as aldeias em Palmeira dos Índios, geralmente decorrentes de desilusões, frustrações, saudades de familiares, desejo de participação nos rituais indígenas e explorações da força de trabalho vivenciadas em diversas atividades trabalhistas nos centros urbanos.

Assim como nas migrações para a Zona da Mata canavieira de Alagoas, a figura do arregimentador em atividades no Sudeste se consolidou como um “mediador” entre os migrantes e o mercado de trabalho, forma de o patronato adquirir e explorar a mão de obra indígena Xukuru-Kariri em diversos trabalhos nos centros urbanos. A imagem atribuída ao migrante indígena como um flagelado da seca, da

pobreza e do atraso, favoreceu a descomunal negação de direitos trabalhistas e moradias dignas<sup>345</sup>.

O processo segregador, a exploração vivenciada nos centros urbanos e os retornos sazonais por motivos diversos, como a prática do Ouricuri, por exemplo, influenciaram as relações socioambientais e históricas dos Xukuru-Kariri, resultando em fortalecimento identitário e reivindicações de direitos frente ao Estado e em sucessivas retomadas territoriais a partir de 1979<sup>346</sup>.

### **3.3 Os Xukuru-Kariri: mecânicos, operários e distribuidores**

Os fluxos migratórios de indígenas Xukuru-Kariri para atividades industriais e fabris não aconteceram de forma isolada, no Nordeste, vários povos partilharam o sonho de experimentar viver em cidades com proporções maiores e a receber expressivas quantias na forma de salário. Foi o caso dos Potiguara, habitantes em Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, na Paraíba e dos Pankararu, habitantes em Brejo dos Padres, Pernambuco:

Em uma condição intermediária entre movimentos migratórios gerados por causas econômicas e não econômicas poderiam ser situados os longos deslocamentos realizados pelos índios Potiguara, da Paraíba, até a cidade do Rio de Janeiro, onde se fixam em dois núcleos de vizinhança distantes entre si em dois bairros periféricos da cidade. Entre eles verifica-se a existência de um grande número de parentes próximos, os mais antigos tendo agenciado a vinda dos mais novos, frequentemente obtendo-lhes colocações em seus próprios locais de trabalho. Em geral permanecem no Rio de Janeiro por períodos relativamente extensos (de 1 a 3 anos), enviando módicas quantias para a sua família e reunindo economias que lhes permitam, ao retornar, estabelecer um pequeno comércio, construir uma casa ou expandir as suas lavouras. Um movimento similar, também de ampla envergadura, é registrado com os índios Pankararu, de Pernambuco, que se fixam temporariamente em favelas da cidade de São Paulo (OLIVEIRA, 1996, p. 07).

Conforme discutido em outras partes do texto, “longos deslocamentos” por intermédio de parentes e familiares foram vivenciados por indígenas que migraram de Palmeira dos Índios com destino a favela do Real Parque, no bairro do Morumbi, na

---

<sup>345</sup>Ver D’INCAO, 1983,

<sup>346</sup>Ver NEVES, 2019, p. 37-40.

Zona Sul de São Paulo, em razão da falta de melhores condições vida nos locais de origem com as limitadas e escassas oportunidades de trabalho.

Assim como outros indígenas, Fábio Mascena (Cabeção)<sup>347</sup>, habitante na Aldeia Mata da Cafurna, inseriu-se nos mundos do trabalho através da agricultura. Profissional da construção civil desde os 23 anos de idade, trabalhou em vários municípios alagoanos: Penedo, Cacimbinhas, União dos Palmares e em obras de grande magnitude, como a reforma do Campus I da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió. Após alguns deslocamentos no Nordeste, Cabeção foi convidado a ir trabalhar em uma oficina automobilística na Zona Sul paulista:

Eu fui à São Paulo, passei 6 meses lá com a promessa de trabalhar assim, com um cara que trabalhou com meu pai, mecânico, e ele gostava muito do meu pai e ia me ensinar a profissão de mecânico, só que quando eu cheguei lá o cara tinha ido para outra aldeia dos Guarani, aí, o cara lá entrou nessa e me deixou pra lá, com 6 meses eu retornei.

Durante o período de permanência em São Paulo, foi acolhido na residência de uma tia, esperançoso em aprender a profissão de mecânico, motivo pelo qual o entrevistado afirmou ter ficado seis meses sem trabalho fixo nos arredores de uma zona nobre na capital paulista, o bairro do Morumbi. Após perder as esperanças em ter um emprego com o pagamento de salários fixos e direitos trabalhistas, o entrevistado afirmou as péssimas experiências no deslocamento para a favela do Real Parque como agravante para não retornar ao Sudeste:

De São Paulo não posso nem falar tanto, até porque, a convivência foi pouca, porque eu não trabalhei, não tinha dinheiro no meu bolso, fui num ônibus clandestino e voltei em outro clandestino mais ainda, cheio de caboclo, tudo bebendo cachaça, de lá de São Paulo até na Bahia, chegou na Bahia o ônibus quebrou. Pra São Paulo? Eu quero é distância! São Paulo e Rio de Janeiro é dois lugares que pra mim eu condenei, eu posso viajar para Minas, Santa Catarina, eu tenho vontade de sair de novo porque aqui você tem um biquinho que só dá pra você se manter, aí você quer comprar um móvel, aqui não tem como, aí você tem que sair para estados vizinhos pra poder conseguir alguma coisa.

O acolhimento de parentes e amigos nas regiões de destino tornou-se frequente, conforme evidenciado nas pesquisas. Tida como porta de entrada para os

---

<sup>347</sup>Fábio Mascena da Silva, Cabeção, 38 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 16/01/2019.



mundos do trabalho entre os Xukuru-Kariri, a agricultura tornou-se prática comum entre indígenas que viajavam e retornavam de atividades migratórias até o surgimento de novas oportunidades de trabalho no Sudeste. Apesar dos inúmeros pedidos de colaboração do Estado expedidos como “planos de trabalho”, endereçados ao Ministério da Agricultura, a fim de impedir a “opressão”, “espoliação” e “miséria” dos indígenas migrantes<sup>348</sup> para a zona metropolitana em São Paulo, o desordenado crescimento urbano/industrial<sup>349</sup> e a concentração fundiária no Nordeste<sup>350</sup> foram pontos decisivos de viagens para atividades remuneradas:

O crescimento da indústria, juntamente com outros fatores ligados à transformação na agricultura, tais como, a concentração fundiária, a expansão da pecuária e da monocultura e a modernização, impulsionadas pela expansão do capitalismo no campo, têm provocado a crescente expulsão do homem do campo (FERREIRA, 1995, p. 28).

Em fins da década de 1980, a expansão industrial e demanda por mão de obra motivou indígenas Xukuru-Kariri a migrarem para indústrias, fábricas e distribuidoras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assim como em outros fragmentos de histórias de vida apresentados, o indígena Dilson Celestino (“Seu” Dilson)<sup>351</sup> teve os primeiros contatos com os mundos do trabalho na agricultura.

Durante a infância, “Seu” Dilson migrou da atual Aldeia Cafurna de Baixo para a Aldeia Serra do Capela, e, em seguida, para a Aldeia Fazenda Canto, onde cultivava uma pequena horta e vendia partes da produção na feira livre em Palmeira dos Índios. Posteriormente, realizou um curso de Técnico Agrícola na Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL), em Satuba. Desempregado e sem melhores condições de vida, foi convidado por uma irmã a migrar para São Miguel Paulista<sup>352</sup>, Zona Leste de São Paulo, no início da década de 1990:

---

<sup>348</sup>Plano de trabalho elaborado pelo Chefe da Inspetoria Regional 4, Mário da Silva Furtado. Palmeira dos Índios, 13 de setembro de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>349</sup>“Nas cidades, o padrão de sistema social é determinado predominantemente pelo sistema industrial que forma a base de sua existência e pelas leis que o governo sanciona para regulamentar a vida dos habitantes das cidades [...] as cidades têm se desenvolvido com base na produção industrial” (MITCHELL, 2010, p. 429).

<sup>350</sup>**Memorial descritivo e mapa de delimitação Xukuru-Kariri (3ª SUER)**. Recife, 14/08/1988, p. 61. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>351</sup>Dilson Ferreira Celestino, “Seu” Dilson, 57 anos. Aldeia Boqueirão, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 26/01/2019.

<sup>352</sup>Em função da grande quantidade de migrantes nordestinos, São Miguel Paulista ficou conhecida como a “terra dos nordestinos” em São Paulo em meados do século XX. Ver FONTES, 2017, p. 83.

Eu nasci dentro da aldeia e trabalhava na roça ajudando o meu pai. Nasci na Cafurna e fui morar no Capela, então, minha vida de criança a adolescente, adulto, foi na Fazenda Canto. Trabalhava, ajudava meu pai na roça, a gente trabalhava na roça e cuidava da horta também, que era naquela baixa ali, abaixo da casa de farinha, a horta da gente era ali. Então, a minha mãe e meu pai sobreviviam de uma horta pequenininha que a gente fazia para vender verduras na cidade. Mas, eu estudava, eu saía da Fazenda Canto era cinco e meia da manhã, pela linha do trem, para vir estudar no Colégio Pio XII, que hoje é ali na “Manuel Gomes”, fiz o primário na Fazenda Canto, vim fazer o ginásio na cidade, concluí, ingressei o segundo grau no curso de técnicas comerciais, essas coisas e tal. No segundo ano parei, fiz o concurso para o curso lá em Satuba, fui aprovado e concluí lá, entrei em 83 e saí em 85, concluí o curso técnico lá, quando eu concluí, vim embora e passei um tempo desempregado. Eu tinha uma irmã, eu estava solteiro e fui embora para São Paulo, ela disse: “venha para cá! Aqui você trabalha, vou arrumar um trabalho para você”.

Sem trabalho e experiência profissional, “Seu” Dilson Celestino começou a construir redes de relações para inserir-se como operário na produção industrial em São Paulo, esperançoso na obtenção de reconhecimento social, melhorias salariais e seguridade financeira:

Aí fui embora para São Paulo, quando eu cheguei lá, passei um mês e meio desempregado, comecei a soltar currículo, para aqui, para acolá, e tal e tal. Na época eu era bom de futebol, fiz teste em um time de futebol, o dono desse time era encarregado numa empresa lá, numa indústria plástica. O pessoal gostaram e eu já formei um ambiente. Aí disseram: “você está trabalhando?”. Eu disse: “não, só tem currículo”. “você tem experiência de trabalho?”. “Não, minha carteira é branca”. “Você quer ir trabalhar? A empresa não tá pegando não, eu falar com a gerente, vou te levar para lá, você topa?”. Eu digo: “vou!”. Olha, a gente sai daqui para ir pra fora é para ir trabalhar, né?! Falou com a gerente - a dona Rene, gerente da empresa – ele era encarregado há muito tempo lá, era de confiança. Trabalhei 3 ano e meio na indústria plástica, minha primeira experiência com carteira registrada.

A baixa remuneração, utilizada para pagar aluguel e ajudar os pais que permaneceram nos locais de origem; a impossibilidade de estudar e a elevada jornada na indústria plástica, motivaram “Seu” Dilson a procurar melhorias salariais, sob a influência de um cunhado que atuava como torneiro mecânico CNC (controle numérico computadorizado), cargo de confiança em uma indústria automobilística:

Meu cunhado trabalhava em uma metalúrgica, em uma multinacional que fazia rodas de automóveis para todas as montadoras, rodas de alumínio, lá em Itaquaquetuba, tinha duas empresas que eram a mesma, uma fazia rodas de automóveis de aço, em Guarulhos e a outra, em Itaquaquetuba. Aí, na época, a empresa tava pegando gente. Essa multinacional, que era uma metalúrgica, me chamou, pegou o meu currículo, com a representatividade do meu cunhado, que já tinha sete anos e tanto, ele era

um torneiro mecânico de torno CNC, que é uma máquina moderna, que você só digitaliza e ela é quem faz o processo. Era um camarada de confiança na empresa. E lá, na época, as empresas tinham uma série de coisas, uns detalhes lá para a pessoa se engajar tem um bocado de detalhes, experiência de trabalho, grau de escolaridade, e assim vai, muita coisa lá, e eu tinha isso, e tava com três anos e meio. Aí eles disseram: “vamos fazer uma entrevista com você, vamos fazer um teste seletivo com você.” Quando foi no final ele disse: “você está aprovado”.

Melhor remunerado e recebendo benefícios sociais, como: auxílio transporte; convênio médico; auxílio alimentação e capacitação profissional, “Seu” Dilson trabalhou como operário na Indústria Automobilística Borlem, em Itaquaquecetuba, por mais de cinco anos, todavia, mudanças na gestão industrial resultaram em demissões coletivas:

Nessa empresa eu passei cinco anos e meio, aí veio uns acionistas, comprou ela completa, aí mandou todo mundo ir embora, pagou todos os seus direitos. Essa ficava lá em Itaquaquecetuba, aí, nessa época eu vim para Palmeira, dei entrada no seguro desemprego e vim embora pra Palmeira, passar uns três meses em casa: “quando tiver próximo de terminar o seguro desemprego eu volto pra lá!”.

Findado o período de seguro desemprego, “Seu” Dilson retornou à capital paulista na esperança de conseguir novo emprego em linhas de produção pelas experiências obtidas em indústrias diversas:

Quando cheguei lá, joguei currículo e as empresas começou a me chamar, a carteira tava bem esquentada, três anos e meio em uma, mais cinco anos e pouco na multinacional. Fui lá, fiz vários cursozinhos lá dentro, de atualização da empresa, aí minha experiência já foi melhor, aí entrei em outra metalúrgica lá, chamada “Tekaum”, fazia as instalações de motor de carro, era um trabalho diferente, mas, pela experiência que eu já tinha, eu entrei direto, passei 3 meses de experiência, com quase 3 meses me registraram, foi assim. Lá na multinacional eu aprendi a fazer serviço de todas as máquinas que existia, eu fui obrigado a aprender a trabalhar em todas elas, e o controle de qualidade no meu setor era eu, você tinha que saber o que tava fazendo, e saí aprovado dali, a parte do controle de qualidade aprovava o seu serviço e ia para as montadoras, não podia sair nada com defeito nenhum.

Durante o período de estada em São Paulo, “Seu” Dilson retornava à Aldeia Fazenda Canto para visitar familiares e pelo sentimento de pertença indígena. Após um ano como operário no controle de qualidade em uma indústria automobilística e com o falecimento do pai, o entrevistado retornou definitivamente para o território Xukuru-Kariri.

Embora morasse de aluguel e não tivesse tempo para atividades de lazer, a rede de relações construída em indústrias na Zona Leste de São Paulo e as experiências como operário fizeram “Seu” Dilson descrever a capital paulista como terra da promessa:

Eu sinto saudade de lá porque eu deixei muitos amigos bons, eu tenho amigo lá que é o mesmo que ser irmão, eu tenho boas lembranças de lá, tenho bons amigos, graças a Deus! Eu conheço melhor São Paulo do que Maceió, se eu chegar em São Paulo não me perco em canto nenhum!

Apesar de muitos Xukuru-Kariri terem se deslocado em busca de empregos como torneiros mecânicos, operários e encarregados em indústrias automobilísticas no Sudeste, as atividades migratórias dos Xukuru-Kariri eram para muitos destinos, marcados por diversas atuações em setores que exigiam mão de obra barata e explorada para longas jornadas de trabalho. As viagens entre o “Sul” em Alagoas e o Sudeste do país em busca de melhorias ocorriam com frequência pela falta de oportunidades nos locais de origem.

A mão de obra indígena Xukuru-Kariri também era utilizada na distribuição de mercadorias no Sudeste. Foi o caso do indígena Wellington Silva (Jacó)<sup>353</sup>, que migrou com a irmã para o Rio de Janeiro ainda na menor idade. Após algumas atividades na construção civil como servente de pedreiro em exaustivas empreitadas, Jacó conseguiu emprego na Cervejaria AMBEV, no setor de distribuição:

No Rio de Janeiro eu fui três vezes, a primeira vez eu fui com a minha irmã, a gente era menor, aí fui com a minha irmã, a minha irmã ficou, eu vim embora, devido alguns problemas familiares entre pai e mãe, problemas conjugais, não deu certo na época, aí eu tive que ir pra lá, em busca de emprego, a gente menor mas com intenção de trabalhar, eu voltei devido alguns problemas familiares. Eu já fui servente de pedreiro, já trabalhei na AMBEV no Rio de Janeiro, devido à falta de emprego.

A viagem de ônibus com “condições muito poucas” para o Rio de Janeiro, representava o sonho de uma vida melhor, distante da exploração em construções civis na zona urbana de Palmeira dos Índios. A chegada de Jacó na metrópole carioca

---

<sup>353</sup>Wellington Silva de Oliveira, “Jacó”, 37 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 29/12/2018.

foi intermediada por amigos que já trabalhavam em indústrias e fábricas de bebidas e alimentícias:

Conhecimento de amigos, depois que chegava lá, começava a conversar com o pessoal: “olha o pessoal do Nordeste é um pessoal trabalhador, tá aqui, tá com intenção de trabalhar”. E por aí as empresas desses lugares fora, tipo, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, etc., eles sabem que o pessoal nordestino tem garra no trabalho, a gente tem um ponto positivo nessa parte.

Além das precárias moradias de aluguel e elevadas jornadas de trabalho, Jacó trocava os poucos tempos de descanso por atividades extras na AMBEV para juntar pequenas quantias de dinheiro e enviar aos familiares que permaneciam na Aldeia Fazenda Canto:

Sim, conseguia juntar sim por conta que a família ficava aqui, aí você não tinha aquele gasto que se a família... É os mesmos gastos que você tivesse trabalhando aqui, gastava aqui, mas como a família ficava aqui e eu tava lá só, o meu gasto era muito pouco devido o tempo das cargas horárias, aí, eu conseguia sim, juntar dinheiro e todo mês mandava dinheiro.

Após alguns meses na cidade do Rio de Janeiro, Jacó retornou à Aldeia Fazenda Canto, pois, ao afirmar ser índio Xukuru-Kariri e nordestino, foi perseguido por colegas de trabalho e acusado de furto. Conseguiu provar ser inverdade o preconceito usado como artifício de acusação para o não pagamento de rescisão trabalhista, prática comum entre empregadores que contratavam mão de obra dos migrantes Xukuru-Kariri. Sempre que retornava de atividades migratórias, Jacó frequentava o Ouricuri. A partir do contato com os Encantados, as mobilizações de retomadas territoriais e reivindicação de direitos assegurados pelo Estado brasileiro eram fortalecidas.

### **3.4 Mulheres Xukuru-Kariri no Sudeste**

No último quartel do século XX, muitas indígenas Xukuru-Kariri vivenciaram períodos difíceis na Aldeia Fazenda Canto. Os sacrificados deslocamentos a pé para a zona urbana de Palmeira dos Índios favoreceram a procura por empregos domésticos na citada cidade e em Maceió, conforme discutido no capítulo II. Após adquirir experiências atuando em Alagoas, mulheres Xukuru-Kariri resolveram migrar

para São Paulo na busca por melhores remunerações e reconhecimento profissional, seguindo o sonho de muitas nordestinas que engrossaram os deslocamentos para o Sudeste a partir de 1980:

Num período de intensas mudanças estruturais como experimentava o país na década de 1980, suas consequências não poderiam deixar de se refletir nos processos migratórios. A queda nos níveis de fecundidade, a intensa urbanização, o aumento nos níveis de escolaridade e a incorporação de novos papéis sociais por parte das mulheres [...] deram margem a inferências sobre a participação da mulher nos processos migratórios em busca de trabalho, de aprimoramento da escolaridade e de aperfeiçoamento profissional (CHAVES, 2012, p. 148).

Os anseios em adquirir uma educação igualitária e condições de trabalho mais sustentáveis, influenciaram os muitos deslocamentos para São Paulo e refletiram em trajetórias de indígenas Xukuru-Kariri que migraram para o Sudeste em busca de salários dignos, moradias adequadas e demais benefícios “proporcionados” pelas metrópoles.

O crescimento urbano do Sudeste a partir dos investimentos em siderúrgicas e indústrias diversas exigiu a inserção de mão de obra barata para as elevadas jornadas de trabalho em serviços domésticos. A decisão em ir para a “cidade grande” era mediada por influência de parentes e distintos projetos de vida:

A imagem da migração como um movimento desordenado, ‘irracional’, feito às pressas, não corresponde à experiência de grande parte dos migrantes. [...] Informações sobre São Paulo, suas oportunidades de emprego e possibilidades de moradia eram fundamentais para a decisão de migrar. O estabelecimento de uma rede de comunicação entre os migrantes e seus locais de origem frequentemente orientava o processo migratório. Correspondências, fotos, cartões-postais tinham papel importante para o fornecimento de dados e criação de um “imaginário cultural do local de destino e preparação para uma eventual migração (FONTES, 2017, p. 88-89).

As chegadas das indígenas à capital paulista eram favorecidas pela rede de relações com parentes e amigos que haviam migrado dos territórios Xukuru-Kariri. Pela fácil aceitação, as primeiras atuações de trabalho nas metrópoles, de acordo com as pesquisas, eram como babás<sup>354</sup>. Após a inserção no mercado de trabalho e com experiências adquiridas, muitas indígenas passaram a trabalhar como “diaristas”,

---

<sup>354</sup>Ver DURHAM, 1973, p. 132.

realizando faxinas na região metropolitana de São Paulo, pela disponibilidade em construir uma rotina de trabalho dinâmica, sem vincular-se a determinadas residências pela exploração na alta jornada de trabalho exigida<sup>355</sup>.

Com difíceis condições de vida, lazer e moradia, os primeiros anos de muitas indígenas Xukuru-Kariri em São Paulo foram marcados por longos períodos de trabalho para aumentar o faturamento mensal, destinado aos custos de vida na zona urbana e para enviarem partes do dinheiro aos pais e outros familiares que permaneciam na Aldeia Fazenda Canto, cultivando em pequenas roças e trabalhando “alugado” nos arredores do território Xukuru-Kariri.

Nascida e “criada” na Aldeia Fazenda Canto, Juciênia Aleixo da Silva (Galega)<sup>356</sup> atuou como agricultora em pequenas roças da família na localidade, migrou para a Zona Leste de São Paulo pela falta de oportunidades de trabalho em Palmeira dos Índios e pela possibilidade de trabalhar como babá e diarista no Sudeste, conforme afirmou:

Lá eu fui morar em São Paulo, mas só para fazer companhia a minha tia, ajudar ela, por conta que ela tava trabalhando e o esposo dela e não tinha com quem os filhos dela ficar, eu fui mesmo só mais para ajudar e fiquei para estudar, quando tinha 16 anos foi quando eu comecei a trabalhar como babá lá, fui procurar, porque também ficar só dependendo da tia e do esposo dela para mim não era bom, então eu procurei trabalho e comecei a trabalhar lá, mas depois eu fiquei trabalhando ainda como babá uns três anos, mais ou menos.

Para a entrevistada, a falta de escolaridade entre os Xukuru-Kariri e a procura por independência financeira<sup>357</sup> forçava os deslocamentos em busca de trabalho no Sudeste como a “procura alguma profissão”<sup>358</sup>, distante da exploração nos trabalhos para fazendeiros ou do agravamento na agricultura em razão das longas estiagens e a concentração fundiária.

As primeiras experiências na capital paulista foram na casa de uma tia que já morava no Sudeste. Após alguns meses sem trabalho, todavia, auspiciosa em

---

<sup>355</sup>Um dos motivos para as muitas migrações de mulheres nordestinas para o Sudeste foi a oferta de emprego em serviços domésticos. Ver CHAVES, 2012, p. 151.

<sup>356</sup>Juciênia Aleixo da Silva. Bairro Cafurna, Palmeira dos Índios/AL, em 23/09/2019.

<sup>357</sup>“O desejo de independência dos jovens, ou a falta de terra podem levar igualmente a um deslocamento espacial e a residência junto a parentes mais afastados” (DURHAM, 1973, p. 71).

<sup>358</sup>A migração de muitos nordestinos para o Sudeste estava “vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade” (CHAVES, 2012, p. 154).

conseguir uma atividade remunerada, Galega começou a trabalhar como babá em uma casa de classe média na Zona Leste, período em que se mudou e passou a morar sozinha, assumindo todas as responsabilidades descritas em outros casos discutidos: pagamento de aluguel; aquisição de alimentos; custos com os deslocamentos urbanos, dentre outros.

Apesar de cumprir as exaustivas horas de trabalho diariamente, quando os patrões, eventualmente viajavam aos finais de semana, Galega tinha que acompanhá-los no passeio para trabalhar como babá, sem receber quaisquer quantias extras ou posteriores dias de folga pelo compulsório trabalho nos poucos momentos em que deveria estar descansando.

Sem Carteira de Trabalho assinada e com uma remuneração que mal dava para arcar com as despesas na cidade grande, com ausente recebimento de benefícios sociais e/ou aumentos salariais, após três anos em uma rotina dividida entre as aulas noturnas e o trabalho exaustivo, Galega retornou para o território Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

O sonho em melhores condições de vida no Sudeste motivou a indígena Maria Sônia (“Dona” Sônia)<sup>359</sup> a viajar para São Paulo na companhia do esposo. Desempregados, dividiam espaço com familiares que haviam migrado em tempos anteriores. A descoberta da gravidez e não inserção no mercado de trabalho doméstico forçaram “Dona” Sônia a retornar para a Aldeia Fazenda Canto, ao tempo em que o esposo permaneceu na capital paulista trabalhando como faxineiro, tornando possível juntar partes do salário para construir uma casa na Aldeia, retornando ao território Xukuru-Kariri posteriormente:

Quando eu casei eu viajei para São Paulo, mas passei só dois meses só. A gente casou e ele já vivia lá. Solteiro ele já trabalhava e tudo, aí ele voltou, a gente casou e ele me levou para lá, mas, não foi muito bom não. Quando ele voltou não conseguiu arrumar trabalho, no momento que a gente mais precisava, aí eu voltei, fiquei na casa da minha mãe e ele ficou lá, mandou construir uma casinha, aí ele voltou. Lá era ruim porque tava morando junto, dividindo com as pessoas, o meu marido estava desempregado, eu decidi voltar e ele ficou lá para arrumar trabalho.

---

<sup>359</sup>Maria Sônia Nogueira Santos de Lima, 44 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 28/02/2019.



A presença de mulheres Xukuru-Kariri na grande São Paulo, de acordo com as pesquisas realizadas, esteve vinculada aos trabalhos como empregadas domésticas e babás, trajetórias de vida marcadas pelos movimentos de migração, motivados por trabalhos formais e recebimento de salários fixos, evidenciando retornos às aldeias em Palmeira dos Índios pelas insalubres condições de vida no Sudeste do país<sup>360</sup>.

Como tentativa de evitar os deslocamentos de indígenas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, criou projetos de distribuição alimentícia e fomento à produção de cursos de “corte e costura, arte culinária e atividade artesanal, além da orientação social”, “projeto para mudar hábitos dos índios xucurus de Palmeira”<sup>361</sup>.

Após ser anunciada a execução do projeto, que também visava treinamentos para parteiras que atuavam nas aldeias<sup>362</sup> e, frequentemente, procuravam trabalho em outros estados, a FUNAI anunciou a inviabilidade de comparecer ao lançamento do projeto<sup>363</sup>. Não sabemos se a proposta da LBA foi implementada, todavia, a negligência da FUNAI, as invasões dos fazendeiros<sup>364</sup>, soltura de gado nas lavouras indígenas – prática comum em Palmeira dos Índios desde meados do século XIX<sup>365</sup> – e condição de “pobreza extrema sem o mínimo de conforto e sem assistência”<sup>366</sup>, agravou os deslocamentos de indígenas Xukuru-Kariri para atividades domésticas no Sudeste em fins do século XX.

---

<sup>360</sup>Por uma questão de gênero, as mulheres indígenas que se deslocavam para as metrópoles no Sudeste recebiam baixos salários em precárias condições de trabalho. Ver MUSSI, 2011, p. 210.

<sup>361</sup>“Legião tem projeto para mudar hábitos dos índios xucurus de Palmeira”. In: **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, 06/08/1976. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>362</sup>“LBA vai assistir índios Xucurus”. In: **Jornal de Alagoas**. Maceió, 06/08/1976. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

<sup>363</sup>“FUNAI adia lançamento de projeto Xucurus”. In: **Jornal de Alagoas**. Maceió, 10/08/1976. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

<sup>364</sup>“tem 14 famílias que moram na Aldeia (Mata da Cafurna) e trabalham nas propriedades alheias plantando capim, por falta de terra”. In: **Carta enviada por indígenas Xukuru-Kariri à FUNAI, pedindo agilidade na demarcação territorial**. Palmeira dos Índios, 20/10/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>365</sup>Ver TORRES, 1974, p. 41.

<sup>366</sup>Ver ANTUNES, 1965, p. 08.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **Migrações, mobilizações e reconquistas: memórias e história Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho.**

As difíceis condições climáticas, falta de terras e perseguições de fazendeiros forçaram os Xukuru-Kariri a atuarem como vaqueiros em fazendas nos arredores dos territórios indígenas e a migrarem para a Zona da Mata alagoana ao Sudeste. As frequentes viagens constituíram “frentes resistentes”, mobilizações para retomadas territoriais e exigência de respostas do Estado brasileiro para as muitas reivindicações sócio-históricas, formando uma “arena” de disputas permeada por conflitos diversos<sup>367</sup>.

As referências e justificativas das secas como expressões de pobreza e atraso foram para fortalecer o discurso político de resolução das crises hídricas e dos deslocamentos compulsórios vivenciados pelos “flagelos” nordestinos. No último quartel do século XX, o então Governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, manteve uma coluna no “Jornal Gazeta de Alagoas” para tratar de assuntos diversos, dentre os quais, as longas estiagens ocupavam lugar de destaque como preleção eleitoral, todavia, foi malsucedido na resolução dos problemas hídricos nos três mandatos como governo do estado<sup>368</sup>.

As longas estiagens, descritas por políticos e escritores como fundamento para os fluxos migratórios e sustentação da “indústria da seca”<sup>369</sup>, foram ressignificadas pelos Xukuru-Kariri como fortalecedoras nas mobilizações por justiça social e acesso à terra. Apesar do clima semiárido ter forçado muitos indígenas a migrarem, o insuficiente mercado de trabalho e a concentração fundiária nas mãos dos fazendeiros foram decisivos para as viagens à Zona da Mata e ao Sudeste do país.

As distintas situações históricas vivenciadas pelos/as entrevistados/as no decorrer da pesquisa, estiveram vinculadas às reverências aos territórios indígenas

---

<sup>367</sup>Ver MURA, 2013, p. 49.

<sup>368</sup>“Seca: expressão de pobreza”, texto de Divaldo Suruagy. In: **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, 20/08/1978. Disponível no acervo da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios/AL.

<sup>369</sup>As calamidades em função das prolongadas estiagens eram usadas por fazendeiros para conseguir apoio político e retratação estatal pelas baixas nos rebanhos bovinos, consolidando a “indústria da seca” no Semiárido nordestino. Ver SILVA, 2003b, p. 362-369.

em Palmeira dos Índios. As expulsões territoriais<sup>370</sup> em razão da expansão agropecuária e a necessidade de trabalhos temporários, com a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos<sup>371</sup>, acirraram os conflitos fundiários e as mobilizações pelas retomadas territoriais na segunda metade do século XX.

A aquisição da Aldeia Fazenda Canto nutriu o sentimento de pertença aos territórios indígenas e fortaleceu as sucessivas retomadas territoriais Xukuru-Kariri e ampliação territorial. As exigências no cumprimento de direitos constitucionais pela posse territorial foram fundamentadas na gênese de funcionamento dos órgãos indigenistas, estruturas ineficientes que previam a “mistura” dos indígenas à “massa da população”, resultando em conflitos com o SPI, e, posteriormente, com a FUNAI.

Em 1979 os Xukuru-Kariri da Aldeia Fazenda Canto redigiram um documento cobrando do Sr. Mario Andreazza, então Ministro do Interior, que resolvesse a falta de terras e empregos que os afligia. Não sabemos se o pedido foi retornado, entretanto, no mesmo ano, as mobilizações indígenas resultaram na formação da Aldeia Mata da Cafurna a partir de retornos territoriais<sup>372</sup>.

O descaso da FUNAI ultrapassava o âmbito agrário/político e ecoava nas expressões socioculturais indígenas. Em 1981, os Xukuru-Kariri denunciaram a intervenção de José Leonardo, Delegado da instituição, no ritual do Ouricuri, pedindo auxílio ao poder público na esfera legislativa federal e aos veículos de comunicação para tornar pública a negligência estatal e “dizer a eles que a culpa das questões é toda do Delegado da FUNAI”<sup>373</sup>.

A necessidade da demarcação territorial alcançou expressividade nos deslocamentos indígenas para trabalhos, ocorridos com maior intensidade durante a segunda metade do século XX, conforme foi afirmado em um requerimento enviado por lideranças Xukuru-Kariri da Aldeia Mata da Cafurna a 3ª Superintendência Regional da FUNAI (3ª SUER), no Recife, em 1986:

---

<sup>370</sup>Ver OLIVEIRA, 2006b, p. 19.

<sup>371</sup>A abundante mão de obra no Posto Indígena Irineu dos Santos não era uma situação particular, a gênese de criação do SPI previa o “confinamento de braços” disponíveis para diversas atividades de trabalho no âmbito rural: “los principales objetivos del SPI eran la pacificación y protección de los grupos indígenas, así como el establecimiento de centros de colonización con mano de obra proveniente de esas mismas regiones” (LIMA, 2006, p. 106).

<sup>372</sup>“Reserva indígena da Fazenda Canto”. In: **Abaixo assinado para o Ministério do Interior**. Palmeira dos Índios, 16/06/1979. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>373</sup>**Relatório do Conselho Tribal, Tribo Xukuru-Kariri**. Palmeira dos Índios, Aldeia Fazenda Canto, 12/10/1981. Disponível no acervo do GPHIAL.

Nós indígenas da Aldeia Cafurna município de Palmeira dos Índios (AL), jurisdicionados a essa Superintendência, vimos através do mesmo de antemão solicitar soluções para os nossos problemas que tem como principais: demarcação de nossas terras, que em maioria estão ocupadas por posseiros e a própria cidade de Palmeira dos Índios. Todavia, temos uma minúscula parte de nossa área de 117 ha, terra que não dá para as nossas necessidades, quando necessitamos de 3.000 ha. Precisamos de dois funcionários um técnico agrícola, e um auxiliar administrativo, pois estamos desassistidos nas nossas atividades de sobrevivência que é a agricultura<sup>374</sup>.

No mesmo ano, ocorreu uma reunião na Aldeia Mata da Cafurna entre os Xukuru-Kariri e o povo Xokó, habitante no município de Porto da Folha, Sergipe. A principal pauta reivindicatória foi a efetivação na demarcação territorial, educação diferenciada e denúncias de apropriação indébita do trator pelo Chefe do Posto da FUNAI, agravando a situação social dos indígenas e forçando deslocamentos para trabalhos<sup>375</sup>.

Em julho de 1987, os indígenas redigiram um documento relatando os problemas ocasionados pela insuficiência de terras, dentre os quais, eram evidentes os conflitos familiares e a necessidade de migrações para atividades sazonais. Neste sentido, solicitou-se providências de autoridades governamentais, como a 3ª SUER da FUNAI, com cópias para a presidência da Fundação e para o Ministério do Interior, exigindo a composição de um grupo de trabalho para discutir a demarcação territorial em Palmeira dos Índios<sup>376</sup>.

Em outubro do mesmo ano, os Xukuru-Kariri redigiram uma carta denunciando o uso da mão de obra indígena no plantio de capim em “propriedades alheias, por falta de terras”<sup>377</sup>. O descaso institucional da FUNAI na demarcação territorial favoreceu os esbulhos e a repressão policial, aliado a ações de pistoleiros contratados por fazendeiros para favorecer invasões territoriais e exploração da mão de obra indígena<sup>378</sup>.

---

<sup>374</sup>**Requerimento.** Palmeira dos Índios, Aldeia Mata da Cafurna, 25/06/1986. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>375</sup>**II encontro dos povos indígenas de Alagoas e Sergipe.** Palmeira dos Índios: Aldeia Mata da Cafurna, 26 a 28/07/1986. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>376</sup>“Reserva indígena da Fazenda Canto”. In: **Abaixo assinado para a 3ª SUER.** Palmeira dos Índios, 07/07/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>377</sup>**Carta enviada por indígenas Xukuru-Kariri à FUNAI, pedindo agilidade na demarcação territorial.** Palmeira dos Índios, 20/10/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>378</sup>“Policiais e pistoleiros expulsam os índios Xucurus-Kariris de suas terras”. In: **Jornal Gazeta de Alagoas.** Maceió, setembro de 1994. Disponível no acervo do GPHIAL.

Ainda em 1987, nos acalorados debates durante a Assembleia Nacional Constituinte, os Xukuru-Kariri criaram uma comissão com quatro lideranças para expor os problemas fundiários, explorações trabalhistas e a necessidade da urgente demarcação territorial<sup>379</sup>. A busca por melhores condições de vida em atividades migratórias e os muitos retornos para as aldeias reverberaram em disputas e reconquistas pela posse imemorial da terra.

Os usos das expressões socioculturais foram importantes estratégias utilizadas pelos indígenas para pressionar o Estado brasileiro e ocupar espaços políticos inacessíveis até então, como os gabinetes institucionais do governo e assentos para a construção da Constituição Federal de 1988, mostrando como é importante a formação de grupos mobilizados pela exigência no cumprimento de direitos.

As mobilizações a partir das memórias<sup>380</sup> Xukuru-Kariri fortaleceram a busca pelo reconhecimento do Estado em 1952, com a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos. Posteriormente, baseada em doação do Governo Imperial em 1822, exigiu-se a aquisição da área correspondente à Aldeia Mata da Cafurna, retomada em 1979 pela morosidade da FUNAI para demarcação das terras indígenas. Após 1988, com a promulgação da Constituição Federal e em razão dos muitos processos migratórios e explorações nos mundos do trabalho, as memórias indígenas foram acessadas para mobilizações pela demarcação territorial e resolução nas disputas com fazendeiros locais.

A conflituosa arena fundiária envolvendo os Xukuru-Kariri se deslocava do nacional para o local e vice-versa, na medida em que os indígenas vivenciavam as violências em conflitos armados para reivindicar a legítima posse territorial. A exemplo da importante participação na Revolução Pernambucana em 1817, nos combates da Confederação do Equador em 1824 e no envio de 100 soldados Xukuru-Kariri recrutados para a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, dos quais, apenas um retornou a Palmeira dos Índios<sup>381</sup>, evidenciando a intensa participação indígena na construção do Estado nacional brasileiro ao longo do século XIX<sup>382</sup>.

---

<sup>379</sup>“Estamos oficializados pela comunidade da nossa aldeia, para irmos a reunião em Brasília com quatro índios dos quais em reunião fomos apontados. Para debatermos a demarcação de nossas terras e dos quais estamos necessitados”. In: **Tribo Xukuru-Kariri Fazenda Canto e Kafurna, P. dos Índios-AL**. Palmeira dos Índios, 15/06/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>380</sup>Ver HALBWACHS, 2003.

<sup>381</sup>“Reserva indígena da Fazenda Canto”. In: **Abaixo assinado para a 3ª SUER**. Palmeira dos Índios, 07/07/1987. Disponível no acervo do GPHIAL.

<sup>382</sup>Ver DANTAS, 2018; SILVA, 2017; DORNELLES, 2017; COSTA, 2018.

## **“Andar pelo meio do mundo, por todo canto”: as façanhas Xukuru-Kariri e o reencantamento da terra**

Reiteradas vezes, ouvimos os entrevistados indígenas usarem a palavra “pinhão” para caracterizar os trabalhadores migrantes em diferentes categorias de trabalho, sempre os associando a labuta na roça. Metaforicamente, o recorrente uso da expressão como referência aos trabalhos sazonais indígenas esteve relacionado às atividades desempenhadas por peões, pela difícil tarefa de manter-se sobre o lombo de um touro por um determinado momento, no adestramento de animais durante as laborações em fazendas e pelos movimentos repetitivos dos piões, condições similares aos transitórios trabalhos safristas, circulares e temporários vivenciados pelos Xukuru-Kariri na segunda metade do século XX.

Para muitos indígenas entrevistados, “andar pelo meio do mundo” significava a oportunidade em melhorar de vida, adquirir independência financeira e retornar para as aldeias com mais segurança. Para outros, representava “conhecimentos” e frustrações em constantes processos de aprendizagens e experiências, mediados por conflitos e diferentes formas de conceber o trabalho com “pinhão do meio do mundo, pinhão de todo canto”, conforme afirmou “Seu” Basto Cosme<sup>383</sup> sobre o contato com migrantes de origens diversas em atividades sazonais na monocultura canavieira.

Assim como os exuberantes e longínquos canaviais alagoanos precisavam ser plantados, cultivados e fertilizados para manterem a longevidade, o sistema agroindustrial necessitava de mãos e braços disponíveis para manter nutrido o imenso mecanismo de exploração da força de trabalho sazonal e dos recursos naturais. Os cortadores de cana, chamados de “homens-cangurus”, foram fundamentais para a produção do açúcar, um dos principais produtos econômicos de Alagoas, o maior produtor no Nordeste, cuja colheita ultrapassa 16.201 milhões de toneladas anuais, oriundas de aproximadamente 293,2 mil hectares de cana cultivada<sup>384</sup>.

Transportado ao Porto do Jaraguá, em Maceió, o açúcar produzido em Alagoas continua sendo o produto mais exportado pelo estado e comercializado em diversos

---

<sup>383</sup>Sebastião Cosme de Oliveira, ““Seu” Basto Cosme”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.

<sup>384</sup>Ver CONAB, 2019, p. 22; 48; VERÇOZA, 2016.

países do mundo, como a Argélia, Estados Unidos e Canadá<sup>385</sup>. Entretanto, a comercialização não transparece os diversos atores envolvidos de maneira árdua no cultivo, corte e fabrico do “ouro branco”. As raízes da exploração estão fincadas na força de trabalho, elemento primordial para o aumento produtivo da economia açucareira, manutenção do sistema político-latifundiário e expansão da monocultura canvieira, em detrimento ao excessivo uso humano na estrutura agro produtora.

Portanto, procuramos discutir o uso da mão de obra indígena e o envolvimento trabalhista no setor agro canvieiro em Alagoas, levando em consideração os registros históricos entre meados e finais do século XX, modalidade de trabalho que fortaleceu as mobilizações indígenas na cobrança pela demarcação territorial. Embora não fosse nossa intenção comparar os níveis de exploração entre os diversos setores de trabalho que estudamos, sobretudo, na agricultura, em serviços domésticos, no cultivo de cana de açúcar e na construção civil, percebemos que os deslocamentos indígenas para atividades remuneradas se fortaleciam com a concentração fundiária e malversação do órgão indigenista em Palmeira dos Índios.

Mudaram-se os sistemas e as modalidades, todavia, a exploração do trabalho permaneceu para alimentar a “riqueza” e geração de patrimônio financeiro, contrapondo-se à preservação ambiental e respeito às especificidades identitárias, inerentes ao povo indígena Xukuru-Kariri, fortalecendo as reivindicações e cobranças por demandas sociais em diversas instâncias do poder público, consolidadas com a promulgação da Carta Magna em 1988.

Desse modo, a partir de diferentes lentes, escalas e perspectivas, apresentamos e discutimos os distintos processos que fortaleceram as mobilizações indígenas pelo retorno territorial e cobranças no atendimento a demandas específicas, respaldadas pela Constituição de 1988, debatida e redigida com a participação de lideranças indígenas Xukuru-Kariri. Tomamos como base textos e teóricos que dialogaram com as migrações em nível local e regional, mostrando como os processos históricos se entrelaçaram para a construção da história nacional, pois, a política de integração que formou a estrutura funcional do SPI com o Posto Indígena Irineu dos Santos, até certo ponto, representou os anseios de assimilação e exclusão da IR-4 com os índios no Nordeste.

---

<sup>385</sup>Disponível em: <http://www.sefaz.al.gov.br/artigo/item/1801-dados-mostram-que-acucar-da-cana-continua-como-produto-mais-exportado-de-alagoas>. Acesso em 28/04/2020.

Recorremos a perspectiva da Antropologia Histórica<sup>386</sup> para a escrita da dissertação, evidenciando como as aproximações entre esses dois campos de reflexões e produção de conhecimentos são recíprocas e fecundas, ao evidenciar protagonismos que foram silenciados em outros momentos e retomados como parte indissociável na construção do Estado nacional brasileiro, considerando as participações indígenas em importantes conflitos históricos ao longo do século XIX.

As trajetórias analisadas a partir dos fragmentos de vida utilizados na escrita desta dissertação representaram as difíceis constituições e concepções de frentes migratórias entre os Xukuru-Kariri a partir de 1952, com a política de exclusão alicerçada no SPI e ecoada pela FUNAI. Desse modo, as migrações indígenas não atenderam à padrões específicos, foram partes de anseios individuais e coletivos em diferentes espaços geográficos e temporais.

O envolvimento dos Xukuru-Kariri na arena fundiária em Palmeira dos Índios reiterou a preocupação em retornar aos territórios que lhes foram usurpados. Para os fazendeiros, os indígenas representam uma “ameaça” na disputa territorial, desse modo, mantê-los exilados dos próprios territórios, atuando como vaqueiros ou engrossando as imensas filas de migrantes com destino a outros municípios em Alagoas ou para o Sudeste do país, se tornou vantajoso e lucrativo.

Dependentes da produção alimentícia, as atuações laborativas nos territórios indígenas faziam parte de um “jogo”, pois, na ausência de boas colheitas as migrações eram iniciadas e, na esperança de bons plantios, os indígenas retornavam. Para os Xukuru-Kariri, migrar representava uma decisão sacrificada, permeada por desejos e renúncias particulares e coletivas. A vida no “exílio da própria terra” fortaleceu os retornos e acentuou a formação de atividades paralelas à agricultura como forma de subsistência, por meio de variadas estruturas sociais e econômicas que resultavam em ligações e atribuições de diferentes sentidos para a terra, através da pluriatividade.

Ainda, analisamos as atividades migratórias de mulheres indígenas como parte conexa nas relações cotidianas dos Xukuru-Kariri pelas diversas atuações ao longo do período estudado. Na roça do Posto Irineu dos Santos e em funções domésticas ou escolares, as indígenas assumiam dupla jornada de trabalho para construir e alimentar o desejo de obter melhorias socioeconômicas.

---

<sup>386</sup>Ver OLIVEIRA, 1999, p. 36.



As decisões em se deslocarem para o trabalho nas zonas urbanas em Palmeira dos Índios e Maceió, para a lavoura canavieira na Zona da Mata alagoana ou ao Sudeste do país, foram intermediadas por redes de relações e distintos projetos de vida. Em muitos dos casos discutidos ao longo do texto, ir mais longe significava a realização de desejos e sonhos pessoais, em outros, a condição de miserabilidade imposta de diferentes formas e “estampada nos semblantes dos homens, mulheres e crianças”<sup>387</sup> forçava os Xukuru-Kariri a andarem “pelo meio do mundo”.

O conceito de trabalho entre os Xukuru-Kariri foi construído com prioridades urgentes no cotidiano. Para alguns indígenas entrevistados, a vida nas metrópoles representava a esperança em reconhecimento profissional, estruturação social e aquisição de bens diversos, para outros, migrar resultava em rupturas, segregação social e exposição aos dilemas das “cidades grandes”.

Nossa finalidade não foi produzir uma história residual e lacunar, nos propomos a desconstruir a imagem dos Xukuru-Kariri como “preguiçosos e arruaceiros”, evidenciando como o jogo de interesses e as ações cotidianas resultaram na construção da condição indígena em Palmeira dos Índios. Apesar das variações climáticas, crescimento demográfico e necessidade de estudar na cidade, a concentração fundiária foi o principal agravante para a segregação social e fortalecimento nos deslocamentos para o trabalho.

Os problemas discutidos nesta dissertação foram partes de um processo mais amplo que assolou boa parte da região Nordeste, todavia, em Palmeira dos Índios, ganhou visibilidade por tratarem-se de aldeias indígenas que resistiram às negligentes e violentas ações dos muitos atores presentes no cotidiano dos Xukuru-Kariri na segunda metade do século XX.

As marcas deixadas pelo processo de aldeamento e formação da Fazenda Canto em meados do século XX, ganharam notoriedade e foram cristalizadas, inclusive, no tecido social urbano e em patrimônios físicos de Palmeira dos Índios. Espaços públicos das mais variadas naturezas foram nomeados tendo como pressuposto o povo Xukuru-Kariri, e ainda, vultosos logradouros receberam pompas e honrarias com topônimos de políticos locais envolvidos na transação comercial e no ordenamento social do território indígena.

---

<sup>387</sup>Ver ANTUNES, 1965, p. 08.

Foi o caso, por exemplo, do bairro Juca Sampaio, em alusão ao político e fazendeiro Manoel Sampaio Luz, Prefeito de Palmeira dos Índios em 1952; da Avenida Medeiros Neto, Deputado Federal que intermediou contatos com o Padre Alfredo Dâmaso e com o SPI; e da rua Irmãs Holandezas, toponímia criada para homenagear as Freiras Gonny van der Lugt e Will van der Vem, religiosas que fomentaram projetos sanitaristas entre o Hospital Regional Santa Rita e os Xukuru-Kariri, conforme dados discutidos no capítulo II.

Aos indígenas, entretanto, reservaram-se representativos lugares nas periferias palmeirenses, como o bairro Xucurús e a rua Cacique Francelino, localizada no bairro Alto do Cruzeiro, segregação imposta pelo ordenamento social anterior e após o reconhecimento oficial, reverberada em períodos posteriores. O território indígena foi objeto de disputas territoriais, e, portanto, o lugar reservado aos Xukuru-Kariri no tecido social e patrimônio físico da cidade foi gerido a partir de preceitos e desejos dos políticos locais.

Por outro lado, concebido, produzido e apropriado a partir de mediações e interesses distintos, o território indígena assumiu o caráter de ligação entre os Xukuru-Kariri, consolidado com mobilizações, retornos e reencantamentos territoriais, fortalecidos a partir de elos com o sagrado. Para nossas reflexões, foi importante percorrer acerca de uma História indígena inversa, pois, a partir de “reduções nas escalas de análise”<sup>388</sup> foi possível atribuir aos Xukuru-Kariri o papel de partícipes e atuantes em vultosos eventos históricos, e, portanto, analisar as variadas dimensões sociais indígenas, enriquecidas com o entrelaçamento das histórias de vida e memórias coletivas.

Os casos analisados mostraram que os Xukuru-Kariri são constituídos de processos distintos, os quais, não puderam ser preservados pela dinâmica na dimensão histórica, todavia, as modalidades trabalhistas impostas aos indígenas foram atenuantes para a determinação nos modos como as frentes de trabalho foram formadas e nos retornos aos territórios como resultantes das explorações “no meio do mundo”.

---

<sup>388</sup>A produção historiográfica que leva em consideração o protagonismo de grupos invisibilizados pela historiografia oficial, tendo como instrumento a “redução nas escalas de análises”, pode ser chamada de “história ao rés-do-chão”, pois, atribui sentido à comunidades que assumiram importantes posições, dilemas e dimensões a partir de distintos interesses ao longo do tempo. Ver REVEL, 2000, p. 07-36.

Procuramos discutir a tenacidade e a capacidade que os Xukuru-Kariri tiveram para construir a autonomia indígena, face aos dilemas e problemas emergidos no cotidiano na segunda metade do século XX, fortalecendo as mobilizações políticas e a capacidade de protagonismo em torno de um mesmo ideal: o retorno territorial e o atendimento às demandas específicas.

No decorrer do texto, discutimos as distintas dimensões dos mundos do trabalho Xukuru-Kariri, construídas a partir de interesses e façanhas particulares e coletivas. Fizemos uso de documentação oficial, jornalística e das memórias indígenas, mostrando os cruzamentos das pesquisas para construção da narrativa histórica.

Ao percorrer os universos do trabalho indígena, pudemos compreender a complexidade e a historicidade dos processos fundiários em Palmeira dos Índios, devido às características dinâmicas e múltiplas nas decisões em sair dos lugares de origem para trabalhos temporários. Desse modo, as retomadas territoriais foram urgidas a partir dos processos migratórios, resultando em melhores condições de sobrevivência e autonomia. Para os Xukuru-Kariri, o trabalho é uma categoria dinâmica: constrói e é construído a partir de demandas e condições específicas.

## FONTES

### Iconográficas:

#### **Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL/Palmeira dos Índios)**

Coleções diversas.

#### **Museu do Estado de Pernambuco (MEPE/Recife)**

Acervo Carlos Estêvão de Oliveira.

### Impressas:

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas**: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984.

BRASIL. **Dados pluviométricos mensais do Nordeste**: estado Alagoas. Recife: SUDENE, 1990.

FRANÇA, José Nascimento de et. al. **Xukuru-Palmeira**: o oitavo grupo Xukuru-Kariri. Maceió: UFAL, 2007 (Relatório de pesquisa). (Disponível no acervo do GPHIAL).

TORRES, Luiz Byron Passos. **A terra de Tilixí e Tixiliá**: Palmeira dos Índios no Século XX (e a história continua). Palmeira dos Índios: não publicado, 2001a (Disponível no acervo do GPHIAL).

TORRES, Luiz Byron Passos. **Estrada ferroviária! O grande pólo do desenvolvimento do Nordeste**: em 1933, ela chegou a Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios: Texto não publicado, 2003 (Disponível no acervo do GPHIAL).

TORRES, Luiz Byron Passos. **História das comunidades rurais de palmeirenses**. Palmeira dos Índios: Texto não publicado, 2001b (Disponível no acervo do GPHIAL).

#### **Indígenas Xukuru-Kariri: fontes iconográficas, documentos oficiais, manuscritos e datilografados:**

Sebastião Cosme de Oliveira ("Seu" Basto Cosme).

Sebastião Ricardo da Silva ("Seu" Dato).

#### **Manuscritas, datilografadas e jornalísticas:**

#### **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE/Recife)**

Juízes de Paz (JP). Volume: 2.

### **Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos (Palmeira dos Índios)**

Jornal de Alagoas. Maceió, 06 e 10/08/1976.

Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, 20/08/1978.

### **Conselho Indigenista Missionário (CIMI/Maceió)**

“Carta aberta as autoridades, a sociedade organizada e as entidades não governamentais”. Maceió, 24/08/1994.

Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, 28/08/1994.

Jornal Porantim. Brasília, setembro de 2013.

Jornal Tribuna de Alagoas. Maceió, 26/01/1997.

### **Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL/Palmeira dos Índios)**

Abaixo assinado para a 3ª SUER. Palmeira dos Índios, 07/07/1987.

Abaixo assinado para o Ministério do Interior. Palmeira dos Índios, 16/06/1979.

ANTUNES, Clóvis. **Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: “os Chucurus de Palmeira dos Índios”**. Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965. (Datilografado).

Carta enviada por indígenas Xukuru-Kariri à FUNAI, pedindo agilidade na demarcação territorial. Palmeira dos Índios, 20/10/1987.

Jornal de Alagoas. Maceió, 25/10/1978.

Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, 06/08/1976 e 09/1994.

Jornal Tribuna de Alagoas. Maceió, 01/11/1981.

Jornal Tribuna do Sertão. Palmeira dos Índios, 23 a 29/06/1997.

Lei 3.338 de 20/10/1887 sobre a Receita Geral do Império.

Memorial descritivo e mapa de delimitação Xukuru-Kariri (3ª SUER). Recife, 14/08/1988. (Cópia).

“Nossas reivindicações”. Palmeira dos Índios, 16/06/1979.

Plano de trabalho elaborado pelo Chefe da Inspetoria Regional 4, Mário da Silva Furtado. Palmeira dos Índios, 13 de setembro de 1966. (Cópia).

“Proposta para instalação de oficina de produção artesanal na comunidade Kariri/Cafurna”. Palmeira dos Índios, s/d.

Relatório do Conselho Tribal, Tribo Xucuru-Kariri. Palmeira dos Índios, Aldeia Fazenda Canto, 12/10/1981.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em Brasília. Palmeira dos Índios, 1963.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. (Cópia).

Relatório enviado por Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor da IR-4 ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI. Palmeira dos Índios, maio de 1952.

Requerimento. Palmeira dos Índios, Aldeia Mata da Cafurna, 25/06/1986.

Tribo Xucuru-Kariri Fazenda Canto e Kafurna, P. dos Índios-AL. Palmeira dos Índios, 15/06/1987.

II encontro dos povos indígenas de Alagoas e Sergipe. Palmeira dos Índios: Aldeia Mata da Cafurna, 26 a 28/07/1986.

### **Museu do Índio (Rio de Janeiro)**

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de fevereiro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, Fotograma 59-60.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 183.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 04, fotog. 142-143.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 148.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 05, fotog. 141-142.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 177-178.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 76.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotog. 84.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 53-54.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1961. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 04, fotog. 80-81.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 65-66.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 01-02-13-14.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 79-80.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de outubro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 158-159.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1963. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 171-172.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 16.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 18.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 116.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 122.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 60.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf.167, fotog. 466-467.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 02 de novembro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02 – Fotog. 160-161.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 30 de novembro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf. 167 – Fotog. 874-879.



Carta do Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Major Luiz Vinha Neves em 20 de janeiro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 113-114.

Denúncia enviada por Cícero Cavalcanti, Encarregado pelo Posto Irineu dos Santos, ao Ministério da Agricultura. Palmeira dos Índios, 02 de fevereiro de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 309.

Memorando 689 da Inspetoria Regional 4. Recife, 14 de agosto de 1959. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf.182, fotog. 652.

Memorando do Inspetor Francisco Sampaio ao Chefe da SE/SPI em 27 de abril de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios.

Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 311.

Relação de materiais fornecidos para o Posto Indígena Irineu dos Santos. Recife, 03 de março de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 107.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 05 de março de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 01, fotog. 83-84.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 293-299.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado por Mário da Silva Furtado, Inspetor do Posto, em 02 de março de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 41-42.

Solicitação do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1967. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 252.

Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 10 e 17 de outubro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 56-57.

Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 07 de fevereiro de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 52.

Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 20 de março de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 305.

Telegrama de Mário da Silva Furtado para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 13 de janeiro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 217.

Telegrama nº 2 de Mário da Silva Furtado solicitando à IR-4 que informe se pode aldear no Posto o índio *Pancarú* (Pankararu) Eduardo Elis Urbano. Palmeira dos Índios, 20 de fevereiro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, Fot. 53.

Termo de morte de animais no Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 03 de setembro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 105.

### **Pesquisadas na internet:**

“A terra indígena Xukuru-Kariri”. In: Jornal Porantim. Brasília, novembro de 1994, p. 6. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerioindio&pagfis=5662>. Acesso em 28/04/2019.

“Aumenta número de indígenas vivendo em cidades, diz presidente da FUNAI.” (Serviço Pastoral dos Migrantes). Disponível em: <https://spmigrantes.wordpress.com/2010/04/20/aumenta-numero-de-indigenas-vivendo-em-cidades-diz-presidente-da-funai/>. Acesso em 17/03/2019.

“Câmara Municipal de Palmeira dos Índios: dados históricos”. Disponível em: <https://www.palmeiradosindios.al.leg.br/institucional/historia>. Acesso em 14/05/2020.

“Cidade Ademar”. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade\\_ademar/historico/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_ademar/historico/). Acesso em 27/11/2019.

“Dados mostram que açúcar da cana continua como produto mais exportado de Alagoas”. Disponível em: <http://www.sefaz.al.gov.br/artigo/item/1801-dados-mostram-que-acucar-da-cana-continua-como-produto-mais-exportado-de-alagoas>. Acesso em 28/04/2020.

“FUNAI pede mais tempo para tirar posseiros de terra indígena”. In: Jornal Extra de Alagoas. Maceió, 15/07/2015. Disponível em: <http://www.extralagoas.com.br/noticia/17962/esta-semana-nas-bancas/2015/07/15/funai-pede-mais-tempo-para-tirar-posseiros-de-terra-indigena.html> Acesso em 09/04/2019.

“Índios urbanos, o outro lado da aldeia. In: CIMI. Brasília, 03/01/2011. Disponível em: <https://cimi.org.br/2011/01/31438/>. Acesso em 09/04/2019.

“Índios vivem em situação precária em Palmeira dos Índios”. In: Jornal Extra. Maceió, 07/08/2019. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fnovoextra.com.br%2Fnoticias%2Falagoas%2F2019%2F08%2F49061-indios-vivem-em-situacao-precaria-em-palmeira-dos-indios&psig=AOvVaw3a0lWo1kZuLJlwwnigOXJk&ust=1585656818147000&source=images&cd=vfe&ved=0CAMQjB1qFwoTCMia3Y6WwugCFQAAAAAdAAAAABAD> Acesso em: 30/03/2020.

Jornal Mensageiro. Brasília, novembro/dezembro de 1986, p.12. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=14812&Pesq=migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 30/05/2019.

“Justiça manda usina pagar direitos trabalhistas a índios e migrantes em Naviraí”. Serviço Pastoral dos Migrantes. São Paulo, 29/07/2011. Disponível em: <https://spmigrantes.wordpress.com/2011/07/29/justica-manda-usina-pagar-direitos-trabalhistas-a-indios-e-migrantes-em-navirai/>. Acesso em 17/03/2019.

“Mapa ferroviário”. Disponível em: <https://www.antf.org.br/mapa-ferroviario/>. Acesso em 27/11/2019.

“O assassinato do Cacique Xukuru”. In: Jornal Porantim. Brasília, novembro de 1994, p. 5. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemeroindio&pagfis=5662>. Acesso em 28/04/2019.

“Procedimento Administrativo n. 1.11.001.000126/2008-09 (conflitos entre o grupo "Xucuru-Palmeira" e os índios Xucuru Kariri)". In: Ministério Público Federal (MPF). Arapiraca, 23 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/extrajudicial-1/recomendacao-docs/terras-indigenas/recomendacao-no-10-gabprm2-igbs-2o-oficio-arapiraca-al>. Acesso em 21/10/2019.

“Quantitativo populacional dos indígenas cadastrados no SIASI em 2013 por diversos parâmetros de territorialidade indígena ou nacional”. In: Ministério da Saúde: Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Brasília, 11/09/2019. Disponível em: <http://dw.saude.gov.br/gsid/servlet/mstrWeb?src=mstrWeb.2048001&evt=2048001&share=1&hiddensections=header,path,dockLeft,footer>. Acesso em 11/09/2019.

“Uma missão herdada: Chico Aleixo e as práticas de cura entre os Xukuru-Kariri do agreste alagoano”. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-chico-aleixo/>. Acesso em 28/11/2019.

“% Área Ocupada por cana-de-açúcar 2013”. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/23bf502d-e3db-48d8-8d1b-06ee4f691bd7/resource/0d3a0f98-be57-4e1c-aaca-dfd58a0ef2d8/download/cana.png>. Acesso em 09/07/2019.

“12 mil indígenas vivem nas favelas e bairros periféricos.” In: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <http://cpisp.org.br/12-mil-indigenas-vivem-nas-favelas-e-bairros-perifericos/>. Acesso em 17/04/2019.

### **Topográficas:**

#### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Bases cartográficas, 2017.

#### **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE/Recife)**

Folha topográfica SC.24-X-D-II. Primeira adaptação e impressão: SUDENE, 1973.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUALUSA, José Eduardo. **Teoria geral do esquecimento**. Rio de Janeiro: Foz, 2012.
- ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia**. Brasília: UnB, 2013 (Dissertação Mestrado em Ciências Sociais).
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Campesinato e migração em Alagoas**. Maceió: EdUFAL, 2017.
- ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EdUFAL, 2009.
- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Seara indígena: recriando terras pe(r)didas. In: OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva; SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely (Orgs.). **História Ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido brasileiro**. Paulo Afonso: SABEH, 2018, p. 89-105.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE-PSURE, 1988.
- ANDRADE, Ugo Maia. "A Jurema tem dois gaios": história Tumbalalá. In: CARVALHO, Ana Magda; CARVALHO, Maria Rosário de. **Índios e caboclos: a história recontada**. Salvador: EdUFBA, 2012, p.184-222.
- ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas**. Maceió: Imprensa Universitária, 1973.
- ASSUNÇÃO, José Helenildo Abdias de. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 16/01/2019. Entrevista gravada em formato MP3.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade: seguido de grupo étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: EdUNESP, 2011, p. 185-227.
- BARROS, Ivan. **Palmeira dos Índios: terra e gente**. Maceió: Academia Maceioense de Letras, 1969.

BATISTA, Mércia R. R. O toré e a ciência Truká. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo (Org.). **Toré: regime encantado do índio do Nordeste**. Recife: Editora Massangana, 2005, p. 71-98.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo**. Campina Grande: UFCG, 2018 (Dissertação Mestrado em História).

BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Migrações Xukuru do Ororubá: memórias e história (1950-1990)**. Recife: UFPE, 2012 (Dissertação Mestrado em História).

BRASIL. **A problemática e a política da terra e água no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1985.

BRASIL. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: EdUNESP, 2017.

CELESTINO, Dilson Ferreira. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Boqueirão, Território Xukuru-Kariri, 26/01/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

CHAVES, Maria de Fátima Guedes. Mulheres que migram solteiras: aspectos da migração interna feminina no Brasil, 1981/1991. In: BAENINGER, Rosana; BRAGA, Antonio da Costa; TEIXEIRA, Paulo Eduardo (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 147-163.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. V. 5 - SAFRA 2018/19 N. 4 - quarto levantamento. Abril/2019. Brasília: Conab, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**. Teresina: EdUFPI, 2018.

COVER, Maciel. **O tranco da roça e a vida no barraco: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. João Pessoa: EdUFPB, 2011.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2018.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

D'INCAO, Maria Conceição. **O “bóia-fria”**: acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origem do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

DORNELLES, Soraia Sales. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Campinas: UNICAMP, 2017 (Tese Doutorado em História Social).

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ESTANISLAU, Bárbara Roberto. **A eterna volta**: migração indígena e Pankararu no Brasil. Campinas: UNICAMP, 2014 (Dissertação Mestrado em Demografia).

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: EdUNESP, 2010.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos Postos Indígenas em Alagoas (1940-1967). Recife: UFPE, 2016a (Tese Doutorado em História).

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950). Salvador: UFBA, 2016b (Tese Doutorado em História).

FERREIRA, Janete Aparecida. **Migrante sazonal**: o eterno ausente. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FERREIRA, Maria Cícera Nogueira. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

FLORES, José Manuel. **Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960)**: o caso da reserva Kadiwéu. Brasília: Anuário Antropológico, v. 43, nº 01, 2018, p. 285-314.

FONTES, Paulo. “Terra dos nordestinos”: história oral e experiências de migrantes em São Miguel Paulista na década de 1950. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. (Org.). **História oral e migrações**: método, memória, experiências. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 83-104.

FRANCO, Caetano Lucas Borges. **Territórios e identidades**: dinâmicas sócioespaciais dos índios Xucuru-Kariri residentes em Caldas-MG. Alfenas: UNIFAL, 2013 (Monografia Conclusão de Curso em Geografia).

GALHARDO, Jussara. **Mendonça do Amarelão**: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica. João Pessoa: Ideia, 2017.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Manoel Davi. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 19/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

GUANAIS, Juliana Biondi. As implicações da migração temporária para as comunidades de origem dos cortadores de cana. In: BAENINGER, Rosana; BRAGA, Antonio da Costa; TEIXEIRA, Paulo Eduardo (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 209-232.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IBGE. **Os indígenas no censo demográfico 2010**. Brasília: 2010.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Migração e mobilidade social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. São Paulo: Autores Associados, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 9-42.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. El indigenismo en Brasil: migración y reapropiaciones de un saber administrativo. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Hacia una antropología del indigenismo**: estudos críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil. Rio de Janeiro/Lima: Contra Capa, 2006, p. 97-125.



LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na Serra das Matas. In: PALITOT, Estêvão Martins (Org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: IMOPEC, 2009, p. 233-250.

LIMA, Carmen Lúcia Silva; SOUZA, Aglaia Barbosa. Mapeamento social dos indígenas de Boa Vista (RR). In: CIRINO, Carlos Alberto Marinho; LIMA, Carmen Lúcia Silva (Orgs.). **Moradores da maloca grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano**. Boa Vista: EdUFRR, 2016, p. 19-41.

LIMA, Maria Sônia Nogueira Santos de. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 28/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Org.). **História oral e migrações: método, memória, experiências**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MANDARINO, Giulliana Câmara. **A luta das leis: o crescimento do protestantismo na Aldeia Xucuru-Kariri**. Maceió: UFAL, 2004 (Monografia Conclusão de Curso em Ciências Sociais).

MARTINS, Ester. Mulheres na migração internacional: trabalhadoras domésticas filipinas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana et. al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: UNICAMP, 2018, p. 510-525.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Recife: UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os caminhos das aldeias Xucuru-Kariri. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 197-228.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 139-170.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba**: migração, família e reprodução da força de trabalho. Campina Grande: UFPB, 1985 (Dissertação Mestrado em Sociologia).

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. João Pessoa: EdUFPB, 2002.

MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: EdUFPE, 2010.

MITCHELL, J. Clyde. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.).

**Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 365-436.

MODERCIN, Isabel Fróes. **Rancho do jatobá no meio do mundo**: etnografia da agricultura Pankararé e a relação dos índios com o ambiente. Salvador: UFBA, 2010 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. Confronto de culturas. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Orgs.). **Confronto de culturas**: conquista, resistência, transformação. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 19-22.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Thiago Barbosa da. **Mata da Cafurna**: ouvir memória, contar história: tradição e cultura do povo Xukuru-Kariri. Maceió: Edições Catavento, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Reinventando a autonomia**: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na Capitania do Espírito Santo. São Paulo: Humanitas, 2019.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. São Paulo: **Revista brasileira de história**, 2002. V.22, n° 43, p. 153-169.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios vassalos *versus* portugueses descansados – liberdade, terra e trabalho na vila indígena de Benavente (Capitania do Espírito Santo, 1795). In: **Revista mundos do trabalho**. N° 12, vol. 06, 2014, p. 317-325.

MURA, Cláudia. **“Todo mistério tem dono”**: ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **Questões indígenas em contextos urbanos: outros olhares, novas perspectivas em semoventes fronteiras.** São Leopoldo: História Unisinos, vol. 15, nº02, 2011, p. 206-215.

NASCIMENTO, Cícero Terto do. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri.** Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 23/03/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os índios Xukuru-Kariri na Mata da Cafurna em Palmeira dos Índios: relações socioambientais no Semiárido alagoano (1979 a 2016).** Maceió: UFAL, 2019 (Dissertação Mestrado em História).

NOGUEIRA, Verena Sevá. Sair para o café: uma etnografia do processo migratório em famílias camponesas. In: BAENINGER, Rosana; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; TEIXEIRA, Paulo Eduardo (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 187-208.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva; SANTOS, Carlos Alberto Batista; SILVA, Edson Hely (Orgs.). **História Ambiental, história indígena e relações socioambientais no Semiárido brasileiro.** Paulo Afonso: SABEH, 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O paradoxo da tutela e a produção da indianidade: ação indigenista no Alto Solimões (1920-1970). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967).** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011, p. 427-439.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Políticas indígenas contemporâneas: régimen tutelar, juegos políticos y estrategias indígenas. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil.** Rio de Janeiro/Lima: Contra Capa, 2006a, p. 127-150.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos do Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, p. 653-687.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Una etnografía de las tierras indígenas: procedimientos administrativos y procesos políticos. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil.** Rio de Janeiro/Lima: Contra Capa, 2006b, p. 15-49.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. In: **Travessia**: revista do migrante. São Paulo. Vol. 1, nº 24, 1996, p. 5-9.

OLIVEIRA, José Carlos Ferreira de. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 16/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

OLIVEIRA, Sebastião Cosme de. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 09/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

OLIVEIRA, Wellington Silva de. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 29/12/2018. Entrevista gravada em formato MP3.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003.

PEIXOTO, João. **Dinâmicas e regimes migratórios**: o caso das migrações internacionais em Portugal. Lisboa: Análise Social, 2007.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto**: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. João Pessoa: UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Thayan Correia da. Demarcação, desintrusão e conflito territorial em Palmeira dos Índios. In: COSTA, Jairo José Campos da; TENÓRIO, Douglas Apratto (Orgs.). **Alagoas**: a herança indígena. Arapiraca: EdUNEAL, 2015, p. 107-123.

PERES, Sidnei. SPI, indianidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade do poder tutelar. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 321-329.

PERES, Sidnei. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 41-90.

RAMOS, Graciliano. **Caetés**. [1933]. Rio de Janeiro: Record, 2013.

REVEL, Jacques. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 07-37.

ROCHA, Adauto Santos da. **É indo que se volta:** a família Ricardo e a formação da Fazenda Canto (1872-1952). Palmeira dos Índios: UNEAL, 2017 (Monografia Conclusão de Curso em História).

ROCHA, José Maria Tenório. **Os indígenas alagoanos.** Maceió, SENEC, 1978.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Russel Parry. **Migrações interregionais e estratégia doméstica:** nordestinos, mobilidade e a casa até os anos 1980. Recife: EdUFPE, 2014.

SILLER, Rosali Rauta. Está na hora de ouvir as vozes daquelas que nem sempre foram ouvidas: crianças migrantes. In: MAZZA, Débora; VON SIMSON, Olga (Orgs.). **Mobilidade humana e diversidade sociocultural.** Jundiá: Paco Editorial, 2011, p. 59-76.

SILVA, Ana Paula Gomes da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri.** Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 15/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Antonio Selestino da. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri.** Entrevistador: Adauto Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Boqueirão, Território Xukuru-Kariri, 26/01/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Darlene Souza. **Infância roubada:** memórias de empregadas domésticas no trabalho e na educação escolar. São Luís: UFMA, 2010 (Dissertação Mestrado em Educação).

SILVA, Edson. A afirmação dos índios no Nordeste! In: **Crítica Histórica**, 2011. Ano II, Nº 04, p. 314-319.

SILVA, Edson. Os Xukuru e o “Sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canaveira em Pernambuco e Alagoas. In: **Clio**, nº. 26-2, 2008a, p. 215-244.

SILVA, Edson. **Povos indígenas em Alagoas:** afirmação étnica e questionamentos a história. Arapiraca: I Colóquio do Oitocentos em Alagoas, 2008b.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuições a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: **Mneme**, nº. 07, vol. 4, 2003a, p. 39-46.

SILVA, Edson. **Xukuru:** memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988. Recife: EdUFPE, 2017.

SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio**. conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife: UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado em História).

SILVA, Fábio Mascena da. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 16/01/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Francisco Félix da. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 05/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Geraldo Mascena da. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 27/03/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, José Graziano da. **De bóias-frias a empregados rurais: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme**. Maceió: EdUFAL, 1997.

SILVA, Juciênia Aleixo da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Cafurna, 23/09/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Margarida Souza de Lima. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Xucurus, 26/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: EdUNESP, 1999.

SILVA, Maria da Penha Ferreira da. **Trabalho doméstico indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Bairro Vila Maria, 25/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. In: **Sociedade e Estado**, v. 18, n. 1/2, jan/dez, 2003b, p. 361-385.

SILVA, Sebastião Ricardo da. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, 06/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Valdomiro Aleixo da. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Cafurna de Baixo, Território Xukuru-Kariri, 23/09/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SILVA, Wemerson Ferreira da. **“Essa terra é complicada!”: território e etnicidade entre os Xukuru-Kariri em Taquarana (AL)**. Maceió: UFAL, 2017 (Monografia Conclusão de Curso em Ciências Sociais).

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. A construção do campo de ação indigenista na Província de Alagoas. In: SILVA, Moisés Sebastião da; SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da (Orgs.). **Olhares sobre a Província de Alagoas**. Arapiraca: EdUNEAL, 2018, p. 75-117.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. A retomada de terra indígena Xucuru-Kariri: o caso do Sítio Macaco. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de et. al. **Resistência, memória, etnografia**. Maceió: EdUFAL, 2007, p. 153-188.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **A província dos trabalhadores tutelados: trabalhadores indígenas diante do poder político e econômico na Província das Alagoas (1845-1872)**. Salvador: UFBA, 2015 (Tese Doutorado em História).

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano**. Maceió: EdUFAL, 2013.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, Brunemberg da Silva. **Apropriações e usos de imagens sobre os índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL (1968-2010)**. Campina Grande: UFCG, 2019 (Dissertação Mestrado em História).

SOUZA, Maria da Salete. **Mundos do trabalho indígena Xukuru-Kariri**. Entrevistador: Aduino Santos da Rocha. Palmeira dos Índios/AL: Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, 15/02/2019. Entrevista gravada em formato MP3.

SUTTON, Alison. **Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

TEXEIRA, Mylene Nogueira. O Sertão Semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. In: **Revista Sociedade e estado**, vol. 31, nº. 3, setembro/dezembro 2016, p. 769-797.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixí e Tixiliá: Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX**. Maceió: IGASA, 1973.

TORRES, Luiz B. **Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios**. Palmeira dos Índios: Indusgraf Indiana, 1974.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. São Paulo: Tempo Social, 2008, 199-218.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estêvão Martins (Org.). **Na mata do sabiá**: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: IMOPEC, 2009, p. 107-154.

VELSEN, Jaap Van. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 437-468.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos**: um estudo sobre trabalho e saúde. São Carlos: UFSCar, 2016 (Tese Doutorado em Sociologia).

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.